



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ELAINNE CRISTINA JORGE DIAS**

**RETRATO FALADO: O PERFIL DOS ESCRAVOS NOS ANÚNCIOS DE JORNAIS  
DA PARAÍBA (1850-1888)**

João Pessoa – PB  
Março/2013

**ELAINNE CRISTINA JORGE DIAS**

**RETRATO FALADO: O PERFIL DOS ESCRAVOS NOS ANÚNCIOS DE JORNAIS  
DA PARAÍBA (1850-1888)**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-graduação em História, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba- UFPB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

**Área de concentração:** História e Cultura Histórica

**Linha de Pesquisa:** História Regional

**Orientador:** Prof. Dr. João Azevedo Fernandes

João Pessoa – PB  
Março/2013

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. João Azevedo Fernandes**  
**Programa de Pós-graduação em História- Universidade Federal da Paraíba**  
**Orientador**

---

**Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho**  
**Programa de Pós-graduação em História- Universidade Federal de Pernambuco**  
**Examinador Externo**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Solange Pereira da Rocha**  
**Programa de Pós-graduação em História- Universidade Federal da Paraíba**  
**Examinador Interno**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano**  
**Programa de Pós-graduação em História- Universidade Federal da Paraíba**  
**Suplente Interno**

Aprovada em 25 de março de 2013.

## **AGRADECIMENTOS**

A meu esposo Diogo, pais e irmãos, por todo amor e paciência durante períodos de estudo e escrita, em que estive ausente.

A professora Solange Pereira da Rocha por toda assistência e atenção nos momentos de dúvidas e pesquisa. Pude contar com a sua presença e participação na banca de qualificação, realizada em agosto de 2012, em que fez observações que foram, na medida do possível, incorporadas nesta versão final do trabalho.

Cumpro agradecer ao professor Marcus Joaquim M. de Carvalho que aceitou o convite para participar da banca de qualificação e conseqüentemente da defesa deste trabalho. Suas sugestões foram de grande valia para conclusão desta dissertação.

Gostaria, ainda, de agradecer aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em História, em especial aqueles em que tive oportunidade de cursar disciplinas: Raimundo Barroso Cordeiro; Ângelo Emílio e Cláudia Engler Cury; Solange Pereira da Rocha e Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano. Com eles aprendi, através das discussões em sala, conceitos e ideias que ajudaram na elaboração deste texto.

Sou grata aos funcionários do Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, da Fundação Casa José Américo de Almeida e do Arquivo Público da Paraíba, por toda assistência e ajuda nos momentos de pesquisa.

Ao Cnpq- Capes/Reuni pelo financiamento de toda pesquisa. Sem ele, o resultado final deste trabalho se tornaria mais difícil.

E finalmente ao meu orientador João Azevedo Fernandes pela dedicação com que leu e orientou meu trabalho durante todo o percurso do mestrado, sugerindo, algumas vezes, alterações no texto e na escrita que só vieram a enriquecer ainda mais o resultado final apresentado. A ele, minha gratidão!

## **RESUMO**

Este trabalho se propõe a analisar os anúncios referentes a escravos contidos nos periódicos paraibanos que circularam nas últimas décadas da escravidão. Através dos anúncios será possível compreender aspectos da condição social em que viviam os cativos e de suas formas de luta e resistência. Inicialmente, buscou-se discutir o papel da imprensa na comercialização dos escravos, como também as mudanças econômicas, sociais e políticas que ocorreram na Paraíba no período em questão. Isto porque, grande parte das transações comerciais que envolviam escravos era iniciada por meio dos anúncios ou na tipografia onde o jornal era impresso. Em seguida, procurou-se analisar a condição de cativo em que viviam os cativos, como: moradia, vestimentas, alimentação, condições higiênicas e de trabalho, já que esses fatores foram determinantes para o desenvolvimento das doenças e, conseqüentemente, os problemas de saúde. Finalmente, pretendeu-se compreender, particularmente, os anúncios de fuga de escravos, para, assim, traçar um perfil dos cativos que fugiam e apresenta-los não como vítimas ou rebeldes, mas como sujeitos históricos que pensavam e agiam por meio de negociações, lutas, conflitos e redes de solidariedade para sobreviverem diante do complexo mundo que foi o cativo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escravidão, cativos, Paraíba, imprensa, anúncios, perfil.

## **ABSTRACT**

This work intends to analyze the advertisements for slaves contained in Brazilian periodicals that circulated in the last decades of slavery. Through the ads will be possible to understand aspects of the social condition in which lived the captives and its forms of struggle and resistance. Initially, he has been trying to discuss the role of the press in the marketing of the slaves, as well as the economic, social and political changes that occurred in Paraíba during the period in question. This is because a large number of commercial transactions involving slaves was initiated through advertisements or in the newspaper where typography was printed. Then we tried to analyze the condition of captivity in which lived the captives, such as: housing, clothing, food, hygienic conditions and, since these factors were instrumental in the development of diseases and, consequently, the health problems. Finally, it was intended to be understood, in particular, the escape of slaves, ads to draw a profile of the captives who were fleeing and presents them not as victims or rebels, but as historical subjects who thought and acted by means of negotiations, struggles, conflicts and solidarity networks to survive before the complex world that was the captivity.

**KEYWORDS:** Bondage, captive, Paraíba, press, ads, profile.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1-</b> População escrava na Paraíba (1860-1884)	<b>28</b>
<b>Quadro 2</b> – Anúncios de escravos: Paraíba (1850-1888)	<b>29</b>
<b>Quadro 3</b> – Alfabetização e analfabetismo: Paraíba (1872)	<b>37</b>
<b>Quadro 4</b> – Anúncios de aluguel de escravos nos jornais da Paraíba por década (1850-1888)	<b>39</b>
<b>Quadro 5</b> – Serviços de escravos oferecidos e procurados nos anúncios de aluguel noticiados nos jornais da Paraíba (1850-1888)	<b>41</b>
<b>Quadro 6</b> – População da Paraíba considerada em relação à profissão (1872)	<b>45</b>
<b>Quadro 7</b> – Escravos postos a venda e compra nos jornais da Paraíba (1850-1888)	<b>51</b>
<b>Quadro 8</b> – Avaliação dos escravos segundo o inventário do Barão de Marau (1873)	<b>62</b>
<b>Quadro 9</b> – Avaliação dos escravos segundo o inventário da Baronesa de Marau (1886)	<b>63</b>
<b>Quadro 10</b> – Mortalidade na cidade da Parahyba do Norte: primeiros meses de 1861.	<b>82</b>
<b>Quadro 11</b> – As marcas dos escravos fugidos anunciados nos jornais paraibanos (1850-1888).	<b>85</b>
<b>Quadro 12</b> – Portadores de necessidades especiais- Província da Paraíba (1872).	<b>93</b>
<b>Quadro 13</b> – Escravos fugitivos noticiados nos jornais da Paraíba por sexo e faixa etária (1850-1888)	<b>113</b>
<b>Quadro 14</b> – Tipos de fugas noticiadas nos jornais da Paraíba (1850-1888)	<b>117</b>
<b>Quadro 15</b> – Distribuição por sexo e naturalidade dos escravos fugidos divulgada em jornais: Paraíba (1850-1888).	<b>118</b>
<b>Quadro 16</b> – Anúncios de fuga quanto estatura dos escravos: Paraíba (1850-1888)	<b>122</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 1</b> – Características dentárias apresentadas pelos escravos fugidos anunciados nos jornais paraibanos (1850-1888).	<b>88</b>
---	-----------



## LISTA DE IMAGENS

<b>IMAGEM 1</b> – Negras do Rio de Janeiro.	<b>43</b>
<b>IMAGEM 2</b> – Barbeiros ambulantes.	<b>102</b>
<b>IMAGEM 3</b> – Anúncios de escravos fugidos.	<b>111</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>FCJAA-</b> Fundação Casa José Américo de Almeida
<b>IHGP-</b> Instituto Histórico Geográfico Paraibano
<b>APPB-</b> Arquivo Público da Paraíba
<b>ADBN-</b> Arquivo Digital da Biblioteca Nacional
<b>ADCCHLA (UFPB)-</b> Arquivo Digital do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
<b>RPPPB-</b> Relatório do Presidente de Província da Paraíba

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO I- INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO II- A IMPRENSA E A COMERCIALIZAÇÃO DE ESCRAVOS</b>	<b>33</b>
2.1 Imprensa e escravidão na Paraíba	<b>33</b>
2.2 “Precisa-se”: a prática de alugar escravos na Paraíba	<b>39</b>
2.3 A venda e a compra de escravos nos jornais da Paraíba	<b>50</b>
2.4 Os anúncios de leilões de escravos na Paraíba	<b>64</b>
<b>CAPÍTULO III- AS CONDIÇÕES FÍSICAS E DE SAÚDE DOS ESCRAVOS NOS ANÚNCIOS DE JORNAIS DA PARAÍBA (1850-1888)</b>	<b>77</b>
3.1 A Paraíba e seus problemas de insalubridade	<b>78</b>
3.2 As doenças dos escravos e o sistema escravista	<b>83</b>
3.3 A atuação das autoridades no combate às doenças	<b>101</b>
<b>CAPÍTULO IV- ESCRAVOS FUGIDOS: UMA ANÁLISE SOBRE SEU PERFIL E SUAS ESTRATÉGIAS DE FUGA</b>	<b>110</b>
4.1 O perfil dos escravos nos anúncios de fugas	<b>113</b>
4.2 Estratégias de sobrevivência dos “fujões”	<b>123</b>
4.3 O Papel das autoridades e da população na captura dos escravos	<b>133</b>
4.3.1 Gratificações e recompensas	<b>139</b>
4.4 Lazer, conversas e cantorias	<b>142</b>
4.5 Um estudo de caso: Marcelino- um escravo fugitivo das autoridades	<b>145</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>153</b>
<b>FONTES</b>	<b>156</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>158</b>
<b>ANEXO</b>	<b>167</b>

## CAPÍTULO I- INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a produção historiográfica vem sendo enriquecida por novos estudos que abrem e possibilitam novas perspectivas de investigação e debates a respeito da história da escravidão no Brasil. Situado, principalmente, no campo da história social, o tema escravidão vem recebendo maior atenção por parte dos estudiosos, sobretudo, a cerca da condição social em que viviam os cativos e de suas formas de luta e resistência. Essas novas análises procuram apresentar os trabalhadores escravos não como vítimas ou rebeldes, mas como sujeitos históricos que pensavam e agiam por meio de negociações, lutas, conflitos e redes de solidariedade para sobreviverem diante do complexo mundo que foi o cativo.

Ao longo desse estudo, perceberemos que essas novas análises revelam que a discussão dessa temática, que é a escravidão no Brasil, continua inesgotável. Isso porque diversos temas como lazer, trabalho, criminalidade, resistência, relações familiares, condições físicas e de saúde, enfim, o universo social em que viviam os escravos, continuam a nos trazer importantes discussões, as quais envolvem novos tipos de fontes, que vêm sendo utilizadas pelos novos pesquisadores que se propõem a compreender o assunto em questão, a exemplo dos anúncios de escravos que iremos discutir. Esses anúncios nos fornecem um conjunto de informações que permitem novas interpretações a respeito de temas considerados tradicionais da escravidão, como, por exemplo, a fuga enquanto forma de resistência ao sistema escravista.

Convém, no entanto, destacar que foi Gilberto Freyre, na década de 1930, o primeiro estudioso, no Brasil, a utilizar os jornais ou, mais precisamente, seus anúncios, como fontes em suas pesquisas. Para entender o pensamento de Freyre, ao trabalhar com os anúncios de jornais nesse período, é preciso, antes, recolocá-lo em seu contexto histórico. Já em *Casa Grande & Senzala*, é possível identificar a utilização desse material pelo autor. Nesse estudo, ele chamou a atenção para o fato de que, através dos anúncios de compra e venda de escravos, é possível identificar a preferência dos traços físicos dos negros expostos ou procurados para o serviço doméstico e o agrícola, o que seria de particular interesse, segundo ele, para o estudante de antropologia, pois poderia analisar a influência africana sobre a cultura e o caráter do povo brasileiro.

Isso se deve ao fato de que, nesse momento, a história social aparecia vinculada a uma abordagem culturalista, com ênfase nos costumes e nas tradições nacionais, viabilizada pela abertura da disciplina História aos temas e aos métodos das demais ciências humanas, a citar,

o uso da antropologia e de anúncios de jornais do século XIX. De acordo com Gilberto Freyre, para conseguir a reconstrução antropológica e sociológica do passado do escravo africano, ou já brasileiro, não haveria material que ultrapassasse os anúncios de jornais em importância e idoneidade.<sup>1</sup> O referido autor ainda destacou que a pesquisa por meio dos anúncios de jornais é de importância antropológica e sociológica, devido à recorrência com que neles se encontram – anúncios de escravos fugidos - e por permitirem tentativas de estabelecer a correlação entre traços da cultura dominante e a sua imitação pela parte mais culta da população de cultura dominada.

Percebe-se, então, que Freyre, ao atribuir um caráter científico a esse tipo de material, inovou na forma de reconstruir o passado histórico naquela época, pois observou, nos anúncios de escravos contidos nos jornais do século XIX, a possibilidade de estudar e analisar aspectos culturais, psicológicos e de condições físicas da população escrava no Brasil. Cabe destacar que, nesse momento, além de *Casa-Grande & Senzala*, o autor apropriou-se de jornais como objetos de análise em outros estudos, como, por exemplo, *Sobrados e Mucambos* (1936), ao descrever a mobília e os serviços da época. Ainda em 1934, apresentou, por iniciativa própria, o estudo *Panos à cabeça: em torno de sua possível importância antropológica*, no Congresso de Estudos Afro-brasileiros, em Recife. Nesse estudo, o autor analisou o hábito das escravas de usarem panos na cabeça e nos ombros. Ele descreveu e salientou esse aspecto como uma “linguagem” que simbolizava traços da tradição africana no Brasil e identificou essas mulheres quanto a sua origem e condição jurídica.

Em outra comunicação apresentada no mesmo congresso, *Deformações de corpo nos negros fugidos*<sup>2</sup>, o mesmo autor novamente chamou a atenção para os aspectos culturais da população escrava, afirmando que não é possível estabelecer a origem da deformidade do escravo, a menos que o anúncio evidencie, e que ela pode ser o resultado de castigos, acidentes de trabalho, longas jornadas de trabalho, condições anti-higiênicas, alimentação, como também de origem etnográfica ou de natureza cultural. Já em *Tipos constitucionais e tipos étnicos entre negros e mestiços descritos nos anúncios de escravos fugidos*, apresentado no Seminário sobre Antropologia, História e Sociologia dos Sistemas da Escravidão, na Universidade de Columbia em 1938, ele se utilizou das características físicas e de saúde dos escravos, descritos nos anúncios de escravos fugidos, para analisar antropológica e sociologicamente o cotidiano dessa população.

---

<sup>1</sup> Sobre esse aspecto, consultar Freyre (1963, p. 40).

<sup>2</sup> Esses dados a respeito dos trabalhos de Freyre, apresentados no Congresso de Estudos Afro-brasileiros, foram coletados em sua obra “O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do Século XIX” (1963).

Convém enfatizar que, mesmo com muitos estudos sobre a escravidão no Brasil, a partir dos anúncios de jornais, foi apenas em 1963 que Gilberto Freyre publicou o livro *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do Século XIX* e expôs toda a sua pesquisa elaborada desde a década de 1930. Essa obra, apesar de ter sido publicada na década de 1960, continuou com seu conteúdo inovador, já que os historiadores só passaram a dar a devida atenção a esse tipo de fonte a partir das décadas de 1970 e 1980. Cabe salientar, ainda, que, por ser um estudo pioneiro com esse tipo de fonte, o autor se utilizou muito bem delas, pois conseguiu identificar e analisar questões culturais, psicológicas e relacionadas à condição física do escravo que, até então, não haviam sido discutidas por nenhum outro autor da época.

Dessa forma, esses estudos de Gilberto Freyre a respeito da escravidão no Brasil, através da utilização de anúncios de jornais do século XIX, contribuem de forma significativa para a escrita da história nas últimas décadas, mesmo que seja “do ponto de vista material, e ajudam a identificar e a corrigir equívocos de interpretação, quer do ponto de vista formal ou auxiliando seu aperfeiçoamento teórico-metodológico” (WEHLING, 2009, p.177), pois

a história rejuvenesce e transforma-se a cada século, por que cada qual estuda o passado sem esquecer as preocupações do presente. Vemos nele o que o século anterior não via, e talvez o passado ainda guarde segredos que outros virão depois de nós. (HARTOG, 2003, p.333).

É possível identificar essa mudança na utilização dos jornais como fontes históricas em muitos trabalhos elaborados nas últimas décadas. Muitos pesquisadores se utilizaram dos jornais para estudar aspectos da população escrava no Brasil, durante o século XIX, pois “outras fontes – censos, cartas de alforria, testemunhos e inventários, matrículas, relações nominais etc. – geralmente omitem dados ou são lacunosas” (MOTT, 1986, p. 5). Exemplos desse fato são os dados referentes à cor, ao sexo, à idade, à aparência, à condição física e de saúde, à naturalidade, à ocupação, aos antigos proprietários, entre outros, que grande parte dessas fontes geralmente não fornece ou impede que se faça um estudo minucioso da população servil.

Porém, Renato Venâncio e Marina Casasca (2007) destacaram que, na década de 1970, o número de trabalhos que se valiam desse tipo de material para o conhecimento da história do Brasil era relativamente pequeno. Foi a partir da década de 1980 que essa fonte foi redescoberta. Esse foi um período em que se aprofundaram as pesquisas a respeito da escravidão, não só no que diz respeito à revolta escrava, como também aos debates abolicionistas. Nesse movimento, Marco Morel (2003) considerou que a imprensa passou a

ser tomada como fonte e como objeto de estudos. No primeiro caso, como suporte para pesquisas e reflexões em áreas diferentes; e, no segundo, como o próprio foco dos trabalhos. Isso por que

os jornais brasileiros do século XIX são fontes preciosas para investigar a sociedade daquele período, pois através de seus registros é possível perceber o cotidiano, as principais discussões da época (tanto no campo político como no social), as atividades comerciais, as noções de comportamento e moralidade. (FERREIRA, 2010, p.68)

É importante destacar que o “uso desse material, visto como a essência de uma realidade passada, pode se revelar parcial [...] tendo-se em vista a possibilidade de a imprensa ser ‘dirigida’, privilegiando um ângulo específico da realidade, de acordo com os interesses dominantes” (DALMONTE, 2003, p.51-52). Portanto, é necessário perceber para quem e para qual classe social a notícia ou anúncio estava sendo dirigido naquele período de escravidão.

Esse parece ser o foco de análise de alguns estudiosos brasileiros que se utilizaram de jornais do século XIX para compreender diferentes aspectos das relações escravistas no Brasil. Podemos destacar o estudo de Lília Schwarcz (1987), que utilizou jornais do final do século XIX para estudar a população escrava e discutir o imaginário dos negros expressa na imprensa paulistana entre as décadas de 1870 e 1900. A autora, ao analisar essa fonte, buscou reconstituir as várias visões que foram discutidas na imprensa sobre a condição negra, compreendendo as notícias e fatos selecionados, não enquanto situações que de fato aconteceram, mas como plenas de significação. Nesse sentido, a mesma assumiu a postura diante dos jornais não como “expressão verdadeira” de uma época, mas como uma das maneiras como determinados segmentos localizados da sociedade representavam e produziam percepções e valores, sobretudo, relacionados à população negra.

Por sua vez, o estudo de Leila Algranti (1988), discutiu, em alguns momentos, a escravidão urbana na cidade do Rio de Janeiro, entre os períodos de 1808 e 1822, através de anúncios de aluguel de escravos. Em sua análise a autora demonstrou que a ausência do feitor nas cidades, este típico do escravismo rural, não implicou na negação ou descaracterização do sistema escravista, pois o Estado, por meio dos códigos de posturas e licenças, controlava o comportamento da população, principalmente, escrava. Ao discutir a escravidão urbana na cidade do Rio de Janeiro, Algranti apresentou um trabalhador escravo sujeito de sua própria história, que usufruiu das oportunidades que o sistema lhe ofereceu para viver no interior do regime de escravidão, uma vez que ele, na maioria das vezes, dispunha provisoriamente de

sua força de trabalho. Finalmente, a pesquisadora relatou que os escravos de ganho, que circulavam pelas ruas nas suas tarefas diárias, criavam um universo próprio, padrões de relacionamento e formas de contestação ao cativo.

Já na década seguinte podemos salientar a produção historiográfica de Sidney Chalhoub. Em sua obra, *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, publicada pela primeira vez em 1990, o autor utilizou, em alguns momentos, relatos publicados no *Jornal do Commercio* para tratar da sublevação de escravos contra um proprietário de casa de comissões, que negociava mão de obra escrava. Primeiramente, abordou as percepções e atitudes dos escravos diante das situações de transferência de sua propriedade, demonstrando que existiram visões escravas da escravidão que transformavam as transações comerciais de compra e venda de cativos, em situações mais complexas do que simples trocas de mercado. Além disso, o autor analisou ações cívicas de liberdade, defendendo a ideia da necessidade de uma reinterpretação da lei de 28 de setembro de 1871, já que esta representou o reconhecimento legal de direitos que os cativos vinham adquirindo pelo costume, a citar o direito à alforria por indenização de preço. Por fim, Chalhoub nos trouxe diferentes visões do que seria a liberdade, relatando a história de personagens negros e escravos.

Dentro desse contexto, citamos também a obra de Marcus Carvalho. Editada pela primeira vez em 1998, *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo- Recife, 1822-1850* nos revela aspectos do escravismo no Recife na primeira metade do século XIX. A partir de fontes disponíveis nos mais variados arquivos e nos jornais, mais precisamente nos anúncios de fuga de escravos, Carvalho discutiu o conceito de liberdade, que para ele é entendido como um processo de conquistas que podiam ser graduais ou bruscas. Ou seja, nas palavras do autor não existia liberdade ou não-liberdade absolutas, mas sim, um permanente vir a ser. Para tal discussão, o autor nos trouxe diversos relatos de fuga de escravos, publicados nos jornais do Recife, que informam redes de solidariedade entre cativos, livres e libertos, relações de parentesco, estratégias de fuga, prováveis lugares para onde teriam fugido, além de alguns dos motivos que os levaram a praticar tal ato.<sup>3</sup>

Partindo dessa mesma linha de análise de Marcus Carvalho, o historiador Flávio Gomes (2003), em *Experiências atlânticas: ensaios e pesquisas sobre a escravidão e pós-emancipação no Brasil*, analisou o cotidiano e identidade dos escravos fugitivos no Rio de Janeiro. Através da investigação de dois jornais publicados no Rio de Janeiro no primeiro

---

<sup>3</sup> Sobre esse aspecto analisado pelo autor com a utilização dos anúncios de fuga de escravos, ver especialmente os capítulos X a XIII da obra.



quartel do século XIX, *Gazeta do Rio de Janeiro* e *Diário do Rio de Janeiro*, o autor buscou compreender aspectos sobre a faixa etária dos escravos fugidos; da incidência de africanos e crioulos entre os evadidos; além da publicação do anúncio e data da fuga. Para o autor, essas informações possibilitam importantes análises sobre o perfil dos escravos fugidos, já que nos revelam, além dos dados citados anteriormente, as estratégias de fuga utilizadas pelos cativos no momento da evasão, situações de seu cotidiano e das relações de trabalho.<sup>4</sup>

Convém lembrar: outros estudiosos da escravidão utilizaram os anúncios de fuga de escravos para discutir outros aspectos relacionados ao sistema escravista. Diante disso, destacamos o estudo de Márcia Amantino (2007). Em seu artigo, *As condições físicas e de saúde dos escravos fugitivos anunciados no Jornal do Commercio (RJ) em 1850*, a pesquisadora discutiu, numa perspectiva renovada, as condições físicas e de saúde dos escravos a partir das características físicas apresentadas pelos seus senhores nos anúncios de fuga. Ao analisar as informações contidas nesses anúncios, a autora inferiu sobre a situação em que viviam os escravos, levantou hipóteses sobre a saúde desses indivíduos e identificou aspectos anatômicos das principais condições físicas apresentadas pelos fugitivos, a exemplo de machucados e cicatrizes. Para tanto, a pesquisadora examinou os problemas físicos de cada escravo, de acordo com o saber médico e popular da época.<sup>5</sup>

É relevante registrar que a premissa principal desses autores, ao trabalhar com jornais e anúncios de escravos, é perceber a escravidão e suas relações sociais na perspectiva dos escravos, analisando, assim, fragmentos de seu universo social, em que viviam situações de seu cotidiano, a forma como pensavam e agiam em cativeiro, além de suas variadas formas de resistir ao regime escravista. Nesse sentido, a ênfase desses novos estudos recaiu sobre a recuperação da figura dos escravos como principais personagens dessas abordagens históricas, transformando as relações sociais estabelecidas entre os diversos agentes históricos, a exemplo de senhores, escravos, livres e libertos, no móvel explicativo da dinâmica social do cativeiro.<sup>6</sup>

É importante lembrar que o estudo da escravidão, a partir da figura do escravo, pode esbarrar em problemas sérios, como a falta de fontes, por exemplo, pois a documentação que eles produziram são poucas e limitadas, pois o número de cativos que sabiam ler e escrever era muito reduzido. Todavia, mesmo com essa falta de discursos elaborados pelos escravos,

---

<sup>4</sup> Ver em especial o capítulo II, *Produzindo a liberdade: fugitivos e identidades no Rio de Janeiro*, em que o autor analisa anúncios de fuga de escravos publicados em jornais.

<sup>5</sup> Ver Amantino (2007, p. 1377).

<sup>6</sup> Para saber mais sobre esse aspecto, consultar Lima (2009, p. 39-42).

podemos identificar suas ações e situações diárias através dos indícios contidos em outros tipos de fonte, como os jornais, por exemplo, que, apesar de nos fornecerem, quase sempre, apenas pistas, com o cruzamento de outras fontes, podem nos responder a importantes questões sobre seu cotidiano.

Não se pode deixar de destacar que, além de estudiosos e pesquisadores da história social da escravidão brasileira que utilizaram os jornais como fontes de pesquisa, outros pesquisadores da área linguística usaram esse material para discutir outras questões que envolvem os anúncios relacionados a escravos publicados em periódicos durante o século XIX. Como exemplo desse novo tipo de análise, podemos citar a obra de Ana Josefina Ferrari (2010). Em *A voz do dono: uma análise das descrições feitas nos anúncios de jornal dos escravos fugidos*, a autora utilizou os anúncios de escravos para compreender o discurso presente ou, ainda, a “voz do dono”, a voz que refletia a forma de pensar e de agir do escravo em cativeiro. Já os estudos de Ana Karine Bastos de Holanda (2007) e (2010) discutiram não apenas os anúncios de fuga, mas também os voltados para prática comercial de escravos.

No que se refere ao primeiro estudo, *O léxico dos anúncios de escravos nos jornais do Recife do século XIX -1853-1855*, a autora analisou os diferentes tipos de anúncios que envolviam cativos. Isto porque Ana Karine Bastos de Holanda buscou compreender os aspectos e estratégias publicitárias presentes nos anúncios, que valorizavam o cativo que estava sendo negociado ou foragido. O segundo estudo, *Estratégias publicitárias do anúncio de escravo no jornal do Recife*, a mesma deu continuidade a análise dos anúncios de escravos, enfatizando mais uma vez que nos anúncios de venda e aluguel de cativos a mensagem era composta de adjetivos, os quais possuíam como objetivo ressaltar principalmente as características “positivas” da “mercadoria”.

Por sua vez, a obra do jornalista Wellington Aguiar (1999), *A velha Paraíba nas páginas de jornais*, nos traz uma rica amostragem da Paraíba a partir dos jornais. Todavia, embora esse autor tenha dedicado um capítulo<sup>7</sup> para discutir os diferentes anúncios de escravos publicados nos jornais paraibanos – fuga, compra e venda, leilão etc.- limitou-se a descrevê-los e não fez nenhuma análise mais aprofundada das questões que envolvem esse tipo de fonte. Destacamos, ainda, que o estudo elaborado pelo autor sobre a escravidão na Paraíba mostra-nos uma visão limitada do que seria a escravidão e o papel que os escravos, como sujeitos históricos, desenvolveram nesse momento, uma vez que desconsidera as relações sociais que existiam entre esse segmento populacional e a forma como pensavam e

---

<sup>7</sup> Estamos nos referindo ao segundo capítulo: *Do escravismo à abolição - secas na Paraíba*.

agiam como cativos.

Paralelamente a essas pesquisas esboçadas até o momento, estão os estudos que se dedicaram a discutir a luta e a resistência dos escravos no Brasil e, conseqüentemente, na Paraíba. Flávio Gomes (1996) argumentou que, por meio de uma revisão crítica, vários autores têm demonstrado, atualmente, como os aspectos históricos da resistência negra são complexos, multifacetados e atravessam vários períodos e regiões da escravidão, deixando de enfatizar apenas como forma de resistência escrava à formação de quilombos e insurreições escravas.<sup>8</sup> Porém, as fugas escravas continuaram e continuam a ser estudadas pela historiografia brasileira mais recente, entretanto, são discutidas com um novo enfoque, em que se consideram os movimentos de fuga firmemente vinculados às experiências históricas dos escravos e à forma como eles pensavam e agiam diante do sistema escravista. Nesse cenário, os escravos deixaram de ocupar a posição de vítimas e de heróis para assumir um papel ativo na sociedade, tanto no plano social, através de pequenas conquistas diárias, quanto no econômico, no cultural e no judicial.

Sobre esse aspecto, João José Reis e Eduardo Silva (1989) afirmaram que os escravos não foram vítimas e heróis o tempo todo, porquanto, ao lado da presente violência, havia um espaço social, que se tecia tanto de barganhas quanto de conflitos e negociações. Os mesmos autores salientaram que, quando a negociação falhava, ou sequer chegava a ser realizada por intransigência senhorial e impaciência cativa, abriam-se caminhos de ruptura, e a fuga foi um deles.<sup>9</sup> Acrescentamos que os escravos fugiam também por outros motivos: o próprio sistema escravista, que negava sua condição como ser humano, castigos e abusos físicos, separação de famílias por vendas e transferências, além da busca de viver em liberdade.<sup>10</sup> Para Amantino (2007), as evidências de condições patológicas, levantadas com base nos anúncios, pela sua natureza e frequência com que ocorriam, reforçam a ideia de que um dos grandes motivos que levavam os escravos a fugir foram os maus-tratos, infligidos, talvez, com a intenção de marcar o corpo como lição para aquele e outros rebeldes.

Por outro lado, pesquisadores vêm discutindo também, nos últimos anos, a saúde e as condições físicas dos escravos, problematizando questões acerca das condições cotidianas em que viveu a população cativa no Brasil durante o século XIX, como, por exemplo, as

---

<sup>8</sup> Estudos mais recentes sobre a escravidão no Brasil e a resistência escrava, como, por exemplo, os de Reis e Silva (1989) e Carvalho (1998), têm demonstrado outras formas de resistência por parte dos escravos, como barganhas e negociações.

<sup>9</sup> Na visão desses autores, os escravos mais negociaram do que lutaram, efetivamente, o que provocou uma ruptura do sistema, na maioria das vezes, quando a negociação falhava ou não chegava a acontecer.

<sup>10</sup> O conceito de liberdade utilizado neste estudo é o de Marcus Carvalho (1998), que a concebe como um processo de conquistas que poderiam ser graduais ou bruscas, no caso de fugas.

condições de trabalho, castigos, moradia, alimentação e vestuário. Isso se deve ao fato de que a produção historiográfica brasileira vem sendo enriquecida por contribuições de outras áreas, como antropologia e saúde, que abrem novas perspectivas de estudo e investigação a respeito da saúde, das doenças e da cura dos escravos.

Ângela Porto (2008) referiu que, na historiografia brasileira, a questão da saúde e da doença do escravo tem sido analisada apenas indiretamente nos trabalhos acadêmicos sobre a escravidão e que os múltiplos aspectos relacionados a essa questão são parcialmente conhecidos e se encontram dispersos em fontes primárias de origens diversas. Porém, a mesma autora salientou que, nos últimos anos, esse quadro tem mudado, pois teses recentes encontram no estudo das práticas de saúde, doença e cura um espaço de interessante valor histórico para a observação das tensões, dos conflitos e das negociações na sociedade escravista, como, por exemplo, o trabalho organizado por Dilene Nascimento e Diana Carvalho (2004), *Uma história brasileira das doenças*, que traz diversos artigos que trabalham a doença a partir de diversos aspectos, inclusive sobre as doenças dos escravos.

Essa produção de pesquisas científicas que problematizam a questão da doença e, conseqüentemente, da saúde e da cura, revelam o espaço que a história das doenças vem conquistando dentro das produções historiográficas e mostram que esse objeto de estudo deixou de ser analisado exclusivamente pela medicina. Em relação à doença como objeto de análise, Anny Silveira e Dilene Nascimento (2004) destacaram que é possível, pois existe uma historicidade nas doenças ligada a todos os acontecimentos do ser humano e que, assim como a história, a doença, como um fenômeno, é uma construção.

Dentro desse contexto, a história da doença dos escravos ganhou espaço na medida em que a historiografia da escravidão abriu caminho para novas abordagens e perspectivas sobre a temática, sobretudo acerca da condição social dos escravos e de suas formas de luta e de resistência ao sistema escravista. Isso porque as condições do cativo foram determinantes para o desenvolvimento das doenças entre os escravos, que resultaram, muitas vezes, em altos índices de mortalidade entre eles, o que passou a ser um ponto essencial para os pesquisadores que se propõem a discutir as condições de vida da população escrava.

No que diz respeito aos estudos históricos realizados na Paraíba que se dedicaram ao estudo da escravidão, temos os estudos das autoras Diana Galliza (1979) e Ariane Sá (2005)<sup>11</sup>. Partindo de uma perspectiva marxista, a primeira autora analisou, em *O Declínio da escravidão na Paraíba- 1850-1888*, o papel do escravo na economia rural paraibana nas

---

<sup>11</sup> Este estudo foi elaborado na década de 1990, mas publicado em livro no ano de 2005.

últimas décadas da escravidão e o processo que levou ao declínio da escravidão na Paraíba, sobretudo a partir do tráfico interprovincial e dos movimentos emancipacionistas e abolicionistas. Já a segunda autora, seguindo a vertente historiográfica da história social da escravidão, discutiu, em sua pesquisa *Escravos, livres e insurgentes: Parahyba (1850-1888)*, os últimos anos da escravidão na Paraíba. Sá deu destaque ao processo de transformação do trabalhador escravo em liberto e do homem livre em trabalhador regular, às formas como os escravos se manifestavam e resistiam ao cativo e à atuação dos movimentos abolicionistas. Além disso, a autora discutiu, em sua obra, dois movimentos sociais que aconteceram na Paraíba nesse período: Ronco da Abelha (1851-1852) e Quebra Quilos (1874-1875), em que enfatizou suas vinculações econômicas e sociais, sobretudo a partir das formas de manifestações políticas dos homens livres, libertos e cativos.

Esses estudos da escravidão na Paraíba nos trazem importantes contribuições para novas pesquisas que estão sendo desenvolvidas sobre essa temática. Isto porque, no primeiro caso, a autora, por meio de livros e notas de tabeliões, discutiu as relações entre senhores e escravos, buscando compreender os principais aspectos que acarretaram o declínio da escravidão na Paraíba, além de analisar a presença do escravo na pecuária sertaneja. No segundo caso a autora trouxe para o centro das discussões a atuação dos escravos em busca da liberdade, assim como os movimentos sociais, leis e medidas que mudaram a rotina das províncias do norte<sup>12</sup> nas últimas décadas da escravidão, sobretudo no que diz respeito à substituição do trabalho escravo pelo livre.

Desta forma, nos últimos anos, os historiadores sociais da escravidão vêm dialogando criticamente com essas análises anteriores, trazendo novos questionamentos a partir desse campo de estudo, o que contribuiu para aumentar a discussão que envolve o sistema escravista na Paraíba. Nesse campo, destacam-se os estudos de Solange Pereira da Rocha (2009), Luciano Mendonça de Lima (2009) e Maria da Vitória Lima (2010), que partiram de uma perspectiva da história social da escravidão para estudar aspectos ligados ao cotidiano dos escravos. Além disso, esses estudiosos, para discutir aspectos ligados à escravidão na Paraíba, utilizaram-se não apenas de novas abordagens e questionamentos, mas também de outros tipos de fonte, a exemplo dos jornais que iremos analisar.

No primeiro caso, em seu estudo *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual*, Rocha analisou, através de fontes cartoriais, paroquiais e

---

<sup>12</sup> Conforme Ariane Sá (2005, p.12), a região Norte no oitocentos corresponde à área compreendida do Recôncavo Baiano ao Amazonas.

impressas, a vida, a conjuntura econômica e as relações familiares estabelecidas entre população negra da Paraíba no oitocentos. Aprofundando essa discussão acerca da organização familiar, a autora demonstrou que, ao contrário do que se pensou durante muito tempo, existiram diferentes tipos de relações de parentesco entre a população do século XIX, que diferem do modelo patriarcal colonial ou nuclear das sociedades modernas. Ou seja, a pesquisadora nos apresenta, a partir das fontes, estruturas de famílias negras na Paraíba, que envolviam não apenas livres e libertos, mas também escravos.

Luciano Mendonça de Lima, em *Cativos da “Rainha da Borborema”: uma história social da escravidão em Campina Grande- Século XIX*, discutiu a escravidão no município de Campina Grande, estado da Paraíba, enfatizando aspectos no processo de formação de uma cultura de resistência dos escravos em cativeiro ao longo do século XIX, a partir da dinâmica histórica em que eles estavam inseridos. O autor, ainda, buscou analisar as origens étnicas dos escravos desse município, relacionando seus vínculos com a história do tráfico intercontinental de escravos para o porto de Recife e redondezas, e consequentemente os padrões de distribuição e posse desses cativos entre os proprietários locais. Para tal estudo, o autor se utilizou de uma base documental composta de inventários *post-mortem*, anúncios de fuga, processos criminais e ações cíveis de liberdade e escravização.

Por sua vez, temos o estudo de Lima (2010), *Liberdade interdita, liberdade reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista: Século XIX*, em que a autora discutiu aspectos da resistência escrava na perspectiva dos escravos, o perfil dos fugitivos, situações de seu cotidiano, a crioulezização demográfica da escravaria, suas relações de solidariedade, a forma como organizavam seus movimentos de fugas, assim como os motivos que levaram os escravos a praticarem tais atos. A autora nos traz também algumas histórias de escravos fugitivos, durante as últimas décadas da escravidão, a partir, sobretudo, de anúncios de fuga e correspondências do governo da Paraíba a diversas autoridades, as quais revelam as prisões de alguns deles. Para tal análise, a pesquisadora recorreu a uma importante base documental, composta por: correspondências de Chefes de polícia, relatórios de Presidentes de província, inventários *post-mortem* e anúncios de escravos fugidos publicados em periódicos paraibanos.

Então, podemos perceber que esses últimos estudos desenvolvidos na Paraíba sobre a escravidão trouxeram uma importante contribuição teórica e metodológica da história social da escravidão, pois nos traz uma nova abordagem da temática em questão, a partir do uso de novas fontes, que possibilitaram compreender o universo social em que os escravos inseridos, suas relações de parentesco, a forma como pensavam e agiam em cativeiro, além de sua luta em busca da liberdade. Através desse novo referencial teórico-metodológico e do uso dessas

novas fontes de pesquisa - fontes paroquiais, cartoriais, processos criminais, correspondências dos Chefes de polícia, jornais, entre outras – vimos que é possível recuperar aspectos importantes das relações sociais dos cativos, assim como algumas de suas experiências e histórias.

É nessa perspectiva da história social, descrita anteriormente, que se insere meu trabalho de Mestrado, na Linha de Pesquisa em História Regional, no grupo de estudos Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista, que tem como objeto de estudo os anúncios referentes a escravos contidos nos periódicos paraibanos que circularam nas últimas décadas da escravidão. Através dos anúncios<sup>13</sup> será possível compreender aspectos do universo social em que viviam os escravos na Paraíba, durante esse período, demonstrando claramente situações de seu cotidiano, como cativos, e sua resistência à escravidão, pois, “mesmo com os limites e a violência impostas pelo sistema escravista, construíram uma lógica de sobrevivência e de resistência” (ROCHA, 2009, p.139).

No início da pesquisa, o objetivo principal era o de examinar as formas de resistência à escravidão que os escravos utilizavam, por meio dos anúncios de fuga publicados nos jornais paraibanos entre 1850 e 1888. Porém, antes de adentrar esse espaço, foi necessário compreender aspectos relacionados aos outros tipos de anúncio, que envolviam escravos, para que pudéssemos analisar melhor suas relações sociais. Isso permitiu que se desenvolvesse um estudo mais específico das relações sociais em que estavam inseridos os escravos, assim como restituí-los de sua condição de sujeitos sociais, através da análise de suas variadas experiências históricas.

É importante destacar que este estudo é pioneiro na Paraíba, porquanto os pesquisadores que utilizaram os anúncios de escravos para analisar aspectos da escravidão paraibana discutiram, em sua grande maioria, apenas situações relacionadas à resistência e não utilizaram todo o material disponível para análise. Desta forma, buscaremos ampliar as análises com esse tipo de fonte, buscando compreender e aprofundar aspectos voltados para o lazer, trabalho, condições físicas e de saúde, além de relações familiares estabelecidas entre os cativos. As questões relacionadas à resistência dos escravos também serão discutidas no decorrer deste estudo, mas por meio de um levantamento sistemático das fontes, ou seja, através de todos os anúncios de fuga, coletados nos jornais, que estavam disponíveis para pesquisa<sup>14</sup>, serão identificados o perfil dos escravos fugidos e algumas das razões para os atos

---

<sup>13</sup> Esses anúncios de escravos são de compra, venda, aluguel, leilões, avisos e de fugas.

<sup>14</sup> O levantamento dos anúncios de escravos foi realizado em quatro arquivos: o do IHGP, o da Casa Fundação José Américo e dos acervos digitais do CCHLA da UFPB e da Biblioteca Nacional. Porém não foi possível fazer

de fuga e estratégias de sobrevivência empregadas por eles para permanecerem ocultos. Acrescentamos que, além dos anúncios de fugas, serão discutidos os outros tipos de anúncios coletados relacionados aos escravos, como os de compra e venda, aluguel, permuta, leilões etc., para que possamos compreender as relações comerciais que envolviam os escravos e as mudanças políticas e econômicas que foram ocorrendo ao longo da segunda metade do século XIX. Também serão analisadas, através dos anúncios, as condições físicas e de saúde dos escravos na Paraíba. Esse último é, portanto, um estudo pertinente, por não ter sido realizado ainda.

Não poderíamos deixar de discutir sobre a metodologia relacionada às fontes de estudo para compreender e analisar as questões expostas. Como sabemos, as fontes históricas que envolvem a questão da escravidão no Brasil e, conseqüentemente, na Paraíba, trazem alguns obstáculos quando se trata de compreender aspectos da história da escravidão na perspectiva dos escravos, pois são poucos os registros diretos que relatam suas experiências como cativos. Entretanto, como vimos há pouco, nas últimas décadas, os historiadores interessados no estudo da escravidão, no Brasil, têm buscado superar essas dificuldades de caráter metodológico, explorando e analisando os mais variados tipos de fontes, como, por exemplo, os anúncios de escravos.

Os jornais que circularam na Paraíba, entre os períodos de 1850 e 1888, serão nosso objeto e nossa base documental. Com essa fonte de conhecimento, analisaremos os diversos tipos de anúncios que envolvem os escravos, buscando compreender aspectos do seu cotidiano, como as relações de trabalho, a busca por viver em liberdade e as estratégias que utilizavam para fugir do cativeiro. Além dos anúncios contidos nos jornais, utilizaremos as notícias de crimes que envolvem escravos, posto que possibilitam ao pesquisador reconstruir aspectos ligados à resistência dos escravos e trazem importantes informações, como a atuação das autoridades policiais, os crimes mais cometidos por escravos, os motivos que os levaram a cometê-los e as punições impostas aos criminosos. Todavia, a utilização dos jornais como fontes de conhecimento revelaram algumas dificuldades de pesquisa, uma vez que grande parte do acervo não se encontra mais nos arquivos, o que deixou algumas lacunas em relação aos resultados obtidos, como o número exato de anúncios de fugas de escravos publicados nos jornais nas últimas décadas da escravidão.

---

um levantamento de 100% dos anúncios, pois muitos jornais não se encontram em condições de pesquisa ou não existem mais nos arquivos.



No desenvolvimento da pesquisa, além dos jornais, utilizaremos fontes complementares que nos ajudarão a preencher algumas lacunas e a dar respostas silenciadas pelos periódicos, como os relatórios de Presidentes de província e Chefes de polícia, censos populacionais, correspondências da polícia, recibos de venda e compra de escravos e dois inventários. Essas fontes serão utilizadas com o intuito de mostrar, com mais clareza, as tensões e os conflitos da sociedade escravista paraibana, assim como as relações econômicas e sociais que envolviam os escravos, como o “comércio de gente”<sup>15</sup> e sua ligação com o declínio da escravidão na Paraíba.

O material pesquisado para a elaboração deste estudo foi catalogado e organizado sequencialmente, de acordo com as décadas e os tipos de anúncio. Estabelecemos uma série de dados quantitativos e qualitativos, para dar sustentação aos argumentos e às hipóteses levantadas, conforme veremos adiante. De alguma forma, esse material catalogado estará presente nos quatro capítulos do estudo, especialmente naquele em que trataremos das relações comerciais que envolviam os escravos e o que analisará suas fugas na Paraíba.

O estudo e a análise dos jornais revelam que os escravos pensavam e elaboravam estratégias de sobrevivência antes de fugir, o que deixa claro que eles agiam de acordo com racionalidades próprias. Além de permitir a discussão dos movimentos de fugas elaborados pelos escravos, os jornais também possibilitam ao pesquisador reconstruir aspectos da vida cotidiana dos escravos e a respeito da pessoa escrava, já que, geralmente, informam o nome, a origem, a cor da pele, o ofício, as condições físicas, entre outros aspectos. Todos esses dados, somados às informações das outras fontes, nos permitirão estabelecer um perfil dos escravos que fugiam e o dos que eram postos à comercialização nos jornais.

O título escolhido, *Retrato falado: o perfil dos escravos nos anúncios de jornais na Paraíba (1850-1888)*, refere-se ao fato dos anúncios de fuga nos trazerem características minuciosas da aparência física dos escravos, a ponto de parecerem um retrato falado. Dentro desse aspecto temos a cor da pele, tipo de cabelo, estatura óssea, condição física e de saúde, olhos, pés e mãos. Desta forma, achamos relevante a utilização do mesmo, já que analisaremos, durante todo o estudo, as características dos escravos e as demais informações contidas nos anúncios de fuga, assim como: os de aluguel, leilões, avisos, venda e compra de cativos. E mais, diversos anúncios de fuga não se limitavam apenas a descrever a aparência física dos cativos, eles nos traziam importantes informações a respeito da maneira de falar,

---

<sup>15</sup> Expressão utilizada por Rocha (2009) para se referir à comercialização de escravos.

andar, vestir, de possíveis estratégias dos fugitivos para permanecerem escondidos, além de aspectos culturais e psicológicos.

O termo “escravo”, presente no título e ao longo deste estudo, será empregado em virtude de ser o termo utilizado e encontrado na documentação da época estudada. Sabemos que, atualmente, muitos pesquisadores utilizam o termo “escravizado” ao analisar aspectos da escravidão e concordam com a posição de Mário Maestri (2003) de que o termo “escravo” é pouco conveniente como categoria científica, já que essa denominação, de origem essencialmente senhorial, era pouco utilizada pelos trabalhadores escravos, que se autodenominavam, geralmente, como cativos, o que representaria uma situação transitória e nulamente natural. Porém, mesmo assim, achamos mais adequado utilizar o termo “escravo”, pois o vocábulo “escravizado” não foi encontrado em toda a documentação que será discutida.

Por sua vez, o espaço regional e temporal analisado será a Paraíba, entre os anos de 1850 e 1888. Isso se deve ao fato de que, nesse período, no Brasil, a configuração da sociedade escravista começou a passar por mudanças, devido à proibição efetiva do tráfico internacional de escravos (1850), à concessão da liberdade para os filhos de escravas nascidos a partir da Lei do Ventre Livre (1871), à aprovação da Lei dos Sexagenários (1885), que dava liberdade aos escravos que completassem 60 anos, a título de indenização e, finalmente, a que oficializou o fim da escravidão, a Lei Áurea (1888), visto que a escravidão, nesse momento, já havia quase chegado ao fim, pois grande parte dos escravos já estava liberta, e os que não estavam abandonavam as fazendas e os domínios de seus senhores.<sup>16</sup>

É importante destacar que, nas últimas décadas da escravidão, a Paraíba encontrava-se em crise econômica, em consequência das constantes secas que assolavam o Nordeste e do declínio do preço do açúcar ocasionado pela concorrência com o açúcar da beterraba fabricado pelos europeus, cujo preço era menor e tinha mais qualidade, visto que era produzido com meios mais aperfeiçoados que os do Brasil. Esses fatores levaram muitos senhores de escravos a se desfazerem de sua mão de obra, vendendo-os para outros lugares e regiões. Soma-se a isso a aprovação da Lei Euzébio de Queiroz (1850), que estabeleceu o fim do tráfico internacional de escravos para o Brasil, o que ocasionou um déficit de mão de obra na Região Sudeste, que estava em pleno desenvolvimento das lavouras de café.

---

<sup>16</sup> É importante destacar que a mão-de-obra escrava foi sustentáculo da economia da Paraíba, desde os tempos coloniais. Foi a mão-de-obra cativa que possibilitou o desenvolvimento da lavoura de cana-de-açúcar, principal atividade econômica do período colonial paraibano. O primeiro engenho foi fundado em 1586 nas terras banhadas pelo Tibiri. Posteriormente, à medida que as unidades açucareiras se desenvolviam pela várzea do rio Paraíba, aumentou a necessidade e consequentemente o número de cativos. Sobre este aspecto ver: GALLIZA (1979), em especial o capítulo *Vida Econômica da Paraíba e mão-de-obra escrava na segunda metade do século XIX*.

Consequentemente, os fazendeiros dessa região, que precisavam do fornecimento de escravos, passaram a comprar os das regiões que estavam em decadência econômica, como, por exemplo, a Paraíba. Assim, o tráfico interprovincial de escravos aumentou.

Os escravos enviados do Nordeste para o Sudeste não vinham diretamente das plantações de cana de açúcar, como referiu, durante muito tempo, a historiografia. Para Richard Graham (2002), pelo fato de a exportação nordestina de açúcar não estar mais em expansão nesse período, há uma falsa convicção de que os senhores de engenho vendiam seus escravos para o Sul, o que não era usualmente o caso, pois a mais importante fonte, em longo prazo, para o tráfico interprovincial de escravos foram as pequenas e as médias propriedades agrícolas. Seguindo essa mesma linha de interpretação, Robert Conrad (1978) comentou que esse comércio interprovincial de escravos não era sem precedentes, pois, durante centenas de anos, no Brasil, os escravos haviam sido movidos para regiões do país onde eram mais necessários e onde poderiam ser vendidos em preços melhores. Desta forma, o mesmo autor ressaltou que o crescimento ou o declínio da população cativa nas diversas regiões do Brasil dependiam diretamente de seu processo econômico relativo. Ou seja, os fazendeiros ou residentes das cidades da Paraíba poderiam vender sua mão de obra em razão de alguma crise econômica, conforme destacou Richard Graham, ou simplesmente pelo aumento da oferta.

De acordo com Kátia Mattoso (2001), essa nova modalidade do tráfico culminou com o aumento do preço dos escravos, e para seus donos, com o aumento do “capital vivo”. A mesma autora chamou a atenção para o fato de que os senhores poderiam comercializar seus escravos em momentos de crise econômica ou beneficiar-se deles através do nascimento de crianças em suas senzalas, já que se tornavam valiosos tanto no mercado quanto em seu trabalho. Na Paraíba, esse tráfico interprovincial de escravos deslocou um grande número de cativos do sexo masculino para o Centro Sul, deixando em seu território mais mulheres escravas<sup>17</sup>, conforme podemos constatar:

---

<sup>17</sup> Para obter mais informações a esse respeito, consultar a obra de Rocha (2009).

**Quadro 1- População escrava na Paraíba (1860-1884)**

ANO	SEXO MASCULINO	SEXO FEMININO	TOTAL
1860	-	-	28.473
1875	11.579	11.063	22.642
1884	9.207	10.571	19.778
1887	4.059	5.037	9.106

**Fonte:** Elaboração própria, a partir das informações dos Relatórios dos Presidentes de província dos anos de 1864, 1875, 1884 e 1887. No que se refere ao de 1887, não constam os cativos de Pombal e de Princesa, já que não haviam sido remetidas as listas de matrícula.

Podemos perceber que entre os anos de 1860 e 1887, a população escrava da Paraíba declinou de 28.473 para 9.106 indivíduos, o que representa uma diminuição de mais de 19.000 escravos. Se colocarmos essa diminuição conforme o sexo, veremos que, nos cativos de sexo masculino, o número diminuiu muito mais, pois representavam 11.579, para 11.063 mulheres, em 1875, e 4.059, para 5.037 mulheres, em 1887. Isso poderia ser resultado do tráfico interprovincial, que teria deslocado mais escravos do sexo masculino. Todavia, não podemos afirmar que o tráfico interprovincial foi o único responsável pelo declínio da escravidão na Paraíba, visto que, nas últimas décadas do século XIX aconteceram diversas secas e epidemias, como a cólera, por exemplo, que fizeram com que a população, não só de escravos, diminuísse. Destacamos, também, as libertações de escravos que estavam acontecendo através do fundo de emancipação<sup>18</sup>, as compras de alforrias por escravos e a lei dos sexagenários, que libertou os escravos que tinham acima de 60 anos, a título de prestação de três anos de serviço, para os que não tivessem atingido a idade de 65 anos, a idade limite para prestação de serviço. Houve situações em que os próprios senhores libertaram seus cativos devido às campanhas abolicionistas que estavam acontecendo em todo o território brasileiro em fins da década de 1880:

Liberdade: O nosso amigo e correligionário, o Rvm. Sr. Capitão padre Theodolino Antônio da Silveira Ramos concedeu carta de liberdade, em 31 do mez findo, à sua escrava de nome Alexandrina, de 51 annos de idade, em louvor do santo mez de maio. Era a única, que lhe restava de seus escravos, que anteriormente já havia libertado sem ônus algum.

<sup>18</sup> A Lei 2.040, ou Rio Branco de 1871, criou um fundo de emancipação para ser usado na manumissão de escravos em todas as províncias, além de conceder ao escravo o direito legal de guardar pecúlio (economia) para comprar sua alforria.

Esse acto de filantropia do digno sacerdote atesta em alto grao os sentimentos humanitários de que é dotado, e revela o seu entranhamento amor a nossa santa religião, da qual incançavel e zeloso ministro. Aceite o digno sacerdote e nosso prezado amigo os cumprimentos, que com satisfação lhe dirigimos. (*Jornal da Parahyba*, 1/06/1886, IHGP).

Esses, porém, não foram os únicos fatores que ocasionaram o declínio da escravidão na Paraíba. Em consequência da venda de escravos e, paralelamente, a separação de cônjuges e filhos, muitos escravos passaram a fugir para diversas regiões e para cidades próximas, em busca de retomar antigos laços familiares e senhoriais. Diante desse cenário, muitos donos de escravos passaram a publicar anúncios de escravos fugitivos nos jornais, com o objetivo de capturá-los. Todavia, os anúncios relacionados a escravos não eram apenas os de fuga, mas também relacionados à atividade comercial, o que refletia a prática discursiva e histórica de uma sociedade que vivia sob o regime escravista e que ainda via o negro como uma “mercadoria”.

Assim, a partir de pesquisas realizadas nos jornais paraibanos que circularam na Paraíba, durante a segunda metade do século XIX, mais precisamente entre 1850 e 1888, foram levantados, catalogados e transcritos 351 anúncios<sup>19</sup> referentes a escravos em diversas situações, conforme disposto no quadro a seguir.<sup>20</sup>

**Quadro 2 – Anúncios de escravos: Paraíba (1850-1888)**

FUGA	LEILÃO	COMPRA	VENDA	ALUGUEL	AVISO	TOTAL
129	38	44	60	56	24	351

**Fonte:** Elaboração própria, a partir das informações contidas nos periódicos da Paraíba (1850-1888) do acervo documental do IHGP, da Casa Fundação José Américo e dos acervos digitais do CCHLA-UFPB e da Biblioteca Nacional.

Como vimos, em nossa pesquisa, conseguimos localizar 351 anúncios que versam sobre as mais diferentes situações - fugas, leilões de escravos, compra, venda e aluguel de escravos e avisos<sup>21</sup> - que oferecem um painel das relações sociais vivenciadas pela sociedade paraibana, que ainda tratava o indivíduo escravo como um bem de valor. É importante

<sup>19</sup> Não foi possível desenvolver a pesquisa em alguns periódicos, devido às péssimas condições de conservação, então, foram expostos apenas os dados dos anúncios encontrados nos periódicos que estavam disponíveis para consulta.

<sup>20</sup> Esse número ainda se torna maior se levarmos em consideração que muitos desses anúncios se repetem diversas vezes e em diferentes meses do ano, conforme iremos discutir no capítulo IV.

<sup>21</sup> Quando empregarmos, ao longo do estudo, a denominação “avisos”, estaremos nos referindo a anúncios publicados nos jornais que visavam fornecer alguma informação que envolvia escravos, como, por exemplo, os que relatavam que as pessoas não deveriam fazer determinado negócio com o escravo “y”, já que ele estava penhorado.

destacar que, para determinadas décadas e anos, há um número significativo de anúncios, mas, para outros, não. Isso se deve ao fato de que parte do material não está disponível para pesquisa, devido ao péssimo estado de conservação ou mesmo por não existir mais no acervo. Assim, para minimizar as lacunas deixadas pela ausência de alguns anúncios, a solução foi fazer o cruzamento com as outras fontes, no sentido de explicar argumentos e questionamentos levantados. Isso será possível porque, mesmos que não tenhamos um número exato de anúncios publicados, essas fontes, “após a depuração sistemática, podem fornecer ricas informações quantitativas sobre inúmeros aspectos da estrutura e dinâmicas das populações escravas” (MOTT, 1986, p. 3).

Num primeiro momento, pensando a cultura histórica como “algo que remete ao objeto central da História, que é a produção de conhecimento” (ARRUDA, 2007, p. 30), buscaremos compreender aspectos do universo social em que vivia o escravo na Paraíba, a partir de vestígios e de indícios contidos nos anúncios de escravos. Associa-se a isso a produção historiográfica de estudiosos que trabalharam com anúncios de escravos como fontes históricas e de conhecimento, que ajudarão a responder aos questionamentos e às análises deste trabalho e a fazer uma análise comparativa das questões apresentadas.

No que diz respeito à estrutura, esta pesquisa foi dividida em quatro capítulos, incluindo esta **introdução**, que traz uma discussão historiográfica sobre a escravidão no Brasil, enfocando, sobretudo, as relações sociais e econômicas em que os escravos estavam inseridos, as diversas formas de resistência que empregavam e uma discussão sobre os estudos voltados para a saúde e as doenças deles. Em seguida, apresentamos uma análise de alguns estudos sobre a escravidão na Paraíba, buscando identificar informações que ajudassem a responder aos questionamentos levantados sobre a população escrava, durante a segunda metade do século XIX, e a metodologia empregada para o desenvolvimento da pesquisa.

No capítulo II – **A Imprensa e a comercialização de escravos** – faremos uma abordagem acerca do papel da imprensa na comercialização dos escravos, para compreender o universo social e comercial em que os cativos estavam inseridos. Também serão discutidos e analisados os anúncios de compra, venda e aluguel de escravos, os anúncios de leilão e os avisos, com o objetivo de analisar as mudanças econômicas, sociais e políticas que ocorreram nesse período. E mais, por meio desses anúncios será possível perceber que o sistema escravista envolveu praticamente todas as atividades produtivas existentes na Paraíba, e não apenas aquelas ligadas ao setor exportador. Desta forma, esse capítulo se justifica tanto pelas lacunas existentes na historiografia, já que poucos estudos tratam dessa questão, quanto pelo

desenvolvimento inicial das questões que envolvem o objeto de estudo, ou seja, a análise dos anúncios de jornais de escravos. Isso se deve ao fato de que é preciso compreender bem mais a função dos anúncios nas relações econômicas que envolviam os escravos na Paraíba, uma vez que grande parte das transações comerciais era iniciada por meio dos anúncios ou na tipografia onde o jornal era impresso. Além dos anúncios comerciais de escravos, analisaremos os recibos de compra e venda de escravos e dois inventários. Isso será necessário porque os anúncios comerciais, como os de venda, por exemplo, não contêm informações a respeito do preço do escravo, o que dificultaria, sobretudo, compreender a comercialização do escravo nas décadas estudadas, já que, como veremos adiante, houve variações em seu preço. Além disso, as outras fontes que serão utilizadas nos trazem informações importantes, como o nome do escravo, os valores de impostos e os nomes de antigos e novos senhores.

No Capítulo III - **As condições físicas e de saúde dos escravos nos anúncios de jornais da Paraíba (1850-1888)** - faremos uma análise de todos os anúncios coletados, para identificar vestígios que revelem a condição de cativo em que viviam os escravos na Paraíba, como: moradia, vestimentas, alimentação e condições higiênicas e de trabalho. Assim discutiremos sobre suas condições físicas e de saúde, já que esses fatores foram determinantes para o desenvolvimento das doenças e, conseqüentemente, os problemas de saúde. Dadas essas premissas gerais, teceremos algumas considerações sobre as doenças e os problemas de saúde que mais atingiram essa população e os tratamentos de saúde e de cura utilizados nesse momento. Ademais, destacaremos a atuação das autoridades locais na prevenção das doenças - a vacinação, a construção do cemitério público e o saneamento das ruas - buscando perceber como essas práticas higienistas mudaram a forma de viver e de pensar da sociedade.

No Capítulo IV- **Escravos fugidos: uma análise sobre o seu perfil e suas estratégias de fuga** – analisaremos, particularmente, os anúncios de fugas dos escravos que circularam nos periódicos da Paraíba durante a segunda metade do século XIX. Faremos uma abordagem sobre a fuga como uma forma de resistência e negação ao sistema escravista, identificando indícios que comprovem que eles agiam de acordo com estratégias e racionalidades próprias. Além disso, buscaremos analisar o perfil dos escravos que fugiam, buscando identificar informações a respeito das décadas em que mais foram publicados os anúncios de fuga, se predominavam os escravos do sexo masculino ou feminino, a idade em que costumavam fugir e se essas fugas aconteciam individualmente ou em ações coletivas. Discutiremos, ainda, sobre a atuação da polícia e da população na captura dos “fujões”, com a finalidade de entender o processo de captura e o funcionamento da justiça. A respeito desse

questionamento, serão utilizadas as correspondências dos Chefes de polícia e notícias de jornais sobre a captura e a prisão de escravos. E mais, abordaremos casos de escravos que não buscaram romper com o sistema escravista propriamente dito, mas buscaram o que, provavelmente, seria um cativeiro mais justo. Enfim, serão discutidos os dados dos relatórios dos Presidentes e dos Chefes de polícia, para que haja um cruzamento de fontes, por meio do qual encontraremos dados que nos levem a compreender alguns dos vários motivos que levaram os escravos a fugir, ou, permanecer em cativeiro.

Nas considerações finais, sistematizaremos os resultados obtidos pela pesquisa e retomaremos as questões centrais do estudo, para ressaltar os argumentos e as questões respondidas e explicitar a pertinência de hipóteses que foram levantadas ao longo do estudo.



## CAPÍTULO II - A IMPRENSA E A COMERCIALIZAÇÃO DE ESCRAVOS

### 2.1 Imprensa e escravidão na Paraíba

Para compreender a realidade dos escravos na Paraíba Oitocentista, através dos anúncios de jornais da segunda metade do século XIX, é necessário analisar a importância da imprensa na reconstrução desse contexto histórico que era o cativeiro.

Conforme Venâncio e Casasca (2007), no Brasil, até 1808, a impressão de livros e de jornais era proibida e só começou a ser realizada a partir da chegada da Família Real, em consequência da necessidade de se imprimir os atos do governo e divulgar notícias interessantes à Coroa. Porquanto, vincula-se às transformações nos espaços públicos e à modernização política cultural das instituições. Com a fundação da Imprensa Régia, em 13 de maio de 1808, passaram a circular alguns jornais no Brasil<sup>22</sup>, como a *Gazeta do Rio de Janeiro*<sup>23</sup> e o *Correio Brasiliense*. Fátima Araújo (1983) afirmou a respeito deste último jornal, que este entrava clandestinamente no Brasil, uma vez que sua circulação era proibida durante a dominação portuguesa, e suas ideias, divulgadas, estavam voltadas para a libertação do Brasil do domínio português.<sup>24</sup> É importante salientar que esses jornais, além de trazer notícias internacionais, noticiavam aspectos sobre a vida administrativa e social do Reino, sendo então uma importante fonte de pesquisa para o estudo dessa época.

Conforme a mesma autora, na Paraíba, contudo, o primeiro jornal foi publicado apenas em 1826, ou seja, mais de uma década depois da instalação da Imprensa Régia no Brasil. Denominado de *Gazetta do Governo da Parahyba do Norte* e impresso na Typographia Nacional da Parahyba, que estava sob a administração de Walter S. Boardman. Esse jornal não circulou durante muito tempo, porque, em meados de 1827, seu fundador e Presidente da província, Alexandre Francisco de Seixas Machado, entregou o governo ao seu sucessor que não mais o publicou. Assim como muitos jornais que circularam na Paraíba durante o século

---

<sup>22</sup> Nos primeiros anos da instalação da Imprensa Régia no Brasil, existia uma censura a respeito do que se poderia publicar e noticiar nos impressos, que só teve fim em 1822, com a independência do Brasil. A partir desse momento, a imprensa passa a se desenvolver em todo o território brasileiro.

<sup>23</sup> Primeiro jornal impresso no Brasil, em 10 de setembro de 1808. A princípio, era editado uma vez por semana, depois, passou a ser trissemanal e, finalmente, semestral. Segundo Araújo (1983), esse jornal foi dirigido pelo Frei Tibúrcio José da Rocha e mostrava-se preocupado tão somente com os acontecimentos que se passavam na Europa.

<sup>24</sup> Esse jornal deixou de circular em 1822, momento em que o Brasil conseguiu ficar independente de Portugal.

XIX, esse periódico era de cunho oficial e político e, por vezes, trazia mais opiniões relacionadas à política do que notícias propriamente ditas. Todavia, concordamos com Socorro Barbosa que restringir os periódicos paraibanos a divulgadores de contendas políticas, afastou, durante muito tempo, alguns historiadores dessa fonte documental para história da cultura. Dando sequência, a mesma afirmou que criticar os periódicos paraibanos pela exiguidade de notícias é desconhecer a função do jornal no século XIX, cujo compromisso era menos com a notícia, uma vez que o jornalista possuía também a função de educador, ou seja, o jornal também era um vínculo de instrução pública.<sup>25</sup>

Araújo (1983) comentou que, durante a monarquia, circularam na Paraíba mais de 50 periódicos e quase todos na capital, a maioria de orientação política e que defendia interesses partidários, ou seja, havia jornais que seguiam a linha de ataque ao poder e outros que assumiam a posição de defesa.<sup>26</sup> Ainda segundo a autora, dos jornais interioranos, tem-se notícia de que apenas 10 circularam na Paraíba, durante o período monárquico – *O Mamanguape* (1863), *O Commercial* (1863), *O Voluntário do Norte* (1868), *Gazeta do Sertão* (1888), *O Alfinete* (1889); *A Gazetinha* (1889), além do *Areense* (1877), *O Século* (1883), *A educação* (1888) e a *Verdade* (1888), estes últimos publicados na cidade de Areia.

Outros jornais foram surgindo na Paraíba, ao longo do século XIX, mas muitos duravam pouco, haja vista que, por tratar de questões políticas, trazer mais opiniões do que notícias, apoiar algum partido político<sup>27</sup> e criticar os demais, foram renegados por algumas camadas da população, o que os impossibilitava de serem impressos por falta de apoio e, conseqüentemente, de financiamento. Além disso, muitos desses jornais não eram publicados todos os dias ou eram editados de forma fragmentada, como o Jornal *A Imprensa* de 1858, que era editado semanalmente, *O Imparcial* de 1861, bissemanal, e o *Argos Parahybano* de 1854, que era editado “quando possível”. Porém, tivemos jornais de circulação diária, como *O Publicador* de 1862, de propriedade do senhor José Rodrigues da Costa, assim como os outros, de cunho político e noticioso. Ainda a respeito desse último jornal, quando passou a ser propriedade dos herdeiros de José Rodrigues da Costa, na década de 1880, começaram a ser publicadas notícias voltadas para a causa abolicionista, não expondo mais em suas páginas

<sup>25</sup> O estudo citado refere-se ao publicado no acervo digital do CCHLA da UFPB, Jornalismo e literatura no século XIX paraibano: Uma história, disponível em: < [www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/estudos/Jornalismo-e-literatura-no-seculo-XIX-uma-historia.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/estudos/Jornalismo-e-literatura-no-seculo-XIX-uma-historia.pdf) >.

<sup>26</sup> Durante a primeira metade do século XIX, foram publicados, na Paraíba, os seguintes jornais: *A Gazeta da Parahyba*, *Petiguaré*, *Correio da Parahyba*, *O repúblico*, *O reformista*, entre outros.

<sup>27</sup> Como exemplos de jornais de cunho político, temos: o *Jornal da Parahyba*, órgão do Partido Conservador em 1863, e o jornal *A Opinião*, do Partido Liberal em 1877. Há ainda, segundo Maria Helena Capelato (1988), periódicos cujos títulos exprimiam o grupo político do qual eram porta-vozes, ou os seus propósitos de luta, como: *O Liberal Parahybano* (1879) e o *Emancipador* (1883).

anúncios comerciais que envolviam escravos, ao contrário dos jornais da década de 1860, que noticiavam fugas, venda e aluguel desses indivíduos.

É importante registrar que muitas tipografias sobreviviam do dinheiro arrecadado com a receita oriunda da venda de assinaturas e publicação de anúncios que, na maioria das vezes, eram poucos e confeccionados de acordo com a linguagem e as necessidades do anunciante. Esse valor arrecadado com assinaturas e anúncios era utilizado, quase sempre, para pagar as despesas de composição, papel e impressão, exceto os jornais que eram financiados pelo governo.

Na sessão dos “classificados”, ou melhor, de anúncios, fazia-se a propaganda comercial de serviços e de venda de mercadorias, entre as quais estavam os escravos. Esses anúncios eram apresentados na forma de notícias e de avisos, o que nos demonstra que não existia uma estrutura fixa para eles e que era um gênero com marcas de personalidade, uma vez que cabia ao anunciante preencher o espaço destinado a sua publicação da maneira que melhor lhe servisse.<sup>28</sup> Izabella Lima (2010) entende que esse gênero, denominado de anúncio, é definido como sendo textos impressos concernentes às necessidades da sociedade para divulgar serviços de compra e venda publicamente, o que nos leva a inferir que variavam de acordo com a época.

Segundo Freyre (1963), desde a estabilização da imprensa no Brasil, que a maioria dos anúncios contidos nesses jornais era a respeito de escravos fugidos. Nas pesquisas em periódicos que circularam na Paraíba, foi possível verificar que, já no periódico do ano de 1826, noticiavam-se fugas de escravos que, na verdade, não se tratava de um anúncio de fuga, mas de um texto consideravelmente extenso (Anexo 1), quando comparado às fugas noticiadas através de anúncios dos periódicos da segunda metade do século XIX. Esse aspecto acaba evidenciando que, com o passar das décadas, os anúncios de fugas adequaram-se às necessidades da sociedade, e sua intenção de capturar os fujões se tornou mais objetiva.

Ressalta-se, todavia, que não eram apenas os anúncios de fuga de escravos que ocupavam a parte dos “classificados” dos jornais. Era comum encontrar anúncios referentes à venda e à procura de escravos para alugar ou comprar, de amas de leite, de leilões e de avisos, em que constam características que possibilitam analisar o contexto comercial em que estava inserido o escravo ou a “mercadoria”. Isso se deve ao fato de o escravo ser considerado, naquele momento, como um bem móvel de duplo valor, pois, ao mesmo tempo em que

---

<sup>28</sup> Para saber mais sobre a importância dos anúncios de jornais no século XIX, consultar Lima (2010, p.34).

poderia ser vendido, alugado e permutado, valia pelo que produzia, o que justificaria a necessidade de seu senhor capturá-lo, caso fugisse.<sup>29</sup>

Assim, escravidão e imprensa estiveram, durante grande parte do século XIX, ligadas diretamente à dimensão de mercadoria. Foi nas páginas dos jornais, mais precisamente, na sessão policial e nos “classificados”, que os escravos apareceram com força e, através de suas atitudes e visões de comportamento, disseminaram, na sociedade paraibana, a forma como se pensava o regime escravista, o que influenciou diretamente nas relações sociais e no fim da escravidão.

Grande parte dos jornais que circularam na Paraíba, nesse período, publicavam diversos tipos de anúncios referentes a escravos que, muitas vezes, misturavam-se na seção intitulada de “avisos”. Esses anúncios eram parte fundamental da imprensa no século XIX, já que era por meio deles que muitas tipografias sobreviviam. A primeira página do jornal continha informações a respeito dos valores cobrados a pessoas que quisessem publicar alguma nota ou um anúncio. Esses valores variavam de acordo com cada tipografia e jornal, como, por exemplo, o jornal *A Regeneração*, que circulou entre os anos de 1861 e 1862. Os anúncios dos assinantes eram grátis, até dez linhas, e os que não eram teriam seu valor a negociar. Já no jornal *O Tempo*, de 1865, os anúncios publicados pelos assinantes eram impressos mediante o pagamento de 40 réis, por linha, e os que não eram assinantes, 100 réis.

No que se refere aos anúncios de escravos, os discursos tinham, sobretudo, um objetivo comercial, que visavam à captura, venda ou compra, aluguel e leilão de cativos. Além disso, esses anúncios, na maioria das vezes, eram redigidos por anunciantes iletrados que buscavam negociar sua “mercadoria” e elaborados no plano enunciativo do relato, ou seja, com uma estrutura aparente de notícia. Nesse sentido, “escravos e jornais tinham em comum a condição de mercadoria, mas não se limitavam a esse aspecto. Ou seja, eram mercadorias complexas, cuja reação nem sempre era previsível” (MOREL, 2003, p. 95).

É necessário destacar que o discurso presente nos jornais “era proferido pela classe dominante e dirigido a ela como reprodução do sistema vigente” (HOLANDA, 2007, p.101), e o público leitor dos jornais era constituído, principalmente, por ricos comerciantes e proprietários rurais.<sup>30</sup> Isso porque grande parte da população da Paraíba, nesse momento, era

<sup>29</sup> Sobre o processo de captura dos escravos fugitivos, iremos discutir no capítulo IV, quando analisaremos as fugas através de notícias e anúncios de jornais, correspondência de Chefes de polícia e relatórios de Presidentes de província.

<sup>30</sup> Conforme Kátia Mattoso (2001, p. 113), a educação escolar do escravo era totalmente proibida no Brasil e os próprios forros não possuíam o direito de frequentar aulas. A autora salienta que essa proibição foi mantida durante toda a época da escravidão, mesmo quando o sistema estava em fase de desagregação. Porém, alguns senhores ensinavam aos seus escravos a leitura e a escrita, o que os tornava mais valorizados.

analfabeta, o que reduzia o número de leitores. Todavia, os analfabetos, muitas vezes, tinham acesso a informações contidas nos jornais, já que, além da prática individual e privada da leitura, existiam encontros em locais públicos, quando eram feitas as leituras coletivamente e em voz alta.<sup>31</sup> Cabe salientar que, em meados do século XIX, havia alguns escravos alfabetizados na Paraíba, como mostra o quadro abaixo:

**Quadro 3 – Alfabetização e analfabetismo: Paraíba (1872)**

<b>CONDIÇÃO JURÍDICA</b>	<b>HOMENS</b>		<b>MULHERES</b>		<b>TOTAL</b>	
	<b>ALFAB.</b>	<b>ANALF.</b>	<b>ALFAB.</b>	<b>ANALF.</b>	<b>ALFAB.</b>	<b>ANALF.</b>
<b>LIVRES</b>	29.224	150.209	11.988	163.279	41.212	313.488
<b>ESCRAVOS</b>	26	10.655	35	10.810	61	21.465

**Fonte:** Elaboração própria, a partir das informações contidas no recenseamento geral do império de 1872 e em: Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p.358.

É possível observar que na Paraíba o número de escravos alfabetizados era relativamente pequeno, apenas 61 de 21.465 mil escravos. Mas, se levarmos em consideração a condição de cativo em que viviam e, conseqüentemente, as dificuldades de acesso ao aprendizado, veremos que esse número é considerável em se tratando de escravos. Marialva Carlos Barbosa (2009) salientou que o fato de existirem alguns cativos alfabetizados, poderia ser resultado da proximidade que alguns experimentavam da casa de seus proprietários, exercendo funções domésticas ou ao ganho, e, ainda, nas cidades, uma vez que circulavam por suas ruas e praças, o que os possibilitava buscar indícios de suas práticas de leitura. Isso possibilita afirmar, segundo a mesma autora, que não era apenas passivamente que os escravos figuravam nas páginas das publicações.

Além disso, não podemos deixar de destacar que este aspecto denuncia também as condições precárias da alfabetização na província, já que era grande o número de analfabetos entre a população de condição jurídica livre, 41.212 alfabetizados para 313.488 analfabetos. Estes dados revelam que a Paraíba, na sua quase maioria, era uma província de analfabetos, pois, como observamos a prática de ler e escrever foi privilégio de uma minoria da população, da qual os escravos, mesmo que de maneira ínfima, estavam inseridos.

Os escravos deixaram diversas marcas na imprensa, que nos possibilitam constatar que seriam alfabetizados e prováveis leitores de jornais. Vejamos:

<sup>31</sup> Para uma análise mais aprofundada sobre o público leitor dos jornais, consultar Morel (2003, p.77-78).

Acha-se fugido do Engenho Tibiri o escravo pardo Constantino Lopes Dias com 21 annos de idade, sem barbas, olhos pardos, cabelos meio ruivos, pés grandes, **saber lêr e escrever com alguma perfeição**, é official de cigarreiro e apto para qualquer outro serviço. Pede-se ao Capitães de Campo e Autoridades policiais sua apprehensão e recolhimento a prisão ou entrega dele no referido Engenho. Recompensa-se. (*A Opinião*, 01/07/1877, IHGP. Grifos nossos).

Vejamos mais um exemplo:

No dia 1 de janeiro desse anno fugio do Engenho Conceiçam, termo da Villa de Mamanguape o escravo João, cabra, reforçado do corpo, estatura regular, rosto carnudo, olhos pequenos e vivos [...] **sabe mal ler e escrever**, e cria bigodes para passar por forro [...] Quem o prender pode leval-o no mesmo engenho [...]. (*Argos Parahybano*, 13/02/1854, ADCCHLA. Grifos nossos).

Conforme é possível observar, esses dois escravos que haviam fugido sabiam ler e escrever, mesmo que, no segundo caso, mal. Esse fato, por si só, já era uma grande vantagem para esses escravos, porquanto poderia lhes proporcionar alguma ascensão social. Para Morel (2003), os escravos de ganho tinham mais possibilidade de acesso à alfabetização e sabiam fazer contas, pois exerciam atividades semelhantes às dos trabalhadores ditos livres e assalariados, como o escravo Constantino, que tinha o ofício de cigarreiro e era apto para qualquer outro serviço. Para os escravos, aprender a ler e a escrever poderia significar a obtenção de alguns privilégios, a saber: obtenção de um jornal<sup>32</sup> melhor; acesso e ascensão aos cargos das irmandades religiosas<sup>33</sup>; identificação de escravos fugidos nos anúncios de jornais; prestação de serviços contabilísticos a outros escravos e iletrados e falsificação de alforrias e de passaportes. Enfim, os escravos podiam se passar por livres ou libertos ou exercer atividades que os aproximavam da experiência em liberdade.<sup>34</sup>

<sup>32</sup> Quantia de dinheiro conseguida pelo escravo através de atividades de “ganho”, como, por exemplo, vender produtos nas ruas para seus senhores. Segundo Gomes (2006), a sistemática desse tipo de serviço prestado pelo escravo se assemelhava a um acordo de compromisso, em que o escravo se comprometia a entregar uma quantia fixa acordada, e o senhor lhe permitiria circular livremente pela cidade e guardar para si a quantia de dinheiro que excedesse o valor do jornal.

<sup>33</sup> No compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (Lei provincial nº 288, Art. 1º) da cidade da Parahyba do Norte, consta que essa seria composta por pessoas de cor de pele preta, assim homens, como mulheres, livres e libertos, ou escravos de qualquer nação, desde que professassem a fé da doutrina católica. O secretário da Irmandade era sempre uma pessoa que tivesse conhecimento em escrita e contabilidade (Art. 17º), ou seja, escravos poderiam assumir este cargo desde que soubessem ler, escrever e contar. Estas informações foram extraídas do jornal *O Publicador* (1867), números 1543 e 1545. Para saber mais sobre as irmandades negras da província da Paraíba consultar o estudo de Naiara Ferraz Bandeira Alves (2006).

<sup>34</sup> Sobre esse aspecto ver SILVA (2000, p.102-112).

## 2.2 “Precisa-se”: a prática de alugar escravos na Paraíba

O sistema de aluguel de escravos foi uma das características mais importantes da escravidão urbana e existia desde os primórdios da escravidão colonial no Brasil. Utilizada em todos os setores do trabalho urbano e possuindo, em alguns casos, certas especializações, a mão de obra escrava estava centrada na prestação dos mais variados serviços, o que contraria a ideia de que os cativos não eram capazes de realizar atividades complexas no contexto social em que viviam. Nessas condições, escravos e pessoas livres e libertas conviviam em seu dia a dia nas ruas, compartilhando, assim, locais de trabalhos e momentos de lazer.

Marcelo Badaró Mattos (2010), ao estudar a formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro, percebeu que essa convivência entre escravos e livres não levava apenas ao compartilhamento de espaços de trabalho e lazer, mas também de valores, hábitos, vocabulário, luta e experiências de organizações, mesmo que esta última, em razão da condição jurídica, criasse distâncias significativas. Esse aspecto não foi diferente na Paraíba, pois, assim como outras províncias do império utilizou a mão de obra escrava nos centros urbanos em atividades que também eram desenvolvidas por pessoas de condição jurídica livre, o que possibilitou as ruas se tornarem não só locais de trabalhos, mas de convivência e solidariedades entre os diversos grupos sociais.

Muitos desses cativos que trabalhavam nas cidades da Paraíba, durante grande parte da segunda metade do século XIX, eram conseguidos através do sistema de aluguel. Esse sistema de alugar escravos era diariamente divulgado nos jornais paraibanos, que além de noticiarem o sexo do cativo procurado ou oferecido, divulgava a atividade que escravo desempenhava ou deveria ser apto a realizar. Vejamos:

**Quadro 4** – Anúncios de aluguel de escravos nos jornais da Paraíba por década (1850-1888)

DÉCADAS	ANÚNCIOS DE ALUGUEL
<b>1850</b>	-
<b>1860</b>	<b>44</b>
<b>1870</b>	<b>6</b>
<b>1880</b>	<b>6</b>
<b>TOTAL DE ANÚNCIOS</b>	<b>56</b>

**Fonte:** Elaboração própria, a partir das informações contidas nos periódicos da Paraíba (1850-1888) do acervo documental do IHGP, Casa Fundação José Américo e dos acervos digitais do CCHLA-UFPB e da Biblioteca Nacional.

Como podemos perceber a oferta de aluguel de escravos, nos anúncios de jornais, foi mais presente na década de 1860. Isto poderia ser reflexo do fim do tráfico internacional de escravos e da procura, por parte dos senhores de escravos, de outra fonte de renda. Porém, este número de anúncios é pequeno quando comparado à população cativa da Paraíba nessa década, 28.473 cativos.<sup>35</sup> Para Wellington Aguiar (1999), esse baixo número de anúncios que comercializavam escravos nos jornais se deve ao fato de a Paraíba ter sido uma província pobre e, sendo assim, possuía poucos escravos, se comparada, por exemplo, com Pernambuco.<sup>36</sup> Todavia, mesmo com esse número “pequeno” de anúncios pudemos compreender e chegar a algumas conclusões sobre essa prática.

Esse escravo que era alugado e procurado nos anúncios de jornal executava tarefas para seu proprietário e, paralelamente, atuava para aqueles que pagassem o valor referente ao trabalho desempenhado. De acordo com Jeansley Lima (2007), essa relação de trabalho era supervisionada pelo proprietário do escravo e por aquele que contratava o serviço. O primeiro era responsável pelo controle do tipo de atividade a ser executada e pelo preço a ser cobrado, e o segundo a estabelecer a forma e o tempo de duração do contrato, além do sustento do cativo nesse período. Esses escravos alugados poderiam ser utilizados em atividades provisórias, que poderiam durar uma semana, um dia ou poucas horas, o que seria vantagem para o contratante, já que pagaria apenas pelo serviço e pelas custas com o escravo nesse período, sem qualquer outra obrigação. Contudo, esse sistema de trabalho também era conveniente para o escravo, uma vez que ele tinha a possibilidade de entrar em contato com outros grupos sociais, ter momentos de lazer, oportunidades para fugir, além de usufruir de longos momentos de autonomia distantes de seu senhor, conforme podemos perceber nesta declaração, noticiada no jornal, dirigida à polícia:

Pede-se as autoridades policiaes queirão lançar um golpe de vista sobre uma casa de jogo que ha na rua dos Quatro Cantos, onde jogão de mistura escravos e forros, com tal algazarra que privão do repouso os visinhos, até os robustos, quanto mais os doentes !!! (*O Publicador*, 28/02/1866, ADBN).

---

<sup>35</sup> Ver quadro 1.

<sup>36</sup> Segundo dados coletados em Conrad (1978), Pernambuco tinha, em 1874, cerca de 106.236 mil escravos, enquanto a Paraíba, no mesmo ano, apenas 25.817 mil. Com relação ao número de anúncios, o pesquisador Flávio dos Santos Gomes (2003), ao pesquisar anúncios de fugas de escravos no Rio de Janeiro, encontrou, apenas no jornal *Gazeta do Rio de Janeiro* (1809-1821), 309 anúncios de fugas, ou seja, um número bem superior ao que encontramos nos jornais pesquisados na Paraíba (1850-1888): 129 anúncios de fugas, em 25 periódicos diferentes. Isto demonstra que, quando comparada à outras províncias, a exemplo do Rio de Janeiro, a Paraíba possuía um número bem reduzido de escravos, pois em 38 anos pesquisados encontramos um número pequeno de anúncios de fuga, se levarmos em consideração os 12 anos e a quantidade de periódicos pesquisados pelo pesquisador citado anteriormente.



Então, através desta declaração é possível verificar que pessoas de condição escrava participavam de momentos lúdicos ao lado de pessoas libertas e, provavelmente, livres. Estas casas de jogos acabavam se tornando espaços de sociabilidade entre os diferentes grupos da sociedade e servindo para criar redes de solidariedade na comunidade escrava, o que acabava, em alguns momentos, com a tranquilidade pública da vizinhança, já que tal *algazarra*, praticada nestes lugares, privava do repouso os mais *robustos* e *doentes*. Cabe destacar que algumas situações de lazer aconteciam lado a lado com o trabalho desenvolvido pelo escravo, a exemplo de cantorias e conversas.

No anúncio de aluguel é possível identificar o campo de atuação do trabalhador escravo e as principais atividades que desenvolviam, tanto no contexto urbano quanto no rural, que, na maioria dos casos, os possibilitavam entrar em contato com outros escravos, forros e pessoas livres. Além disso, aparecem referências explícitas quanto ao trabalho que seria desenvolvido por mulheres escravas e homens escravos, conforme podemos perceber:

**Quadro 5** – Serviços de escravos oferecidos e procurados nos anúncios de aluguel noticiados nos jornais da Paraíba (1850-1888)

SERVIÇO	FEMININO	MASCULINO	AMBOS OS SEXOS
Cozinheira	6	1	1
Lavadeira	1	-	-
Vendedor de tabuleiro	2	1	-
Engomadeira	2	-	-
Todo serviço	15	1	-
Costureira	1	-	-
Ama	18	-	-
Ama de leite	10	-	-
Copeiro	-	1	-
Para pentear cabelo	1	-	-
Sapateiro	-	1	-
Para comprar	2	-	1
Refinador	-	1	-
Não consta	-	1	-
<b>TOTAL</b>	<b>58</b>	<b>7</b>	<b>65</b>

**Fonte:** Elaboração própria, a partir das informações contidas nos periódicos da Paraíba (1850-1888) do acervo documental do IHGP, da Casa Fundação José Américo e dos acervos digitais do CCHLA-UFPB e Biblioteca Nacional.

Vê-se, então, que a maioria dos serviços procurados e oferecidos nos anúncios era realizada por escravas, que representavam 58, do total de 65. Em relação ao tipo de serviço mais requisitado, temos o de *ama*. O serviço realizado pela ama era o mesmo que seria

desenvolvido por aqueles cativos procurados para *todo serviço*, o segundo mais procurado. Esse serviço, na maioria das vezes, realizado por escravas, refere-se a toda atividade doméstica necessária em uma casa, como lavar, passar e cozinhar, conforme verificamos nestes dois anúncios:

AMA: Precisa-se de uma **ama para o serviço interno de uma casa de família**, sendo **indiferente que seja livre ou escrava**, paga-se bem. Quem estiver nessas condições dirija-se a rua das convertidas n. [ilegível] que achará o pretendente. (*O Tempo*, 18/06/1865, ADCCHLA. Grifos nossos).

ALUGA-SE. **Uma ama para uma casa de pouca família**; quem se achar nessas condições dirija-se à rua d'Areia casa n.72 que achará quem tratar. (*O Publicador*, 25/09/1868. Grifos nossos, ADBN).

Analisando os dois anúncios, concluímos que as duas amas citadas serviriam para realizar serviços domésticos. O primeiro anúncio informa que alguém estava à procura de uma ama para realizar o serviço interno de uma casa, e que ela poderia ser de condição jurídica livre ou escrava, o que demonstra que essa atividade não era realizada apenas por mulheres escravas. Já no segundo anúncio, verificamos que um suposto morador da Rua da Areia, nº 72, na Capital, tem uma mulher para alugar como ama, o que indica tratar-se de uma escrava.

Não se pode deixar de destacar que a “ama” era diferente da “ama de leite”. Esta última era a mulher requisitada para amamentar a criança alheia quando a mãe natural estava impossibilitada ou não queria fazê-lo. Esse serviço, geralmente, era dado às escravas quando tinham filhos, mas também podia ser dado a mulheres libertas e livres, como mostram estes anúncios: “AMA DE LEITE. **Offerece-se** uma ama com muito bom leite – quem precisar dirija-se a essa typografia que se lhe dará informações” (*A Regeneração*, 29/05/1861, IHGP. Grifos nossos) e “AMA DE LEITE. **Nessa typographia se dirá quem precisa de uma ama de leite**, que seja sadia” (*Jornal da Parahyba*, 08/07/1882, IHGP. Grifos nossos).

No primeiro anúncio, oferece-se uma ama de leite, o que indica tratar-se de uma escrava. No segundo, não se exige que seja cativa. Isso demonstra que poderia ser uma mulher escrava, liberta ou livre. Porém, em ambos os anúncios, são mostrados o perfil que o interessado estava procurando na pessoa requisitada para o serviço, no primeiro, era de que possuísse bom leite, e no segundo, que fosse sadia, o que nos revela algumas das características desejadas nesse tipo de atividade.

Outro ponto que merece ser ressaltado refere-se ao momento em que uma mulher escrava tinha leite, o que indicava que teria dado à luz recentemente a uma criança. O

puerpério, ou o resguardo da escrava durava em torno de três semanas, quando ela voltava para o trabalho, enquanto a criança ficava entregue às negras velhas ou a meninas de seis ou sete anos. Todavia, “nem todas as propriedades rurais possuíam escravas ou escravos velhos e crianças disponíveis para o cuidado das crianças menores, levando a muitas crianças desde pequenas a acompanharem suas mães ao campo e com elas compartilharem vários trabalhos agrícolas” (MOTT, VALENTIN, 2002, p. 88).

Grande parte das deformações nas pernas dos escravos descritos nos periódicos pode ter ocorrido em consequência do hábito de mães cativas trazerem seus filhos, ainda bebês, escanchados às costas durante longas jornadas de trabalho (Ver imagem 1), fazendo com que eles desenvolvessem problemas de saúde.<sup>37</sup> Outro problema de saúde que poderia ser ocasionado durante o aleitamento pela cativa era a tuberculose. Frequentando diversas casas, elas contraíam a doença, infectando, assim, as crianças que amamentavam, além de seus filhos.<sup>38</sup>



**Imagem 1:** Negras do Rio de Janeiro, Rugendas (1835).

**Fonte:** BARBOSA, E. R. Viagem fantástica ao Brasil de 1800: os escravos. São Paulo: Paulus, 1999.

Em contrapartida, dando sequência a análise dos anúncios de aluguel, identificamos anúncios de pessoas que procuravam por cozinheiras (sete), vendedores de tabuleiro e aptas para fazer compras (três), engomadeiras (dois), lavadeira, sapateiro, refinador, costureira,

<sup>37</sup> Sobre esse assunto, consultar Freyre (1963).

<sup>38</sup> A esse respeito, ler Karasch (2000).

copeiro e para pentear (um, respectivamente), além de um que não informou que atividade estava sendo requisitada. Algumas destas atividades “de portas a fora” não eram tão simples assim, conforme salientou Marcus Carvalho ao analisar o trabalho doméstico e a escravidão no Recife durante a primeira metade do século XIX.<sup>39</sup> Para o autor, fazer compras, por exemplo, exigia alguma experiência do escravo, como escolher os produtos da feira, conhecer as ruas da cidade e conferir o troco. Além disso, alguns escravos poderiam se utilizar de sua atividade em benefício próprio, fazendo compras em nome de seus senhores para seu uso. Desta forma, não é de se espantar o aviso de senhor Manoel José Baptista, publicado no jornal, em que declarou que não seria responsável por qualquer dívida de sua escrava, que fosse contraída sem bilhete seu ou de sua mulher autorizando a compra.<sup>40</sup>

No caso dos escravos do sexo masculino, identificamos um anúncio, em que se procurava um cativo para fazer “todo serviço”, outro para a atividade de copeiro e dois para atividades especializadas, como refinador e sapateiro. Isso nos levaria a pensar que a maioria das atividades domésticas desenvolvidas na Paraíba era realizada por mulheres. Ou, ainda, que grande parte das atividades que exigiam alguma especialidade era desenvolvida por escravos do sexo masculino. No entanto, não podemos deixar de destacar que o número de escravos que trabalhavam em atividades domésticas e urbanas era bem maior do que o divulgado nos anúncios de aluguel segundo nos mostra os dados do recenseamento imperial de 1872. Vejamos:

---

<sup>39</sup> O estudo a que me refiro é *De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850*, publicado pela Revista Afro-Ásia, edição 29/30, em 2003.

<sup>40</sup> *A Regeneração*, 21 de agosto de 1861- IHGP.

**Quadro 6-** População da Paraíba considerada em relação à profissão<sup>41</sup> (1872)

PROFISSÃO	LIVRES		ESCRAVOS		TOTAL
	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.	
ARTISTAS	1.983	147	22	15	2.167
MARÍTIMOS	418	-	5	-	423
PESCADORES	714	4	18	-	736
COSTUREIRAS	-	18.503	-	525	19.028
SERVIÇO DOMÉSTICO	2.870	44.691	1.574	4.039	53.174
OPERÁRIOS	1.866	4.814	217	141	7.038
LAVRADORES	85.542	34.222	5.831	3.294	128.889
SEM PROFISSÃO	65.075	67.002	2.785	2.714	137.576

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados contidos no recenseamento geral do Império de 1872, p.50. Disponível em: biblioteca.ibge.gov.br.

Como podemos identificar grande parte das atividades, desenvolvidas na Paraíba, eram realizadas tanto por escravos como pessoas de condição livre. O serviço doméstico foi a profissão em que mais encontramos pessoas de condição cativa, seguido pelos lavradores. Tivemos, ainda, grande quantidade de escravos realizando funções mais complexas, a exemplo de costureiras, um ofício predominantemente feminino segundo o recenseamento, e os operários. Os operários, em sua maioria escravos do sexo masculino, exerciam atividades manuais ou mecânicas, trabalhando com metais, madeiras, tecidos, calçados, além de edificações. Destaca-se também os pescadores e marítimos, funções executadas apenas por cativos do sexo masculino, e os artistas, sendo esta última, assim como as outras, em sua maioria, realizada por pessoas livres. Essa diversidade de atividades nos mostra que, ao longo do século XIX, os escravos exerciam funções semelhantes ou iguais as dos trabalhadores livres, sendo ambos, em diversos casos, assalariados, conforme iremos ver adiante.

É importante destacar ainda que, nos anúncios de aluguel, assim como os de venda de escravos, é possível não só verificar as informações relativas a estes serviços requisitados e

<sup>41</sup> Neste quadro não foram expostas as profissões tidas como liberais, a exemplo de advogados e médicos, pois eram exercidas exclusivamente por pessoas livres. Não foram expostos também os militares, por constarem nos dados apenas homens de condição jurídica livre, com exceção dos estrangeiros. Com relação aos operários estes seriam os que exerciam profissões manuais ou mecânicas, a exemplo dos que trabalhavam com calçados e edificações.

realizados, mas também constatar aspectos relacionados à imagem senhorial acerca dos escravos, uma vez que encontramos além de indícios ligados à saúde e às habilidades dos escravos procurados, a observância de práticas comportamentais desejadas, baseadas nos valores de fidelidade e obediência: “Vende-se por muito commodo preço uma escrava, idade 50 annos, cozinha o diário de uma casa, lava de barrela, **muito fiel**, e sem vícios; nessa typographia se dirá quem vende” (*A Imprensa*, 05/1858, IHGP. Grifos nossos). Outro fator a ser ressaltado é que, nesse tipo de anúncio, é possível identificar as exigências em relação à qualidade dos serviços que se esperava do escravo. Vejamos alguns exemplos: “ATENÇÃO! Precisa-se alugar duas pretas, que saibão vender em tabuleiro; quem as tiver dirija-se à rua Direita n. 47 à tratar com Joaquim Gonçalves Chaves” (*A Regeneração*, 8/02/1862, IHGP); “Aluga-se. Uma escrava consinheira, e para todo serviço doméstico. Trata-se nessa typographia” (*Jornal da Parahyba*, 11/03/1882, IHGP).

Assim, ter “boas” práticas comportamentais poderia ir além de ausências por parte do escravo, como não ter vícios, pois, aos olhos dos senhores de escravos, esses aspectos seriam determinantes em seu desempenho profissional. Todavia, esses anúncios de aluguel de escravos, mesmo nos fornecendo importantes informações a respeito dessa prática comercial, não nos fornecem muitos aspectos referentes à aparência dos escravos, ao contrário do anúncio de fuga, que os descrevem física e psicologicamente. Podemos verificar essa ausência de aspectos físicos no seguinte anúncio: “Aluga-se uma escrava por preço commodo para todo serviço. Na Rua Visconde de Pelotas n.2” (*Jornal da Parahyba*, 30/07/1881, IHGP).

Então, como observamos, esses anúncios de aluguel de escravos se limitam a informar o tipo de serviço procurado, as qualidades morais e o sexo do trabalhador desejado, no caso desse último, feminino. Paralelamente a esse fato, temos, ainda, outra informação importante que não aparece nos anúncios de aluguel de escravos - o valor cobrado pelo serviço. Apenas em um anúncio encontramos esta informação, trata-se do anúncio de aluguel de uma ama. Segundo o anúncio, a pessoa que estivesse procurando uma ama que soubesse engomar, cozinhar, fazer compras e outros serviços necessários em uma casa, poderia se dirigir à casa do Sr. Alves Branco, próxima ao Rosário (provavelmente a Igreja). Nesse caso o valor cobrado pela prestação desses serviços, pela escrava, seria de 10\$000 (dez mil réis) mensais.<sup>42</sup>

Acreditamos que o valor pelo serviço procurado era negociado com o proprietário do escravo, já que, comumente, os anúncios informavam que, na tipografia, seria dito com quem negociar ou o lugar: “Precisa-se de uma ama para todo serviço de uma casa de uma família;

<sup>42</sup> Jornal *O Publicador*, 03 de outubro de 1866, ADBN.

quem quiser dirija-se a esta typographia que se dirá quem pretende” (*O publicador*, 07/12/1866, IHGP). Além disso, o valor cobrado pelo serviço do escravo poderia não ser colocado no anúncio, em razão de variar de acordo com a quantidade de dias em que o escravo seria alugado. Segundo Zanetti (2002), era comum o emprego de escravos alugados nas pequenas propriedades no período das colheitas, já que era necessária uma quantidade de mão de obra acima das possibilidades da escravaria dos proprietários. Nesse caso, o aluguel pelo serviço era limitado, pois terminado o período da colheita, os escravos retornavam aos seus donos.

No caso dos anúncios “Precisa-se” ou “Procura-se”, apareciam nos periódicos de duas maneiras: se era a procura de um trabalhador especializado em determinada atividade, usava-se, por exemplo: “Precisa-se de uma ama para cozinhar em casa de família, à tratar na rua Duque de Caxias, em frente a Santa casa de Misericórdia” (*Diário da Parahyba*, 01/03/1884, IHGP). Mas, se era a procura de um trabalhador com duas ou mais atividades, informava-se o seguinte: “PRECISA-SE: alugar um preto para todo serviço, para tratar na rua Augusta n.6” (*O Despertador*, 06/10/1874, ADCCHLA), ou “Precisa-se de um bom oficial de sapateiro, que trabalhe à ponto e á tocha, tendo mais preferência se for de fora da capital; paga-se avista do trabalho na rua Barão do Triumpho out’ora rua do carro n.31” (*Diário da Parahyba*, 08/07/1885, IHGP). Nesse tipo de anúncio, o trabalhador requisitado poderia ser escravo, liberto, ou livre, pois não se faz nenhuma referência a sua situação jurídica.

É importante deixar claro que os escravos de aluguel eram diferentes dos de ganho. Zanetti (2002) assevera que a categoria de negros ganhadores tem sido confundida com o escravo de aluguel que, muitas vezes, aparecem como sinônimos. A mesma autora destacou que a confusão ocorre devido ao fato de ambos serem cedidos provisoriamente e esclarece que, no sistema de aluguel, era o senhor que alugava o escravo, enquanto que, no de ganho, o escravo alugava-se a si próprio. Seguindo a mesma linha de interpretação, a autora salientou que o sistema de ganho era exclusivamente do ambiente urbano, e o de aluguel poderia ser praticado no meio urbano e no campo, mesmo que, neste último caso, isso acontecesse em dimensões menores.

O mercado de trabalho ao ganho, assim como algumas atividades desenvolvidas no meio urbano, como vimos, não era composto apenas por pessoas de condição escrava, havendo a participação de trabalhadores libertos e livres. Para Paulo Cruz Terra, ao estudar o trabalho de carregadores, cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro em meados do século XIX, esse trabalho ao ganho significou um aspecto específico dentro da escravidão urbana e

alterou substancialmente a relação entre senhor e escravo.<sup>43</sup> Essa alteração refletiu diretamente no próprio sistema escravista, já que resultara em algumas mudanças, a citar, a própria questão da moradia do escravo, que agora poderia residir distante de seu senhor, a liberdade de circulação, pois não teria a vigilância de feitores, e mesmo a punição, uma vez que o Estado assumiria o papel de punir e ditar regras que deveriam ser seguidas na cidade.

As atividades, assim, realizadas por escravos nas cidades seriam regulamentadas pela Câmara Municipal que, através dos códigos de postura, procurava manter a “tranquilidade pública”. Dentro desse contexto podemos citar o quarto artigo dos códigos de posturas n° 183 aprovados em abril de 1861. Conforme o artigo ficou proibido a venda de massas, doces e outras quaisquer substâncias alimentícias, por *pretos*, depois das nove horas da noite. Os que não seguissem essa determinação, e fossem pegos na rua após o horário determinado, ficariam recolhidos quatro dias na prisão, além de uma multa de 8\$000 (oito mil réis) que seria paga pelos seus senhores, caso fossem escravos.<sup>44</sup>

Além disso, o escravo de ganho também desempenhava uma forma de trabalho em que se recebia um salário ou jornal por serviços prestados, o que representava uma contradição no sistema escravista, pois na medida em que o cativo não tinha posse de sua própria pessoa, sua remuneração não poderia lhe pertencer, o que não ocorria. Em nossa pesquisa conseguimos localizar, no recenseamento geral do império de 1872, que existia na Paraíba, nesse período, 389 escravos assalariados, dos quais 252 eram do sexo masculino e 117 do feminino.<sup>45</sup> No entanto, concordamos com Marilene Silva (1988), que não devemos exagerar quanto ao valor deste ganho, pois estamos discutindo relações escravistas e, portanto, de dominação e exploração. Essas relações, então, garantiam lucratividade para os senhores. Por sua vez, os escravos, através da autonomia conseguida neste sistema de trabalho, conseguiram desenvolver essas atividades em seu próprio benefício, já que podiam dispor de seu tempo e de seu ganho da melhor maneira que lhe fosse conveniente.

Vale dizer que, ao contrário do trabalho executado pelo escravo de aluguel, supervisionado e negociado pelo seu proprietário e pela pessoa que contratava o serviço, era o escravo de ganho que alugava ele mesmo seu serviço e passava dias nas ruas, com a obrigação de entregar uma quantia, previamente fixada, ao seu proprietário, que poderia ser diária, semanal, quinzenal ou mensal. Acrescentamos que, no primeiro caso, o valor negociado era

---

<sup>43</sup> O estudo a que me refiro “Hierarquização e segmentação: carregadores, cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1824-1870)” esta presente no livro organizado pelo autor, Marcela Goldmarch e Marcelo Badaró Mattos, *Faces do trabalho escravo: escravizados e livres* (2010).

<sup>44</sup> Jornal *A Regeneração*, 15 de maio de 1861, IHGP.

<sup>45</sup> Ver recenseamento geral do império de 1872, disponível em: <biblioteca.ibge.gov.br>, p.50.



entregue pelo contratante, diretamente ao senhor, e o escravo não ficava com nenhuma quantia adquirida com seu trabalho. No segundo caso, o escravo de ganho poderia ficar com a quantia em dinheiro que sobrasse além do ganho, ou seja, do valor combinado para entregar ao seu senhor após o prazo determinado.<sup>46</sup> Esse dinheiro poderia ser utilizado pelo escravo de ganho em sua manutenção diária, como alimentação, moradia, vestimenta, compra de ferramentas que seriam utilizadas na realização de trabalhos e até na compra de sua alforria. Entretanto, caso o escravo de ganho não conseguisse a taxa diária do ganho estabelecida pelo senhor, poderia ser castigado e levado de volta para o domínio senhorial, perdendo a autonomia conquistada.

Cabe salientar que, tanto no sistema de aluguel de escravos quanto no de ganho, o escravo era propriedade do senhor, que poderia dispor dele da maneira que melhor lhe conviesse, vendê-lo em momentos de crise, utilizar-se de seu serviço e retirá-lo do serviço de ganho. Porém, a prática de alugar escravos e o sistema de ganho deu aos escravos mais autonomia, visto que o trabalho, muitas vezes, desempenhado na zona urbana e nas ruas, dava-lhes mais chances de manterem relações sociais e de serem solidários com outros grupos sociais e com outros escravos, “o que lhes facilitava estarem continuamente informados sobre os acontecimentos e às vezes conhecerem alguns de seus direitos” (ALGRANTI, 1988, p.20). E mais, esses momentos de autonomia nas ruas deram aos escravos a possibilidade de usufruírem de alguns momentos de liberdade, uma vez que passavam grande parte do tempo longe da vigilância de seus senhores. Nesse contexto, possuíam mais oportunidades de fugir, haja vista que era comum nos jornais a fuga de negras ganhadoras que desapareciam com seus tabuleiros, conforme veremos no capítulo IV.

Então, através desses anúncios de aluguel de escravos publicados nos periódicos na Paraíba, foi possível perceber não apenas indícios do trabalho realizado pelos cativos, mas também a prática comercial e social que envolvia senhores e escravos. Como elemento integrante e ativo da sociedade, o abastecimento urbano dependia, em grande parte, de seus serviços. Nesse sentido, os escravos de aluguel e de ganho desempenharam papel indispensável no cotidiano das cidades paraibanas e em seu contexto econômico e social, pois, realizando trabalhos manuais, na maioria das vezes, eram eles que abasteciam a cidade com água e distribuía os bens essenciais à vida urbana, a exemplo de variados tipos de alimentos. E mais, muitos, na maior parte do tempo, estavam nas ruas, praças e mercados realizando

---

<sup>46</sup> Para Algranti (1988), esse excedente, ou a sobra do pagamento ao senhor, poderia ser considerado uma variante da forma de salário, um fenômeno marginal do sistema de escravidão, pois nem todo serviço desempenhado pelo escravo era remunerado.

outros tipos de serviços, como, por exemplo, os negros sapateiros, carpinteiros, barbeiros e vendedores de tabuleiro, ou, então, em casa, desenvolvendo serviços domésticos.

Finalmente, foi possível perceber a respeito dessa prática, que ela foi constante na sociedade paraibana durante a segunda metade do século XIX, pois, mesmo nos últimos anos da escravidão, havia, nos jornais, anúncios à procura de escravos para alugar, o que nos leva a acreditar que, provavelmente, muitos proprietários de escravos viveram, durante muito tempo, da renda obtida por eles na prestação de serviços. Para Mattos (1998), muitas vezes, o simples aluguel desses escravos, quando adultos e jovens, já garantia uma fonte de renda que, em muitos casos, era capaz de eximir a família livre do trabalho direto, o que justifica, então, a aplicação dessa prática durante todo o período que durou a escravidão.

### 2.3 A venda e a compra de escravos nos jornais da Paraíba

Como já dissemos, enquanto durou o sistema escravista no Brasil, o escravo foi considerado uma “mercadoria” de duplo valor, já que poderia ser negociado a qualquer momento pelo seu senhor e valia pelo que produzisse.

Na Paraíba, durante a segunda metade do século XIX, nos periódicos, era corriqueiro aparecerem anúncios de venda e de compra de escravos, cujo preço, na maioria das vezes, não era informado. Em nossa pesquisa encontramos apenas um único anúncio em que consta o valor da “mercadoria” negociada, trata-se de uma escrava. Conforme o anúncio de venda publicado em *O Publicador*, em 30 de abril de 1867, a mulata de 18 anos foi oferecida no valor de 1.400\$000 (um conto e quatrocentos réis). Segundo o mesmo anúncio este valor não seria diminuído, ou seja, não era negociável, o que nos leva a constatar que se tratava de uma “mercadoria” valorizada, uma vez que era uma escrava em idade economicamente ativa. Além disso, temos que levar em consideração o período do anúncio, década de 1860, momento este em que a mão de obra cativa estava em plena valorização em razão do término do tráfico internacional de escravos e, assim, da sua crescente procura.

Nesses tipos de anúncios eram informados, geralmente, apenas alguns dados de como poderia haver a negociação que, em muitos casos, iniciava-se na tipografia: “Vende-se por muito commodo preço uma escrava, idade 50 annos, cozinha o diário de uma casa, lava de barrela, muito fiel, e sem vícios; **nessa typographya se dirá quem vende**” (*A Imprensa*, 05/1858, IHGP. Grifos nossos). No entanto, mesmo que os anúncios de compra e de venda de cativos não informassem o valor correspondente à negociação, as informações contidas neles

apontam o período em que mais foram divulgados, o que pode fornecer alguns indícios dessa prática:

**Quadro 7 – Escravos postos a venda e a compra nos jornais da Paraíba (1850-1888)**

DÉCADA	VENDA	COMPRA	TOTAL
1850	4	1	5
1860	107 <sup>47</sup>	24	131
1870	-	9	9
1880	3	2	5
SOMA	114	36 <sup>48</sup>	150

**Fonte:** Elaboração própria, a partir das informações contidas nos periódicos da Paraíba (1850-1888) do acervo documental do IHGP, da Casa Fundação José Américo e dos acervos digitais do CCHLA-UFPB e da Biblioteca Nacional.

Conforme percebemos, assim como nos anúncios de aluguel, o número maior de escravos para serem vendidos e comprados aconteceu na década de 1860 e diminuiu nas décadas posteriores. Isso pode ser reflexo do fim do tráfico internacional de escravos em 1850 e, conseqüentemente, do aumento do tráfico interprovincial, que deslocou um grande número de cativos da Paraíba para a Região Sudeste. Cabe destacar que, conforme demonstrado, o número de escravos expostos não corresponde ao total dos noticiados nos anúncios de jornais, já que esse foi ainda maior, se levarmos em conta que, em alguns anúncios, não informava a quantidade exata dos escravos negociados: “Uma propriedade. Vende-se uma propriedade de terras denominada- Vellozo- sita na margem do rio Mamanguape [...] Vende-se conjuntamente escravos [...]. (*O Publicador*, 18/03/1867, ADBN).

É possível perceber esse comércio interprovincial de escravos por meio de alguns anúncios, publicados nos jornais da Paraíba, de firmas especializadas nesse tipo de comércio: “ESCRAVOS. Compra-se escravos próprios para o embarque: a tratar com Mello & C<sup>a</sup> à rua Conde d’Eu nº 50 e 52” (*O Publicador*, 07/06/1879, FCJAA), ou neste:

ESCRAVOS.

O abaixo assignado, para satisfazer diversas encomendas do Rio de Janeiro, d’orã em diante compra escravos e escravas de 10 a 35 annos de idade.

<sup>47</sup> Deste número podemos acrescentar, ainda, dois anúncios que informam que existiam escravos à venda, mas não indicando a quantidade exata.

<sup>48</sup> Deste número podemos acrescentar, ainda, onze anúncios que informavam a intenção de comprar escravos, mas não indicando a quantidade exata. Geralmente eram de firmas especializadas na compra e venda de escravos.

Compra escravos com filhos, sendo esses captivos, e também compra os serviços de duas hoas escravas para servirem 6 annos e no fim desse tempo dar-lhe completa liberdade.

Paga-se escravos a bom preço, conforme as habilidades que tiverem.

5 Rua do livramento 5 (Refinação)

José de Oliveira Bastos (*O Despertador*, 29/09/1874, ADCCHLA).

Essas casas de comissão como podemos ver, estavam envolvidas diretamente com o tráfico interprovincial de escravos. Para Mary Karasch (2000), os senhores do Nordeste utilizavam comissários, no Rio de Janeiro, para vender escravos a fim de saldar dívidas em períodos de seca e fracasso de colheita, o que seria verdade no caso da Paraíba, já que ambos os anúncios são da década de 1870, período de grande seca na região. A mesma autora salientou, ainda, que, quando os escravos vendidos chegavam à Corte, eram depositados com outros tipos de mercadoria, como o açúcar, por exemplo, e ficavam nesse lugar até o comissário encontrar um comprador. Segundo o jornal *A Opinião*, essa nova modalidade de tráfico de escravos resultou na falta de braços nas lavouras da Paraíba. Vejamos:

A lavoura e a falta de braços.

Nenhum assumpto deve preocupar mais seriamente os espíritos dos estadistas brasileiros, do que o estado em que se acha nossa indústria agrícola, visto como já não há hoje quem desconheça as necessidades, que tem ella de um remédio energético que salve de seu atraso e decadência [...]

Ninguém ignora também que as fontes, de onde nos vinham esses braços estão estanques, não só com a supressão do tráfico Africano desde 1853, como também pela lei de 28 de Setembro de 1871. Essa lei, aliás reclama pela nossa civilização, foi tão incompleta, que veio agravar a sorte da lavoura, porque, libertando os filhos das escravas nascidos desde aquella data não prevenio os meios de reparar a falta que eles deveriam fazer.

E não é só isto: cenando a produção dos escravos e morredo os produtores, devia o governo, por qualquer modo, curar da substituição dos braços escravos pelos livres indispensáveis para o trabalho agrícola. [...]

Entretanto **o que observamos em todos os vapores que seguem do norte para o sul? Uma correnteza enorme de escravos attrahidos pela gana de lavradores do sul**, e não vemos em compensação vir para o norte emigração alguma [...]. (*A Opinião*, 10/06/1877, IHGP. Grifos nossos).

Conforme observamos, os agricultores estavam cobrando uma solução do governo para o problema da falta de mão de obra, que estava em declínio desde o fim do tráfico africano de escravos para o Brasil, em 1850, como também devido à falta dos escravos que não seriam mais gerados, pois a Lei de 2.040 do ano de 1871 concedeu a liberdade às crianças nascidas de mulheres escravas. Além disso, eles questionavam também o tráfico interprovincial de escravos que, segundo o jornal, agravou ainda mais o problema da falta de

mão de obra, já que o governo não tomava medidas a respeito da substituição desses braços traficados por imigrantes. Assim, por causa da diminuição do número de escravos na Paraíba, ocasionada pelo tráfico interprovincial, o preço do escravo aumentou e dificultou a aquisição de mão de obra para trabalhar na agricultura.

Por sua vez, as autoridades provinciais da Paraíba, como tentativa de conter o aumento do preço dos escravos e sua crescente exportação, passaram a cobrar impostos sobre os que eram transportados para outras regiões. O projeto nº 10, da Assembleia Legislativa da Paraíba de 1860, mostra bem esse aspecto:

#### Título 2º

##### Receita Provincial

Art. 17. A despesa fixada para o exercício de 1862, será satisfeito com o produto das rendas estabelecidas no §§ seguintes; que o presidente da província é autorizado a arrecadar no mesmo exercício e que constituem a receita da província.

[...]

§ 22- Meia siza de escravos.

§ 23- 50\$ mil rs. sobre cada escravo que for conduzido ou vendido para fora da província, salvo os escravos dos empregados públicos que tiverem vindo servir na província e se estarem, levando os em sua Companhia; e bem assim aquelles que sahirem em companhia de seos Senhores domicilírios na província e não forem vendidos para fora.

[...]

#### Título 3º

[...]

Art. 20. O imposto de meia siza será regulado por uma taxa fixa de 20\$ mil reis para os escravos que tiverem até 14 annos de 30\$ mil rs para os maior d'esse idade até 40 annos, e d'essa idade em diante 20 mil rs, sendo paga a mesma taxa na conformidade do Reg. Do 1º de maio de 1849, si a venda for de parte do escravo será a taxa paga na proporção da parte vendida.

[...]

Epaminondas de Souza Govêa

Elias Eliaco Eliseo da Costa Ramos

João da Matta Correa Lima

Com restrições. (APPB, Cx. 039, 1860).

Conforme se verifica, parte da receita provincial seria arrecadada com os impostos cobrados em vendas de escravos para outra província. Esse imposto, chamado de meia siza, era cobrado de acordo com a idade e o valor do escravo, como, por exemplo, o senhor Salustino Ephigenio da Cunha, que pagou a quantia de 25\$000 (vinte cinco mil réis) para despachar para o Rio de Janeiro, em 1862, seu escravo Romão, preto de idade de 30 anos mais ou menos.<sup>49</sup> Destacamos também o Padre José Martins de Moraes, que pagou meia siza

<sup>49</sup> Projeto da Assembleia Legislativa da Paraíba, APPB, cx.043, 1863.

de 30\$000 (trinta mil réis) correspondente à quantia de um conto e duzentos mil réis (1:200\$000), quando comprou a João Duarte Guedes uma escrava de nome Benedita, crioula de vinte anos.<sup>50</sup>

Segundo a tabela demonstrativa das rendas arrecadadas da Paraíba, no exercício de 1861, só de imposto de meia sisa de venda de escravos foram computados 6:388\$257 (seis contos trezentos e oitenta e oito mil e duzentos e cinquenta e sete réis), além de 425\$000 (quatrocentos e vinte e cinco mil réis) de escravos despachados para outras províncias.<sup>51</sup> Cabia ao fiscal do Ministério da Fazenda da Paraíba a responsabilidade de cobrar os impostos e de evitar fraudes em seu pagamento. Porém, mesmo com essa fiscalização na cobrança dos impostos, foi possível constatar escravos que foram recolhidos à cadeia por falta de pagamento do imposto por parte do comprador.

Esse foi o caso da escrava Anna, de 20 anos, recolhida à cadeia devido à suposta falta de pagamento do imposto. No dia 7 de março de 1867, na vila de Bananeiras, o negociante da praça de Pernambuco, José Gomes Villar, comprou a escrava Anna no valor de 1:200 réis (um conto e duzentos mil réis), que pertencia a João Clementino da Rocha, e pagou na Coletoria o imposto de meia sisa e o selo proporcional correspondente à quantia paga pela cativa, conforme declarou a guia do tabelião. Todavia, ainda foi cobrado ao Sr. Villar a quantia de 25 réis, correspondente ao imposto estabelecido pela Lei de Orçamento provincial nº 245 do ano de 1866, o qual, por ter se recusado a pagar, acabou com sua “mercadoria” recolhida na cadeia. Todavia, no dia 12 do mesmo mês, o coletor de impostos ficou surpreso com o Sr. Villar, que lhe apresentou o selo com o passaporte da polícia<sup>52</sup>, que lhe dava permissão para seguir com a escrava.<sup>53</sup>

Associam-se a esse fato casos de libertos que foram vendidos como escravos para outra província, a exemplo da parda Angélica, “natural da freguesia de Alagoa Nova”, que foi vendida para Ingazeira, em Pernambuco, lugar em que existiam dois filhos escravos. Ao saber dos fatos, a autoridade da delegacia de Alagoa Nova fez todas as indagações necessárias para obter a certidão de batismo de Angélica, a fim de comprovar que era uma liberta. Concluindo-se a investigação, ficou comprovado que Angélica era realmente liberta, mas natural da

<sup>50</sup> Recibo de imposto de meia sisa, APPB, cx.044, 1864.

<sup>51</sup> Tabela demonstrativa das rendas da Paraíba arrecadadas em 1861, APPB, cx.044, 1864.

<sup>52</sup> Era necessário, além do pagamento do imposto, um passaporte emitido pelos Chefes de polícia para os escravos poderem ir para outras províncias.

<sup>53</sup> Ofício da coletoria de rendas de Bananeiras, APPB, cx.049, 1867.

freguesia de Pilar, lugar em que havia sido batizada e de onde seguiram os documentos precisos que provavam sua liberdade.<sup>54</sup>

Casos como o de Romão, Benedita, Anna e o de Angélica continuaram a acontecer durante todo o período em que durou o tráfico interprovincial, acabando, definitivamente, em 1885, quando foi proibida essa prática no Brasil.<sup>55</sup> Porém, enquanto isso não acontecia, era comum encontrar anúncios de venda de escravos nos jornais e que apareciam juntamente com imóveis em várias transações econômicas, como venda, aluguel e permuta. Havia ainda casos em que os escravos poderiam ser trocados por casas, terrenos ou como fiança em caso de hipotecas. Vejamos: “Vende-se ou troca-se por escravos, as casas da rua do Quartel ns. 4 e 22, e rua do Tanque n. 10, e uma casa e bem feitorias em terreno aforado, tudo nessa cidade; trata-se com Lourenço Carneiro, rua do Quartel n.2, venda.” (*O Publicador*, 11/11/1862, FCJAA). Acrescentamos que os escravos anunciados para venda nos jornais, muitas vezes, eram postos entre animais e no meio de diversos objetos, como mostram estes fragmentos:

#### ANNUNCIOS

Vende-se o engenho Marês- distante d’essa cidade uma legoa, montado com moenda nova, casas de caldeira, e pugar de telhas e novas, uma destilação montada em tão bom pé, que o seu serviço é o mais maneiro possível, com terras frescas para safrejar-se mil paes de assucar annuais [...] alguns pés de coqueiros, **alguns escravos moços, de boa enxada, mestre de assucars e carreiro sem vicio algum**, vaccas de leite, animaes gordos e novos, e o dito engenho banhado por um excelente rio, sempre corrente, d’ água potável, e que tem proporções para sustentar um engenho d’ agoa, o que actualmente he de animaes, e tem boas mattas. [...] A pessoa que pretender entrar em negocio se deverá dirigir nos dias de semana no mencionado engenho-Marês- ou na rua da Direita casa do Dr. Felisardo Toscano de Brito e nos domingos e dias santos na rua da baixa aobrado n.37 de João José Botelho. (*A Imprensa*, 10/12/1858, IHGP. Grifos nossos).

Vende-se um sítio na rua das Trincheiras d’essa cidade com uma bôa casa de telha bastantes pés de fructas, **e um escravo**: quem o quiser comprar dirija-se a abaixo assignado no mesmo sítio. Maria da Soledade. (*Jornal da Parahyba*, 16/01/1864, FCJAA. Grifos nossos).

O abaixo assignado vende as propriedade de tijolo que possue nessa Villa, em bons pontos para negocio, inclusive a que mora, com estabelecimento de descarçar algodão; diferentes sítios com casas de vivenda, entre esses

<sup>54</sup> Ofício da subdelegacia de Alagoa Nova, APPB, cx.046, 1865.

<sup>55</sup> Conforme a Lei Saraiva Cotegipe, n.º 3.270 de 28 de setembro de 1885, Art. 3º, inciso 19, o domicílio do escravo ficou intransferível para província diversa da que estiver matriculado ao tempo da promulgação desta lei. Sua mudança de domicílio resultaria na aquisição de sua liberdade, excetuando-se apenas os casos em que os escravos fossem transferidos para estabelecimentos do mesmo senhor, mudança de domicílio do senhor, se a aquisição do escravo tiver ocorrido por herança, ou, ainda, evasão do escravo. A Lei Saraiva Cotegipe está disponível na obra de Conrad (1978, p. 370-375).

alguns com plantações de capim, e bem assim **9 escravos e escravas**, todos sadios para o trabalho. Itabaiana, 21 de julho de 1882. Nilo José de Carvalho. (*Jornal da Parahyba*, 16/09/1882, IHGP. Grifos nossos).

Os três anúncios indicam que os escravos foram comercializados juntamente com imóveis e em meio a animais e plantas. Porém, no primeiro caso, o dono dos escravos vendidos, o Sr. João José Botelho, explicitou as atividades que os escravos realizavam, além de suas qualidades pela negação, *sem vícios*, o que nos leva a acreditar que seria uma estratégia de valorizar ainda mais a “mercadoria”, ao contrário do segundo, que apenas informou que possuía um escravo para venda. No terceiro anúncio, também foi empregada a mesma estratégia publicitária utilizada pelo primeiro, já que chama a atenção para o fato de todos serem sadios e para o trabalho.

Existiram, também, casos em que os escravos apareciam na mesma sessão em que eram negociados outros objetos e mercadorias, como, por exemplo, na venda divulgada de um “escravo de bons costumes”, que aparece ao lado do anúncio da venda de “farinha Fontana e bacalhau novo”.<sup>56</sup> Além de aparecer, cotidianamente, ao lado de anúncios de venda de objetos e mercadorias, esses anúncios chamam a atenção para as qualidades do cativo, o que seria, em alguns casos, uma estratégia publicitária. Em tais anúncios, há uma mensagem composta de adjetivos que ressaltam as características positivas do cativo ou ressaltam e reafirmam seu caráter pela negação:

Vende-se um escravo crioulo, oficial de sapateiro, bonita figura, conducta excelente, **sem vícios**, muito sadio, muito fiel, próprio para pagem, e uma negrinha com cinco anos de idade, **sem vício**, muito esperta, e de muito boa casta de escravos própria para brincar com crianças: quem pretender pode dirigir-se a rua da Direita casa n.84, que achará com quem tratar. (*O Imparcial*, 20/02/1861, IHGP. Grifos nossos).

Então, conforme podemos constatar, além das qualidades dos escravos que foram apresentadas, verificamos a reafirmação do seu caráter ou o caráter procurado pela negação, *sem vícios*. Nos indícios contidos nesse anúncio, vê-se a prática comercial em que estavam inseridos os escravos, já que foi colocada à venda uma negrinha de cinco anos, o que nos leva a inferir que, provavelmente, ela foi separada de sua mãe.<sup>57</sup> Ainda segundo o anúncio, a

<sup>56</sup> *O Tempo*, 10/07/1865, IHGP.

<sup>57</sup> Nesse momento, não existia nenhuma legislação que protegesse a família de escravos, pois só apareceu, pela primeira vez, em 1869. Discutiremos sobre esse aspecto mais adiante, quando analisarmos os anúncios de leilão de escravos.



criança seria de *boa casta de escravos*, ou seja, de boa família de escravos, o que nos leva a inferir que ela teria sido separada de seus pais nessa venda, pois seu dono conhecia sua origem.

No que se refere ao uso de adjetivos como estratégia publicitária na comercialização de escravos, eram utilizados para representar as qualidades dos escravos, o que deve ser analisado com cautela, pois muitos senhores poderiam utilizar-se do recurso da mentira para tornar sua mão de obra mais valorizada. Os adjetivos mais encontrados nos anúncios de venda e de compra foram: *sadia*, *optima figura*, *moça*, *bonita figura*, *perfeita*, *fiel*, *esperto*. Vejamos, agora, alguns exemplos na íntegra: “Vende-se uma escrava **moça**, que sabe coser, cozinhar, lavar e engomar. Nessa typographya se dirá quem é o vendedor” (*O Despertador*, 21/04/1866, ADCCHLA. Grifos nossos); “Vende-se uma escravinha com 12 annos de idade, muito **sadia** e de **optima figura**, nessa typografia se dirá quem d’ella dispõe” (*O Tempo*, 14/11/1865, IHGP. Grifos nossos). Nos dois casos das escravas negociadas, são informados alguns adjetivos que valorizam a “mercadoria” oferecida, enfatizando, sobretudo, sua aparência e saúde.

O que nos chama a atenção, ainda no primeiro caso, é que, segundo o anúncio, a escrava realizava diversas atividades, cozinha, lavava e engomava, o que a valorizava, se comparada com a segunda escrava negociada, que não deveria, provavelmente, realizar nenhum serviço especializado, uma vez que não consta essa informação. Houve casos de escravas anunciadas para venda nos jornais que, além de realizar diversas atividades domésticas, exerciam algum ofício especializado. Vejamos:

Vende-se uma preta da nação Angola, com 26 annos de idade, que sabe cozinhar o diário de uma caça, engomma, coze, e **fazer renda**, quem a pretender dirija-se a caça de Jozé Antônio Lopes da Silveira no varadouro caça n.3. (*O Governista Parahybano*, 26/07/1850, ADCCHLA. Grifos nossos).

Esse anúncio nos oferece importantes informações a respeito da venda dessa escrava. A primeira delas seria a origem da escrava, Angola. De todos os anúncios coletados de venda de escravos, esse foi o único que fazia referência à origem da “mercadoria”, o que pode significar que essa informação seria em consequência de o anúncio ser de 1850 e do mês de julho, ou seja, meses antes do fim do tráfico internacional de escravos. Outro fator seria a informação sobre o respectivo dono da escrava, Jozé Antônio Lopes da Silveira, porque, em grande parte dos anúncios de venda, não consta esse dado, apenas informa que, na tipografia,

se diria com quem negociar. E por fim, o fato de essa escrava, além de exercer serviços domésticos, fazer renda, o que poderia ser vantajoso tanto para o senhor que a estava vendendo, já que seu preço, provavelmente, aumentava mais, quanto para a pessoa que a comprou, pois poderia viver dos recursos obtidos com seus serviços.

Cabe salientar que, por cada tipo de serviço oferecido e procurado, o escravo ganhava uma roupagem diferente. Se os cativos oferecidos ou procurados fossem destinados ao serviço doméstico, como os pajens e as mucamas, por exemplo, eles se assemelhavam às características físicas e aos costumes dos senhores. Vejamos alguns exemplos:

ATENÇÃO! Quem tiver uma **parda** de 16 a 25 annos de idade, **bonita figura**, que seja bôa costureira e que saiba pentear uma Sr<sup>a</sup>, assim também um crioulo de 12 a 14 annos de idade com habilitações a copeiro, dirija-se ao Hotel dos Paquetes que achará com quem tratar e que pague generosamente. (*O Despertador*, 02/10/1874, ADCCHLA. Grifos nossos).

COMPRA-SE. Uma escrava perfeita engomadeira e de **bons costumes**. Rua do Visconde de Inhaúma (Zumbi) n.31 escriptorio Parahiba 14 de maio de 1877. (*O Despertador*, 30/05/1877, ADCCHLA. Grifos nossos).

ESCRAVA. Compra-se uma escrava cozinheira e engomadeira, que **não seja viciada**, no armazém n.2 junto a ponte de Sanhauá. (*O Publicador*, 08/10/1873, FCJAA. Grifos nossos).

Esses três anúncios apresentam o perfil procurado pelos interessados em comprar escravas. No primeiro caso, chamou-nos a atenção o fato de que, além de uma bonita figura procurada, enfatiza-se a cor dos escravos que estavam sendo requisitados - uma parda e um crioulo. Esse fato, por si só, já nos dá indícios de que a pessoa buscava escravos que tivessem a cor da pele mais clara, o que os aproximaria das características físicas dos senhores, e por terem nascido no Brasil.<sup>58</sup> Já nos dois últimos casos, verificamos os padrões comportamentais que se esperavam dos escravos procurados: bons costumes e sem vícios. Quanto aos bons costumes, seriam os comportamentos e os ideais morais utilizados pelos brancos. Em relação aos costumes tidos como vícios e proibidos aos escravos, seriam, hoje, hábitos como preguiça, não tomar banho, fumar tabaco, doenças como o alcoolismo, entre outros.

Por sua vez, dos escravos que seriam dirigidos ao serviço agrário se exaltavam a saúde e a força física, como neste anúncio: “Vende-se uma escrava, **optima para serviço do campo**, por preço commodo, na rua da Direita, casa n.106. (*O Publicador*, 18/12/1862, FCJAA. Grifos nossos), ou neste:

<sup>58</sup> Sobre os diversos significados da cor dos escravos, discutiremos no capítulo IV, quando analisaremos o perfil dos escravos fugidos.

ANNUNCIOS. Vende-se por preço regular um bom escravo de 18 annos d' idade pouco mais ou menos, **próprio para o campo, e sadio**. Quem o quizer comprar dirija-se a essa typographia, que se dirá com quem tractar. (*Jornal da Parahyba*, 03/08/1864, FCJAA. Grifos nossos).

Conforme constatamos, nesses dois anúncios, os escravos seriam destinados ao serviço agrário ou do campo. Em relação ao primeiro caso, o anúncio chama a atenção para o fato de a escrava ser ótima para o serviço do campo, diferentemente do segundo, que destaca que o escravo, além de ser próprio para o campo, era sadio. Nesse último caso, o fato de o escravo ser “sadio” seria um fator relevante a ser levado em consideração no momento da compra, uma vez que ele, provavelmente, iria trabalhar no campo, o que lhe exigiria mais força física e saúde, já que o trabalho era pesado. Porém, esses dois anúncios não são diferentes dos outros, pois todos eles, de uma maneira ou de outra, tentam valorizar sua “mercadoria”, através de adjetivos e valores procurados pela classe senhorial.

Um dado importante a ser destacado refere-se à questão da identificação nominal do escravo nos anúncios ou sua identidade. Assim como nos anúncios de aluguel de escravos, o nome do escravo é uma informação que não aparece em nenhum dos anúncios pesquisados, ao contrário dos de fuga, em que encontramos essa informação. Segundo Freyre (1963), esse aspecto nos põe em contato com uma multidão de anônimos, que eram, de fato, nesse momento, apenas um bem móvel, que poderia ser comercializado por meio dos interesses senhoriais. Todavia, isso não diminui a atuação social desses sujeitos históricos, pois, como sabemos, na Paraíba oitocentista, eles foram fundamentais na vida rural e urbana.

Acrescentamos, ainda, que, além do nome, outra informação que não aparece nos anúncios de venda e compra nos jornais da Paraíba é o valor do escravo negociado. Então, para ter uma ideia aproximada do valor do escravo no período estudado, analisamos alguns recibos de compra e venda de escravos, recibos de impostos, dois inventários, assim como os anúncios de vendas judiciais. Estes últimos serão discutidos posteriormente. A partir desses dados, teremos um panorama geral das variações dos preços dos escravos, nas últimas décadas da escravidão, na Paraíba, e os fatores que determinavam seu valor.

Conforme os recibos de impostos de meia sisa, referentes à compra de escravos, observamos que, na década de 1850, o escravo Joze, mulato com aproximadamente 20 anos, foi vendido por Antônio Ferreira da Cunha a José Domingues Porto pelo valor de 1:000\$000

(um conto de réis)<sup>59</sup>, enquanto Francisco, do gentio de Angola, com idade de 50 anos, foi vendido ao senhor Salvador Clementino da Costa Leitão por 250\$000 (duzentos e cinquenta mil réis).<sup>60</sup> Isso nos mostra que a idade era determinante no preço do escravo, pois o escravo que tinha idade produtiva chegou a valer três vezes mais do que o de idade mais avançada. No que se refere à mulher escrava, constatamos que era vendida em valor igual ou aproximado ao do escravo do sexo masculino, posto que a escrava crioula Adriana, pertencente ao senhor Antônio Vicente de Magalhães, foi vendida no valor de 1:000\$000 (um conto de réis) ao senhor José Domingues Porto<sup>61</sup>, e Rita, parda de 40 anos, a Joaquim Manoel Carneiro da Cunha por 300\$000 (trezentos mil réis)<sup>62</sup>, no mesmo período. Em relação à idade de Adriana, o recibo de imposto não informou, mas acreditamos se tratar de uma mulher jovem, bonita e com “bons comportamentos”, visto o valor pelo qual foi vendida.

Quando partimos para a década de 1860, esses valores começam a sofrer modificações. Nesse período, a senhora Maria Joaquina de Jesus comprou de Francisca Maria de Souza, viúva de Francisco de Souza, dois escravos do sexo masculino, com idades entre 34 e 38 anos. O valor pago nessa negociação foi de 3:000\$000 (três contos de réis), ou seja, cada escravo poderia ter custado cerca de 1:500\$000 (um conto e quinhentos mil réis).<sup>63</sup> Já a escrava Benedita, crioula de 20 anos, foi vendida por João Duarte Guedes ao Padre José Martins de Moraes por 1:200\$000 (um conto e duzentos mil réis).<sup>64</sup>

Quando observamos os dados das duas décadas expostas, verificamos que o preço da mão de obra escrava aumentou. Isso seria reflexo do término do tráfico internacional de escravos e da grande procura por mão de obra por proprietários do Sudeste brasileiro, que precisavam de braços para trabalhar nas lavouras de café. Todavia, em meados da década de 1870, os preços referentes a escravos passam por mudanças, haja vista que havia sido aprovada a Lei Rio Branco, que concedia liberdade aos filhos de escravas que nascessem a partir de 28 de setembro de 1871. Isso significa que apenas seria uma questão de tempo a escravidão acabar no Brasil, já que os únicos meios de adquirir escravos estavam cessados oficialmente.

<sup>59</sup> Recibo de imposto de meia sisa, APPB, cx.034, 1856.

<sup>60</sup> Recibo de venda de escravo, APPB, cx.034, 1856.

<sup>61</sup> Recibo de imposto de meia sisa, APPB, cx.034, 1856.

<sup>62</sup> Recibo de imposto de meia sisa, APPB, cx.034, 1856.

<sup>63</sup> Recibo de imposto de meia sisa, APPB, cx.044, 1864.

<sup>64</sup> Recibo de imposto de meia sisa, APPB, cx.044, 1864.

Em um anúncio de leilão<sup>65</sup>, publicado na década de 1870, encontramos indícios dessa baixa nos preços dos escravos na Paraíba, uma vez que dois escravos, penhorados por execução da fazenda provincial, foram avaliados por 500\$000 (quinhentos mil réis). Tratava-se de um casal de escravos, Vicente e Marcolina, com 40 e 48, respectivamente. O que nos chamou mais a atenção, nesse anúncio, foi a avaliação dos escravos - 500\$000 os dois - o que nos leva a crer que o preço poderia variar de 200\$000 (duzentos réis) a 300\$000 (trezentos réis) cada. E por mais que esse valor seja referente a escravos com idade acima de 40 anos, podemos chegar à conclusão do que contribuiu para que seu valor diminuísse tanto foi a idade, já que, na década de 1860, um escravo com idade de 38 anos custava cerca de 1:500\$000 (um conto e quinhentos mil réis). Porém, não podemos deixar de salientar que esse valor poderia ser inferior ao preço real de mercado, já que se tratava de uma avaliação de leilão, ou seja, inferior ao preço de mercado e que poderia aumentar de acordo com as propostas apresentadas pelos interessados no momento da arrematação.

A questão do preço do escravo era muito relativa, pois, segundo a avaliação contida no inventário do Barão de Maraú<sup>66</sup>, desse mesmo período, tivemos um escravo com idade de 47 anos que foi avaliado em 1:000\$000 (um conto de réis), ou seja, provavelmente, três vezes mais que a avaliação de Vicente no leilão judicial. Para termos uma ideia do preço correspondente à mão de obra cativa, recorremos a alguns dados do inventário do Barão de Maraú e comparamos o valor de um escravo, com idade média de 38 anos, com o sítio Colônia, com casa e fruteira. Ambos os bens foram avaliados em 1:000\$000 (um conto de réis), o que demonstra o quanto era valorizado o escravo. Comparamos, também, o valor desse mesmo escravo com o de um cavalo de sela avaliado, no mesmo inventário, em 150\$000 (cento e cinquenta mil réis), o que demonstra que o escravo custava quase seis vezes mais, reforçando a tese da valorização.

Cabe destacar que a avaliação conforme o sexo e a idade do escravo foi mantida. Vejamos alguns exemplos:

<sup>65</sup> *Jornal da Parahyba*, 25 de fevereiro de 1875, ADCCHLA.

<sup>66</sup> Título concedido pelo imperador Dom Pedro II ao Coronel José Teixeira de Vasconcellos (1798-1873), por decreto de 14 de março de 1860. Para saber mais sobre o Barão de Maraú, ler Ramos (2010).

**Quadro 8** – Avaliação dos escravos segundo o inventário do Barão de Maráu (1873)

<b>IDADE</b>	<b>8 anos</b>	<b>26 anos</b>	<b>38 anos</b>	<b>40 anos</b>	<b>50 anos</b>
<b>SEXO</b>	400\$000	1:000\$000	1:000\$000	1:000\$000	600\$000
<b>MASC./</b>	(quatrocentos	(um conto	(um conto de	(um conto de	(seiscentos
<b>PREÇO</b>	mil réis)	de réis)	réis)	réis)	mil réis)
<b>SEXO</b>	400\$000	600\$000	400\$000	400\$000	100\$000
<b>FEM./</b>	(quatrocentos	(seiscentos	(quatrocentos	(quatrocentos	(cem mil
<b>PREÇO</b>	mil réis)	mil réis)	mil réis)	mil réis)	réis)

**Fonte:** Elaboração própria, a partir das informações contidas em: RAMOS, Adauto. *Inventários do Barão e da Baronesa de Maráu*- Paraíba: Sal e Terra Editora, 2010, pp. 17-20.

Como percebemos, o sexo e a idade foram determinantes no valor da avaliação. Porém, no que se refere às crianças, esse valor não sofreu alterações, porquanto ambas foram avaliadas no mesmo valor. Acreditamos que esse aspecto se deve ao fato de que, na idade de oito anos, as crianças não teriam aprendido ou desenvolvido nenhum ofício, o que justificaria o mesmo valor da avaliação. Já notamos a grande diferença no preço da avaliação dos escravos de 26 anos, um aumento de 40% na avaliação do homem em relação à mulher. Quando atingia a idade de 38 anos, o escravo do sexo masculino era avaliado do mesmo modo que um escravo de 26 anos, o que não é o caso da mulher, cujo valor diminui, quando comparado com o do escravo. Aos 40 anos, a avaliação do preço dos escravos continua a mesma, o que nos leva a pensar que essa não variação seria resultado da idade considerada produtiva dos escravos, ou seja, entre 10 e 49 anos.<sup>67</sup> No caso dos que tinham idade de 50 anos, verificamos uma grande diminuição no preço da avaliação - 40%, para o homem, e 25% para a mulher, quando comparados aos de idade de 40 anos. Esse aspecto reforça a importância da idade e do sexo na avaliação dos escravos, já que apenas nos de oito anos idade não encontramos essa variação, conforme justificamos.

No que concerne à década de 1880, constatamos, em edital de venda judicial, publicado no *Jornal da Parahyba*, em 17 de setembro de 1881, que foi noticiada a venda do escravo Bartholômeo, preto de quarenta anos, avaliado em 500\$000 (quinhentos mil réis). Todavia, em razão de não ter sido vendido por falta de pretendentes, ele voltou a ser avaliado, dessa vez, em 400\$000 (quatrocentos mil réis), o que representa uma diminuição de 20% em seu valor.<sup>68</sup> No caso do preço referente à mulher escrava, não encontramos, nas fontes utilizadas, nenhuma informação a respeito de seu valor no início da década de 1880. Porém,

<sup>67</sup> Momento em que os escravos eram considerados economicamente ativos.

<sup>68</sup> *Jornal da Parahyba*, 16 de novembro de 1881- IHGP.

encontramos, no inventário da Baronesa de Marará de 1886<sup>69</sup>, dois anos antes da abolição, os preços em que estavam sendo avaliados os escravos de ambos os sexos.

**Quadro 9** – Avaliação dos escravos segundo o inventário da Baronesa de Marará (1886)

<b>IDADE</b>	<b>17 a 19 anos</b>	<b>21 a 27 anos</b>	<b>38 a 43</b>	<b>51 a 52 anos</b>
<b>SEXO MASC./ PREÇO</b>	400\$000 (quatrocentos mil réis)	50\$000 (cinquenta mil réis)	400\$000 (quatrocentos mil réis)	50\$000 (cinquenta mil réis)
<b>SEXO FEM./ PREÇO</b>	300\$000 (trezentos mil réis)	300\$000 (trezentos mil réis)	200\$000 (duzentos mil réis)	50\$000 (cinquenta mil réis)

**Fonte:** Elaboração própria, a partir das informações contidas em: RAMOS, Adauto. *Inventários do Barão e da Baronesa de Marará*- Paraíba: Sal e Terra Editora, 2010, pp. 63-64.

A partir desses dados, é possível verificar que a avaliação do escravo diminuiu significativamente, entre as décadas de 1870 e 1880, principalmente nos últimos anos da escravidão. Entretanto, o preço da avaliação do escravo do sexo masculino continuou superior ao da mulher, com exceção de um escravo de idade de 21 anos, que foi avaliado em 50\$000 (cinquenta mil réis), e dos escravos de idade entre 51 e 52 anos, cujo valor ficou estabelecido em 50\$000 (cinquenta mil réis) também. No último caso, acreditamos que esse valor seria resultado do fim da escravidão, que estava próximo, e da idade dos escravos, ambos com mais de 50 anos, que já haviam passado da idade produtiva. Quanto ao escravo de 21 anos, avaliado em 50\$000 (cinquenta mil réis), acreditamos que tinha algum problema de saúde, já que outro aspecto determinante na avaliação do escravo eram as condições físicas, de comportamento e de saúde.

No que se refere a esse último aspecto, verificamos, no inventário do Barão de Marará de 1873, que a questão saúde foi determinante na avaliação de alguns escravos. Segundo o inventário, o escravo João, preto de 40 anos e doente, foi avaliado em apenas 400\$000 (quatrocentos mil réis), quando comparado com Hortêncio, da mesma idade, avaliado em 1:000\$000 (um conto de réis), ou seja, 60% a mais. Outro exemplo que observamos foi o de Juliana, “preta aleijada”, de 37 anos, avaliada em 150\$000 (cento e cinquenta mil réis), e Maria, parda de 37 anos, cujo preço foi avaliado em 500\$000 (quinhentos mil réis), ou seja, uma diminuição de 30% no valor de uma sobre a outra.<sup>70</sup>

<sup>69</sup> Francisca Antonieta Monteiro da Franca, esposa de José Teixeira de Vasconcellos, o Barão de Marará.

<sup>70</sup> Para consultar lista completa dos escravos/as avaliados no inventário do Barão de Marará de 1873, consultar Ramos (2010, p.17-20).

Então, como percebemos, durante toda a segunda metade do século XIX, o preço do escravo sofreu variações, o que nos leva a afirmar que seriam resultados da concorrência, como, por exemplo, a década de 1860, da especulação nas décadas seguintes e, ainda, da conjuntura econômica e política das décadas posteriores, uma vez que, na década de 1880, os preços dos escravos diminuíram, o que seria reflexo da substituição da mão de obra servil pelo braço livre. Outra conclusão a ser extraída dos dados expostos é que a idade, o sexo e as condições físicas e de saúde eram determinantes na avaliação do escravo, assim como suas “qualidades”, que poderiam estar relacionadas a práticas comportamentais e a atividades profissionais que podiam executar.

Sobre essa prática de vender escravos, Gomes (2003) destacou que seu resultado poderia significar, além da mudança de costumes, a destruição de seus arranjos familiares, já que muitos escravos poderiam ser vendidos e separados de suas famílias, o que, em muitos casos, resultou em fugas, conforme veremos no capítulo IV. Além dos anúncios de venda, outro tipo de anúncio poderia resultar na separação de mães e filhos - o de leilão de escravos e de vendas judiciais.

## 2.4 Os anúncios de leilões de escravos na Paraíba

O leilão de escravos era uma prática comercial utilizada durante quase todo o período que durou a escravidão no Brasil. Em algumas situações, esses leilões aconteciam por circunstâncias desfavoráveis e dívidas dos senhores de escravos, cuja mão de obra acabava penhorada e, conseqüentemente, perdida por completo. Nos anúncios de jornais que circularam na Paraíba, em meados da segunda metade do século XIX, havia “editais” de leilões de escravos que revelam essas situações enfrentadas pelos seus senhores:

EDITAES.

O Dr. Álvaro Nestor de Albuquerque Mello, Juiz de direito interino nessa capital da Parahyba, e dos feitos da fazenda por S. M [ilegível]. C. etc.

Faço saber que da data desse a três dias uteis se há de arrematar em hasta publica a quem mais der os escravos, **Manoel avaliado em seis centos e cicoenta mil reis, e Peregrino avaliado em oito centos mil réis, penhorados por execução do Thesouro provincial** contra Claudiano Joaquim Bizerra Cavalcante de Albuquerque.

Toda pessoa que em ditos escravos quiser lançar deverá comparecer no dia acima indicado na porta da casa de minha residência as 4 horas da tarde.

E para que a notícia chegue a todos mandei passar o presente que será lido e afixado nos lugares de costume e publicado pela imprensa.



Parahyba 12 de agosto de 1861- Eu Francisco Rufini Victor Pereira o escrevi- Álvaro Nestor d' Albuquerque Mello. (*A Regeneração*, 14/08/1861, IHGP. Grifos nossos).

O anúncio revela que a razão para os escravos Manoel e Peregrino estarem indo a leilão foi a penhora, por execução do Tesouro provincial, contra Claudiano Joaquim Bezerra Cavalcante de Albuquerque, senhor dos referidos escravos. Nessa ocasião, os escravos eram expostos em tablados, e o leiloeiro os apregoava, anunciando e ressaltando suas qualidades, as quais, “afrontosas à dignidade humana, não chocavam os habitantes frequentadores de leilões” (COSTA, 1989, p. 88).

Jacob Gorender (2000) afirmou que, geralmente, depois da arrematação, não raras vezes, separavam-se cônjuges e filhos, já que, nesse momento, a estabilidade da família escrava não dispunha de nenhuma proteção legal, o que colocava sua dissolução na dependência do arbítrio senhorial. Apenas com o decreto 1.625, de 15 de setembro de 1869, foi proibido separar casais e o filho do pai ou da mãe, este último, referente aos que tinham até 15 anos.<sup>71</sup> Para Robert Conrad (1978), essa medida foi a primeira restrição legislativa significativa para o sistema escravocrata desde 1850, que proibiu também os leilões públicos e comerciais de escravos sob pena de multa, que poderia variar de 100 a 300 mil réis. O mesmo autor referiu que as vendas particulares de escravos e as “praças judiciais” eram permitidas, assim, a nova lei não teve qualquer efeito significativo sobre o comércio de escravos, que continuou a acontecer, em grande escala, por mais de uma década.

No que se refere às “praças judiciais” de escravos, elas deveriam ser supervisionadas por autoridades locais, para o pagamento de dívidas ou a divisão de bens entre herdeiros, e anunciadas com um mês de antecedência para permitir as ofertas dos interessados em adquirir a “mercadoria”. Porém, em todas as vendas de escravos, particulares ou judiciais, a separação de pais e filhos maiores de 15 anos seria permitida, o que resultou em algumas reações escravas, como as fugas, por exemplo.<sup>72</sup>

Cabe registrar que, em 1871, com a aprovação da Lei Rio Branco<sup>73</sup>, a idade dos filhos que não poderiam ser separados de seus pais diminuiu de 15 anos para 12 anos, o que resultou

<sup>71</sup> A lei de 25 de agosto de 1869 determinou que o escravo inventariado poderia oferecer uma quantia em dinheiro igual a sua avaliação judicial, e caso não existisse qualquer direito por parte de herdeiros ou credores, o juiz encarregado da questão poderia lhe conceder sua certidão de emancipação, ou seja, de liberdade.

<sup>72</sup> Muitos escravos, depois que foram vendidos e, conseqüentemente, separados de seus arranjos de parentesco, fugiram em busca de retomar antigos laços familiares e, até, senhoriais.

<sup>73</sup> Lei que declarou de condição livre os filhos de mulheres escravas que nascessem desde a data da lei. No Art. 4 da Lei, inciso sétimo, consta que, em qualquer caso da alienação em transmissão de escravos, é proibido, sob

na venda de jovens escravos, conforme consta neste anúncio: “MOLEQUE: Vende-se um, de 15 annos, côr preta: aqui se dirá quem o negocia” (*Jornal da Parahyba*, 16/11/1881, IGHP). Essa medida de diminuir a idade dos filhos ao se separarem dos pais nada mais era do que uma solução encontrada para favorecer os senhores de escravos, já que ganhariam mais tempo para decidir a melhor forma de lucrar e negociar com sua “mercadoria”. Na opinião de Reis (2001), isso poderia ser um exemplo de adaptação do sistema escravista, assim como a articulação daqueles que viviam da comercialização de escravos, na tentativa de driblar as dificuldades e manter os seus negócios.<sup>74</sup>

Nos anúncios de leilão publicados posteriormente a 1871, é possível verificar a determinação imposta pela lei de não separar os filhos menores de 12 anos de seus pais. Vejamos:

Juizo dos feitos.

Arrematação de 5 escravos penhorados à Antônio de Brito Lyra.

O Dr. Antônio de Souza Martins, juiz de direito da comarca da capital e dos feitos da fazenda da província da Parahyba.

Faço saber que serão vendidos judicialmente a quem mais der sobre a respectiva avaliação os escravos seguintes, penhorados por execução da fazenda provincial contra Antônio de Brito Lyra, a saber: Izidoro, preto, casado, de 49 annos de idade pouco mais ou menos; - Andreza, fula, mulher do precedente, de 47 annos de idade; e **seus filhos Manoel, fulo, de 8 annos de idade, Lourenço, preto, de 6 annos de idade e Francisca, preta, de 3 annos de idade**, todos naturais dessas províncias, empregados no serviço da agricultura, e avaliados em 1:750\$000 rs. sendo que os dois primeiros acompanha **sua filha menor de nome Antonia, preta, de 1 anno e 9 mezes de idade, natural dessa província, de condição livre pela lei de emancipação de ventre**. Os quaes escravos estão depositados em mão do major Carlos Ribeiro Pessoa de Lacerda, onde podem ser examinados.

Fica, por tanto assignado o praso de trinta dias para a **apresentação das propostas pelos pretendentes que deverão ser dirigidas à esse juízo em carta feixada**, na forma da lei, ficando designado o dia 27 de fevereiro próximo as 10 horas da manha para serem abertas as mesmas propostas na sala de audiências. E para constar mandei passar o presente, que será afixado nos lugares do costume e publicado pela imprensa. Dado e passado n'essa cidade da Parahyba do Norte aos 28 dias do mez de janeiro de 1875. Eu Daniel Eduardo de Figueiredo, escrivão e escrevi. Antônio de Souza Martins. (*Jornal da Parahyba*, 25/02/1875, ADCCHLA. Grifos nossos).

Nesse edital de arrematação de escravos contra Antônio de Brito Lyra, percebemos, mais uma vez, que a razão para tal acontecimento foi a penhora que, geralmente, era realizada

---

pena de nulidade, separar os cônjuges e os filhos menores de 12 anos do pai e da mãe. Sobre esse assunto, ler Conrad (1978, p.88-111).

<sup>74</sup> Para saber mais sobre a comercialização de escravos e a separação de famílias escravas, consultar Reis (2001, p.47-90).

para pagamentos de dívidas e impostos. Além disso, identificamos diversas mudanças na forma de leiloar escravos. A primeira delas, como já colocado, a idade dos filhos de escravos que não poderiam ser separados de seus pais diminuiu de 15 anos para 12 anos. A segunda, a filha mais nova do casal, Antônia, de um ano e nove meses, que nasceu após a lei de 1871, que determinava a liberdade dos “ventres” que nascessem após aquela data.<sup>75</sup> E por último, a própria forma de arrematar os escravos, que antes ocorria em leilões públicos e passou a ocorrer através de propostas em cartas fechadas.<sup>76</sup>

Outra característica importante encontrada nesse anúncio de leilão refere-se à origem étnica dos escravos leiloados. Nesse anúncio, percebemos que a família<sup>77</sup> era composta por pretos e fulos, o que indica que esses escravos poderiam ter origens diferentes. Os descritos como preto poderiam, em alguns casos, referir-se a escravos nascidos no Brasil ou na África. No caso dos escravos leiloados é provável que o pai Izidoro, preto de 49 anos, tenha nascido na África, haja vista que poderia ter chegado ao Brasil antes de 1850, ano em que foi decretada a Lei Euzébio de Queiroz.<sup>78</sup> Já seus filhos: Lourenço, Francisca e Antônia, todos pretos e menores de 10 anos, teriam nascido no Brasil, o que demonstra que o termo “preto” porta diversos significados. No caso da mãe Andreza, fula de aproximadamente 47 anos, e seu filho Manoel, também fulo e de oito anos, seriam representados por outro motivo, pois o termo “fula ou fulo” refere-se a preto e a mulato cuja cor não é bem definida, mas próxima do amarelo ou pálido.<sup>79</sup>

Ressalte-se que, nesse mesmo jornal em que foi publicada a venda judicial da família de Izidoro, encontramos outro anúncio referente à venda judicial de uma família escrava ou, ainda, de um casal de escravos, conforme podemos observar:

Arrematação de 2 escravos penhorados à Antônio de Brito Lyra.  
O Dr. Antônio de Souza Martins, juiz de direito da comarca da capital e dos feitos da fazenda da província da Parahyba.  
Faço saber que não tendo aparecido propostas, foram avaliados nessa cidade, e serão vendidos judicialmente a quem mais der sobre as respectivas

<sup>75</sup> A lei conhecida como “Ventre Livre”, apesar de ter libertado os filhos de escravas que nascessem após a sua aprovação, quando colocada na prática, dava direito aos senhores de se utilizarem dos nascidos livres até os 21 anos. Cabe destacar que havia a opção de os senhores entregarem os ingênuos, ou seja, os livres, ao governo, quando completassem oito anos, em troca de títulos de 600\$, que venceriam juros de 6% ao ano durante 30 anos.

<sup>76</sup> Desde 1869, foram proibidas as vendas de escravos em praça pública e através de pregão.

<sup>77</sup> Poderia haver situações em que a família escrava era posta em leilão por razões ligadas à partilha de herança. E se a família fosse composta por pai e/ou mãe e filhos menores de 12 anos não poderia ser separada em virtude da Lei 2.040. Assim, era vendida e o seu valor dividido entre os herdeiros. Sobre esse aspecto, consultar o Art. 4º da Lei 2.040, inciso nono.

<sup>78</sup> Lei que proibiu o tráfico internacional de escravos.

<sup>79</sup> Esse aspecto será analisado no capítulo IV, quando discutiremos a origem étnica dos escravos fugidos.

avaliações os escravos seguintes, **penhorados por execução da fazenda provincial contra Antônio de Brito Lyra; a saber: Vicente, preto, casado, de 40 anos de idade, e sua mulher Marcolina, preta, de 48 anos de idade, avaliados ambos por 500\$000 rs;** naturais d'essa província, empregados no serviço da agricultura, matriculados no município de Alagoa-Grande, e depositados nessa cidade em mão do major Carlos Ribeiro Pessoa de Lacerda, onde podem ser examinados. Fica portanto assignado o prazo de trinta dias para a apresentação das propostas pelos pretendentes que deverão ser dirigidas, a esse juízo em carta feixada, na forma da lei, ficando designado o dia 8 de março próximo às 10 horas da manhã para serem essas abertas na sala de audiências. **E para constar mandei passar o presente que será afixado nos lugares do costume e publicado pela imprensa.**

Dado e passado n'essa cidade da Parahyba do Norte, aos 5 dias do mez de fevereiro de 1875. Em Daniel Eduardo de Figueiredo escrivão e escrevi.

Antônio de Souza Martins. (*Jornal da Parahyba*, 25/02/1875, ADCCHLA. Grifos nossos).

Mais uma vez, percebemos que a família escrava estava sendo mantida na venda judicial e que estava ocorrendo pela mesma razão da anterior, ou seja, a penhora. De acordo com esse anúncio, é possível observar que o casal de escravos, Vicente e Marcolina, assim como a família de Izidoro, também pertenciam a Antônio de Brito Lyra. Além disso, novamente esse anúncio nos traz informações importantes a respeito das vendas noticiadas, como o lugar em que estavam depositados os escravos. Todos os escravos penhorados pelo Tesouro Nacional, contra Antônio de Brito Lyra, estavam depositados na Cidade da Parahyba, em mãos do Major Carlos Ribeiro Pessoa de Lacerda, onde poderiam ser examinados pelos pretendentes. Esse aspecto nos revela como se dava o processo da venda judicial de escravos que, inicialmente, eram expostos nos jornais, através de anúncios e de editais fixados em lugares públicos. Posteriormente, dava-se o prazo de 30 dias para os pretendentes examinarem os escravos e apresentarem suas propostas em carta fechada. Terminado o prazo, eram abertas as propostas em cartas fechadas e licitados os escravos a quem tivesse apresentado a maior proposta. Caso não aparecessem pretendentes, novamente os escravos seriam avaliados, dessa vez, com preço menor, e expostos em anúncios e editais para serem vendidos.

O mais interessante, nessas vendas judiciais contra Antônio de Brito Lyra, é que, ainda no mesmo jornal em que foram publicados os anúncios, veio um aviso a respeito das duas vendas:

Achando-se anunciada a venda, pelo juízo dos feitos, dos escravos Izidoro 49 anos de idade, sua mulher Andreza de 47 annos, e seus filhos Manuel de 8, Lourenço de 6, e Francisca de 3 avaliados por 1:750\$000, acompanhado-os a menor Antonia de 1 anno e 9 mezes, filha dos dous primeiros, de

condição livre pela lei de 28 de setembro de 1871, e também dos dois seguintes, que **em virtude de avaliação excessiva, não foram licitados, sendo por isso novamente avaliados, a saber: - Vicente de 40 anos e sua mulher Marculina de 48 anos por 500\$000 rs. pelo presente se previne que estando proibidas pelo art. 1 do decreto n. 1695 de 15 de setembro de 1869 as praças de escravos em hasta pública, que serão substituídas por propostas em carta feixada com o oferecimento da compra, não sendo permitido também separar os cônjuges e os filhos menores de 12 anos (§ 7 do art. 4 da cit. lei de 28 de setembro); o prazo para a apresentação das propostas é de 30 dias**, que se termina a 26 do corrente mês com relação aos escravos mencionados em primeiro lugar, e à 6 de março quantos aos allimos, conforme os respectivos editais.

Parahyba, 5 de fevereiro de 1875.

O escrivão Figueiredo. (*Jornal da Parahyba*, 25/02/1875, ADCCHLA. Grifos nossos).

Esse aviso confirma as análises feitas anteriormente a respeito das mudanças que ocorreram na forma de leiloar escravos, que passou a ocorrer em cartas fechadas, e da não separação dos cônjuges e desses de seus filhos menores de 12 anos. Temos, ainda, o prazo que era estabelecido para a apresentação de propostas - trinta dias - conforme havíamos destacado. Finalmente, temos a informação de que o anúncio da venda judicial de Vicente e de sua mulher, Marculina, não havia sido publicado pela primeira vez, haja vista que o aviso nos informa que, devido à excessiva avaliação e à falta de pretendentes, os escravos foram novamente avaliados. Em nossas pesquisas, não foi possível identificar o anúncio anterior da venda de Vicente e Marculina, o que impossibilita saber o valor da primeira avaliação. No entanto, mesmo sem essa informação, conseguimos analisar importantes aspectos das vendas judiciais de escravos na Paraíba no período estudado, como ocorriam essas vendas e os limites impostos pela lei.

Assim, nesses três últimos casos de leilões divulgados nos periódicos, observamos que os “bens” leiloados eram apenas escravos. Porém, há outros casos em que o escravo era vendido juntamente com móveis, utensílios, animais e outros objetos, como, por exemplo, a escrava que foi leiloada no dia 22 de abril de 1860. Nessa ocasião, seu senhor, Francisco José Gomes Pereira, que precisou retirar-se para a província do Maranhão, por motivos que o anúncio não indicou, leiloou sua mobília, que envolvia 18 cadeiras de sala, seis ditas de sala de jantar, um sofá, duas consolas<sup>80</sup>, uma mesa redonda, dois banquinhos de sala, uma cama francesa, duas cômodas, uma banca de escrever, um berço, uma marquesa<sup>81</sup> de criança,

<sup>80</sup> Mobiliário urbano utilizado como suporte de iluminação.

<sup>81</sup> Espécie de assento feito, geralmente, de palha.

castiçais, entre outros objetos, além de sua escrava de 19 anos que, segundo a descrição, era própria para o serviço de casa.<sup>82</sup>

Caso semelhante aconteceu com a escrava Maria, preta, crioula de mais ou menos 38 anos de idade. Escrava do falecido capitão João Moreira de Almeida Leal, acabou em praça pública, em razão do requerimento do curador de seu senhor, Francisco Antônio Gonsalves de Medeiros, que solicitou o leilão de todos os bens. Entre os que constituíam a herança do falecido e que foram à “praça” após três dias da publicação do edital, em 17 de novembro de 1862, constavam diversos objetos de uso diário e seus valores:

[...] uma pequena corrente dourada no valor de 30\$rs, um jogo de bancas de jurema no valor de 8\$rs, um lavatório de jurema no valor de 5\$rs, seis cadeiras de palhinha no valor de 12\$rs, um baú de folha no valor de 2\$rs, um espelho de parede no valor de 1\$rs, uma barretina de oficial da guarda nacional [...], um fardão já usado do mesmo posto avalliado em 8\$rs [...] e uma escrava de nome Maria, preta, crioula de idade de mais ou menos de 38 annos no valor de 800 \$rs.[...]. (*O Publicador*, 17/11/1862, FCJAA).

Como podemos perceber, Maria, assim como a escrava do senhor Francisco José Gomes Pereira, foi colocada à venda, juntamente com objetos de uso diário de uma casa. De acordo com Reis (2001), situações como essa aconteciam devido ao fato de a desumanização do elemento escravo fazer parte do contexto escravista da época, em se equiparavam a mulher, o homem e a criança negros a objetos e animais, fazendo parte dos mecanismos de submissão e explorações vigentes.

Averiguando o anúncio, observamos ainda o valor comercial de Maria, 800 mil réis. Sobre esse aspecto, os anúncios expostos mostram que os preços de escravos postos à venda variavam de acordo com sua idade e sexo. No caso da escrava Maria, ela estava em idade economicamente ativa, 38 anos, mais ou menos, o que a valorizava. Constatamos também essa valorização no valor de Maria, quando comparamos com a comercialização da escrava Josefa, natural de Angola e com idade de 40 anos. Escrava do falecido José Antônio Golsio, Josefa acabou penhorada e arrematada em praça pública na capital, no dia 3 ou 4 de abril de 1862. Avaliada em 550 mil réis, a referida escrava foi posta em leilão público e vendida a quem mais pagasse.<sup>83</sup> Nos dois casos, as escravas foram vendidas no mesmo período, o que nos permite ter uma ideia do preço de uma escrava. A diferença de idade entre as duas era

<sup>82</sup> *Commercial Parahybano*, publicado em 16 de abril de 1860- FCJAA.

<sup>83</sup> *Diário da Parahyba*, 05 de março de 1862- ADCCHLA.

pequena - a primeira tinha, aproximadamente, 38 anos, e a segunda, 40. Apesar de as duas escravas estarem em idade produtiva, a diferença de dois anos para a segunda refletiu em seu valor, já que houve uma diminuição de 250 mil réis de Maria para Josefa.

É importante ressaltar que os escravos também poderiam ser vendidos judicialmente para arcar com as despesas de inventários após a morte de seus senhores, conforme destacamos:

EDITAES: O Dr. Ernesto Augusto da Silva Freire, juiz de órfãos no termo da capital da província da Parahyba do Norte em virtude da Lei, etc. Faço saber que de hoje a trinta dias **será vendido judicialmente o escravo Bartholomêo, preto de quarenta anos de idade, avaliado por quinhentos mil réis no inventário a que se procedeu por falecimento de Elias Ferreira da Nóbrega, parte ao orphão Francisco Ferreira da Nóbrega, e finalmente, parte para pagamento das custas do inventário**, conforme requererão os interessados; devendo os pretendentes apresentar as suas propostas a esse juízo em carta feixada no prazo acima declarado: e para conhecimento de todos mandei passar o presente edital, que será afixado nos lugares de costume e publicado pela imprensa- Eu Antônio da Costa Rego Moura escrivão o escrevi. Ernesto Augusto da Silva Freire. (*Jornal da Parahyba*, 17/09/1881, IHGP. Grifos nossos).

A partir desse edital, observamos que o escravo Bartholomêo foi colocado à venda judicial depois da morte de seu senhor, Elias Ferreira da Nóbrega. Consequentemente, seria necessária uma quantia em dinheiro para continuar pagando as custas do inventário e a partilha dos bens, aos quais pertencia o escravo negociado. Nessa situação, se o escravo avaliado em 500 mil réis fosse vendido, seu valor poderia pagar a custa do inventário e beneficiar os herdeiros, já que parte do valor do escravo ficaria com Francisco Ferreira da Nóbrega, filho do falecido. Todavia, o escravo Bartholômeo acabou não sendo leilado em dias de outubro de 1881, já que, no mês de novembro, foi divulgado outro anúncio a respeito de outro leilão com o dito escravo. Vejamos na íntegra:

#### EDITAES

O cidadão José Félix do Rego, juiz de órfãos, segundo suplente em exercício no termo da capital da província da Parahyba do Norte em virtude da lei etc. Faço saber que de hoje a vinte dias será vendido judicialmente o escravo Bartholômeo, preto, de quarenta anos de idade, por quatro centos mil réis, **visto não ter comparecido pretendentes no dia já anunciado pela avaliação que teve no inventário procedido por esse juízo nos bens deixados por falecimento de Elias Ferreira da Nobrega, de cujo espolto faz ele parte, e ter tocado em partilha parte de seu valor a viúva do mesmo Elias Ferreira da Nobrega e finalmente parte para pagamento das custas do inventário conforme requererão os interessados**; devendo

os pretendentes apresentarem as suas propostas em carta feixada as doze horas do dia em a sala de audiências desse juízo no Thesouro provincial. E para que chegue ao conhecimento de todos mandei passar o presente edital que será afixado nos lugares de costume e publicado pela imprensa.

Parahyba 26 de outubro de 1881- Eu Maximiano Aureliano Monteiro da Franca, escrivão interino de órfãos o subscrevi.

José Felix do Rego. (*Jornal da Parahyba*, 16/11/1881, IHGP. Grifos nossos).

Nesse outro anúncio de leilão do escravo Bartholômeo, verificamos que ele não foi vendido judicialmente, no dia marcado antes, devido ao não aparecimento de pretendentes interessados em comprá-lo. Esse fato poderia ser resultado da avaliação anterior do escravo que, segundo o edital, seria de 500 mil réis. Como percebemos no segundo edital, descrito acima, o valor da avaliação diminuiu, já que agora o valor referente ao escravo passou a ser de 400 mil réis. Por que o valor de Bartholômeo teria baixado em menos de um mês? Acreditamos que isso seria reflexo da não procura de interessados em comprar Bartholômeo e dos últimos acontecimentos que estavam surgindo no Brasil que envolviam a questão da escravatura, já que se trata de um anúncio de 1881. Nesse momento, devido à campanha abolicionista, que ganhava cada vez mais força, a compra de escravos passou a ser vista como um investimento em curto prazo, haja vista que a abolição da escravidão, no Brasil, era apenas uma questão de tempo, e isso fazia com que os preços dos escravos fossem reduzidos.

Além disso, o preço da avaliação do escravo poderia ter diminuído por outra razão, como, por exemplo, a idade de quarenta anos do escravo, o que significava que ele já havia trabalhado muito durante a vida e poderia estar com problemas de saúde. Sobre esse último aspecto, fica impossível confirmar, pois, nos anúncios de leilão de escravos, não constam informações a respeito das características físicas e de saúde dos escravos, ao contrário dos anúncios de fuga, conforme podemos verificar:

No dia 15 de junho do corrente anno fugio de Plácito Pinto da Conceição, morador da povoação de Fagundes termo de Campina Grande, província da Parahyba do norte, um escravo crioulo, de nome Pedro, com idade de quarenta anos mais ou menos alto pouca barba, **meio côxo, pôr ter no pé direito uma paralyisia incompleta e já haver diminuição nos músculos, e que faz sensível dofferença no pé esquerdo.** [...]. (*A Regeneração*, 27/07/1861, IHGP. Grifos nossos).

Cabe registrar que, no momento do inventário, o escravo que fizesse parte da herança deixada pelo senhor falecido poderia comprar sua alforria caso tivesse o pecúlio correspondente ao seu valor. Isso se tornou possível após a aprovação da Lei Rio Branco, que



permitiu ao escravo a formação de um pecúlio<sup>84</sup>, que poderia ser conseguido através de doações e heranças, assim como de economias provenientes de seu trabalho, que poderia ser utilizado na compra de sua liberdade. Antes de sua aprovação, cabia ao senhor a decisão de conceder ou não a alforria do escravo, mesmo que ele dispusesse de seu valor em dinheiro.

No caso do escravo Pedro, acabou em praça pública por um motivo semelhante ao de Bartholomêo:

EDITAES: O Dr. Alvaro Nestor de Albuquerque Mello Juiz d'Orfãos do termo dessa cidade da Parahyba do Norte [...] Faço saber aos que esse edital virem que no dia 22 do corrente as quatro horas da tarde depois de oito dias uteis irá a praça pública à requerimento do tutor Júlio da Costa Cirne para **ser arrematado em hasta pública a metade do valor do escravo Pedro, crioulo, de idade de mais ou menos de quarenta anos, avaliada a dita parte em quatrocentos mil réis**, pertencentes ao orphão Pedro da Cunha Cirne, filho do outro de mesmo nome já falecido [...] Cidade da Parahyba aos onze de abril de mil oito centos sessenta e um [...]. (*A Regeneração*, 21/04/1861, IHGP. Grifos nossos).

Conforme percebemos nesse anúncio, o que levou Pedro, ou ainda a metade dele, à praça pública foi uma suposta divisão de herança, visto que seu dono, Pedro da Cunha Cirne, havia falecido, e o tutor de seu filho, de mesmo nome, requeria o valor referente à metade do escravo - 400 mil réis. O interessante, nesse caso, é que seria leiloada apenas uma parte de um ser humano, ou podemos dizer, o valor referente à metade de uma “mercadoria humana”, um bem de valor, que poderia ser negociado a qualquer momento e, até, “dividida”. Porém, devido a motivos não expostos pelo jornal, a “metade” de Pedro não foi arrematada no dia 22 de abril de 1861, e o leilão foi remarcado para o dia 6 de maio de 1861.<sup>85</sup> Se a “metade” de Pedro foi arrematada ou não, não sabemos, mas, provavelmente, deve ter sido, pois, nos jornais publicados posteriormente, não havia mais anúncios e notícias sobre o dito escravo.

Além desses casos relatados, existiram ainda situações em que escravos “fujões”, quando capturados e recolhidos na cadeia, omitiam os nomes de seus senhores e acabavam arrematados em leilões públicos:

EDITAL: O Dr. Antônio da Cunha Xavier de Andrada, juiz municipal e Orfãos d'essa cidade e seu termo, em virtude da lei etc. Faço saber a quem convier que da data d'esse a sessenta dias tem de ser arrematado na praça

<sup>84</sup> No inciso segundo do art.4º da Lei 2.040, consta que o escravo que, por meio de pecúlio, obtiver meios para indenizar seu valor, terá direito a sua alforria. No caso de inventários, o preço da indenização para alforria seria o da avaliação. Para conhecer a Lei de 2.040 na íntegra, consultar Conrad (1978, p. 336-339).

<sup>85</sup> *A Regeneração*, 27/04/1861- IHGP.

pública n'essa cidade e a quem mais der o preto escravo Feliciano de idade 23 a 24 annos, de altura regular e cheio de corpo, rosto redondo, cabelos carapinhos, olhos regulares, nariz chato, boca grande, cor preta, barba pouca, **recolhido a cadeia d'essa cidade desde 1 de julho de 1859, e até hoje seu dono sabido, apesar das diligencias que se tem procedido afim de saber o seu legítimi senhor**, em virtude de ter o mesmo escravo declarado ser de Joaquim Moniz morador no lugar de Boa Vista da Província do Ceará. E para que chegue a notícia a todos mandou passar o presente edital que será afixado nos lugares públicos d'essa cidade e seu termo, e publicado pela imprensa. Dado e passado n'essa cidade d' Areiã aos 26 de janeiro de 1861- Eu Felix Nunes Pinto, escrivão interino, o escrevo. Antônio da Cunha Xavier de Andrade. Grifos nossos (*O Imparcial*, 01/03/1861, IHGP).

De acordo com esse anúncio, o escravo Feliciano estava recolhido na cadeia da cidade de Areia desde 1º de julho de 1859, por ter omitido o verdadeiro nome de seu senhor.<sup>86</sup> Ele declarou que pertencia a Joaquim Moniz, que residia em Boa Vista, Província do Ceará, o que nos leva a crer que esse escravo, em circunstância de uma suposta venda<sup>87</sup> e mudança de senhor, teria fugido e, posteriormente, capturado e recolhido na prisão. Consequentemente, por não dizer o nome legítimo de seu senhor e ter permanecido na cadeia por quase dois anos, Feliciano seria arrematado em leilão e voltaria ao regime de escravidão. Essa atitude revela que o escravo sabia de sua situação jurídica e agiu da maneira que melhor lhe servisse, ou seja, preferiu ser leiloado a voltar para seu dono. Isso demonstra que existiram situações, como a de Feliciano, em que escravos não conseguiram sua liberdade e reinventaram outra escravidão.<sup>88</sup>

O mais interessante, contudo, nesse anúncio, é o fato de Feliciano ter dito que era da província do Ceará e fora capturado em Areia, na Paraíba, o que pode nos levar a pensar se ele não teria sido vendido a algum senhor de escravo, na Paraíba, por Joaquim Moniz, “seu senhor”. Outro fato a ser destacado é que, ao contrário dos outros anúncios de leilões e vendas judiciais, esse anúncio descreve minuciosamente o escravo como nos anúncios de fuga, já que se trata de um fugitivo. Esse aspecto demonstra que as autoridades policiais estavam, ainda, à procura do “verdadeiro” senhor de Feliciano, já que, além de descrevê-lo, fixaram o edital em lugares públicos e o publicaram na imprensa. Assim, por que Feliciano estaria recolhido na cadeia durante tanto tempo? E quem seria o seu verdadeiro senhor? Por que Feliciano não foi encontrado? O que levaria um senhor, em um período de valorização de mão de obra, a deixar

<sup>86</sup> Quando o escravo era preso, era comum passar por um interrogatório para identificar seu dono. Além disso, fazia-se a maior publicidade possível sobre sua captura, através de jornais e editais, para se conseguir identificar o dono, caso o escravo omitisse ou mentisse sobre seu nome.

<sup>87</sup> Segundo Gomes (2003), para muitos escravos, a venda poderia significar, além da mudança de costumes, a destruição de seus arranjos familiares, já que muitos poderiam ser vendidos e separados de suas famílias.

<sup>88</sup> Sobre esse aspecto, consultar as obras de Gomes (2003, p. 58) e (1996, p.83-93).

seu escravo na cadeia durante muito tempo? Castigo? Falta de dinheiro para retirar seu escravo da cadeia? Essas são apenas algumas perguntas que não podemos responder, mas o certo é que histórias como a de Feliciano aconteceram durante todo o período que durou a escravidão.

Todavia, Sidney Chalhoub, ao estudar os costumes senhoriais e a escravização ilegal e precarização da liberdade no Brasil durante o império, destacou que essas providências ordenadas pela polícia no reconhecimento do escravo fugido e de, conseqüentemente, seu dono, possuíam além da expectativa de diminuir o tempo de permanência de escravos fugidos no calabouço ou, no caso da Paraíba, na cadeia, evitar, também, a detenção de pessoas supostamente livres por longo período. Isso nos leva a constatar que pretos, pardos e crioulos livres ou libertos poderiam ser confundidos, algumas vezes, com escravos, o que nos joga, segundo o mesmo autor, no centro de procedimentos administrativos que garantiam a escravização ilegal de pessoas, tornando, assim, precária a experiência de liberdade de indivíduos livres de cor.<sup>89</sup>

Esses anúncios de leilões e de venda judiciais de escravos, discutidos ao longo deste trabalho, só desapareceram no final da década de 1880, quando o fim da escravidão no Brasil era inevitável. Conforme Evaldo Cabral de Mello (1999), nesse momento, devido aos anos de surto do tráfico interprovincial, houve uma deformidade na distribuição regional da população escrava do Brasil, segundo idade e sexo, porque a preferência do sul dirigia-se obviamente aos escravos jovens e do sexo masculino. E mais, soma-se a isso “as epidemias, as manumissões e as pressões criadas pelo movimento abolicionista que também contribuíram para a redução da população cativa” (GALLIZA, 1979, p. 139). Sobre este último aspecto, como a abolição da escravidão estava próxima, os jornais que aderiram ao movimento emancipador e abolicionista “recusavam-se a publicar anúncios de compra e venda de gente, sobretudo, de fuga ou desaparecimento de escravos” (FREYRE, 1963, p.67), o que fez com esse tipo de prática desaparecesse das páginas dos jornais nos últimos anos da escravidão na Paraíba.

Por fim, histórias como as de Manuel, Peregrino, Izidoro e sua família, Maria, Bartholômeo, Pedro e Feliciano revelaram diversas situações em que escravos poderiam ser leiloados - penhora por dívida do senhor; heranças; pagamento das custas de inventários; viagens de senhores para outra província; e, fuga e prisão do escravo. Entretanto, além desses aspectos, foi possível perceber, através desses anúncios de leilões e venda judiciais de

---

<sup>89</sup> O estudo de Sidney Chalhoub a que me refiro trata-se do artigo “Costumes senhoriais: escravização ilegal e precarização da liberdade no Brasil império”, publicado pela editora da Unicamp em 2009, p. 29-56.

escravos, contidos nos “classificados” dos periódicos que circularam na Paraíba, as mudanças políticas, econômicas e sociais que estavam ocorrendo no Brasil em torno da questão da escravidão, pois, ao longo desse período, o “comércio de gente” passou por mudanças e restrições, como a proibição da separação de famílias escravas, até chegar seu término em 13 de maio de 1888.<sup>90</sup>

---

<sup>90</sup> A Lei Áurea limitou-se a oficializar o fim da escravidão, uma vez que, naquele momento, quase não existiam pessoas escravizadas, e as que ainda estavam abandonavam os seus senhores.

### **CAPÍTULO III - AS CONDIÇÕES FÍSICAS E DE SAÚDE DOS ESCRAVOS NOS ANÚNCIOS DE JORNAIS DA PARAÍBA (1850-1888)**

É difícil discutir as condições físicas e de saúde dos escravos sem falar nas doenças e práticas de curar. Por isso, o objetivo deste capítulo será o de analisar as “doenças do escravo”, a partir de informações sobre suas condições físicas e de saúde presente nos anúncios de jornais da Paraíba que circularam durante a segunda metade do século XIX, mais precisamente, entre os anos de 1850 e 1888. Entretanto, convém salientar que ao analisar as doenças que mais atingiram os cativos, buscaremos relacioná-las à condição de vida a eles impostas, já que compartilhamos da posição de Miridan Britto Falci e Ana Maria Almeida de que a doença é a ausência de bem estar físico, mental e social e como tal, os indivíduos “doentes” seriam aqueles que não teriam as mínimas condições de habitação, alimentação e proteção física e mental.<sup>91</sup>

A análise de anúncios de jornais referentes a escravos permite que levantemos algumas questões sobre a saúde da população escrava da Paraíba oitocentista, já que, conforme registrou Amantino (2007), são amostragens e, como tal, seus resultados não devem ser vistos como absolutos, “além de serem elaborados a partir da convivência que o senhor tivera com o escravo antes da fuga” (CARVALHO, 1998, p.259). Todavia, isso não diminui a importância desse tipo de documento para estudar a população escrava, pois, por meio dele, é possível ter uma visão do universo em que viviam. Para Mott (1986), um levantamento sistemático desses anúncios ajuda o pesquisador interessado no estudo da população servil a reconstruir, minuciosamente, inúmeros traços desse segmento que outras fontes como os censos, as cartas de alforria, as matrículas, entres outras, geralmente omitem ou são lacunosas, como o sexo, a cor, a aparência física, a naturalidade, o estado civil, a ocupação, o preço e os antigos proprietários.

Ainda segundo o mesmo autor, isso se deve ao fato de os anúncios de escravos fugidos serem verdadeiros “retratos falados” que, numa época anterior à fotografia, constituem a imagem que podemos dispor da aparência física e de outras características da escravaria. Assim, por meio desses anúncios, é possível problematizar diversos aspectos do cotidiano e das condições em que vivia a população escrava, na Paraíba, durante a segunda metade do

---

<sup>91</sup> Sobre esse aspecto, Miridan Britto Falci parte do princípio do que informa a Organização Mundial de Saúde sobre o que seria a doença. Para saber mais sobre esse assunto, assim como sobre a saúde, doença e morte entre escravos, consultar: FALCI; ALMEIDA (2004, p.1-16).

século XIX, e levantar algumas hipóteses a respeito de suas condições de trabalho e de moradia, para que possamos chegar a algumas conclusões a respeito das condições físicas e de saúde desses sujeitos.

### 3.1 A Paraíba e seus problemas de insalubridade

Durante a segunda metade do século XIX a Paraíba, assim como outras províncias do império, apresentava grandes problemas no que diz respeito à questão da salubridade de suas cidades. A capital da província, cidade da Parahyba do Norte, era constantemente alvo de notícias nos jornais que denunciavam os mais diferentes problemas, a exemplo da falta de saneamento das ruas, fontes, matadouro público e mesmo no cemitério.

Nesse período, a cidade da Parahyba do Norte achava-se edificada em um terreno sinuoso à margem Leste do Rio Sanhauá ao lugar denominado Zumbi.<sup>92</sup> Conforme Doralice Sátyro Maia, em seu estudo sobre a modernização da cidade da Parahyba do Norte, até o início do século XX, essa centrava-se em duas porções geomorfológicas que lhe deram origem, sendo elas: as margens do rio Sanhauá e Baixo Planalto. A mesma autora salientou que esta compartimentação topográfica determinou a divisão da cidade em duas áreas, a Cidade Baixa e a Cidade Alta, sendo a primeira dominada por construções comerciais e a outra por edifícios administrativos e religiosos.<sup>93</sup>

Conhecida também como Varadouro, a Cidade Baixa abrigava não só construções comerciais, como também o porto e as casas dos negociantes que, geralmente, eram construídas na parte superior do comércio. As ruas sem calçamento e esgoto eram apenas uma de muitas paisagens urbanas que predominavam na cidade de uma maneira geral, já que eram poucas as que possuíam calçamento.<sup>94</sup> As ruas que estavam passando por esse processo de saneamento eram alvos de denúncias nos jornais, que informavam que existiam diversas versões a cerca desse aspecto, sendo uma mais *esquisita e disparatada* que a outra.<sup>95</sup> Segundo a *Gazetilha* do jornal *O Tempo*, seria conveniente que a questão do calçamento fosse tratada

<sup>92</sup> Sobre a geografia da cidade da Parahyba do Norte consultar o artigo de Vicente Ramos Jardim (1910, p.89), *Monografia da cidade da Parahyba do Norte*.

<sup>93</sup> O estudo a que me refiro é *Ordem, higiene e embelezamento na Cidade Alta e Cidade Baixa: a modernização da cidade da Parahyba-Brasil*, publicado pela Revista Convergência Crítica no primeiro semestre de 2012.

<sup>94</sup> Segundo Maurílio Augusto de Almeida (1985), em seu estudo sobre a Cidade da Parahyba no ano de 1859, as únicas ruas calçadas nesse momento era a Rua Direita e parte do Varadouro.

<sup>95</sup> Jornal *O Tempo*, 29 de setembro de 1865- IHGP.

com mais seriedade e com mais patriotismo e dedicação, uma vez que todos conheciam a urgente necessidade desse serviço para o embelezamento das ruas.<sup>96</sup>

Com relação, ainda, as ruas, essas serviam de depósitos de lixo, imundícies, animais mortos e até excrementos de indivíduos e animais, o que dificultava, por vezes, a circulação de pessoas que não podiam atravessar certos pontos da cidade devido ao mau cheiro.<sup>97</sup> Os excrementos, geralmente, eram despejados em barris que ficavam em algum compartimento das residências, que, quando cheios, eram levados pelos escravos para serem lançados nas praias, rios, ou, ainda, na via pública, em frente às moradias ou em terrenos desabitados que existissem nas proximidades. Isso porque, naquele momento, dava-se importância apenas a limpeza da casa, a qual incluía-se as fachadas e os cômodos internos.<sup>98</sup>

Os pântanos<sup>99</sup> também faziam parte desse cenário. A estrada leste que fazia ligação com a Praça do Varadouro e com a ponte do Rio Sanhauá, em que existia a estação central da estrada de ferro Conde d'Eu, permanecia com um extenso pântano. Acreditava-se que através desses pântanos, existentes em alguns pontos da cidade, eram liberados miasmas, resultantes da decomposição de matérias orgânicas, vegetais e animais, que davam origem a moléstias diversas, além de facilitar a propagação da febre amarela<sup>100</sup>, que fazia diversas vítimas nesse momento.

Por sua vez, as casas residenciais “eram modestas, segundo a arquitetura típica das residências coloniais e despidas de muitos básicos necessários a prédios urbanos destinados a moradias” (VILLAR, 1985, p.75). Seguindo essa mesma linha de interpretação, o viajante Henry Koster, ao visitar a cidade da Parahyba do Norte, descreveu que a parte baixa da cidade era composta por pequenas casas situadas ao lado de uma espaçosa baía ou lago, que era formada pela junção de três rios que faziam a descarga de suas águas no mar por um longo canal<sup>101</sup>, o que nos demonstra o quanto eram precárias as condições de moradias. Nesse período existiam poucos sobrados que demonstravam a elevada situação financeira de seus habitantes, uma vez que a capital da província da Paraíba era cercada por sítios, alguns com

<sup>96</sup> Jornal *O Tempo*, publicado em 29 de setembro de 1865- IHGP.

<sup>97</sup> Jornal *O Publicador*, 28 de agosto de 1869- ADBN.

<sup>98</sup> Sobre a higiene das ruas da cidade da Parahyba do Norte, em meados da segunda metade do século XIX, ver o estudo de Maurílio Augusto de Almeida (1985), “*Cidade da Paraíba, 1859- um pequeno aglomerado urbano*”.

<sup>99</sup> Segundo o jornal *O Publicador*, publicado em 28 de agosto de 1869, os higienistas designavam a palavra pântano, toda porção de água estagnada ou levemente agitada, que podia prejudicar a saúde do homem pelos produtos de sua evaporação. Desta forma eram considerados pântanos: brejos, lagos, tanques, poços, ribeiros, canos de esgoto, mas desde que determinassem a decomposição de matérias orgânicas e desprendessem eflúvios nocivos a saúde.

<sup>100</sup> Jornal *Diário da Parahyba*, 31 de janeiro de 1885- IHGP.

<sup>101</sup> Essas informações foram extraídas da obra *Uma cidade de quatro séculos: evolução e roteiro*, organizada por Wellington Aguiar e José Octávio (1985, p.77), mais precisamente do estudo de Henry Koster, *Uma Radiografia de Henry Koster*.

muitos hectares de terras, engenhos<sup>102</sup> e áreas com matas, que faziam dela uma cidade com características rurais.

Assim como as ruas e casas, a Fonte do Tambiá, que se localizava no bairro de mesmo nome, na parte alta da cidade<sup>103</sup>, enfrentava problemas no que se refere à questão de sua salubridade, sendo também notícia de jornal. Vejamos na íntegra:

Bica de Tambiá- Faz nôjo o estado em que se acha a única fonte da capital. Alem de immunda, tornou-se um lugar de obcenidades. A' toda hora do dia, de mistura com os carregadores d'agua, grupos de indivíduos que lá vão pra banharem-se enchem a fonte, e com a maior sem ceromonia tomão banho, sem que haja a menor providencia que ponha termo a tal abuso. Além disso lava-se roupa constatemente dentro da mesma fonte, o que augmenta inda mais sua immundicie. A câmara não se move, apesar de dever providencias de qualquer [ilegível] de abstar a continuação de tão deplorável estado desta única fonte que possuímos. [...] Cumpra suas obrigações, illustríssima; veja que S. S. também soffre com a falta de boa agua potável. [...] Obrigue seus fiscaes a cumprirem seus deveres. (*O Tempo*, 01/05/1865- IHGP).

Então, como percebemos, nesse momento, a única fonte de água que abastecia a capital da província era a Fonte de Tambiá, que segundo a notícia encontra-se em estado deplorável.<sup>104</sup> Esse espaço seria lugar de encontro de carregadores de água, que em sua maioria eram escravos, lavadeiras e outros indivíduos que sem maior cerimônia tomavam banho. O relato, ainda, nos informa que as autoridades, os representantes da câmara municipal, não tomavam nenhuma providência a esse respeito, exigindo que esses cumprissem suas obrigações e obrigassem seus fiscais a cumprirem seus deveres. Todavia, as famílias que não dispunham de escravos para carregar água da fonte, ou mesmo que não podiam e nem queriam ir buscar, em razão de residirem na parte baixa da cidade, retiravam água de cacimbas situadas próximas ao rio Sanhauá.<sup>105</sup>

Não se pode deixar de destacar que o matadouro público da capital, antes situado acima da Igreja do Bom Jesus, nas Trincheiras, também era alvo de denúncias nos jornais a respeito da questão de sua higiene. Conforme um *apreciador* do jornal *O publicador*, esse

<sup>102</sup> Conforme a pesquisadora Solange Pereira da Rocha (2011, p.3), na década de 1850, a Cidade da Parahyba do Norte, possuía 10 engenhos de açúcar (Água Fria, Gramame, Jaguaricumbe, dois denominados de Mandacaru, Marés, Paul e Velho), que eram áreas de produção de açúcar e outros produtos vindos da cana, a exemplo da aguardente e da rapadura.

<sup>103</sup> Hoje Parque Arruda Câmara.

<sup>104</sup> Conforme Vicente Gomes Jardim (1985, p.109-111), além da fonte do Tambiá, existia na parte alta da cidade a Cacimba do Povo, enquanto que na parte Baixa da cidade existiam a Bica do Gravatá e a dos Milagres. Arquimedes Cavalcante (1985) destacou que além dessas, citadas anteriormente, existia, ainda, a fonte de Santo Antônio, localizada no pátio interno do Convento de São Francisco.

<sup>105</sup> A respeito dos aspectos urbanísticos da Cidade da Parahyba, ver o estudo de Francisco Vidal Filho, "Aspectos urbanísticos na Independência", In: AGUIAR, W; OCTÁVIO (Orgs.). *Uma cidade de quatro séculos: evolução e roteiro*. João Pessoa: Governo do Estado Da Paraíba, (1985, p.79-80).



lugar estava em um estado imundo, onde nenhuma pessoa poderia entrar em razão da lama que ali existia, além do mau cheiro de sangue podre. Isso se devia ao fato de que já se passava alguns dias e não ocorria a limpeza do ambiente. Pedindo providências, o mesmo apreciador denunciava que não aparecia nenhum fiscal ou outro qualquer encarregado de vigiar o bem público, aparecendo estes apenas nas casas dos *pobres marchantes* para exigir os quinhentos réis por cada *rez* que é morta. Sendo assim, era a população que sofria com o estado de *podridão* do lugar, já que os bois eram mortos ali sem nenhuma higiene, o que fazia com que esse alimento não fosse adequado para o consumo.<sup>106</sup>

Vale destacar, também, os lugares de sepultamento dos mortos, os cemitérios. Conforme o jornal *O Publicador*<sup>107</sup> esse lugar era uma das causas de insalubridade da cidade da Parahyba do Norte. Além de sua má situação, já que se localizava em um lugar baixo, exposto aos ventos sul e sudeste, diariamente arrastava para cidade os miasmas que ali se desprendiam, fazendo dele um verdadeiro foco de infecção. A construção de *carneiros*<sup>108</sup> foi relatada como sendo péssima, uma vez que não se observava nos enterramentos a mais insignificante regra de higiene.

De acordo com a mesma notícia, o enterramento nas covas era muito prejudicial a saúde pública devido a maneira que era feito. Cavava-se uma profunda sepultura para três ou quatro cadáveres, que iam sendo postos e posteriormente cobertos por uma camada de dois palmos de terra. A mesma sepultura, geralmente, era fechada definitivamente quando o número de mortos estivesse completo. Então, quando não completado o número de mortos para sepultura, esses ficavam enterrados próximos à *flor da terra*, fazendo com que os miasmas pútridos saíssem e infeccionassem o ar do ambiente. Paralelamente, tinha-se um ar impregnado de princípios miasmáticos e deletérios que ocasionavam febres e outras moléstias infectuosas.

Convém salientar que no início da segunda metade do século XIX a província abrigava 212.466 almas, sendo destas 183.920 livres e 28.546 escravos.<sup>109</sup> Todavia, conforme o recenseamento geral do império de 1872, o número de pessoas aumentou na Paraíba, passando a ser de 376.226. Desse número, 354.700 eram livres e 21.526 de condição

<sup>106</sup> Jornal *O Publicador*, 20 de abril de 1864- ADBN.

<sup>107</sup> Jornal *O Publicador*, 27 de agosto de 1869- ADBN.

<sup>108</sup> Espécie de catacumba.

<sup>109</sup> Estes dados foram extraídos do relatório apresentado a Assembleia Provincial da Paraíba pelo Presidente de província Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, em 02 de agosto de 1851, mais precisamente na página 12. Porém, segundo o mesmo relatório, esses dados não garantem exatidão em seu resultado, mas apenas o aproxima do verdadeiro número.

escrava.<sup>110</sup> É importante lembrar que com o aumento da população, aumentaram também o número de pessoas que morreram durante esse período vítimas das mais variadas moléstias e doenças, as quais estavam relacionadas, geralmente, a questões voltadas a falta de higiene, alimentação e moradias precárias, que se não eram as responsáveis diretamente por algumas doenças, facilitavam o seu contágio, já que com essas situações não seriam poucas as pessoas com a saúde debilitada. Para ilustrarmos esse aspecto, vejamos o seguinte quadro:

**Quadro 10 : Mortalidade na cidade da Parahyba do Norte: primeiros meses de 1861**

MESES	SEXO		CONDIÇÃO		TOTAL
	Masc.	Fem.	Livres	Escravos	
<b>Janeiro</b>	21	10	22	9	31
<b>Fevereiro</b>	17	17	30	4	34
<b>Março</b>	15	11	25	1	26
<b>Abril</b>	15	14	22	7	29
<b>Soma</b>	68	52	99	21	120

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados contidos no Relatório apresentado a Assembleia provincial da Paraíba pelo Presidente de província Silva Freire, em exposição no dia 18 de maio de 1861, p.10. Disponível em:<[www.crl.edu/brazil/provincial](http://www.crl.edu/brazil/provincial)>.

Como podemos observar nos primeiros meses do ano de 1861, apenas na cidade da Parahyba do Norte morreram 120 pessoas, das quais 99 eram de condição livre e 21 escrava. Conforme o relatório do Presidente de província Silva Freire, do mesmo ano, essa mortalidade foi proveniente de todas as moléstias. Todavia, se levarmos em conta a diferença entre o número da população livre e escrava nesse período, aproximadamente 212.000 pessoas, sendo 28.000 de cativos<sup>111</sup>, veremos que a maior incidência de mortes se deu entre os escravos.

Isso poderia ser reflexo das condições em que viviam os escravos na Paraíba. Provavelmente, existia uma grande indiferença, por parte de seus senhores, com suas vidas, já que medidas simples como a higiene das senzalas, vestimentas e alimentação não eram tomadas de maneira adequada, conforme iremos discutir adiante. Além disso, na maioria dos casos, o trabalho era excessivo, resultando em problemas de saúde e mesmo na morte de

<sup>110</sup> Dados extraídos do site do IBGE: <[biblioteca.ibge.gov.br](http://biblioteca.ibge.gov.br)>.

<sup>111</sup> Informações retiradas do relatório apresentado, pelo Dr. Luiz Antônio de Silva Nunes, à administração da província da Paraíba do Norte em 17 de março de 1861, p.10.

cativos. A sequela produzida por essas condições na vida dos cativos pode ser percebida nos indícios contidos nos anúncios de escravos fugidos, já que estes oferecem ricos detalhes que revelam uma população que foi constantemente atacada por problemas de saúde.

### 3.2 As doenças dos escravos e o sistema escravista

Na fala do anunciante, o dono do escravo, podemos encontrar indícios das condições físicas e de saúde dos cativos fugidos. No seguinte anúncio é possível perceber alguns desses indícios:

No dia 15 de junho do corrente anno fugio de Plácido Pinto da Conceição, morador na povoação de Fagundes, termo de Campina Grande, província da Parahyba do norte, um escravo crioulo, de nome Pedro, com idade de quarenta anos mais ou menos, alto pouca barba, **meio côxo, pôr ter no pé direito uma paralsia incompleta e já haver diminuição nos músculos, e que faz sensível diferença do pé esquerdo.** [...] (A *Regeneração*, 27/07/1861- IHGP. Grifos nossos).

Nessa fala do anunciante podemos identificar alguns indícios sobre as condições físicas e de saúde do escravo Pedro, que pertencia a Plácido Pinto da Conceição, morador da povoação de Fagundes, termo de Campina Grande. Muitos dos problemas de saúde relacionados à condição física dos escravos, apresentados pelos anúncios de escravos fugidos, estão relacionados, geralmente, à própria condição de cativo em que viviam (moradia, alimentação e vestimentas) e às longas e repetitivas jornadas de trabalho realizadas.

O escravo fugido, Pedro, apresentava uma paralisia incompleta e diminuição nos músculos, o que, provavelmente, seria efeito de longos anos de trabalho. Entretanto, essa paralisia poderia também ser resultado da *Tripanossomíase americana*.<sup>112</sup> O *Triatoma megista*, conhecido, na Paraíba, como “barbeiro” e “bicho de parede”, escolhe, como lugar de sua morada, habitações precárias construídas com barro e cobertas com sapé, como as senzalas, por exemplo. Na percepção de Sônia Magalhães (2004), essas características de habitações eram propícias para esse artrópode depositar seus ovos e iniciar os dois períodos de manifestação do tripanossomo - o agudo e o crônico. No período agudo ou febril, os parasitas poderiam viver dias ou meses na circulação periférica, até penetrar nas fibras do

---

<sup>112</sup> Popularmente, esse mal é conhecido como doença de Chagas.

coração e causar, na maioria das vezes, a morte dos doentes. Porém, quando esses parasitas incidem no sistema nervoso, poderiam provocar paralisias e outras debilitações.

Outros anúncios apresentam marcas de modificações corporais nos escravos, como este:

Fugio no dia 20 de junho do corrente anno, hum mulato de nome João, idade de 22 a 24 annos, cabelos entre crespo e paxaim, olhos regulares, rosto redondo, dentes limados, tem na testa hum [ilegível], mãos grandes, **pernas grossas, corpo grosso**, altura regular, costuma olhar para baixo, tem passa piolho um pouco ralo, trabalha sofrivelmente de sapateiro, é bom cozinheiro, levou camisa e seroula de algodão e chapeo de palha já velho, quem o pegar e levar a villa de Goianinha ao major Joaquim Barbosa d'Oliveira Bananeiras que será bem recompensado. (*O Reformista*, 25/08/1850-ADCCHLA. Grifos nossos).

Esse anúncio chama a atenção para o fato de o escravo João ter pernas grossas e corpo grosso. Essas descrições poderiam indicar sinais de elefantíase dos árabes e elefantíase dos gregos, já que ambas engrossavam e desfiguravam o corpo. A esse respeito, Mary Karasch (2000) destacou que, pelos sintomas descritos na elefantíase dos árabes tratava-se de filariase, “uma doença causada por um parasita invasor que se instalava nos vasos linfáticos” (Op. Cit. p. 233). À medida que esses parasitas se multiplicavam dificultavam a circulação do sangue, causando inflamações em locais como pernas, o escroto e os seios, que inchavam de tal forma que, no caso das pernas, poderiam atingir tamanhos e aparência de elefantinhos.

Em relação às mãos dos escravos, alguns anúncios chamavam a atenção para o fato de estas serem “inchadas”, o que poderia ser um sinal de violência, pois era comum, na época, o uso da palmatória como instrumento de castigo. Outro tipo de castigo muito utilizado, no período da escravidão, era a aplicação de açoites, que deixava marcas nos corpos dos escravos. Esse foi o caso do escravo de nome Antônio que havia fugido do engenho Reis em companhia de sua mulher Francelina, também cativa. Segundo seu senhor, Claudino do Rego Barros, Antônio, ao fugir, estava com um dos dedos da mão cortado e possuía uma cicatriz visível no tornozelo proveniente de um golpe de machado. Dando sequência ao “retrato falado” o mesmo ainda informou que o cativo fugido possuía também marcas de chicote e que estas teriam sido provenientes de castigos “quando de outro senhor”.<sup>113</sup>

O impacto desses açoites sobre a saúde dos escravos era grande. As chibatadas abriam feridas em seus corpos, por meio das quais havia penetração de parasitas tropicais, vermes,

<sup>113</sup> Jornal *O Publicador*, 25 de janeiro de 1869- ADBN.

esporos e bacilos, entre outros. Por sua vez, após o castigo e com a pele perfurada, alguns cativos contraíam tétano<sup>114</sup> ou outros problemas de saúde resultantes de infecções em feridas abertas, a exemplo de gangrena, úlceras tropicais, boubas, além de ancilostomose.<sup>115</sup> No Brasil, cujo clima é tropical, as feridas abertas, às vezes, eram letais para os escravos que não recebiam os cuidados necessários.

Muitos deles ainda apresentavam, em seus corpos, marcas de acidentes de trabalho, como mostra este anúncio:

Ausentou-se no dia 8 desse mez, o escravo Antonio, conhecido como carrapato, com os signaes seguintes: pardo, 58 annos de idade, mais ou menos, estatura mediana, cabelos não muito carapinhos e já bem pintados de branco, dois dedos da mão direita coriados, um pulmão em um dos pés, no qual **tem uma cicatriz, produzida por golpe de machado em ocasião de trabalho no officio de carpina** que é sua profissão, uma pequena fistula no lado esquerdo do rosto, prosista e amante a bebidas espirituosas [...].(*O Liberal Parahybano*, 01/05/1883- ADCCHLA. Grifos nossos).

De acordo com o próprio anúncio, a cicatriz do escravo Antônio foi proveniente de acidente de trabalho. Porém, em outros casos, essas cicatrizes relatadas nos anúncios de escravos fugidos não podem ser identificadas quanto à origem, como o exemplo do escravo Miguel que, em 1883, fugiu do Engenho Roma, no Termo de Bananeiras, que tinha uma cicatriz próxima à boca, e cuja origem<sup>116</sup> não foi mencionada.

Cabe acrescentar que foram vários os escravos fugidos que foram descritos como portadores de marcas em seus corpos, conforme demonstra o quadro a seguir:

**Quadro 11-** As marcas dos escravos fugidos anunciados nos jornais paraibanos (1850-1888)

	Nº	%
<b>Com marcas</b>	43	31
<b>Sem marcas</b>	94	69
<b>Total</b>	137	100

**Fonte:** Elaboração própria, a partir das informações contidas nos periódicos da Paraíba (1850-1888) do acervo documental do IHGP, da Casa Fundação José Américo e dos acervos digitais do CCHLA-UFPB e da Biblioteca Nacional.

<sup>114</sup> Flávio Gomes (2006) afirmou que o tétano aparecia como uma das principais causas da mortalidade infantil, atingindo, especialmente, os recém-nascidos, no momento do corte do cordão umbilical.

<sup>115</sup> Para saber mais sobre este aspecto consultar Karasch (2000, p. 176-183).

<sup>116</sup> Jornal *O Liberal Parahybano*, 24 de novembro de 1883- ADCCHLA.

Como podemos verificar 31% dos escravos fugidos anunciados possuíam algum tipo de marca em seu corpo, que poderia ser resultado desde algum acidente de trabalho, a exemplo de Antônio, citado anteriormente, a marcas deixadas por algum problema de saúde. Esse foi o caso do escravo fugido Rumão, que ao ser anunciado pelo seu senhor, Salustino E. C. da Costa, foi descrito como portador de uma cicatriz no lado esquerdo do queixo proveniente de uma fístula.<sup>117</sup> Já o escravo “mulatinho” de nome Raymundo que fugiu da casa de seu senhor Antônio Maria de Araújo, ao ser descrito no anúncio, constava ter em uma das mãos uma cicatriz em um dos dedos, a qual teria sido resultado de um talho de roda que tirou parte da ponta do mesmo dedo.<sup>118</sup>

No entanto, algumas marcas eram resultados de queimaduras. Nesse quadro podemos citar o caso do cativo João Cigano. Conforme a descrição anunciada no jornal pelo seu senhor, Joaquim Gomes da Silveira, o cativo havia pertencido ao cigano Pedro, apresentava ter a idade de 25 a 30 anos e possuía uma queimadura de ferro em formato de cruz na maçã direita do rosto, o que indica tratar-se de marca de fogo para marcá-lo.<sup>119</sup> Caso semelhante pode ter ocorrido com o escravo Cypriano que havia fugido do engenho Conceição do Pacaré, em março de 1866. Conforme a descrição de seu senhor, Capitão Ignácio do Rego Toscano de Brito, seu cativo, cabra avermelhado, além de ter bonita figura e dentes limados, deveria ter, junto as nádegas, um sinal de relho, ao qual poderia ter sido também resultado de uma marca de fogo.<sup>120</sup> Porém, já no caso do escravo Antonio, provavelmente, a situação foi outra. Fugido do engenho Pochi de Cima, em janeiro de 1866, o dito escravo além de apresentar uma cicatriz em uma das pernas, ter cravos nos pés, ser *acambetado*, possuía uma grande cicatriz sobre um dos peitos que parecia um lombinho e uma marca no *cangote* que se assemelhava a letra A ou V. Com todas essas marcas é provável que este cativo tenha recebido castigos, já que consta em sua descrição que ele já havia fugido em outro momento para a cidade de Areia, onde foi apreendido.<sup>121</sup> Mas, essa última marca, no *cangote*, poderia ser, assim como a de Cypriano e Antonio, uma provável marca de fogo para marcar seu corpo.

Convém lembrar que algumas destas marcas relatadas nos anúncios não informam sua procedência, ficando assim difícil de identificá-las quanto a sua origem. Além disso, algumas marcas de nações poderiam ser confundidas, pelos donos de escravos, com cicatrizes. Sobre

<sup>117</sup> Jornal *A Regeneração*, 11 de maio de 1861- IHGP.

<sup>118</sup> Jornal *O Publicador*, 09 de outubro de 1866- ADBN.

<sup>119</sup> Jornal *O Publicador*, 14 de junho de 1864-ADBN.

<sup>120</sup> Jornal *O Publicador*, 26 de abril de 1866- ADBN.

<sup>121</sup> Jornal *O Publicador*, 27 de janeiro de 1866- ADBN.

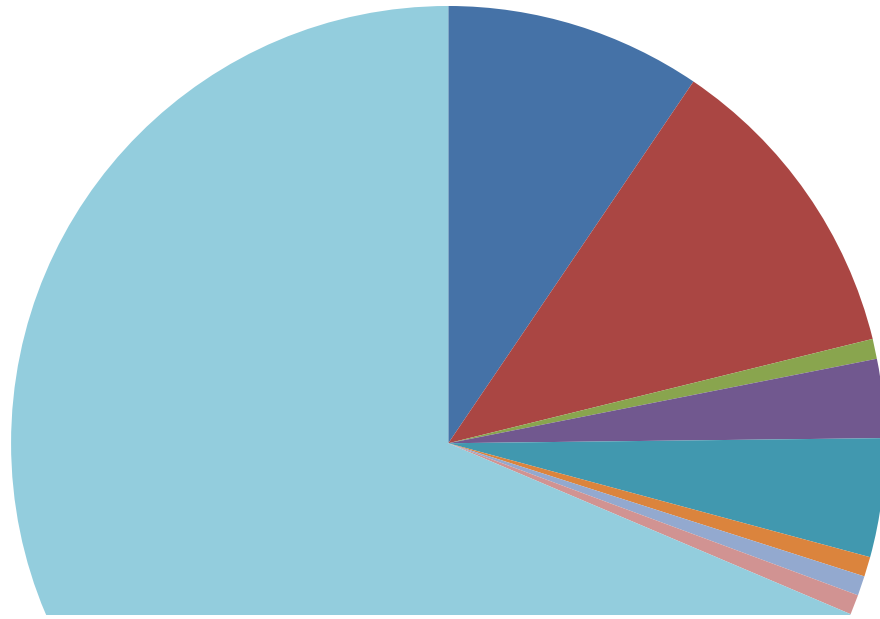
este aspecto Gilberto Freyre (1963) salientou que as marcas étnicas eram confundidas, quase sempre, com marcas de fogo, que estigmatizavam os escravos para a vida inteira e que,

das próprias deformações de corpo que assinalavam muitos escravos fugidos retratados com todos os ff e rr em anúncios de jornais brasileiros do Tempo do Império, deve-se salientar que não eram deformações que os definissem como cacogênicos; e sim deformações que dentro das culturas tribais donde os arrancava o tráfico negreiro, visavam fins estéticos ou objetivos rituais, condicionados pelas mesmas culturas [...] . (FREYRE, 1963, p. 133).

No caso dos anúncios publicados nos jornais paraibanos, no período estudado, nenhum fez menção diretamente de que a marca encontrada no corpo do escravo fosse de origem étnica. No entanto podemos levantar algumas hipóteses sobre a ausência dessa informação. A primeira seria de uma provável dificuldade, por parte do dono do escravo, em reconhecer essas marcas. A segunda, a própria faixa etária dos cativos fugidos nesses 38 anos estudados, que era, em sua grande maioria, jovens entre 11 a 40 anos e crioulos – isto é, escravos que haviam nascido no Brasil.

Porém, as descrições contidas nos anúncios indicam que alguns escravos poderiam ter tido em seu corpo modificações corporais relacionadas a questões culturais. Uma dessas modificações diz respeito à questão dos dentes. Em muitos anúncios há diversos aspectos ligados à saúde dentária dos escravos ou à falta de dentes, que poderia em algumas situações, estar ligada a questões estéticas e culturais desses sujeitos. Vejamos:

**GRÁFICO 1- Características dentárias apresentadas pelos escravos fugidos anunciados nos jornais paraibanos (1850-1888)**



**Fonte:** elaboração própria a partir das informações contidas nos períodos da Paraíba (1850-1888) do acervo documental do IHGP, da casa Fundação José Américo, dos acervos digitais do CCHILA-UFPB e da Biblioteca Nacional.

Conforme podemos identificar, grande parte dos anúncios de escravos fugidos não nos traz nenhuma informação a respeito das características ou da saúde bucal dos escravos. Entretanto, mesmo com a pequena quantidade de indícios podemos chegar a algumas conclusões sobre este aspecto. Cerca de 12% dos escravos descritos nos anúncios apresentavam falta de dentes e 9,4% possuíam dentes limados, ou seja, também falta de dentes.

Andersen Silva, Diana Carvalho e Sheila Souza (2004) destacaram que as modificações intencionais do corpo consideradas mais frequentes nos africanos são as mutilações dentárias. Sobre esse aspecto, Freyre (1963) afirmou que as alterações dentárias – sobretudo os dentes limados – talvez sejam, entre as marcas de caráter étnico, as registradas em maior número nos anúncios de jornais brasileiros do tempo do império, embora nas que se referem a dentes extraídos faltem os pormenores que lhes dariam verdade antropológica. Essa prática de mutilar os dentes, principalmente os incisivos, ou seja, os dentes da frente é muito antiga, sendo ela observada em alguns restos mortais do período Neolítico. Encontrada em diversas partes do mundo, tal prática existiu ou existe em algumas partes da África, como



Moçambique, Congo e Angola<sup>122</sup>, sendo esta última o lugar de onde vieram muitos indivíduos como escravos para Paraíba.

No entanto, cabe salientar que a perda dentária, em vida, pode ser resultado de diversos fatores, como por exemplo: a cárie dentária não tratada, que pode ter sido causada pela sacarose presente na cana de açúcar, tão cultivada na Paraíba durante o século XIX. Outro fator que poderia ocasionar, ainda, a cárie dentária seria a falta de higiene e cuidados com os dentes. De acordo com Horácio de Almeida (1978) a higiene dos dentes era feita através da esfregação com o dedo, ao qual se juntava uma pele de fumo ou raspa de juá para fazer espuma. Foi apenas no século XIX que as escovas de dente, que conhecemos hoje, entraram em uso entre alguns setores da população.<sup>123</sup> Entretanto, no início, devido ao seu alto preço, elas apenas eram utilizadas por famílias de poder aquisitivo elevado, continuando seu uso quase que inexistente entre pessoas de classes sociais mais baixas, como pobres e escravos. Então, fatores como a falta de higiene dos dentes contribuíram para prováveis problemas na saúde bucal não só de escravos, mas como na população de maneira geral.

Além disso, a cárie dentária, quando não tratada, pode destruir completamente a coroa do dente, levando conseqüentemente à expulsão da raiz do interior do alvéolo, ou, progredir para uma infecção periopical que resultará na perda do dente comprometido.<sup>124</sup> Conforme Andersen Silva (2011) isso se deve ao fato da cárie ser um processo infeccioso crônico, que para se desenvolver precisa de três fatores básicos, sendo eles: o microbiota bucal; hospedeiro e substrato (carboidratos, principalmente o açúcar). O substrato é o único que varia significativamente entre os indivíduos, já que está relacionado diretamente com a alimentação.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, o mesmo autor, relaciona as atividades realizadas por homens e mulheres de condição escrava, com a incidência de cáries. Para ele, enquanto os escravos homens desempenhavam atividades de ruas não relacionadas a alimentos, a exemplo de carpinteiros e pedreiros, as mulheres possuíam funções mais ligadas ao ambiente doméstico e desta forma próximas a alimentos, como cozinheiras e quituteiras, além, em alguns casos, de vendedoras de tabuleiros, o que as dava mais oportunidades de terem contato e ingerir o açúcar dos doces que preparavam para seus senhores ou para vender.

---

<sup>122</sup> Sobre a prática de mutilar os dentes, consultar o artigo de Andersen Líryo Silva (2011), *Saúde bucal dos escravos da Sé de Salvador- Bahia, séc.XIX*, mais precisamente páginas 24 e 25.

<sup>123</sup> Segundo Andersen Líryo Silva (2011, p.34), a escova de dente que conhecemos hoje é uma invenção que pode ser considerada recente, sendo ela produzida inicialmente na Inglaterra, em 1870. O mesmo autor, ainda, os informa que as primeiras escovas só chegaram ao Brasil com a vinda da família Real, em 1808.

<sup>124</sup> Para saber mais sobre a saúde bucal dos escravos consultar: Silva; Carvalho; Souza (2004, p.269-276).

Dentro desse contexto, encontramos dois exemplos em nossa documentação que, provavelmente, ilustram bem essa questão levantada pelo autor. Segundo o anúncio de fuga do escravo crioulo de nome Raymundo, que havia fugido do engenho Capellinha, em setembro de 1867, ele teria trinta anos aproximadamente, feições regulares e os *dentes perfeitos*. Dando sequência as informações sobre o cativo, o relato ressalta que Raymundo era carreiro<sup>125</sup> e canoeiro, ou seja, duas atividades que não tinham contato direto com alimentos, o que poderia justificar, então, o bom estado de seus dentes.<sup>126</sup>

Porém, esse não foi o caso da escrava Ellaria, que havia fugido do engenho Oiteiro no início de agosto de 1861. De acordo com seu senhor, Cypriano de Arrochellas Galvão, sua escrava, ao fugir, aparentava ter idade de quarenta anos e apresentava como sinais característicos de sua fisionomia a cor de pele preta, estatura regular, olhos vivos, além dos dentes superiores *alimados*. A cativa andava vendendo tabuleiro no momento da fuga, o que nos leva a pensar se ela seria uma vendedora de doces ou de outro tipo de alimento.<sup>127</sup> Desta forma, esses dentes *alimados* poderiam ser resultado da perda dos dentes por cáries não tratadas, e não de uma mutilação intencional. Todavia, essas são apenas hipóteses já que os anúncios de fuga nos trazem apenas alguns indícios da saúde bucal dos escravos.

Por outro lado, alguns anúncios informaram que os cativos que haviam fugido apresentavam todos os dentes ou, ainda, que esses eram perfeitos, a exemplo do escravo fugido Joaquim, que segundo seu senhor, Elias Luiz de França, possuía os *dentes perfeitos*.<sup>128</sup> Andersen Líryo Silva, ao estudar a saúde bucal dos escravos da Sé de Salvador no século XIX, relatou que a boa condição de saúde dos dentes dos escravos não era resultado de uma higiene adequada, mas, principalmente, devido a uma alimentação com baixo potencial cariogênico. Esse aspecto pode ser relacionado também à província da Paraíba, que mesmo sendo uma produtora de cana de açúcar, não possibilitava uma alimentação adequada aos cativos, já que essa, muitas vezes, tinha por base apenas a mandioca e a charque.

Salientamos ainda que alguns anúncios informam outros aspectos relacionados à dentição dos cativos. Conforme o senhor Dario Gomes da Silveira, seu escravo Manuel, ao fugir do sítio Camunzenze, termo da capital, em meados de junho de 1869, apresentava como sinais característicos a cor fula, o corpo seco, idade de vinte anos pouco mais ou menos, além de ser *meio dentuço*.<sup>129</sup> Já o escravo Querino, que fugiu de seu senhor Joaquim José Soares,

<sup>125</sup> Que guiava carros de boi.

<sup>126</sup> Jornal *O Publicador*, 12 de outubro de 1867- ADBN.

<sup>127</sup> Jornal *A Regeneração*, 24 de agosto de 1861- IHGP.

<sup>128</sup> Jornal *O Publicador*, 10 de maio de 1867- ADBN.

<sup>129</sup> Jornal *O Publicador*, 03 de julho de 1869- ADBN.

possuía, além dos cabelos cacheados e pouca barba, um *dente sobre o outro do lado de cima*.<sup>130</sup> Tivemos, também, casos como o do cativo Zacarias, que ao fugir do Engenho Cotovello, de seu senhor, Edmundo do Rego Barros, possuía os dentes unidos<sup>131</sup> e Manoel, escravo fugido do Engenho Pindoba, que tinha *um dente da frente quebrado*.<sup>132</sup>

Com relação aos pés dos escravos, descritos nos anúncios de jornais da segunda metade do século XIX que circularam na Paraíba, estes também podem fornecer ricas informações a respeito de suas condições físicas e de saúde. Em muitos anúncios, os pés dos escravos são descritos de várias maneiras, a exemplo dos cativos, Antonio, conhecido como carrapato, que possuía um pulmão em um dos pés<sup>133</sup> e Manoel, escravo do Tenente Coronel Antonio Pereira de Castro, que tinha *pés chatos*<sup>134</sup>. Temos, ainda, a escrava Ellaria, do senhor Cypriano de Arrochellas Galvão, que foi descrita como tendo os *pés seccos e calcanhares muito salientes*.<sup>135</sup>

A falta de calçados no vestuário dos escravos pode ter facilitado a proliferação de problemas de saúde entre eles, já que, devido às más condições de higiene e ao regime de trabalho lhes impostos, era comum machucados e ulcerações nos pés, causados por instrumentos perfurantes, que poderiam facilitar a contaminação pelo tétano.<sup>136</sup> Isso se deve ao fato de que os sapatos, vistos como “o emblema da liberdade”, não eram usados, em sua grande maioria, pelos escravos, que, conseqüentemente, sofriam vários danos nos pés. Esse não deve ter sido o caso do escravo Antonio que fugiu do Engenho Conceição de Pacaré, já que, segundo o anúncio de sua fuga, consta que ele gostava *de andar com alpargatas ou chinellos*<sup>137</sup>, ou, ainda, de Liberato, escravo fugido de Francisco Dias Pinto, que tinha o costume de falar que era forro por andar calçado.<sup>138</sup>

Porém, um perigo para os escravos que andavam descalços era o bicho de pé que, se não fosse bem removido, o inseto colocava seus ovos sob a pele, causando infecções sérias que podiam deixá-los aleijados.<sup>139</sup> O *Sarcophylla penetrans*, popularmente conhecido como bicho de pé, ao ter contato com os pés, se introduz abaixo da epiderme e do tecido subcutâneo, iniciando uma série de movimentos de sucção do sangue do hospedeiro e,

<sup>130</sup> Jornal *O Publicador*, 06 de junho de 1865- ADBN.

<sup>131</sup> Jornal *O Publicador*, 02 de agosto de 1865- ADBN.

<sup>132</sup> Jornal *O Imparcial*, 06 de fevereiro de 1861- IHGP.

<sup>133</sup> Jornal *O Liberal Parahybano*, 01 de maio de 1883- ADCCHLA.

<sup>134</sup> Jornal *O Imparcial*, 06 de fevereiro de 1861- IHGP.

<sup>135</sup> Jornal *A Regeneração*, 24 de agosto de 1861- IHGP.

<sup>136</sup> Sobre este aspecto ver Figueiredo (2006, p.268).

<sup>137</sup> Jornal *O Despertador*, 21 de abril de 1866- ADCCHLA.

<sup>138</sup> Jornal *O Publicador*, 14 de dezembro de 1866- ADBN.

<sup>139</sup> Sobre este aspecto consultar Karasch (2000, p.187-188).

consequentemente, sua ovulação. Após o inseto ovular, os ovos são expelidos pelo lugar onde o mesmo penetrou. No entanto, alguns podem ficar retidos dentro da lóca subcutânea por ele elaborada, dando lugar a uma ulceração que poderia ser difícil, ou não, de curar.<sup>140</sup> A partir desse momento podem surgir problemas mais graves nos pés do indivíduo, a exemplo do tétano e deformidades.

Esse foi o caso do cativo Roberto, que fugiu do Engenho Cidreira em agosto de 1869. Seu senhor, Victorino Pereira Maia, ao descrevê-lo, informou que os pés de seu escravo eram pequenos e *apalhetados, proveniente de bixo que teve quando pequeno*.<sup>141</sup> Já o caso do escravo José Gabriel, que fugiu de Itabaiana do seu senhor Antonio da França Ramos, provavelmente, teve outro tipo de problema nos pés relacionado ao bicho de pé. Nas descrições contidas no anúncio de fuga do referido cativo consta que ele, na ocasião da fuga, teria o *pé direito aleijado com uma costura de uma ferida no mesmo*.<sup>142</sup> Porém, o anúncio não informa o que teria causado esse problema de saúde no escravo, podendo então este ser, também, resultados de longas e repetidas jornadas de trabalho.

Outra informação a respeito do escravo José Gabriel com relação aos pés era de que ele teria, também, no mesmo pé, os dedos arrebitados.<sup>143</sup> Já o escravo Manoel que fugiu do Engenho Cupissura, de propriedade do senhor Firmino Epifanio de Mello, foi retratado no anúncio como tendo *uma unha do pé lascada*.<sup>144</sup> Temos, ainda, o escravo Jeronymo, do senhor Dario Gomes da Silveira, que ao fugir do engenho Paraizo, em janeiro de 1868, possuía *o segundo dedo do pé esquerdo arrebitado*.<sup>145</sup> Essas descrições evidenciam diversos problemas de saúde causados pela falta de sapatos e pela vulnerabilidade dos pés.

Convém lembrar que não eram apenas os sapatos que poderiam aleijar os cativos e deixá-los, na maioria dos casos, impossibilitados ao trabalho. Acidentes de trabalho, ou outros problemas de saúde, como vimos, poderiam deixar sequelas nos corpos dos escravos. Além disso, alguns escravos poderiam ser portadores de outros tipos de necessidades especiais, a citar a cegueira e a falta de audição, conforme podemos perceber no quadro a seguir:

<sup>140</sup> A respeito dos problemas de saúde, nos escravos, causados pela *Sarcopsylla penetrans*, consultar Octávio Freitas (1935, p.151-155). O mesmo autor ainda analisou outras doenças que afligiam a população cativa, a exemplo da frialdade (anemia) e boubas (fistulas).

<sup>141</sup> Jornal *O Publicador*, 21 de agosto de 1869- ADBN.

<sup>142</sup> Jornal *da Parahyba*, 20 de julho de 1881- IHGP.

<sup>143</sup> Jornal *da Parahyba*, 20 de julho de 1881- IHGP.

<sup>144</sup> Jornal *A Regeneração*, 15 de janeiro de 1862- IHGP.

<sup>145</sup> Jornal *O Publicador*, 04 de fevereiro de 1868- ADBN.

**Quadro 12-** Portadores de necessidades especiais: Província da Paraíba (1872)

NECESSIDADE ESPECIAL	LIVRES		ESCRAVOS	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
<b>CEGO</b>	362	286	21	14
<b>SURDO-MUDO</b>	172	92	5	8
<b>ALEIJADO</b>	988	421	51	37
<b>TOTAL</b>	1522	799	77	59

**Fonte:** Elaboração própria a partir das informações contidas nos dados do recenseamento geral do império de 1872. Disponível em: <biblioteca.ibge.gov.br>.

Então, segundo os dados do recenseamento geral do império, realizado no ano de 1872, existiam na província da Paraíba, não apenas escravos, mas como também pessoas de condição livre, portadores de algumas necessidades especiais. Com relação aos cativos a maior incidência ocorreu naqueles que apresentavam algum problema de saúde relacionado à própria estrutura física do indivíduo, sendo, no entanto, a maioria dos casos nos de sexo masculino. Isso poderia ser resultado do trabalho desempenhado pelos cativos, já que, em grande parte, estavam voltados para habilidades manuais, a exemplo de carpinteiros, pedreiros, ou ainda, nas moendas de canas de açúcar.

Esse, provavelmente, foi o caso do escravo Antonio, que havia fugido do engenho Reis em janeiro de 1869. Segundo a descrição do anúncio, o cativo tinha um dedo das mãos cortado, o que poderia indicar a ausência deste, uma vez que exercia o ofício de carpina.<sup>146</sup> Já o escravo Nicacio, que havia fugido no mês seguinte, do sítio Mandacarú do Meio, fica difícil saber à razão de este possuir as mãos aleijadas, pois o anúncio não nos fornece nenhuma informação a esse respeito, nem nos dá algum indício do tipo de trabalho que o cativo realizava no dito sítio.<sup>147</sup> Nessa mesma situação, encontramos o exemplo do cativo, fugido de Itabaiana, José Gabriel que, conforme consta no anúncio, tinha o pé direito aleijado com uma costura de ferida, mas não informando a procedência do referido problema de saúde.<sup>148</sup>

Dando sequência, tivemos os cativos que apresentavam cegueira, sendo a maior incidência novamente em escravos do sexo masculino. No entanto, nos que apresentavam falta de audição, o maior número se deu em cativas. Em ambos os casos fica difícil saber a

<sup>146</sup> Jornal *O Publicador*, 25 de janeiro de 1869- ADBN.

<sup>147</sup> Jornal *O Publicador*, 06 de março de 1869- ADBN.

<sup>148</sup> *Jornal da Parahyba*, 20 de julho de 1881- IHGP.

origem dessa limitação física, já que o recenseamento limita-se apenas a contabilizar as pessoas que possuíam algum tipo de necessidade especial. Mas, mesmo assim, podemos levantar algumas hipóteses a esse respeito, a citar que estes já poderiam ter nascido com essa limitação, falta de uma alimentação adequada, acidentes de trabalho, ou, ainda, doenças não tratadas de maneira adequada, como catarata e glaucoma que poderiam levar à cegueira.

Nesse contexto verificamos que as descrições dos olhos apareciam com frequência nos relatos dos senhores de escravos nos anúncios de fuga, já que, nesse tipo de anúncio, é possível identificar uma “riqueza de detalhes, com suas marcas e sinais que revelam uma população constantemente atacada por problemas de saúde, pestes e castigos” (HOLANDA, 2010, p.38). Muitos anúncios revelam que os olhos dos escravos eram “vivos e vermelhos” ou “vermelhos”, o que poderia indicar algum problema na visão. Freyre (1963) relatou que certos casos de doenças de olhos a que se referem os anúncios de negros fugidos seriam, talvez, manifestações de carências de vitamina A, causada pela falta de nutrição conveniente e suficiente, o que levaria à oftalmia, uma cegueira noturna parcial ou total, que deixava os olhos irritados e vermelhos.

A respeito da oftalmia que acometia os escravos, Karasch (2000) comentou que se tratava de uma moléstia contagiosa dos olhos, uma das doenças mais temidas do tráfico negreiro, devido aos danos que causava à saúde. A mesma acrescentou que a causa exata de tanta cegueira entre escravos é difícil de determinar, pois poderia ser consequência de diversos motivos, como a deficiência de vitamina A, citada também como motivo por Gilberto Freyre, acidentes, glaucoma não tratado, catarata e doenças como varíola, sarampo, sífilis e lepra.

Márcia Amantino (2007) afirmou que, em alguns casos, essa limitação física poderia constituir grande vantagem para o senhor, já que escravos cegos ou com outras deficiências eram colocados nas ruas para esmolar, e o lucro era revertido para seu dono. Porém, é importante destacar que o fato de os escravos serem retratados nos anúncios de fuga com os olhos vermelhos pode ser sinal de consumo de bebidas alcoólicas, uso de fumo e de maconha<sup>149</sup>, já que, consumidos em grande quantidade, deixam os olhos vermelhos, como na oftalmia. A respeito do uso de maconha entre os escravos, ressaltamos que esse era um hábito

---

<sup>149</sup> Gilberto Freyre (1963) comentou que foram os negros, através do tráfico atlântico, que trouxeram a maconha para o Brasil, passando a cultivá-la como planta mística, para ser fumada em candomblés e xangôs, pelos babalorixás e seus filhos.

comum na cultura escrava do Oitocentos e que, muitas vezes, estava presente no cotidiano das sociedades africanas, de onde alguns escravos eram originários.<sup>150</sup>

Em nossa pesquisa, encontramos apenas um anúncio que informava de forma direta que o cativo consumia maconha, conhecida também como diamba, trata-se do *cabra* José. Segundo o anúncio, o cativo havia fugido da povoação de Pasmado, comarca de Goyanna, Pernambuco, em 1849. Possuindo a idade de 51 a 54, no período em que o anúncio foi publicado, janeiro de 1866, José fumava *caximbo* e *diamba*.<sup>151</sup> É provável, pela idade do cativo e o ano de sua fuga, que o mesmo seja filho de pais de origem africana, já que segundo sua descrição seria um *cabra*, ou seja, teria nascido no Brasil, podendo, assim, ter herdado hábitos culturais de seus pais, como o consumo da diamba.

Paralelas a esse fato, estão as marcas de bexiga ou de varíola, tão presentes nas descrições dos corpos dos escravos. Nesse contexto encontramos o exemplo do escravo Cosme que fugiu do Engenho Mandacarú portando diversas marcas de bexigas<sup>152</sup>, ou, ainda, da escrava Ellaria que fugiu, do Engenho Oiteiro de Sabastapol, com algumas marcas de bexigas pouco perceptíveis.<sup>153</sup> Cabe destacar que alguns anúncios nos limitam na precisão dos termos das patologias ao nos trazerem informações em uma linguagem popular, que muitas vezes empregam ideias com sentidos equivalentes, como a *cara larga e bexigosa* que o escravo Marcos possuía ao fugir do Engenho Pau Amarello.<sup>154</sup>

Tais informações presentes nos anúncios de fuga de escravos podem não indicar, necessariamente, que os cativos fugidos estivessem doentes e com o vírus da varíola, podendo ser, provavelmente, apenas marcas deixadas pela doença, já que seria mais difícil para um escravo fugir com problemas de saúde.<sup>155</sup> Nesse sentido, concordamos com Keith Barbosa (2008), que é fundamental dar relevo aos aspectos ambientais, às condições sanitárias, aos regimes de trabalho, às dietas alimentares, aos vestuários, entre outros, para explicar as dinâmicas de morbidade e mortalidade numa sociedade escravista.

Sendo assim, é importante lembrar que durante grande parte da segunda metade do século XIX, a Paraíba foi alvo de diversas moléstias e pestes que resultaram, em alguns momentos, na morte de diversas pessoas das mais variadas camadas sociais. Muitos relatórios

<sup>150</sup> Sobre esse aspecto, consultar o artigo de Bernard Gontiés, “Maconha: uma perspectiva histórica, farmacológica e antropológica”, disponível em: <www.cerescaico.ufrn.br/mneme>

<sup>151</sup> Jornal *O Publicador*, 13 de janeiro de 1866- ADBN.

<sup>152</sup> Jornal *O Publicador*, 02 de outubro de 1869- ADBN.

<sup>153</sup> Jornal *A Regeneração*, 24 de agosto de 1861- IHGP.

<sup>154</sup> Jornal *O Reformista*, 13 de julho de 1850- ADCCHLA.

<sup>155</sup> Sobre este assunto consultar Márcia Amantino (2007, p. 1381-1383).

de presidentes de província descreveram, durante vários anos, as mais variadas doenças que fizeram parte do cotidiano da população, como podemos observar neste de 1851:

Nessa Capital apareceu a peste **variola** em Abril desse anno, e de péssima qualidade; não foi em grande escala como em outras épocas [...]. Constando a essa Presidencia em data de 28 do mez findo que a **bexiga** estava produzindo estragos na população da Bahia da Traição [...]. (SÁ E ALBUQUERQUE, RPPPB, 1851, fl.12. Grifos nossos).

Ou, ainda:

A epidemia das **bexigas**, de que vos deu notícia o meu honrado antecessor em seu Relatório, com quanto tenha diminuído muito de intensidade, ainda não abandonou completamente essa Província, fazendo todos os dias uma ou outra victima. (SILVA, RPPPB, 1856, fl.19. Grifos nossos).

Como podemos perceber, durante diversos anos, a varíola ou bexiga<sup>156</sup> esteve presente no dia a dia da população que vivia na Paraíba como foi possível verificar. Esta doença, de tipo infectocontagioso, é provocada pelo vírus *Orthopexvirus variolae* que é transmitido ao ser humano através do contato direto com secreções de um doente, como suor ou espirro. Muitas das vítimas que conseguiram sobreviver passaram a carregar em seus corpos as marcas deixadas por essas doenças, que podem ser identificadas, como vimos, nos escravos por meio dos anúncios de fuga. Esses detalhes contidos nesses anúncios, com suas marcas e sinais, evidenciam uma população escrava constantemente atacada por problemas de saúde e pestes.

Convém lembrar que, além das marcas deixadas pela bexiga, outra doença que afetava a população cativa e que poderia deixar marcas em seu corpo era a *bouba*. Essa doença, tropical e contagiosa, é causada pela espiroqueta *Treponema pertenceu*, sendo caracterizada por lesões cutâneas seguidas de erupção granulomatosa generalizada ou, ainda, lesões destrutivas tardias de pele e ossos, que poderiam deixar cicatrizes.<sup>157</sup> Octávio Freitas, ao analisar as doenças que atingiam a população cativa no Brasil, relatou que o termo “bouba” servia para designar inúmeras doenças que se localizavam na pele, tais como pústulas, impigens e feridas.<sup>158</sup> Entretanto, a sequela produzida por essa enfermidade é descrita em alguns anúncios de fuga de escravos, a citar o cativo Romão que fugiu nos primeiros dias de

<sup>156</sup> Além da bexiga ou varíola, outros tipos de moléstia assolaram a população paraibana, na segunda metade do Século XIX, a exemplo da febre amarela e do cólera.

<sup>157</sup> Sobre essa doença que atingia a população cativa consultar Magalhães (2004, p.37).

<sup>158</sup> Para saber mais sobre a “bouba” consultar Freitas (1935), em especial o quarto capítulo: *As boubas: seu berço de origem*.



julho de 1864 do Engenho Moreno. Conforme a descrição de seu senhor, Antonio Fernandes Carvalho, Romão, ao fugir, possuía *pés cambados com vestígios de cravos de boba que teve*.<sup>159</sup> Já o escravo Manoel, do senhor Tenente Coronel Antonio Pereira de Castro, que fugiu do Engenho Pindoba, na cidade da Parahyba do Norte, tinha *pés chatos, tendo nos lados cravos*.<sup>160</sup>

Segundo Lília Lobo (2008), essas doenças e epidemias que dizimavam a população afetavam, particularmente, os escravos, em face das condições de higiene em que viviam. Geralmente, as condições de alojamento dos escravos eram péssimas, pois, dificilmente, as senzalas eram construídas com tijolos e telhas, a maioria era fria, com pouca ventilação e suja, paredes construídas com barro e cobertas com sapê. Porém, convém destacar, que as casas grandes existentes na zona rural e casas urbanas, no período imperial, também possuíam problemas relacionados à falta de higiene e mesmo de arquitetura, conforme destacado anteriormente.

Com relação à vestimenta utilizada pelos escravos, temos indícios nos anúncios de fuga de que tecido essas eram confeccionadas. Segundo um anúncio de fuga publicado no jornal *O Publicador* em 24 de agosto de 1867, a escrava crioula Margarida, de idade de 30 anos pouco mais ou menos, fugiu, da casa de seu senhor Joaquim Marques Damásio, levando um vestido de chita roxa. Já o escravo Antonio fugiu, do Engenho Pacaré, usando camisa de chita preta e calça de algodão azul.<sup>161</sup> Tivemos ainda a escrava parda Vicência que ao fugir, da casa do senhor Antonio Vicente de Magalhães, levou um vestido de chita preto e chalés de mesma cor.<sup>162</sup> Então, apesar de serem indícios, as descrições dos anúncios de fuga, revelam que a vestimenta dos escravos, além de ser pouca e simples, eram muito parecidas, o que dificultaria, em alguns casos, no seu reconhecimento.

No que diz respeito à alimentação dos escravos essa poderia variar de acordo com as condições financeiras dos senhores, atividades desenvolvidas e da região da Paraíba em que o cativo residia. Podemos perceber indícios dessa diferença na seguinte notícia:

A mortalidade nos escravos empregados na cana é conhecidamente maior, do que a dos empregados no algodão, sendo isto resultado do labêr insano, exigido pelo serviço daquela, e bem assim das condições sanitárias, que são mais desfavoráveis na zona própria de seu cultivo.

Ninguém inora o contraste que se deve observar entre os escravos aplicados á cultura do algodão, e os de um engenho de assucar. Os primeiros, fácil e

<sup>159</sup> *Jornal da Parahyba*, 01 de junho de 1864- ADBN.

<sup>160</sup> *Jornal O Imparcial*, 06 de fevereiro de 1861- IHGP.

<sup>161</sup> *Jornal O Publicador*, 26 de março de 1867- ADBN.

<sup>162</sup> *Jornal O Tempo*, 14 de novembro de 1865- IHGP.

abundantemente alimentados com os legumes e cereais produzidos no mesmo roçado, onde simultaneamente, alvejam os casulos de algodão, ostentam-se robustos, nédios, rolíficos, ao passo que os segundos, alimentados com grande despeza de carne de charque, ou bacalhau, calanguecem, e mirram-se ao peso e natureza do serviço (*A Regeneração*, 16/10/1861- ADCCHLA).

Como podemos perceber, a notícia nos traz alguns indícios da alimentação dos escravos que trabalhavam no cultivo do algodão e nos engenhos de cana de açúcar. Os primeiros teriam uma alimentação mais saudável e rica em vitaminas e fibras, já que ingeriam legumes e cereais produzidos no mesmo roçado onde era cultivado o algodão. Já os que trabalhavam nos engenhos sua alimentação acabava sendo desprovida de algumas vitaminas presentes em frutas e legumes, uma vez que tinham como base a carne de charque ou bacalhau, além da mandioca, não citada na notícia.<sup>163</sup> Isso poderia ser reflexo da própria atividade desenvolvida nos engenhos de açúcar, que exigia maiores extensões de terras para o cultivo da cana, ou, ainda das possibilidades do meio ambiente, o que refletia, assim, na falta de roçados destinados ao cultivo de outros alimentos indispensáveis para boa saúde dos cativos e, conseqüentemente, na baixa morbidade entre eles. Todavia, convém lembrar que, provavelmente, em ambos os casos, a alimentação ficava além das necessidades físicas e mentais indispensáveis para o trabalho realizado pelos cativos.

Essas condições higiênicas, em que vivia grande parte da população no Brasil, ocasionaram vários surtos epidêmicos que se repetiam com pouco intervalo. Exemplos disso são: febre amarela, cólera, varíola ou bexiga, que se espalhavam rapidamente pelos municípios da Paraíba. Assim,

considerar a saúde e a doença como realidades orgânicas independentes tanto do espaço e do tempo, quanto das características dos indivíduos e dos grupos atingidos por uma doença, é restringi-las à leitura exclusiva do saber médico e não percebê-las como realidades que dimensões sociais (SILVEIRA; NASCIMENTO, 2004, p. 29).

Um fator ainda a ser destacado refere-se à saúde mental dos escravos. Em vários anúncios, eles são descritos com cicatrizes, muitas das quais poderiam ser indícios das más condições de trabalho e de castigos. Acrescenta-se a esse fato que a violência não era apenas física, mas também psicológica, e que ambas poderiam provocar problemas de estresse nos

---

<sup>163</sup> Sônia Magalhães (2004) destacou que a carência de vitamina B7, presente na batata e no leite, implica um importante aumento de doenças mentais, enquanto a falta de vitaminas A, D e E, presente em alguns legumes verdes, frutas, manteigas, gorduras e leite, pode provocar anemia, oftalmia e raquitismo.

escravos. Amantino (2007) asseverou que as doenças de caráter psicológico podem indicar as constantes pressões emocionais, enfrentadas pelos escravos durante toda a vida, e que resultam em problemas emocionais, como a gagueira, que poderia ser reflexo das pressões, dos medos e dos traumas na infância.

Nos anúncios de jornais, identificam-se indícios de desvios psicológicos nos escravos, a exemplo do escravo Rufino, propriedade do Bacharel João Leite Ferreira Junior, que era tímido e olhava para os pés quando falava<sup>164</sup>, ou, ainda, o escravo Thomas que havia fugido do Engenho Mamanguape, freguesia de Santa Rita, que andava apressado e com olhar pouco espantado.<sup>165</sup> Temos também o escravo mulato Justino que fugiu do Engenho Tanques, Vila de Bananeiras, apresentando um *gagueijamento* ao falar.<sup>166</sup> Há o caso, ainda, da escrava de nação africana Marianna, que se *ausentou* do sítio Cruz do Peixe no dia 23 de agosto de 1866.

Segundo seu senhor, Benjamin Constani Lins de Albuquerque, sua cativa Marianna, com 80 anos pouco mais ou menos, saiu dizendo *que ia para o bixo a comer*. A razão de a cativa apresentar *estado de caduquice* fez com que ninguém desse alguma importância ao que ela havia dito, pois não teria sido a primeira vez que ela havia fugido e voltado para casa. Nesse último caso, a cativa saiu e não voltou, o que levou, assim, ao seu senhor noticiar sua *ausência* no jornal e não sua *fuga*.<sup>167</sup> Todavia, esses são apenas indícios, visto que os anúncios de fuga de escravos não visavam comentar os problemas de saúde dos cativos, mas se limitavam apenas a descrevê-los, já que a intenção era tão somente de capturar o “fujão”.

Porém, no recenseamento geral do império elaborado no ano de 1872, consta que existiam na província da Paraíba aproximadamente 402 pessoas com algum problema de saúde relacionado à mente, aos quais eram denominados de demência ou alienação. Deste número, apenas 14 eram de condição cativa, sendo considerados 3 dementes e alienados 11 escravos.<sup>168</sup> Acrescenta-se a isso que algumas reações utilizadas pelos escravos indicam prováveis problemas relacionados à sua saúde mental, como, por exemplo, o suicídio. Não foram poucos os cativos que praticaram esse ato na Paraíba.

Maria, escrava de Fortunato, suicidou-se no dia 19 de março de 1859, no termo de São João, em razão de não querer servir mais ao referido senhor.<sup>169</sup> Já o escravo Pedro, que pertencia ao Tenente Coronel João de Sá Cavalcante de Albuquerque, enforcou-se no dia 20

<sup>164</sup> Jornal *O Despertador*, 18 de fevereiro de 1869- ADCCHLA.

<sup>165</sup> Jornal *O Liberal Parahybano*, 14 de agosto de 1879- ADCCHLA.

<sup>166</sup> *Jornal da Parahyba*, 01 de outubro de 1864- FCJAA.

<sup>167</sup> Jornal *O Publicador*, 28 de agosto de 1866- ADBN.

<sup>168</sup> Dados extraídos do recenseamento geral do império de 1872, p.48.

<sup>169</sup> Relatório do Presidente de província Ambrozio Leitão da Cunha, 1859, A6.

de setembro de 1861 no distrito de Taquara, assim como o escravo Cândido, em Livramento, que pertencia a Bento Gomes da Silveira.<sup>170</sup> Já no ano de 1863 tivemos o suicídio, provavelmente, da escrava do Tenente Coronel João Cavalcante d' Albuquerque Vasconcelos. No dia 26 de setembro de 1863, esta escrava apareceu morta, pendurada pelo pescoço, na rua d'Alagoa da cidade da Parahyba do Norte. Entretanto, foram ignorados os motivos que levaram tal cativa a praticar esse ato.<sup>171</sup> Ainda no ano de 1863, em dias de junho, Marianna, escrava dos herdeiros de João Alves da Nóbrega, enforcou-se no termo de Patos, sertão da Paraíba. A suspeita, para tal ato, seria de que a escrava estaria com desgosto proveniente do cativeiro.<sup>172</sup>

Esses foram apenas alguns, de muitos, casos de suicídios de escravos. O que teria motivado tais reações? Não querer servir mais ao senhor, como Maria? Desgosto pelo cativeiro, como Marianna? Prováveis castigos aplicados pelos senhores? Ou simplesmente não querer viver no regime de escravidão? Estas são apenas hipóteses, visto que cada escravo ou escrava possuíam expectativas, tensões e atitudes próprias diante de suas experiências em cativeiro, que poderiam ser expressas de variadas maneiras, a exemplo de: fugas; atentados contra senhores e feitores; e, suicídios.

Alguns escravos, ainda, tinham problemas com “vícios”<sup>173</sup>, conforme relatavam muitos dos senhores nos anúncios de fuga, a exemplo de José, escravo fugido do Engenho Voltoso, que gostava de beber aguardente<sup>174</sup>, e, Antonio, escravo de Ignácio do Rego Toscano de Brito, que possuía o mesmo gosto por bebidas alcoólicas.<sup>175</sup> Já Rosalina, escrava de Demetrio Emigdio Vasco de Toledo, morador da Vila do Pilar, gostava de beber e tomar tabaco. Temos, também, o escravo fugido Manoel que fumava cigarros e os trazia por trás das orelhas.<sup>176</sup>

No que se refere ao alcoolismo, Lília Lobo (2008) comentou que esse hábito é fruto da tendência à degeneração, e não, um hábito adquirido, geralmente para disfarçar a fome e aguentar o excesso de trabalho e o frio. Esse hábito era comum, principalmente, entre os negros de engenhos e de regiões dominadas pelo açúcar, já que a aguardente ou a cachaça eram produzidas em grande escala. Além disso, por ser um gênero barato da dieta dos cativos,

<sup>170</sup> Relatório do Presidente de província Francisco d'Araújo Lima, 1862, AB4.

<sup>171</sup> Relatório do Presidente de província Sinval Odorico de Moura, 1863, p.24.

<sup>172</sup> Relatório do Presidente de província Francisco d'Araújo Lima, 1863, p.13.

<sup>173</sup> Muitos desses “vícios”, como se dizia na época, são considerados hoje verdadeiras doenças. Todavia, em alguns momentos, poderiam estar se referindo a hábitos praticados por escravos que desagradavam seus senhores, como a preguiça, por exemplo.

<sup>174</sup> Jornal *O Publicador*, 04 de abril de 1868- ADBN.

<sup>175</sup> Jornal *O Despertador*, 21 de abril de 1866- ADCCHLA.

<sup>176</sup> Jornal *O Imparcial*, 22 de fevereiro de 1861- IHGP.

a cachaça fazia, assim, parte das refeições, dando suplemento às dietas inadequadas.<sup>177</sup> Entretanto, se consumida demasiadamente, a mesma pode causar sérios danos a saúde dos escravos, principalmente problemas no fígado, a citar a cirrose.

Apesar dessa discussão da saúde e das condições físicas dos escravos na Paraíba, durante a segunda metade do século XIX, algumas medidas foram tomadas para conter os problemas de saúde que atingiam a população, sobretudo os escravos.

### 3.3 A atuação das autoridades no combate às doenças

No que diz respeito aos cuidados com a saúde dos escravos, muitos senhores, talvez em ocasião do término do tráfico intercontinental de escravos e, portanto, da elevação de seu preço, passaram a tomar algumas medidas preventivas, pois a saúde de sua “propriedade” era uma pré-condição para se determinar seu preço. Um exemplo de medida preventiva utilizada nesse período foi a vacinação contra a varíola, como mostra este anúncio: “Fugio dessa cidade da Parahyba [...] o escravo Rufino [...] **foi vacinado** pouco antes de fugir [...]” (*O Despertador*, 18/02/1869- ADCCHLA. Grifos nossos). Entretanto, esse cuidado de vacinação não era exclusivo para os escravos, mas também para todas as classes sociais, conforme podemos verificar: “[...] consta na Capital [...] que do 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1860 forão vacinados 300 indivíduos, sendo: Homens 187; Mulheres 113; Livres 214; Escravos 86; Total 300” (*A Regeneração*, 04/05/1861- IHGP).

Cabe salientar que, nas últimas décadas do século XIX, várias foram as moléstias que assolaram a população paraibana, razão por que foram tomadas diversas medidas para conter os danos e as mortes, como ilustrado nos relatórios dos presidentes de província:

Logo que se apresentarão os 1º casos de peste, que forão nas tripulações dos navios estrangeiros, deliberei construir hum Lazarêto, em lugar distante d’essa Cidade, para evitar comunicação aos habitantes. Exigi do Vigário dessa Freguesia que fossem vedadas as sepulturas nas Igrejas, o que não pude inteiramente conseguir, porque contra tão salutar medida se oppozerão enraizados preconceitos! [...] (BEZERRA, RPPPB, 1850, fl.19).

Tem sido constante a propagação da vaccina na província, infelizmente, porem, continua grande parte da população a repellir, como perigoso germen, tão benéfico e efficaz preservativo. [...] (NASCIMENTO, RPPPB, 1884, fl.5).

<sup>177</sup> Sobre a questão do alcoolismo entre os escravos e a presença da cachaça na dieta alimentar consultar Karasch (2000, p.436-437); Freyre (1963, p.110-111).

Destaca-se, ainda, que, segundo Magalhães (2004), a responsabilidade pelas medidas sanitárias domésticas era de cada morador, individualmente. Em casos de doença, muitas pessoas recorriam aos cuidados de médicos, boticários, físicos e cirurgiões licenciados para tratar de suas enfermidades. No entanto, na falta desses profissionais, a população recorria ao auxílio de benzedeadas<sup>178</sup>, feiticeiros<sup>179</sup>, curiosos, curandeiros e barbeiros.<sup>180</sup> A respeito desse último, Isabel Reis (2006) destacou que as sangrias, assim como extração de dentes, eram bastante praticadas por negros barbeiros nas ruas das cidades coloniais brasileiras. A mesma autora salientou, ainda, que os mesmos prescreviam receitas para diversas enfermidades, davam conselhos e vendiam amuletos que “protegiam” o corpo da doença e da inveja. Além disso, os negros barbeiros, escravos ou forros, tinham como função a atividade de higienização e estética do corpo ao fazer a barba e cortar o cabelo (Ver Imagem 2).<sup>181</sup>



**Imagem 2:** Barbeiros ambulantes, Brasil- 1826. In: Aquarela de Jean Baptiste Debret. Disponível: <wikiarq.blogspot.com>.

Nesse contexto, é importante destacar que, através do tráfico, muitos negros trouxeram consigo, dentre outras manifestações culturais, “concepções variadas de corpo, de saúde, de doença e de cura que, imbricados com saberes e práticas distintas de outros povos, contribuíram para formação da medicina local” (GELAPE, 2011, p.2). Para Laura Santos

<sup>178</sup> Não costumavam recitar remédio nem indicar tratamentos de saúde, mas rezavam preces, com gestos e ramos, com o intuito de conseguir bons resultados para os males combatidos.

<sup>179</sup> Utilizavam magias e medicamentos à base de ervas, cinzas e excrementos para a cura de todos os males.

<sup>180</sup> Categoria constituída por indivíduos de baixa condição social e sem instrução, que realizavam atos de sangria, aplicação de ventosas e extração de dentes.

<sup>181</sup> Sobre este aspecto ver Vinícius Gelape, “Escravos e forros nas artes de curar: potencialidades de estudos a partir dos inventários *post-mortem*”, disponível em: <[www.congressohistoriajatai.org/anais2011/link59.pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2011/link59.pdf)>.

(2007), essa presença das populações de matrizes africanas nas artes de curar e uma provável aproximação dos conhecimentos acadêmicos oficiais, ou não, a exemplo de sangrias e plantas medicinais, foram amplamente utilizadas pelos médicos e cirurgiões acadêmicos.

Entretanto, essas ideias “populares” de concepções sobre como procurar a cura das moléstias passaram a ser consideradas falsas e combatidas pela comunidade médica.<sup>182</sup> Na percepção de Regina Xavier, em seu estudo sobre os males e suas curas no oitocentos<sup>183</sup>, essa oposição entre médicos e curandeiros, deve ser entendida também na sua dimensão política. Para a autora, a veemência com a qual se defendia a “classe” médica em especializar suas práticas de cura atribuindo-lhes um caráter científico, faziam parte de uma busca para colocar a medicina acadêmica em atuação. No jornal *O Publicador*, encontramos um exemplo bem claro dessa assertiva. Conforme a denúncia publicada intitulada de o *Curandeiro*, andava pela cidade da Parahyba do Norte um pardo de nome Antônio que havia chegado de Pernambuco, trazendo o *elixir da vida* que curava todas as moléstias conhecidas e desconhecidas. A notícia, ainda, informava que Antônio dizia ter trabalhado nas enfermarias dos mais importantes hospitais do império, comentando com familiaridade sobre alguns colegas, a citar Malaquias e Texeira, provavelmente médicos, ingressando, assim, em muitas casas para praticar o charlatanismo<sup>184</sup>, o que foi ignorado pela pessoa que denunciou tal prática.<sup>185</sup>

No que se refere às fazendas, como muitas delas ficavam distante das cidades e das vilas, a assistência médica era rara, portanto, realizada pelos fazendeiros, através do auxílio de manuais de Medicina que descreviam os sintomas das doenças e indicavam a terapêutica. Por outro lado, Laura Santos (2007) destacou que, nesse campo da cura, os donos de escravos utilizavam dos conhecimentos destes para seus tratamentos, destacando: benzeduras ou o uso de plantas medicinais, o que poderia resultar, em alguns casos, a uma “ascensão” desse cativo na sociedade escravocrata. Além disso, era comum nos jornais notícias que descreviam os sintomas das doenças e a forma como tratá-las, vejamos:

Sobre o Cholera: Os symptomas graves e principais do cholera são- diarrhéa, vômitos e frio. [...] Para a diarrhéa e vômitos, a base do tratamento é o opio: para o frio, tudo quanto pode excitar e estimular [...] o calor. (*A Regeneração*, 28/02/1862- IHGP).

<sup>182</sup> Sobre esse aspecto consultar Sidney Chalhoub (1996, p.168-176).

<sup>183</sup> O estudo a que me refiro é: XAVIER, Regina (2003). *Dos males e suas curas: práticas médicas na campinas oitocentista*.

<sup>184</sup> Eram considerados charlatões os indivíduos que não haviam passado por uma formação acadêmica.

<sup>185</sup> Jornal *O Publicador*, 06 de julho de 1885- IHGP.

É importante destacar que, além da falta de médico e pessoas especializadas na arte de curar, outro problema enfrentado pela população era a falta de remédios, devido ao difícil acesso e alto custo, já que grande parte desses produtos era trazida da Europa. Alguns remédios, ainda, em razão da demora em seu transporte, acabavam deteriorados e inutilizáveis no tratamento de doenças. Dentro desse aspecto, convém destacar que os escravos eram medicados por produtos encontrados nas lojas de ferragens e de instrumentos de lavoura, uma vez que a botica, onde eram vendidos os remédios, era seletiva social e racialmente.<sup>186</sup>

Convém lembrar que, em alguns casos, o problema enfrentado não era a falta de remédios, mas sim, a ausência de um boticário que o administrasse. Esse foi o caso que ocorreu na Santa Casa de Misericórdia, na capital. Durante algumas semanas, em fins de 1865, a farmácia desse estabelecimento ficou fechada em razão da falta de um profissional, o boticário, que administrasse a terapêutica nos doentes. O estabelecimento voltou a suas atividades apenas no início de dezembro do mesmo ano, quando finalmente chegou, do Recife, uma pessoa habilitada para realizar esse serviço, o senhor João Ignácio Ribeiro Roma.<sup>187</sup>

Em razão das dificuldades encontradas pela população no tratamento médico, a prática popular, feita através de plantas medicinais nativas encontradas no Brasil, era também utilizada em tratamentos terapêuticos. E mais, a população, crendo em tradições, que muitas vezes vinham desde o período colonial, utilizavam as mais variadas terapêuticas. Seguindo essa linha de interpretação, Alarcon Agra do Ó, ao analisar os modos das formas de acometimento de doenças na Paraíba imperial<sup>188</sup>, relatou que o povo, em geral, usava o que tinha à mão na terapêutica, relatando exemplos, como: o chá de barata, utilizado contra asma, ou de excremento de cachorro, contra sarampo. Por sua vez, o autor citou, ainda, “tratamentos” que eram feitos com urina de vaca preta com leite cru, para tuberculose; terra de cemitério, para úlcera; além de aguardente com café no tratamento da cólera, entre outros.

Acrescenta-se também, que além de medicamentos importados da Europa, de plantas medicinais e terapêuticas populares, “aplicavam-se, no tratamento das doenças, banhos, purgativos, fumigações e controle alimentar, terapêutica sintonizada com a medicina neo-hipocrática<sup>189</sup>” (MAGALHÃES, 2004, p. 183). E mais, utilizava-se nesse momento sangrias

<sup>186</sup> Sobre esse aspecto ver: AGRA do O (2006, p.29-30).

<sup>187</sup> Jornal *O Tempo*, 04 de dezembro de 1865- IHGP.

<sup>188</sup> Refiro-me ao capítulo “Retratos de males: notas a cerca dos modos de adoecer na Paraíba Imperial”, In: MENDONÇA, L; AGRA DO O, A. (Org.). *A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural* (2006).

<sup>189</sup> Conforme Magalhães (2004), concepção ambiental que se apoiava na hipótese da relação intrínseca entre doença, natureza e sociedade.



para tirar do corpo o elemento responsável pelo mal estar do indivíduo, o qual, em alguns casos, era associado a questões espirituais.<sup>190</sup> Não eram raros os anúncios em jornais que ofereciam sanguessugas para a prática de sangria: “Sanguessugas hamburguezas. Muito novas e boas, só se encontram na rua Visconde de Inhaúma nº8, defronte do bilhar das columnas na casa de Antonio Luis Leite” (*A Opinião*, 31/05/1877- IHGP).

De acordo com Onildo David (2003), além das medidas citadas anteriormente, era necessário limpar a cidade, saneá-la, desinfetá-la. No relatório da provedoria da saúde da Paraíba do ano de 1858, as autoridades demonstravam preocupação com a insalubridade da capital e a falta de asseio das habitações, indicando algumas medidas que precisavam ser tomadas:

[...] é pois urgentíssima necessidade que as ruas dessa capital sejam conservadas na maior limpeza possível [...] calçando- as para evitarem-se os empossamentos d’águas pluviais [...] As casas sajam caiadas<sup>191</sup>, interna e externamente, de tempos a tempos, obrigando-se os proprietários que reconstruam suas propriedades, a fazerem-na observando no possível as regras de hygiene [...] as suas portas e janelas devem de corresponder-se, os seus compartimentos devem ser espaçosos e claros.<sup>192</sup>

Como podemos perceber houve uma grande preocupação, por parte das autoridades, com a limpeza das ruas da cidade da Parahyba do Norte nesse período. Isso se deve ao fato de que durante as últimas décadas do século XIX dominou, no campo da medicina, o princípio segundo o qual os surtos de epidemias infecciosas eram consequência do estado de insalubridade do ambiente, que gerava um estado atmosférico causador de doenças entre a população. Por outro lado, Sidney Chalhoub, ao analisar os cortiços e as epidemias na corte imperial, chamou atenção para o fato de existir, além do paradigma médico de que a propagação de doenças epidêmicas ocorria por infecção, que essas poderiam ocorrer por contágio. Nesse sentido, a doença era transmitida com o contato direto entre um indivíduo “doente” e outro de boa saúde, ou por meio de objetos contaminados e da respiração do ar que os circundava.<sup>193</sup>

<sup>190</sup> A respeito dessa prática de curar consultar a obra organizada por Sidney Chalhoub, *Artes e Ofícios de curar no Brasil*, em especial o capítulo *Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX*, de Tânia Salgado Pimenta.

<sup>191</sup> Conforme Onildo Reis David (2003), a cal era vista como uma poderosa substância adstringente.

<sup>192</sup> Relatório da Provedoria da Saúde apresentado por João José Innocência Proggi ao Presidente da Província da Paraíba, Henrique de Beaupaire Rohan, em 11 de agosto de 1858. Os dados sobre o relatório encontram-se no APPB, cx. 036.

<sup>193</sup> A obra que me refiro é “Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial”, mais precisamente o segundo capítulo, *Febre Amarela*, quando trata da teoria e política das práticas higienistas vigentes no século XIX.

Essa obsessão com a qualidade do ar, segundo Ariosvaldo da Silva Diniz (2003), acabou por incluir as aglomerações, a poluição, a sujeira, além da pobreza, como fontes de perigo para a população. Criou-se, então, uma mentalidade preventiva que passou a nortear as ações públicas a partir da observação de que certos tipos de doenças e epidemias, que ocorriam com frequência, surgiam como resultado da falta de higiene.<sup>194</sup> A partir dessa nova mentalidade passaram a ser criadas regras de higiene nas cidades da Paraíba, a exemplo das casas que deveriam ser caiadas<sup>195</sup>, com compartimentos espaçosos e claros, para que assim o ar pudesse circular e diminuir os focos de infecção<sup>196</sup>, ou, em última instância, multas. A respeito desta, o fiscal do 1º distrito da capital, José Ferrão Castello Branco, declarou que as pessoas que residiam no mesmo distrito, deveriam ter a frente de suas casas limpas e varridas até o meio da rua, sob a penalidade de serem multadas em cinco réis caso não cumprissem a determinação.<sup>197</sup>

Esse movimento higienista que passou a ser implantado não apenas na cidade da Parahyba do Norte, mas como também em diversas cidades do império, “corresponde a uma série de teorias normativas, e formulações que dizem respeito à adequação dos espaços aos princípios de salubridade, higienização e embelezamento” (SÁ, 2009, p.14). Para Nirvana Sá, estes princípios, somados às teorias de contágio e proliferação de doenças, deram início a uma nova forma de pensar e de gerir espaços, principalmente o das cidades, já que eram os lugares em que se davam diversas ocorrências de epidemias.

Desta forma, em 1859, após ser elaborada a planta da cidade da Parahyba do Norte pelo engenheiro Bless, o então presidente de província, Beaurepaire Rohan, ordenou a abertura de algumas ruas, a exemplo de *Quintais*, ao oeste da *Direita*, atual “Duque de Caxias”, e *Conciliação* que ligava a rua da *Areia* ao Largo do Quartel, em nossos dias “Gama e Rosa”. Nesse quadro podemos, ainda, destacar a rua *Formosa*, que antigamente era conhecida como *Melão* e hoje é chamada de “Beaurepaire Rohan”. O mesmo presidente da província, também, mandou construir, nesse mesmo período, a estrada do aterro paralelo ao

<sup>194</sup> Sobre esse aspecto ver Magalhães (2004), em especial a parte III: *Assistência, saúde e agentes à serviço da cura*.

<sup>195</sup> Segundo Onildo Reis David (2003) a cal era vista como uma poderosa substância adstringente.

<sup>196</sup> Segundo a teoria médica vigente, para conter o avanço e a proliferação das doenças, era preciso favorecer a circulação do ar e a penetração do sol nos lares. Para saber mais sobre este aspecto consultar Sá (2009), mais precisamente o segundo capítulo, *As cidades no século XIX: Aumento populacional, reformas urbanas e controle higiênico*.

<sup>197</sup> Jornal *O Publicador*, 27 de julho de 1864- ADBN.

Rio Sanhauá, que ligava a ponte de mesmo nome à Praça da Gameleira, atual “Álvaro Machado”.<sup>198</sup>

Todavia, podemos, ainda, identificar essas formulações que dizem respeito à adequação dos espaços em alguns códigos de posturas que passaram a ser implantados na capital. Conforme os códigos de posturas aprovados por portaria do governador da província nº 418, de 22 de julho de 1868, não se poderiam levantar mais casas cobertas de palha, ou concertar e nem cobrir as que por ventura já existissem no círculo da cidade da Parahyba do Norte, mesmo que estivessem fora do alinhamento. Os infratores pagariam uma multa de trinta réis, e o duplo na reincidência.<sup>199</sup> Convém salientar que essa medida atingia diretamente a classe trabalhadora e os pobres que residiam na cidade, já que, em sua grande maioria, tinham suas moradias construídas com palhas e localizadas, principalmente, em “três ruas sem denominação”, na rua Mãe dos homens e na rua do Tanque. Com relação as melhores edificações e sobrados, esses se encontravam na parte alta da cidade, onde existiam edifícios administrativos e religiosos, conventos e residências.<sup>200</sup>

Além dessas, várias foram as medidas tomadas pelas autoridades para conter a proliferação de doenças e epidemias entre a população paraibana e melhorar a paisagem urbana da cidade, a citar a limpeza das ruas que antes eram tomadas por uma grande quantidade de lixo.<sup>201</sup> Podemos destacar, também, a iluminação pública que até o ano de 1856 achava-se privada de tal benefício, já que este não se prestava apenas a beleza e formosura da cidade, mas como garantia de segurança individual e de propriedade.<sup>202</sup>

Outro ponto que causava preocupação era a morte dos habitantes e seu sepultamento. Durante muito tempo, os mortos eram sepultados, normalmente, nas igrejas que haviam frequentado em vida.<sup>203</sup> Porém, os higienistas perceberam que esse costume era prejudicial à saúde dos vivos e passaram a defender a ideia de se criar lugares específicos para esse fim.<sup>204</sup> Os mortos passariam, então, a ser sepultados em cemitérios que, geralmente, localizavam-se em pontos distantes do centro urbano, pois, segundo os higienistas, isso afastaria o perigo da insalubridade do ar. Além disso, “uma organização civilizada do espaço urbano requeria que a

<sup>198</sup> Essas informações foram extraídas da obra de Walfredo Rodrigues (1962, p.15-30), mais precisamente capítulo II, “Depois do domínio holandês”.

<sup>199</sup> Jornal *O Publicador*, 17 de agosto de 1868- ADBN.

<sup>200</sup> A respeito da modernização da Cidade da Parahyba, consultar Maia (2012, p.2-22).

<sup>201</sup> Jornal *O Arauto Parhybano*, 22 de abril de 1888- IHGP.

<sup>202</sup> Jornal *O Publicador*, 18 de setembro de 1868- ADBN.

<sup>203</sup> Conforme Oscar Oliveira Castro (1985), nas igrejas não se sepultavam os enforcados, os quais eram enterrados à rua da Direita, num local aproximado ao cine Rex.

<sup>204</sup> Essas ideias higienistas foram trazidas da Europa e começaram a ser divulgadas no Brasil no início do Século XIX.

morte fosse higienizada, sobretudo, que os mortos fossem expulsos de entre os vivos e segregados em cemitérios extra muros” (REIS, 1991, p. 247).

Seguindo a opinião dos médicos higienistas, os governos municipais da província da Paraíba passaram a adotar medidas para reordenar o local destinado aos mortos. O primeiro cemitério da província foi construído em Piancó antes de 1855, por iniciativa do Padre Frei Serafim. Entretanto, era um lugar destinado a poucos defuntos, visto seu espaço corresponder apenas 100 palmos de frente por 200 de fundo. Com relação ao cemitério da capital, apenas no final de 1855 que este foi construído. Inaugurado no ano seguinte, quando ocorreu o primeiro surto de cólera, localizava-se no lugar denominado Cruz do Peixe, em cujas proximidades foi erguido o hospital da Santa Casa de Misericórdia.<sup>205</sup> Por sua vez, na década seguinte, a partir do segundo surto de cólera em 1862, outras localidades do interior da província foram ganhando cemitérios, a exemplo de Santa Rita, Cabedelo e Mamanguape, próximas à capital. Acrescentamos, também, a construção do cemitério de Pilar, São Miguel de Taipu, Alagoa Nova, Campina Grande, Misericórdia e Pedra Lavrada, além de Teixeira, Catolé do Rocha e Souza.<sup>206</sup>

Ainda com relação à construção dos cemitérios, alguns conselhos eram expostos nos jornais para afastar as causas de insalubridade desses lugares. Podemos destacar o próprio lugar para serem edificadas, que deveriam ser em espaços elevados, distantes das habitações, em terreno seco e próprio para os enterramentos. E mais, deveriam ser plantados alguns ciprestes e flores, pois além de trazerem beleza ao lugar, purificariam o ar.<sup>207</sup> Desta forma, essas medidas sanitárias, adotadas da segunda metade do século XIX, mesmo que resultassem em mudanças de hábitos seculares da população, como a construção dos cemitérios, eram necessárias, pois, só com estas, foi possível diminuir os focos de infecção das cidades e das vilas.

É importante destacar que essas medidas higienistas não foram tomadas apenas na capital da província. Em nossas pesquisas encontramos algumas leis provinciais que demonstram bem esta assertiva, a citar a Lei nº 298, de 11 de outubro de 1867. Sob a proposta da Câmara Municipal da Vila da Misericórdia, atual Guarabira, a Assembleia Legislativa Provincial decretou ser proibido lançar lixo e imundícies de qualquer natureza nas ruas dessa

---

<sup>205</sup> Segundo Horácio de Almeida (1978) o cemitério Cruz do Peixe foi fechado quando o da Boa Sentença começou a funcionar. Este cemitério foi uma obra realizada pela Santa Casa de Misericórdia e funciona, ainda, nos dias de hoje.

<sup>206</sup> Essas informações a respeito da construção dos cemitérios na província da Paraíba foram extraídas da obra de Horácio de Almeida (1978, p.152-153).

<sup>207</sup> Jornal *O Publicador*, 31 de agosto de 1869- ADBN.

vila e povoações. A câmara, através da proposta do fiscal, designou, então, um lugar para o depósito de lixo, em que os que não cumprissem tal ordem pagariam multa de quatro réis. Além disso, a mesma lei determinou que os proprietários e inquilinos deveriam conservar limpas as testadas das casas em que residiam até o meio da rua, além dos becos, arrancando matos e varrendo-os bem. Os que não cumprissem essa determinação também pagariam multa, sendo esta de três réis.<sup>208</sup>

Outra lei sancionada pelo governo provincial, nesse mesmo período, foi a nº 317, de 16 de dezembro de 1868. Segundo a lei, ficou proibido tomar banhos, lavar roupas e animais no açude Gurinhém, assim como fazer neste local qualquer serviço que possa prejudicar a salubridade pública. Os infratores pagariam uma multa de vinte réis, e no caso de reincidência o seu dobro.<sup>209</sup>

Com base nos dados esboçados, percebemos que a saúde, a doença, a cura e as condições físicas dos escravos portam significados complexos, que ultrapassam a dimensão biológica do cativo, porquanto as condições de cativo, como: moradia, vestimentas, alimentação e condições de trabalho, foram determinantes para o desenvolvimento de doenças e o agravamento de problemas de saúde. Assim, apesar de os anúncios de escravos nos terem fornecido apenas indícios de suas condições físicas e de saúde, foi possível chegar a algumas conclusões e hipóteses a respeito das condições em que viviam na Paraíba entre os anos de 1850 e 1888, assim como das medidas de controle do espaço social, em que vivia a população em geral, para criar melhores condições de higiene e, conseqüentemente, de saúde, “acabando” com os males que poderiam, provavelmente, ser a causa das doenças.

---

<sup>208</sup> Jornal *O Publicador*, 30 de novembro de 1867- ADBN.

<sup>209</sup> Jornal *O Publicador*, 13 de janeiro de 1869- ADBN.

## **CAPÍTULO IV- ESCRAVOS FUGIDOS: UMA ANÁLISE SOBRE SEU PERFIL E SUAS ESTRATÉGIAS DE FUGA**

Durante grande parte do século XIX, quando ocorriam fugas de escravos, era comum os senhores noticiarem esse fato nos jornais, com o intuito de recuperá-los. Isso acontecia devido à história econômica do Brasil ser, até a Abolição, em grande parte, a história do trabalhador negro que, conseqüentemente, “tornava os anúncios relativos a escravo capital, chegando eles, em alguns momentos, a ocupar 1/3 e até 1/2 da parte editorial dos diários” (FREYRE, 1971, p.78). Para Ana Josefina Ferrari (2010), nesses anúncios, a voz do escravo não é ouvida, posto que só é mostrada a voz do dono, a voz da lei. Porém, a autora destacou que o escravo se exprime nos anúncios de fuga de todas as formas, reagindo, inventando estratégias para permanecerem livres e, conseqüentemente, fugindo, o que resulta, então, na escrita que lhe dá corpo, incorporando-o na sociedade como um indivíduo singular, diferente de todos os outros, com características e atitudes próprias.

Para facilitar a identificação dos escravos fugidos, era preciso ir além das características físicas e da descrição visual. Nessa perspectiva, grande parte dos anúncios apresentavam detalhes relacionados ao comportamento dos escravos, à sua maneira de falar, de vestir e de andar e características morais. Esses detalhes poderiam torná-los inconfundíveis e singulares. Ferrari (2010) enunciou que esse processo de singularização do escravo se dava, principalmente, pela descrição, que não era composta apenas de adjetivos com os quais se iam construindo uma imagem única, mas também de referências às relações que ele estabelecia com outros indivíduos, lugares que circulava e modos particulares de agir e de falar.

Por outro lado, mesmo que esses anúncios informassem características singulares de escravos, eles, geralmente, eram apresentados seguindo-se um padrão “geral”. Na primeira parte dos anúncios, observa-se que o tipo de discurso empregado é o da narrativa, que é introduzida, na maioria das vezes, por vinhetas, como, por exemplo, “ESCRAVO FUGIDO”, “ATENÇÃO” e “400\$000 rs”, que eram expostas nos anúncios para chamar a atenção das pessoas sobre a fuga, e de possíveis pessoas que se dedicavam ao trabalho de capturar escravos, já que, na maioria dos casos, o anúncio oferecia uma gratificação a quem conseguisse realizar esse serviço.

Passando para a narrativa do anúncio, temos, primeiramente, informações como o dia e o lugar da fuga e o nome do senhor ou do indivíduo a quem o escravo deveria ser entregue

quando capturado. Por sua vez, temos as características da fisionomia e traços físicos do fugitivo, como marcas de castigos, doenças e de nação, acompanhados, em alguns casos, de informações sobre a roupa que estava vestindo, ou que teria levado. Outros poderiam ainda informar prováveis lugares para onde o fugitivo poderia ter ido e hábitos comportamentais que poderiam ser mantidos pelo cativo após a fuga e, finalmente, a promessa de recompensa para o capturador.

Cabe destacar que, além de todas essas características expostas, alguns anúncios nos trazem a ilustração de um negro carregando um tabuleiro ou uma trouxa de roupa, como podemos ver nestes dois anúncios do jornal *A Regeneração*:



**Imagem 3:** Anúncios de escravos fugidos

**Fonte:** Jornal *A Regeneração*, edições publicadas respectivamente em 24/08/1861 e 15/01/1862- IHGP.

Então, como podemos verificar, esses dois anúncios nos trazem duas imagens diferentes: a primeira delas seria a de uma negra vendedora de tabuleiro; e, a segunda, a de um negro com uma trouxa de roupas. Essas ilustrações não foram expostas por acaso, têm uma finalidade, que poderia ser de chamar a atenção do leitor para indicar que os escravos teriam fugido, no primeiro caso, com o tabuleiro, e no segundo, levando roupas roubadas que poderiam ser trocadas após a fuga, o que dificultaria, em alguns casos, seu reconhecimento. Portanto, para facilitar a identificação do escravo que havia fugido, era preciso ir além das descrições físicas do fugitivo, pois qualquer falta de informação poderia resultar no fracasso da captura.

Na Paraíba, nas últimas décadas da escravidão, esses anúncios de fuga de escravos apareciam, frequentemente, em diversos periódicos, e revelavam que eles agiam de acordo com estratégias e racionalidades próprias. Por meio desse material, foi possível ter acesso às relações cotidianas dos escravos, perceber indícios a respeito das suas diferentes formas de se comportarem ao fugir e verificar que existiram fugas e fugas. E como vimos anteriormente, os anúncios de fuga de escravos nos fornecem importantes informações, no que se refere à aparência física do escravo, como, por exemplo, o sexo, a cor, as condições físicas e de saúde, a naturalidade e nomes de antigos donos e vestígios das estratégias empregadas pelos fugitivos para não serem capturados.

No que diz respeito às características físicas dos escravos, esses anúncios os descreviam de tal forma que “parecia ser uma linguagem de gabinete policial de identificação, minuciosa e até brutal nessas minúcias” (FREYRE, 1963, p.85). Podemos perceber esse aspecto neste anúncio publicado no *Jornal da Parahyba*:

Fugiu a três meses pouco mais ou menos da villa de Bananeiras do engenho Tanques um **escravo de nome Justino, com 13 annos de idade, mulato bem claro, cabelos cacheados, testa grande, olhos grandes e pretos**, tem um gaguejamento na falla [...]. (*Jornal da Parahyba*, 01/10/1864- FCJAA. Grifos nossos).

Esse anúncio chama a atenção para as características físicas do escravo Justino, posto que o descreve com tantos detalhes que parece ser um retrato falado. Todas essas características, descritas pelo senhor, eram necessárias, pois qualquer informação não exposta poderia resultar na perda do escravo, já que, assim, ficaria difícil reconhecer o fugitivo. Então, muitas vezes, além de informar dados a respeito da aparência física do escravo, era necessário expor dados sobre seu comportamento, como a gagueira de Justino, por exemplo.

Cabe destacar que, além da descrição física, os anúncios de fuga de escravos nos permitem traçar um perfil geral do “fujão”, que envolvem questões relacionadas ao período em que foram noticiadas as fugas nos jornais, se eram homens ou mulheres que fugiam mais, qual a faixa etária em que ocorreram as fugas, a estatura dos escravos que fugiam, se as fugas aconteceram de maneira individual ou coletiva, a ocupação dos escravos que fugiam, além da naturalidade/cor desses indivíduos.



#### 4.1 O perfil dos escravos nos anúncios de fugas

A partir dos anúncios de fuga, chegamos a algumas conclusões, no que se refere ao perfil dos escravos que foram noticiados nos jornais. Para compreender bem mais as informações contidas nos anúncios, elaboramos quadros demonstrativos específicos sobre cada aspecto que será discutido. Primeiramente, analisamos as décadas em que mais foram noticiadas as fugas, o sexo e a faixa etária dos “fujões”. Vejamos:

**Quadro 13** – Escravos fugitivos noticiados nos jornais da Paraíba por sexo e faixa etária (1850-1888)

FAIXA ETÁRIA	DÉCADA DE 1850		DÉCADA DE 1860		DÉCADA DE 1870		DÉCADA DE 1880		SOMA
	MAS.	FEM.	MAS.	FEM.	MAS.	FEM.	MAS.	FEM.	
<b>NÃO CONSTA</b>	1	-	12	9	5	1	1	1	30
<b>1-10</b>	-	-	-	-	1	1	-	1	3
<b>11-20</b>	-	-	11	5	4	-	5	-	25
<b>21-30</b>	2	-	29	4	7	1	2	2	47
<b>31-40</b>	1	-	11	6	1	1	2	1	23
<b>41-50</b>	-	-	2	-	-	1	1	-	4
<b>MAIS DE 50</b>	-	-	5	1	-	-	2	-	8
<b>TOTAL</b>	4	-	70	25	18	5	13	5	140

**Fonte:** Elaboração própria a partir das informações contidas nos periódicos da Paraíba (1850-1888) do acervo documental do IHGP, da Casa Fundação José Américo e dos acervos digitais do CCHLA-UFPB e da Biblioteca Nacional.

Como podemos verificar, houve uma predominância nos anúncios de escravos fugidos de idade entre 21 e 30 anos (47); em seguida, temos os de idade entre 11 e 20 anos (25); os de idade entre 31 e 40 anos (23); os de idade entre 41 e 50 anos e os com mais de 50 anos, que representaram juntos (12) dos escravos fugidos. Todavia, 30 anúncios não informaram esse dado. Então, concluímos que, provavelmente, os escravos jovens eram os que mais fugiam, pois, se levarmos em conta os de idade entre 11 e 40 anos, esse percentual representará 68% dos escravos fugidos noticiados nos anúncios. Porém, é preciso salientar que esses dados são

apenas amostragens e não representam o número total de fugas noticiadas, pois, como já referimos, não foi possível apurar totalmente os anúncios devido a problemas como jornais que não estavam mais disponíveis para pesquisa ou que não se encontravam nos arquivos.

Todavia, mesmo com essa dificuldade, não podemos deixar de salientar a importância dos anúncios que foram coletados, já que nos fornecem dados que podem nos levar a algumas conclusões a respeito dessa prática, como, por exemplo, os que mais fugiam. Sobre esse aspecto, observamos que a grande quantidade dos fugitivos eram homens (75%), e 25%, mulheres, mesmo que, nesse último caso, demograficamente seu número fosse maior. Esse dado não indica que as mulheres teriam resistido menos à escravidão e que não teriam elaborado estratégias para fugir. Para os autores João José Reis e Eduardo Silva (1989), é preciso levar em conta o relacionamento escravo-escravo e a maior responsabilidade que assumem as mulheres no que diz respeito aos filhos. Além disso, caso fugissem sem seus filhos, o conceito de liberdade e a fuga perderiam o sentido. Portanto, para proteger os filhos, as mulheres escravas faziam de tudo, até mesmo fugir com eles:

Na noite do dia 10 do corrente **desapareceu do engenho Jardim, d'essa comarca de Bananeiras, a escrava Dionísia**, preta gorda, estatura regular, feições grosseiras, olhos apertados, matriculada nesse município em 1872 com a idade de 25 annos; **um filho da mesma escrava de nome Fernando**, cabra escuro, cabelos carapinhos, nariz muito chato, gago, com uma cicatriz de queimadura que apanha o estomago ao meio das costelas. [...]. (*Jornal da Parahyba*, 23/11/1881- IHGP. Grifos nossos).

Então, a escrava Dionísia teria fugido com seu filho Fernando, também escravo. Fugir com um filho ou com a “cria” poderia, na maioria das vezes, significar uma provável captura, uma vez que, através das descrições minuciosas da mãe e do filho, as autoridades policiais ou os capitães do campo os reconheceriam com mais “facilidade”. Todavia, isso não impediu as fugas em família, pois, conforme vimos, mesmo com todas as dificuldades encontradas para permanecer oculta, a escrava optou por fugir com seu filho.

No que se refere às décadas em que foram noticiadas as fugas, verificamos que, no período de 1860, foi registrado o maior número de anúncios, 95 do total. Seguindo, temos a década de 1870, com 23 anúncios de fugas; a de 1880, com 18 anúncios; e, finalmente, a de 1850, com apenas quatro anúncios. Acrescentamos que esse número reduzido de anúncios encontrados da década de 1850 se deve ao fato de estarem disponíveis para pesquisa apenas três jornais: *A imprensa* (1858), *O Governista Parahybano* (1850) e *O Reformista* (1850), o que dificultou, assim, um estudo mais aprofundado desse período.

Em relação às décadas em que mais foram noticiadas as fugas de escravos, 1860 e 1870, isso, provavelmente, deve-se ao fato de o tráfico interprovincial estar acontecendo na Paraíba. Nesse momento, muitos escravos, em razão de vendas e transferências para outras províncias, estavam sendo separados de seus familiares, o que gerou uma série de fugas de escravos que buscavam retornar antigos laços consanguíneos, de parentesco espiritual e, em alguns casos, senhoriais. Portanto, era corriqueiro encontrar, nos anúncios de fuga, indícios que nos levam a acreditar que um dos grandes motivos que ocasionaram as fugas foram separações de entes queridos em vendas. Vejamos alguns exemplos:

Fugio no dia 7 de dezembro corrente da casa do abaixo assignado a escrava parda de nome Vicencia, de idade de 22 annos pouco mais ou menos com os sinais seguintes: altura regular, côr parda clara, secca de corpo, cabelos carapinhos, rosto redondo, bocca regular, olhos pretos, testa pequena, nariz regular, com todos os dentes da bocca. [...] **Previne-se que talvez esteja n'essa capital ou tenha tomado o caminho de Itabaiana, ou de Campina Grande d'onde é natural e tem parentes.** [...] Antonio Vicente de Magalhães. (*O Tempo*, 07/12/1865- IHGP. Grifos nossos).

ANNUNCIO: Fugiu do Engenho S. Guilherme no dia 11 do corrente o escravo de nome Vicente de idade de 20 annos, de côr muito preta, baixo de corpo regular, cabelos carapinhos [...]. **Julga-se ter seguido para o Ingá d'onde foi, tendo sido visto já em caminho, e ter procurado a família de João Ferreira Leal de Pirada, a quem pertenceu o referido escravo o qual tem pai e mãe nesse lugar.** [...]. (*O Liberal Parahybano*, 24/11/1883- ADCCHLA. Grifos nossos).

Fugio do abaixo assignado no dia 28 de outubro próximo passado de seu sítio Boi só o escravo Tobias com os sinais seguintes: crioulo, trinta e oito annos de idade, boa estatura, côr preta tirando a formiga de roça [...] **Appareceu em o engenho do Reis procurando ao Ilm. Sr. Capitão Claudino para o comprar,** e quando o mesmo capitão procurou-o para remeter-me, ele havia desaparecido, **supõe-se que ele ande acculto da ponte do Baul até ao Socorro onde tem parentes.** [...] Simplício Narciso de Carvalho. (*O Publicador*, 09/11/1869- ADBN. Grifos nossos).

Então, como é possível verificar, nos três exemplos, um dos motivos que, provavelmente, teria motivado a fuga foi a busca por parentes, já que todos eles citam lugares de origem e onde existem supostos parentes dos escravos fugidos. Porém, no último caso, o anúncio informa que o escravo Tobias fugiu em busca do Capitão Claudino, proprietário do engenho Reis, para comprá-lo, o que nos revela que em algumas situações, os cativos não buscavam contestar o sistema propriamente dito, mas apenas conseguir um cativo mais justo do que aquele que estava em domínio de outro senhor, no caso Simplício Narciso de Carvalho. Desta forma, concordamos com Sidney Chalhoub (1990) de que a liberdade para

alguns escravos representava a possibilidade de escolher a quem servir ou de escolher não servir a ninguém, ou seja, de decidir sobre sua vida conforme os seus anseios. No que se refere à tentativa do cativo Tobias, em possuir outro senhor, esta não funcionou, pois quando o Capitão o procurou para remetê-lo a seu senhor, o mesmo já havia desaparecido. Convém lembrar que os escravos poderiam fugir devido à quebra de acordos com seus senhores, como dias de folga, a busca por viver em liberdade ou, em alguns casos, devido a crimes praticados contra senhores e feitores:

No lugar- Caboclo- do termo de Campina Grande, em 25 de junho ultimo, **o escravo de nome Vicente, assassinou, de emboscada, à seu senhor, Cosme Rodrigues de Souza Campos**, desfechando-lhe um golpe de fouce e três punhaladas sobre o peito. O feroz assassino logrou evadir-se, apesar das diligências empregadas para sua captura pela autoridade local [...]. Grifos nossos (GAMA e MELLO, RPPPB, 1882, AA-2).

A 13 de Maio no districto da Cruz do Espírito Santo, **um escravo de nome Braz**, do Tenente- Coronel José Fernandes de Carvalho, senhor do Engenho-Tabocas- **assassinou a Francisco Antonio, feitor do mesmo engenho e** foz-se em fuga [...]. Grifos nossos (GOUVÊA, RPPPB, 1871, AI-5).

Os escravos Vicente e Braz fugiram em razão dos crimes que cometeram. O primeiro teria assassinado seu senhor, Cosme Rodrigues de Souza Campos, enquanto o segundo assassinou o feitor do engenho Tabocas, Francisco Antonio. O que levou esses escravos a praticarem tais crimes não sabemos, mas, provavelmente, seriam castigos físicos, pois, além desses crimes, vários outros foram cometidos por escravos contra seus senhores, a exemplo do escravo Joaquim, que assassinou Manoel, filho de seu senhor, Francisco das Chagas Moura, no momento em que ele iria castigá-lo.<sup>210</sup> Desta forma, concordamos com Maria da Vitória Lima (2002) quando esta afirma que, se por um lado o senhor possuía o direito privado de julgar seus cativos e submetê-los a castigos, em seus domínios, por outro, à medida que punia, tornava-se, assim como seus familiares e feitores, alvo de agressões dos escravos. No caso relatado, Vicente e Braz tiveram que fugir após o crime, pois, caso fossem presos, seriam condenados às galés perpétuas, pena prevista nesses casos.<sup>211</sup>

<sup>210</sup> Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo vice-presidente da Província, Dr. José Evaristo da Cruz Gouvêa, 07/07/1872.

<sup>211</sup> A partir do ano de 1857, a pena de galés perpétuas passou a ser a penalidade máxima do Império, substituindo a pena de morte prevista pela lei de 10 de junho de 1835 para escravos que matassem ou ferissem senhores e suas famílias e os feitores. Para Célia Azevedo (1987), essa medida, provavelmente, procurava preservar a existência de braços para o trabalho alguns poucos anos após o encerramento do tráfico da África.

No que diz respeito à década de 1880, diminuiu a divulgação de anúncios de fugas nos jornais da Paraíba, já que passou de 30%, na década de 1870, para 24%. Isso não quer dizer que os escravos deixaram de fugir, mas que, provavelmente, os jornais passaram a se recusar a publicar esse tipo de anúncio nos últimos anos da escravidão, uma vez que houve apenas uma diminuição de 6% de uma década para outra. Além disso, soma-se a esse fato a própria diminuição da mão de obra cativa na Paraíba, através do tráfico interprovincial, mortalidade e manumissões, além da campanha abolicionista que estava acontecendo em todo Brasil.

Em relação aos tipos de fuga noticiados nos jornais, constatamos que grande parte foram atitudes individuais, como exposto no quadro abaixo:

**Quadro 14 – Tipos de fugas noticiadas nos jornais da Paraíba (1850-1888)**

TIPO DE FUGA	DÉCADA DE 1850	DÉCADA DE 1860	DÉCADA DE 1870	DÉCADA DE 1880	TOTAL
INDIVIDUAL	4	92	13	15	124
COLETIVA	-	3	3	3	9

**Fonte:** Elaboração própria, a partir das informações contidas nos periódicos da Paraíba (1850-1888) do acervo documental do IHGP, da Casa Fundação José Américo e dos acervos digitais do CCHLA-UEPB e da Biblioteca Nacional.

As fugas noticiadas nos anúncios de jornais da Paraíba, durante o período estudado, representaram um ato individual, pois, na maioria dos casos, os escravos fugiram sozinhos. No entanto, embora predomine a fuga individual, foram encontradas algumas situações em que os escravos não fugiram sozinhos, mas com a participação de um, dois e até três escravos. E mais, esses anúncios de fugas coletivas podem informar, entre outras características, se envolviam parentes ou se escravos de procedência e naturalidades diferentes fugiam juntos. Vejamos:

ESCRAVO FUGIDO: **Fugiram** do engenho Cotovello, de seu senhor Edmundo do Rego Barros **os escravos Venancio e Zacarias, pardos e irmãos**, sendo o primeiro de 23 annos e o segundo de 21 pouco mais ou menos. [...]. Desconfia-se haverem trocado de nomes. Quem os pegar e levar ao mesmo engenho será generosamente recompensado, ou nessa cidade a entregar a Antonio Ferreira Baltar. (*O Publicador*, 02/08/1865- ADBN. Grifos nossos).

Como podemos verificar os escravos que haviam fugido do Engenho Cotovello, de propriedade de Edmundo do Rego Barros, eram irmãos. Essas fugas coletivas que envolviam

parentes, geralmente, representavam o desejo de viver em liberdade, que, para alguns, incluía a companhia dos seus, no caso de Venâncio, a companhia do irmão Zacarias.

Outra característica importante encontrada nos anúncios de fuga refere-se à naturalidade dos escravos, como mostra o quadro seguinte:

**Quadro 15** – Distribuição por sexo e naturalidade dos escravos fugidos divulgada em jornais: Paraíba (1850-1888)

NATURALIDADE	SEXO		TOTAL	%
	MASC.	FEM.		
AFRICANOS	2	1	3	2
CRIoulos	105	32	137	98

**Fonte:** Elaboração própria, a partir das informações contidas nos periódicos da Paraíba (1850-1888) do acervo documental do IHGP, da Casa Fundação José Américo e dos acervos digitais do CCHLA-UFPB e da Biblioteca Nacional.

Como é possível ver os anúncios de fuga nos trazem importantes informações a respeito da naturalidade dos escravos. Durante o período estudado, foram encontrados apenas três escravos de origem africana, o que representa 2% dos fugidos. Esse pequeno número pode ser um reflexo do fim do tráfico internacional de escravos para o Brasil, que ocasionou a diminuição progressiva de escravos de origem africana. Com relação aos crioulos, isto é, escravos que haviam nascido no Brasil, estes representaram 98% dos fugidos, ou seja, quase que a totalidade dos cativos. É importante destacar que embora este termo referindo-se, de maneira geral, a todos os cativos nascidos no Brasil, o mesmo poderia aparecer, em alguns anúncios, se referindo à cor de pele dos escravos. Assim, os crioulos são pessoas cujo único elemento em comum que os une “é o fato de serem ‘homens de pele negra nascidos na terra’. São negros, não mais africanos, enfim” (BARROS, 2009, p.96).

Quanto a composição dos escravos crioulos no tocante a cor, tivemos inúmeras e indefinidas tonalidades de pele, que nos revelam importantes indícios a respeito da origem do cativo de nacionalidade brasileira. Em nossa pesquisa tivemos dois cativos crioulos que foram descritos como tendo a cor de pele *seme-branca* ou *quasi que branco*. Nesse aspecto, podemos citar o caso do escravo Luís que havia fugido, em julho de 1865, do sítio do senhor Augusto de Oliveira. Segundo nos informa o anúncio, o cativo, *quasi que branco*, fugiu levando camisa de baeta encarnada e chapéu de palha novo, mas que já havia sido encontrado vestido com roupas brancas.<sup>212</sup> No que se refere ao termo para a cor de pele do cativo Luís, este foi utilizado, pois, provavelmente, tratar-se-ia de um cativo com a pigmentação da pele

<sup>212</sup> Jornal *O Tempo*, 03 de agosto de 1865- IHGP.

semelhante a de um indivíduo branco, ou seja, este seria assim descrito devido ao termo “branco” ser, naquele momento, empregado para pessoas de condição jurídica “livre”.

Dando sequência, encontramos em nossas pesquisas três cativos que foram descritos como tendo a cor de pele vermelha. Esta designação, geralmente, era utilizada para identificar os povos indígenas, que por sua vez também eram chamados de caboclos. Todavia, percebemos que esta designação, vermelha, utilizada para descrever a cor de pele de alguns indivíduos poderia ter um sentido mais abrangente, não se referindo, assim, apenas aos indígenas. Para exemplificar essa assertiva temos o cativo Manoel que, conforme o anúncio, havia fugido, em março de 1868, do Guarapes, Rio Grande do Norte, em direção à província da Paraíba, e teria, segundo sua descrição, estatura mediana, cravos nos pés, pouca barba e a cor vermelha.<sup>213</sup>

Dentro desse mesmo aspecto, tivemos cativos crioulos cuja cor da pele foi denominada de amarela. Acreditamos que, provavelmente, assim como os de pele vermelha, seriam escravos de ascendência negra e indígena. Isso porque os anúncios que revelaram que os cativos eram possuidores dessa pigmentação de pele nos traziam outra informação, a de que seriam *cabras*. Nesse contexto podemos destacar o caso do escravo Inocêncio, que pertencia às herdeiras do finado João da Mata Correia Lima. Conforme o anúncio, o cativo era um cabra de cor amarelada.<sup>214</sup> A denominação cabra poderia ser utilizada para substituir o termo pardo ou mulato ou outros escravos de raça mista, como os “cafuzos” ou “caribocos”, e os índios de origem não mista.<sup>215</sup> Porém, é apenas uma hipótese visto que os anúncios que descrevem os cativos com essa pigmentação de pele não nos fornecem nenhuma outra informação que comprove sua origem.

Em nossa documentação encontramos 28 cativos que foram descritos com essa denominação de cabra. De acordo com Lima (2009), esse termo era um dos preferenciais utilizados pelas elites escravocratas brancas e por seus aliados para humilharem os escravos e seus descendentes, pois a definição de cabra mistura aspectos humanos e animais na sua classificação, ou seja, ao mesmo tempo, é caracterizado como alguém que é filho ou filha de pai mulato e mãe preta, ou às avessas, e como sendo um animal quadrúpede dos menores, a fêmea do bode.

Por sua vez, tivemos 30 escravos fugidos com a cor de pele preta. Verificamos que esse termo foi utilizado para descrever escravos de origem africana e brasileira. No primeiro

<sup>213</sup> Jornal *O Publicador*, 06 de março de 1868- ADBN.

<sup>214</sup> Jornal *da Parahyba*, 11 de outubro de 1877- FCJAA.

<sup>215</sup> Para saber mais sobre a origem étnica dos escravos, consultar Karasch (2000).

caso identificamos que, geralmente, quando um cativo possuía a cor de pele preta, mas era de origem africana, o anúncio relatava as duas informações, a exemplo da preta Mariana de nação africana, que havia fugido do sítio Cruz do Peixe, em agosto de 1866.<sup>216</sup> Já o segundo caso, percebemos que o anúncio poderia informar que o cativo era ou não crioulo. Nesse aspecto podemos citar o exemplo da cativa Joaquina, crioula, de cor preta e de idade de 50 anos, que havia fugido da casa do senhor Minervino Ribeiro Pessoa Lins<sup>217</sup>, e de Narcisa, preta, *porém de cor quasi de azeitona*.<sup>218</sup>

Em relação aos escravos crioulos denominados de pardos, percebemos que apenas 16 receberam esta denominação. Para Luciano Mendonça de Lima (2009), no século XIX, o pardo era um indivíduo cuja cor de pele variava entre branco e preto, como a do pardal, e filho de preto com branca, ou às avessas, ou de mulato com branco até certo grau. Esse termo, segundo Hebe de Mattos (1998), era empregado para registrar uma diferenciação social, variável conforme o caso, na condição mais geral de um indivíduo não branco. A autora assevera que todo escravo descendente de homem livre e branco tornava-se pardo e todos os que tivessem nascido livres, com ascendência africana.

Ivana Lima (2003) salientou que o termo pardo talvez seja a mais interessante expressão ligada à identidade e que isso se deve ao fato de o termo ser “indefinível de forma fixa e acabada, do mesmo modo que é impossível tentar atribuir significados precisos e compartilhados constantes como cabra, caboclo, curiboca, mulato” (Op. Cit. p.61). O termo “pardo”, segundo Rocha (2009), foi substituído pelo “mulato”, portanto, ambos têm a mesma acepção, já que se referem a pessoas com dupla ascendência, nesse caso, africana e europeia. Sendo assim, os denominados de mulatos, que representaram 18 dos escravos noticiados, são, também, considerados pardos, pois esse vocábulo significa, também, filha ou filho de mãe branca e pai negro ou vice-versa. Nesse aspecto podemos citar a escrava Josefa que havia fugido da Cidade da Parahyba Norte. O anúncio de fuga da referida escrava nos revela que ela seria uma *mulata acabocolada*<sup>219</sup>, ou seja, poderia ter ascendência de negros e indígenas. Isso nos demonstra de fato que o termo mulato, assim como o pardo, é indefinível de forma fixa e acabada, conforme a autora salientou.

Dos escravos crioulos anunciados, encontramos ainda treze considerados de cor de pele fula. Esse termo diz-se do preto e do mulato cuja cor não é bem definida, mas se aproxima do amarelo ou pálido, ou ainda o mestiço, de negro e mulato, pardo. Porém, o

<sup>216</sup> Jornal *O Publicador*, 28 de agosto de 1866- ADBN.

<sup>217</sup> Jornal *da Parahyba*, 25 de fevereiro de 1875- ADCCHLA.

<sup>218</sup> Jornal *O Publicador*, 13 de setembro de 1869- ADBN.

<sup>219</sup> Jornal *A Opinião*, 29 de novembro de 1877- IHGP.



mesmo poderia se referir a escravos africanos da Guiné, que tinham cabelos encaracolados e a pele mais ou menos baça.<sup>220</sup> O mais instigante, em alguns casos, é a combinação dupla no que se refere à cor de pele fula. A esse respeito temos o exemplo do escravo Joaquim, que pertencia ao senhor Elias Luiz da França, da povoação da Serra da Raiz. Conforme o anúncio o referido cativo era muito conhecido na cidade da Parahyba do Norte e apresentava os seguintes sinais característicos: estatura regular, dentes perfeitos, além de ser um preto fulo.<sup>221</sup> Isso seria reflexo de que, às vezes, sentia-se necessário a utilização de outra palavra para descrever o grau de negritude de um indivíduo, ou ainda, de denominações tribais em vez de raciais, como os de cor fula, isto é, da cor dos fulas.<sup>222</sup>

Finalmente tivemos um escravo denominado de negro. Esse termo, em alguns casos, poderia referir-se a cativos nascidos no Brasil ou na África, sendo o primeiro o mais provável. Nesse contexto, verificamos a situação do cativo Joaquim, que conforme a descrição de seu anúncio de fuga, o mesmo seria um negro crioulo, imberbe e de idade de 21 anos, que teria fugido do senhor Afonso de Almeida e Albuquerque, em meados de outubro de 1868.<sup>223</sup> Além disso, como esse termo apareceu uma única vez em nossa documentação, este poderia representar um componente racial que difere a condição de livre da cativa.

Essas denominações referentes aos escravos nos mostram que a cor da pele,

na realidade brasileira pós-colonial, passou então a constituir uma diferença que habita o plano da essencialidade social e política. Mas a verdade é que a percepção desse tipo de diferença enfaticamente calcada na cor é uma questão cultural (embora a cor ou pigmentação da pele, constitua um aspecto natural no sentido biológico). (BARROS, 2009, p. 51).

Assim, cada sociedade produz seu próprio sistema de percepção sobre a pigmentação da cor da pele do indivíduo e lhe atribui um significado, ou seja, são ideologias e variam de acordo com o tempo. Dessa forma, no Brasil oitocentista, o sistema de classificação racial da sociedade não era completamente uniforme, porquanto sofria “variações, às vezes, de forma mais sutil ou, às vezes, de maneira mais drástica, porém com o sentido nítido de demarcar as posições sociais, especialmente aquelas que separavam homens livres de escravos e libertos” (LIMA, 2009, p.199).

<sup>220</sup> A respeito das cores de pele da população brasileira, no Império, e seus diversos significados, consultar a obra de Ivana Lima (2003).

<sup>221</sup> Jornal *O Publicador*, 10 de maio de 1867- ADBN.

<sup>222</sup> Sobre este aspecto consultar RUSSEL (2005, p.49).

<sup>223</sup> Jornal *O Publicador*, 22 de outubro de 1868- ADBN.

Ressalte-se, no entanto, que dezenove anúncios não fizeram menção à “cor” do cativo. Mattos (1998) afirmou que o silêncio sobre a cor, que antecede o fim da escravidão no Brasil, está relacionado aos significados de liberdade e que, durante muito tempo, a cor da pele tendia a ser, por si só, um primeiro signo de status e condição social, ou seja, a liberdade era um atributo de pessoas “brancas”. Todavia, a mesma autora enfatizou que, nas últimas décadas da escravidão, essa representação de liberdade começa a ruir, pois, em consequência do crescimento demográfico de negros e mestiços, livres e libertos, já não se permitia conceber os não brancos livres como exceções controladas.

Então, como foi possível perceber, existiram inúmeras e indefinidas definições de cor de pele dos escravos na Paraíba, que se somam a descrições de variedades de tipos de cabelo, como *carapinhos*, *molles*, *compridos* e *crespos*, constituições labiais além de tendências de estrutura óssea, o que nos permite afirmar que não existiu um biotipo unificado de cativo que havia fugido. O quadro abaixo demonstra essa assertiva:

**Quadro 16 – Anúncios de fuga quanto estatura dos escravos: Paraíba (1850-1888)**

	<b>NÚMERO</b>	<b>%</b>
<b>BAIXO</b>	29	21
<b>REGULAR</b>	51	36,4
<b>ALTO</b>	20	14,2
<b>MEDIANTE</b>	2	1,4
<b>NÃO CITA</b>	38	27
<b>TOTAL</b>	140	100

**Fonte:** Elaboração própria, a partir das informações contidas nos periódicos da Paraíba (1850-1888) do acervo documental do IHGP, da Casa Fundação José Américo e dos acervos digitais do CCHLA-UFPB e da Biblioteca Nacional.

A maioria dos escravos que haviam fugido tinha a estatura do corpo regular, ou seja, 36,4% do total. Esses seriam indivíduos que representavam ter altura intermediária, entre alto e baixo. Em seguida, temos os anúncios que não fizeram referência à estatura do escravo evadido, o que corresponde a 27%, os de estatura baixa, com 21%, os de estatura alta, com 14,2% e os de estatura mediana, com 1,4%. Esta última seria outra denominação para a estatura regular. Essas informações eram importantes na identificação do escravo que havia fugido, pois, na Paraíba, existia uma grande quantidade de pessoas de ascendência africana circulando nas cidades e no meio urbano, por isso os detalhes referentes às características físicas do cativo eram sobremaneira relevantes no processo de captura.

Além dos dados referentes ao período em que mais foram noticiadas fugas nos jornais, a faixa etária e o sexo dos escravos que fugiam, a naturalidade/cor e os aspectos físicos, os anúncios de fuga de escravos podem revelar, ainda, a maneira como pensavam e agiam em cativeiro e suas estratégias de sobrevivência.

#### 4.2 Estratégias de sobrevivência dos “fujões”

Nos relatos de fugas descritos pelos senhores de escravos, nos anúncios de jornais, identificamos vestígios das estratégias empregadas pelos escravos fugitivos na Paraíba Oitocentista:

Fugiu no dia 9 o negro de nome Rumão, escravo do abaixo assignado- He alto e secco, pés e mãos, cumpridas, e tem uma cicatriz no queixo do lado esquerdo proveniente de uma fistula que teve no mesmo queixo. **Levou camisa de madapolão, calças de ganga parda e algodão de lista e chapeo de palha**- Quem o pegar entregar ao abaixo assignado será recompensado. (*A Regeneração*, 14 de maio de 1861- IHGP. Grifos nossos).

Nesse anúncio, há indícios que denotam que a fuga do escravo Rumão foi planejada, haja vista que ele levou consigo roupas além das que estava vestindo. Isso esboça todo o cuidado que ele tomou para confundir as autoridades policiais e os capitães do campo que, porventura, estivessem à sua procura. Mas, Maria Vitória de Lima (2010) chamou a atenção para o fato de que, nas últimas décadas da escravidão, seria pouco provável que, através da vestimenta, fosse possível descobrir a condição de um negro olhando o que trazia no corpo, pois já era grande o número de pessoas negras e mestiças e livres e libertas<sup>224</sup> na Paraíba. Todavia, a autora comentou que fugir apenas com a roupa do corpo indicava que houvera pouco planejamento por parte do escravo.

É importante destacar que, além das roupas que levavam ao fugir para trocar, visando dificultar sua identificação, os escravos utilizavam outras estratégias para permanecer ocultos e longe das autoridades policiais. Vejamos alguns exemplos:

Continua estar fugido desde 17 de novembro do anno de 1860, o escravo Cremetindo, cabra do abaixo assignado. Seguiu para o centro d’essa

<sup>224</sup> O termo “livre” refere-se à condição jurídica de pessoas que já nasceram assim, enquanto “libertas” refere-se às que viviam cativas e conseguiram a liberdade.

província, **levando em sua companhia uma mulher forra de nome Paulina**, bastante ébria, e com quem amaziou-se.

O sobredito escravo é de estatura regular, bem feito de corpo, representa ter idade 22 à 23 annos, rosto largo sem baraba, tem apenas um pequeno buço, cabelos moles buscando a carapinhos, muito activo e inteligente, semblante alegre e **é official de sapateiro**.

**E natural que queira se passar por fôrro ou mesmo que tenha mudado o nome.**

Há dous mezes foi preso em Cariris Velhos, estando em companhia da mulher que levou; e pode fugir do caminho. Roga-se as autoridades policiais, e aos capitães de campo a sua captura, e quem o pegar e levar ao seu senhor, morador da villa do Pilar, ou a Joaquim de Barros Correia de Queiroz, morador no engenho Coqueiro na freguesia de Santo Antão da província de Pernambuco será generosamente recompensado e terá mais de 100\$ de gratificação. Villa do Pilar 18 de outubro de 1861. (*A Regeneração*, 09/11/1861- IHGP. Grifos nossos).

No dia 1 de Janeiro desse anno fugio do Engenho Conceição, termo da Villa de Mamanguape o escravo João, cabra, reforçado do corpo, estatura regular, rosto carnudo, olhos pequenos e vivos, barbado, mas costuma raspar toda a barba, bem como os cabelos atrás do pescoço; **sabe mal ler e escrever, e cria bigode para passar por forro**: foi escravo de uma cunhada do Sr. Jozé Carlos Gondim, morador para as partes de Mulungu, termo da Villa de Guarabira- Quem o prender pode leval-o no mesmo Engenho, ou nessa Cidade ao abaixo assignado, certo de que será bem recompensado.

Felizardo Toscano de Brito. (*Argos Parahybano*, 13/02/1854- ADCCHLA. Grifos nossos).

#### ESCRAVO FUGIDO.

Auzentou-se da caza de seu Senhor no mez de Outubro do anno passado o escravo Manoel com os signaes seguintes.

Côr parda acabolclada cabelos duro rosto redondo, barba aprincipiar altura regular idade 24 annos, **já esteve de praça sentada como livre no corpo de linha e deu nome de Genuino**.

Roga-se a todas às autoridades e capitães de campo queira apprehender dito escravo e levalo a rua Conde d'Eu dessa Cidade que será generosamente recompensado.

Parahyba 6 de março de 1874.

Antonio Correia da Silva. (*O Publicador*, 21/03/1874- FCJAA. Grifos nossos).

Esses três anúncios expostos indicam que os escravos Cremetino, João e Manoel usaram estratégias diferentes ao fugir. No primeiro caso, o anúncio chama atenção para o possível fato de o “fujão” Cremetino estar se passando por forro e ter mudado de nome para inserir-se na sociedade, evidenciando que, além da fuga, a mentira poderia ser utilizada como instrumento de resistência e de afirmação de sua condição humana. Outro fator chama a atenção nesse anúncio, o fato de o escravo ter fugido com uma mulher forra. Essa seria uma boa forma de Cremetino integrar-se à sociedade e permanecer nela como livre, visto que, ao morar e conviver com uma liberta, não levantaria suspeita de ser um cativo, já que, “com

esses requisitos, era natural que ele quisesse passar por forro e por casado” (LIMA, 2010, p. 212). E mais, segundo o anúncio, o escravo fugido é oficial de sapateiro e poderia viver pelo ofício, integrando-se à sociedade sem levantar suspeitas de sua condição jurídica.

Quanto ao escravo João, o anúncio informa que, provavelmente, ele teria deixado o bigode crescer, o que resultaria na mudança de sua aparência e, conseqüentemente, na formação de outra identidade, já que poderia também ter trocado de nome. Acrescenta-se a esse aspecto o fato de o escravo ser alfabetizado, o que lhe proporcionou uma grande vantagem em comparação com os outros escravos, pois, conforme vimos, apenas um pequeno número de escravos na Paraíba sabia ler e escrever. Dessa forma, a alfabetização poderia ser utilizada pelo cativo como instrumento de superação ou de negação de sua condição, já que lhe permitia passar-se por liberto ou exercer funções que o aproximavam da experiência da liberdade, como, por exemplo, os serviços voltados para a escrita.

Já o escravo Manoel, segundo o anúncio, havia entrado na praça sentada como livre no corpo de linha e dado o nome de Genuíno. Esse aspecto demonstra que alguns escravos desenvolveram estratégias para melhorar suas vidas e que “usaram do abrigo de farda em proveito próprio nos incessantes embates com seus senhores” (KRAAY, 1996, p.56). Além disso, para escapar da escravidão, o escravo mudou de nome, nesse caso, de Manoel, para Genuíno, o que lhe estabeleceu uma nova identidade. Porém, é importante salientar que o escravo esteve no corpo de linha e, naquele momento, passava-se por Genuíno, o que indica que havia sido encontrado pelo seu senhor e teria novamente voltado a fugir. Então, é provável que, nessa nova fuga, o cativo Manoel tenha novamente mudado de nome ou utilizado outra estratégia para permanecer longe de seu senhor. Isso demonstra que algumas fugas poderiam não ser bem sucedidas.

Ainda a respeito desse último anúncio, salientamos que, nessa fuga, havia um aspecto de cunho psicossocial. Ao se passar por liberto, Manoel afirmou sua condição humana. Quando mudou o nome para Genuíno, deixou de ser Manoel que, legalmente, era uma coisa, uma propriedade que poderia ser negociada, a qualquer momento, por Antônio Correia da Silva, seu proprietário. Assim, “ao negar o nome imposto pelo senhor, o cativo criava uma nova identidade, através da qual fruía, mais amplamente, vários aspectos da liberdade possível” (CARVALHO, 1998, p. 266), que poderia ser por um curto espaço de tempo, mas que era mais acessível para “Genuíno” do que para “Manoel”.

Além dessas estratégias utilizadas pelos escravos, analisadas aqui, podemos destacar o fato de alguns cativos terem se deixado “seduzir” ou procurado ajuda de outras pessoas para permanecerem escondidos das autoridades policiais e dos capitães do campo. Vejamos:

200\$ de Gratificação.

Fugio dessa cidade da Parahyba à cinco de maio do corrente anno o escravo Rufino de propriedade do bacharel João Leite Ferreira Junior, com os signaes seguintes: idade de 15 para 16 annos, estatura correspondente a idade, secco de corpo, mulato, cabelos avermelhados, e crespos, é tímido e costuma olhar para os pés quando falla a pessoa aquém respeita, foi vacinado pouco antes de fugir; **levou vestido camisa e ceroula de algodãozinho listrado, e chapeo de palha de carnaúba.**

Suppõe-se ter seguido para os sertões dessa província donde é natural, **ou que tenha embarcado para as províncias visinhas seduzido por alguém.**

Da-se-a gratificação acima a quem o apprehender e trazer a seu senhor nessa cidade rua da Misericórdia n.9 ou no Recife aos Srs. Antonio Correia de Vasconcellos e Companhia rua do Crespo, ou no Piancó ao coronel Tiburtino Leite Ferreira.

**Protesta-se contra quem o tiver acoitado**, se não o entregar logo que seja publicado esse annuncio. (*O Despertador*, 18/02/1869- IHGP. Grifos nossos).

No dia 14 de setembro do anno passado fugio da casa do abaixo assignado uma escrava de sua propriedade, de nome Cândida, de 20 á 22 annos de idade, e com os seguintes signaes: criôla, fula, boca grande, dentes limados e bem alvos, olhos grandes e muitos vivos, estatura alta e não muito secca, e andando estalão lhe as juntas dos pés; a referida escrava foi da Sra. D. Joanna sogra do Sr. Barbalho, da Serra d'Araruna, e foi do Sr. Capitão Justino morador da mesma serra, que com ella fez pagamento n'essa praça ao Sr. José de Azevedo Maia, a quem comprei-a. **Consta estar amiziada nos subúrbios da dita serra d'Araruna, sob proteção dos escravos da referida Sra. D. Joanna.** [...] O mesmo abaixo assignado gratifica com cem mil réis a quem trazer a dita escrava à sua casa n'essa capital, rua das Convertidas n.37.

Parahyba, 20 de fevereiro de 1862.

Antônio Francisco Ramos. (*Diário da Parahyba*, 05/03/1862- ADCCHLA. Grifos nossos).

No primeiro anúncio, vê-se que, além de o escravo Rufino ter fugido levando roupas, seu senhor, João Leite Ferreira Júnior, suspeitou que ele teria fugido para alguma província vizinha da Paraíba, seduzido por alguém. E, quando protesta contra quem o tivesse acoitado, podemos perceber que essa prática de “seduzir” e proteger escravos estiveram presentes nos atos de fuga. Segundo Flávio Gomes (2006), o termo “seduzido”, presente na documentação, era utilizado, na época, para os escravos cuja fuga era agenciada por terceiros. Para Marcus Carvalho (1998), essa foi uma das formas de contestação mais criativas dos cativos, porque acarretava na mudança de “patrão”, tal como faziam e fazem os trabalhadores livres quando insatisfeitos. Entretanto, o mesmo autor enuncia que esses acoitamentos nem sempre aconteciam por solidariedade, já que, na maioria dos casos, eram mais por interesse do acoitador, que ganhava um trabalhador sem ter que pagar por ele o preço comercial.

Em alguns casos, porém, esses acoitamentos, provavelmente, foram feitos por solidariedade, como mostra o segundo anúncio, no qual a escrava Cândida, pertencente ao senhor Antônio Francisco Ramos, teria sido vendida algumas vezes, ou seja, havia tido vários senhores. Ela teria pertencido à Sra. Joanna, sogra do Sr. Barbalho, morador da serra de Araruna, e vendida ao Sr. Capitão Justino, morador da mesma serra. Consequentemente, o senhor Justino fez um pagamento, com a escrava, ao Sr. José de Azevedo Maia, que a vendeu, posteriormente ao Senhor Antônio Francisco Ramos, seu dono, no momento da fuga. Neste último caso, acreditamos que a escrava Cândida teria fugido por causa das diversas transações comerciais em que esteve envolvida e que acarretaram mudanças de arranjos familiares, de solidariedade e senhoriais, porquanto retornou, supostamente, para a serra de Araruna, onde teria sido acoitada e protegida pelos escravos da Sra. Joanna, sua primeira senhora.

Nesse sentido, o aspecto mais relevante dos dois casos foi a participação dos escravos no processo de fuga, já que foram eles que saíram do domínio de seus senhores para se estabelecer no domínio de outro senhor. “Assim, a única e fundamental diferença de uma fuga com outra qualquer é a cumplicidade desse alguém livre interessado em adquirir o cativo” (CARVALHO, 1998, p.10) ou a ajuda de outros escravos para permanecerem escondidos e longe de seus senhores.

A sedução de escravos era uma modalidade de fuga que não pode ser confundida com a prática de roubar escravos:

Na noite do dia 10 do corrente desapareceu do engenho Jardim, d’essa comarca de Bananeiras, a escrava Dionísia, preta gorda [...] com idade de 25 anos; um filho da mesma escrava de nome Fernando, cabra escuro [...] **Esses escravos serão furtados por Manoel Joaquim Baptista**, cabra claro, de idade de 50 a 60 anos. [...].

O mesmo abaixo assignado apresentou em juízo, sua queixa contra o referido Manoel Joaquim pelo **crime previsto no art. 257 do Cod. Criminal combinado com o dec. De 15 de outubro de 1837.**

Engenho Jardim 28 de outubro de 1881.

Felinto Florentino da Rocha. (*Jornal da Parahyba*, 23/11/1881- IHGP. Grifos nossos).

Esse anúncio de fuga, ou melhor, de “acoitamento” e roubo de escravos, já que informa que os escravos desapareceram, ou seja, que não fugiram, mostra-nos que existiram casos em que escravos eram “furtados”. O anúncio salienta que a escrava Dionísia e seu filho Fernando, também escravo, foram furtados por Manoel Joaquim Baptista, cabra claro, com idade de 50 a 60 anos. Em decorrência do fato, o senhor dos ditos escravos prestou queixa em

juízo contra o senhor Manoel Joaquim, provável furtador, porque o roubo de escravos era considerado crime punível pelo Código Penal, conforme o art. 257, combinado com o decreto de 15 de outubro de 1837, e seu praticante poderia cumprir pena por tal ato. Podemos perceber como se dava o processo de punição contra furtadores de escravos no seguinte ofício:

Juizo de Direito da Comarca de Bananeiras, em 8 de fevereiro de 1862.

Ilmo e Exmo Sr.

Na conformidade do ofício de V. Excia nº 645 de 29 de janeiro ultimo com referência ao aviso do ministério da justiça de 7 do mesmo mês e ao qual acompanhou uma **petição de Anna Constantina Beserra e suas duas filhas Sauvina Constatina e Maria Joaquina em que se pedem a S. M. O imperador perdão para o seu marido e pai Leoncio Bezerra Cavalcante da pena de oito anos de [ilegível] que esse foi imposta pelo Jury da Povoação de Bananeiras dessa comarca**, tenho a honra de informar a V. Excia o seguinte.

**Leoncio Beserra Cavalcante foi preso processado como mandante do crime de furto de duas escravas pertencentes a D. Joanna Antonia de Jesus, residente no lugar denominado- Jacaré-** sendo mandatários Manoel Joaquim Pebra e Sebastião Luis da Silva esse segundo consta é aquele seu escravo, que ainda depois de alforriado vivia em sua companhia, e foram esses mesmos indivíduos, que por sua ordem os conduziu para a cidade do Recife a serem entregue a Antonio de Mello Loureiro que ainda por sua conta os vendeu a casa comercial de Siqueira e Pereira pela quantia de um conto e duzentos mil réis. [...].

**Condenou Leoncio Beserra Cavalcante no máximo das penas do artigo 269 do Código Penal--- disposto o Decreto nº 138 de 15 de Outubro de 1837 [...].**

**S. M. O Imperador porem apreciando as penas constantes do documento junto, e usando de sua ilimitada Clemencia considera ou negara a graça impetrada** como entendo em sua alta sabedoria.

Deus guarde a V. Excia.

Ilmo. Exmo. Sr. Francisco de Araújo Lima Presidente da Província.

O juiz de Direito.

Pedro Camello Pessoa. (APPB, Cx. 042, 1862. Grifos nossos).

Segundo esse ofício, expedido pela Comarca de Bananeiras, pode-se verificar que a razão para Leôncio ser preso e condenado a oito anos de prisão foi por ter sido o mandante do crime de furto de duas escravas que pertenciam à Sra. Joanna Antônia de Jesus, que residia em um lugar denominado de Jacaré. Em consequência da prisão, a mulher do acusado, Anna Constatina Beserra, e suas filhas, Sauvina Constantina e Maria Joaquina, pediram ao Imperador que perdoasse Leôncio de tal crime. Porém, o pedido foi negado e se manteve a pena imposta pelo júri da povoação de Bananeiras, ou seja, o máximo das penas do Art. 269 do Código Penal e disposto pelo Dec. nº 138, de 15 de outubro de 1837.



Assim, entendemos que, ao praticar o crime de furto de escravos, o indivíduo acusado seria preso e julgado. Após as averiguações do processo, caso fosse culpado, seria punido de acordo com o artigo citado anteriormente, ou seja, poderia pegar a pena máxima de tal crime - oito anos de prisão. Todavia, o caso de Leôncio não foi o único registrado na Paraíba durante esse período, o que demonstra que essa era uma prática corriqueira na província. Somente no ano de 1858 foram encontradas três correspondências de Chefes de polícia que relatavam a prisão de furtadores de escravos, como, por exemplo, a prisão de José Soares de Medeiros, em 10 de julho de 1858, que teria sido preso, na povoação de Pedras de Fogo, no momento em que pretendia vender o escravo Joaquim, que havia sido furtado da Sra. Joanna, no Termo de Souza.<sup>225</sup> Já Jozé Alves de Freitas foi preso, um mês antes, pelo delegado de Pilar, em razão de ter praticado o mesmo crime. Entretanto, nesse último caso, o acusado conseguiu fugir da cadeia, já que, em outra correspondência, consta que, dias depois da prisão, o Sargento do corpo de polícia, Manoel Maria do Carmo, deixara evadir-se o ladrão de escravos, o que demonstra o quanto eram precárias as condições da cadeia na Paraíba.

A partir desses relatos, foi possível perceber que não só o furto de escravos teria sido uma prática cotidiana, mas também o acoitamento e a “sedução” dos que fugiam. Porém, podemos destacar que os anúncios de fuga, analisados anteriormente, indicam apenas algumas de muitas estratégias utilizadas pelos escravos em suas fugas, porque, segundo outros relatos, elas foram variadas e complexas, como demonstram estes anúncios:

Fugiu nos primeiros dias desse mez, do engenho Moreno, freguesia do Taipu, um escravo de nome Romão, **molato** alvacento, a assa, de idade de 18 annos, olhos pequenos, pés cambados com vestígios de cravos de boba que teve, **cabelos amarelllos**, e torcidos, e com uma cicatriz bem visível de um lado da barriga, proveniente de uma queimadura que soffreo quando era criança, e de que ficou sem um dos peitos.

**Suppõe-se ter fugido para os brejos em companhia de algum camboy;** roga-se à todas as autoridades, e pessoas particulares a sua captura, e quem o pegar e levar ao sobredito engenho Moreno, a seu senhor Antonio Fernandes de Carvalho, será bem gratificado.

Parahyba, 24 de maio de 1864. (*Jornal da Parahyba*, 22/06/1864- FCJAA. Grifos nossos).

Fugio do engenho Oiteiro de Sabastopol no dia 1 de agosto do corrente anno a escrava Ellaria, crioula, representando a idade de 40 annos pouco mais ou menos com os signaes seguintes, estatura regular, cheia de corpo, côr preta, rosto um pouco descarnado com algumas marcas de bexiga pouco perceptíveis, olhos vivos [...]. **Andava vendendo taboleiro quando evadiu-se e é de presumir, que esteja acoutada pela capital de seus subúrbios.**

<sup>225</sup> Ofício da Secretaria de Polícia da Paraíba, APPB, cx. 036, 1858.

Roga-se às autoridades policiais e capitães do campo a sua captura; e qualquer pessoa que a apreender e levala a seu senhor Cypriano de Arrochellas Galvão no supradito engenho será generosamente gratificado (24 de agosto de 1861). (*A Regeneração*, 24/08/1861- IHGP. Grifos nossos).

Esses dois anúncios de fuga nos trazem duas supostas estratégias de fuga empregadas pelos cativos. A primeira delas seria a de que o escravo Romão teria fugido para o brejo em companhia de algum comboio. Esses comboios, provavelmente de comerciantes, facilitavam a fuga de escravos, já que eles poderiam se passar por libertos e, assim, seguir para lugares extremos da Paraíba como mercadores. Outro fator que poderia ajudar Romão em sua fuga era sua condição de mulato de cabelos amarelos, pois, com essas características físicas, era pouco provável que fosse reconhecido como escravo. Porém, outras características poderiam denunciar sua condição jurídica, já que seu senhor informou, no anúncio, aspectos de sua fisionomia que não seriam tão comuns em outros indivíduos, como a queimadura na barriga e a falta de um dos peitos. Então, acreditamos que, se esse escravo realmente fugiu com comboios, dificilmente seria reconhecido, pois o lugar de onde havia fugido, Engenho Moreno, na freguesia de Taipu, ficava distante da região do Brejo, portanto, era provável que as pessoas não o identificassem.

Já no segundo caso, a escrava Ellaria teria, supostamente, aproveitado sua situação para fugir, por ser uma vendedora de tabuleiro, uma ocupação urbana e de mais autonomia de locomoção na cidade, o que poderia ter facilitado sua evasão para outro lugar ou região. Porém, Lília Schwarcz (1987) destacou que, desse tipo de escrava, são vários os anúncios e, nesses casos, o próprio tabuleiro era utilizado como um sinal para futuro reconhecimento e, conseqüentemente, a captura.<sup>226</sup> No entanto, ainda de acordo com o anúncio, supostamente, a escrava estaria “acautada pela capital de seus subúrbios”, evidenciando que o anunciante tinha indicações sobre seu comportamento e expectativas.

Rocha (2009) relatou que, durante grande parte do século XIX, a capital era<sup>227</sup> pontuada por locais com inúmeras plantações, que serviam para ocultar fugitivos escravos e livres, o que facilitaria a permanência da escrava Ellaria. Acrescenta-se a esse aspecto a existência de uma população negra e mestiça, livre e liberta na Paraíba, nesse período, que oferecia grandes chances para a cativa viver em liberdade, já que fez com que a cor da pele deixasse de ser sinal da sua provável condição jurídica e permitiu sua proteção e anonimato

<sup>226</sup> Maestri (1994) comenta que a caça ao “fujão” tornou-se uma verdadeira profissão para brancos pobres, mulatos, negros libertos e até mesmo trabalhadores escravos, que recebiam, desde o começo do século XVIII, licença para caçar os fujões, os conhecidos capitães do mato.

<sup>227</sup> Quando se fala em capital, refere-se à capital da província (meados do século XIX).

nas ruas. E mais, para Lima (2010), não era sempre possível reconhecer a condição servil dos negros que habitavam a cidade por meio das roupas ou dos calçados que usavam, sobretudo, porque havia um grande número de negros trabalhando, vendendo e circulando no meio urbano. “Afinal, andar de sapatos era a distinção – além da cor branca, é claro- entre cativos e livres na cidade” (GOMES, 1996, p. 72).

A historiografia revela que os escravos com ocupação ou ofício tinham mais chances de iniciar um comércio e viver em relativa igualdade com os indivíduos livres e pobres. Por isso não eram raros os escravos que fugiam com os seus instrumentos de trabalho, como o escravo Clementino, por exemplo, que levou os instrumentos de sapataria<sup>228</sup>; e o escravo Antônio, os de carpintaria.<sup>229</sup> Tivemos, ainda, o escravo Domingos que, ao fugir, levou uma cangalha aparelhada de sola e coberta de estopa, para, talvez, exercer a função de tropeiro.<sup>230</sup> Esses escravos, provavelmente, tiveram mais possibilidades de se incorporar ao mercado de trabalho e chances de permanecer ocultos na sociedade, já que poderiam contar com coiteiros e protetores e construir sua liberdade com mais segurança.<sup>231</sup>

Ademais, “a fuga para a cidade, além significar a liberdade e o emprego a muitos cativos que haviam fugido, significava também uma forma de viver de acordo com hábitos e expectativas desejadas” (GEBARA, 1986, p.87). Todavia, cabe destacar que alguns “fujões” poderiam ter escolhido sítios e fazendas de regiões relativamente distantes do lugar da fuga como esconderijo, pois poderiam afirmar-se forros ou livres e trabalhar, temporariamente, por salários.

Acreditamos que, grande parte dessas fugas, informadas nos anúncios de jornais, tiveram sucesso, já que uma informação importante a esse respeito pode nos dar indícios de seu resultado, a data da fuga. Quase todos os anúncios (86%) informaram o dia em que o escravo havia fugido. Esse dado indica que os escravos da Paraíba “eram conhecedores das malhas finas do sistema escravista e, muitas vezes, escapavam com a intenção de voltar depois de pregar um “susto” no senhor e, assim, marcar o espaço de negociação e conflito” (REIS; SILVA, 1989, p. 9).

Flávio Gomes (2003) descreveu que era comum, em alguns anúncios, constar a data da fuga do escravo, o que poderia nos revelar que alguns senhores já estariam “acostumados” com evasões constantes de seus cativos e esperavam determinado “prazo” para desencadear o processo de captura, que poderia ir desde a comunicação aos juízes de paz, dos comissários de

<sup>228</sup> *O Imparcial*, 06/02/1861- IHGP.

<sup>229</sup> *O Liberal Parahybano*, 01/05/1883- ADCCHLA.

<sup>230</sup> *O Liberal Parahybano*, 05/08/1879- ADCCHLA.

<sup>231</sup> Sobre esse aspecto consultar a obra de Lima (2010) e Gomes (1996).

polícia locais, contratação de pedestres e capitães-do-mato até o anúncio num periódico de grande circulação, segundo consta neste anúncio:

**Fugio no dia 5 do corrente do lugar Itabayana**, um escravo de nome José Gabriel, cabra, corpo regular, barbado, idade de 50 para 60 anos [...] quem o pegar e levar ao seu senhor, o abaixo assignado, será gratificado, segundo seu trabalho.

**Parahyba, 20 de julho de 1881.**

Antonio da Franca Ramos. (*Jornal da Parahyba*, 20/07/1881- IHGP. Grifos nossos).

Esse anúncio pode nos fornecer alguns indícios a respeito da fuga do escravo José Gabriel. O primeiro seria que a fuga poderia ser um hábito considerado “normal”, no cotidiano das relações entre senhor e escravo, já que o senhor, Antônio da Franca Ramos, esperou quinze dias para noticiar a fuga no jornal, apesar de o periódico *Jornal da Parahyba*, nesse momento, ser de circulação bissemanal, ou seja, a fuga poderia ter sido anunciada dias antes. Esse tipo de fuga era conhecida como “fuga temporária” e poderia acontecer por variados motivos, como a ida ao Entrudo, festas, ou ajuntamento para praticar capoeira, visitar parentes ou antigos senhores, este último, provavelmente, com o intuito de conseguir reatar antigos laços senhoriais. O segundo, o de ser uma reação do escravo em consequência de uma suposta quebra de acordos pré-estabelecidos por parte do senhor, como dias de folga e posse de terras. Tratava-se, então, de uma fuga reivindicatória, que, nesse caso, teria uma duração previsível.

Constatamos, também, que o dia da publicação do anúncio do escravo fugido pode revelar se ele teve ou não sucesso em seu empreendimento, já que muitos anúncios de fuga expostos nos periódicos aparecem por semanas e até mesmo anos<sup>232</sup>, como se verifica neste anúncio:

**Fugio no dia 3 do mez de novembro do anno p. p.** o escravo Luiz com os signaes seguintes; baixo beçudo bem preto por mania anda falando, só anda de serola e as mãos para trás e previni-se as autoridades policiaes e capitães de campo ou quem o pegar e troxer e entregar ao abaixo assignado na rua do Conde d Eu Nº 26 será generosamente recompensado.

Antonio Correia da Silva. (*O Publicador*, 22/04/1879- FCJAA. Grifos nossos).

<sup>232</sup> Alguns senhores, com o intuito de capturar o escravo evadido, noticiavam a fuga em mais de um periódico. A fuga de Clementino, citada ao longo do texto, foi noticiada nos jornais “*O Imparcial*” e “*A Regeneração*”- IHGP.

Supõe-se, então, que o escravo Luiz, que pertencia ao Senhor Antônio Correia da Silva, obteve sucesso ao fugir, pois, de acordo com o anúncio, ele teria fugido no dia 3 de novembro de 1878, ou seja, cinco meses antes. Esse mesmo anúncio foi publicado outras vezes, durante o mês de abril de 1879, o que reforça a ideia de que esse cativo obteve sucesso em seu empreendimento. Porém, isso não era privilégio de todos os que tentavam esse empreendimento, porque alguns anúncios aparecem uma única vez, o que poderia revelar o fracasso do “fujão”. Ademais, essas “fugas longas”, noticiadas diversas vezes nos jornais, sinalizavam o sucesso do “fujão” e indicavam que o anunciante, ou seja, o dono, não havia dado como perdida sua “propriedade”.

Não se pode deixar de destacar que alguns senhores noticiavam a fuga em periódicos diferentes. Esse foi o caso da escrava Cândida, pertencente ao senhor Antônio Francisco Ramos, que havia sido publicado, primeiramente, no *Diário da Parahyba*, em 5 de maio de 1862, e posteriormente, em *O Publicador*, em 3 de setembro do mesmo ano. O mais interessante, contudo, foi que houve um espaço considerável de tempo entre um anúncio e outro, aproximadamente seis meses, o que nos leva a acreditar que Cândida teve sucesso em sua fuga, e o seu senhor não havia ainda desistido de recuperá-la. Porém, mesmo com o suposto sucesso de alguns escravos fugidos, concordamos com Flávio Gomes (1996) que as informações, expostas pelos senhores nos anúncios, sobre prováveis caminhos e direções tomadas pelos fugitivos, muitas vezes resultava em êxito da captura, pois, caso não houvesse sucesso nenhum, por que motivo tantos senhores de escravos insistiriam em anunciar as fugas pelos jornais?

Por meio dos relatos noticiados nos anúncios de fuga de escravos, podemos perceber algumas situações vividas pelos cativos na Paraíba, já que, mais do que fugir, era necessário permanecer oculto e distante das autoridades ou poderiam voltar a viver em cativeiro. Assim, vimos algumas estratégias utilizadas pelos escravos em suas fugas e que, em alguns casos, poderiam ter tido sucesso, ao contrário de outros, que foram capturados e presos pelas autoridades policiais e pelos capitães de campo.

#### **4.3 O papel das autoridades e da população na captura dos escravos**

Como vimos, os anúncios de fuga, ao descreverem os fugitivos, tinham como objetivo torná-los inconfundíveis para os leitores, pelos capitães de campo e pelas autoridades policiais. Esses anúncios ofereciam detalhes sobre prováveis comportamentos que os cativos

poderiam ter ao fugirem e que, em alguns momentos, poderiam ajudar em sua apreensão, a exemplo de prováveis lugares para onde poderiam ter fugido:

Fugio dessa cidade, no dia 18 do corrente, o escravo <<Feliciano>> de propriedade do infra assignado.

E mulato alvo, de 20 annos de idade aproximadamente, e costuma olhar por baixo das pálpebras; foi matriculado em Bananeiras e averbado n'essa cidade de Mamanguape da província da Parahyba.

E' um pouco cambêta, baixo [ilegível] do corpo, e tem uma velha cicatriz na [ilegível] interna d'um pé entre os maléolos [ilegível] e a cavidade d'elle.

**Diz-se que foi visto em Itabaiana**, parece que foi aconselhado por pessoas, que seguramente o protegem nessa evasão.

**Por isso venho, pela imprensa, recommendar e pedir auxílio de todas as autoridades administrativas, civis e policiaes para a captura do dito escravo nessa, ou n'outra província, onde for encontrado.**

Mamanguape, 26 de abril de 1883.

Felismino Eustaquio d'Almeida. (*Jornal da Parahyba*, 13/06/1883- IHGP. Grifos nossos).

A partir das informações do anúncio de fuga do escravo Feliciano, de propriedade de Felismino Eustaquio d'Almeida, é possível identificar que seu senhor já dispunha de algumas informações a respeito do lugar por onde o fugitivo havia passado, no caso, Itabaiana. Porém, o mesmo senhor chama a atenção das autoridades administrativas, civis e de policiais para a captura de Feliciano nessa província, ou seja, na Paraíba, ou em outra, o que indica que o referido escravo poderia ter fugido para além dos limites paraibanos. Se Feliciano foi encontrado e capturado, não sabemos, mas, em caso positivo, provavelmente deve ter sido recolhido para a cadeia até o momento em que seu senhor viesse identificá-lo e levá-lo novamente para Mamanguape, local em que havia sido averbado.

É importante destacar que o processo de identificação e comprovação da propriedade do escravo não era tão simples. Quando o dono do escravo fugido o encontrava, ele teria que comprovar, através de documentos e testemunhas, sua posse. Esse foi o caso do escravo Virgínio, crioulo, de cor não muito preta e de idade entre vinte sete e trinta anos. Ao encontrá-lo preso na cadeia da capital da província da Paraíba, no ano de 1850, Joaquim Barbosa da Silva, senhor do dito escravo, fez um requerimento pedindo a concessão de um passaporte para seu escravo, a fim de conduzi-lo de volta a sua residência de origem, Freguesia de Bom Jardim, província de Pernambuco. Aberto o processo de averiguação de propriedade do escravo, foram chamadas duas testemunhas, Antônio Pereira da Silva e João Raimundo Barbosa Paiva, ambos casados e moradores da dita freguesia, para que fosse comprovada a posse.

A primeira testemunha, Antônio Pereira da Silva, confirmou, através de seu depoimento, que o senhor Joaquim Barbosa da Silva possuía um escravo de nome Virgínio, que havia fugido desde o dia vinte e sete de junho de 1850, e que ouvira falar que ele estava na cadeia da cidade da Parahyba do Norte. Já a segunda testemunha, João Raimundo Barbosa Paiva, confirmou, também, que o justificante era possuidor de um escravo crioulo, de nome Virgínio, e afirmou que o conhecia e que ele havia fugido, como mencionado, em junho de 1850. Todavia, mesmo com esses dois depoimentos, em que as testemunhas confirmaram a posse do referido senhor do escravo Virgínio, foi necessário um atestado fornecido pelo vigário da Vila de Bom Jardim, o Padre Antônio Hygino de Holanda Cavalcante, para que fosse comprovada a propriedade. Vejamos:

Atesto que o Senhor Capitão Joaquim Barbosa da Silva tem a três para quatro meses um escravo por nome Virgínio fugido o qual consta que se acha preso na cadeia da Cidade da Parahyba a que sei não só por ser público, como por ter inteiro conhecimento, e ser ele meu Freguês pessoa essa de conceito. O referido é verdade; e passo essa por me ser pedida.  
Bom Jardim 21 de Outubro de 1850. (APPB, Cx. 028, 1850).

Então, como percebemos, foi necessário, além dos depoimentos das testemunhas, o atestado de um padre para que fosse, de fato, comprovada a posse do dito escravo, o que demonstra que a função do vigário ia além de cuidar da parte espiritual de seus fregueses. Segundo Rocha (2009), os párocos tinham outras tarefas, como elaborar e registrar os sacramentos e produzir dados estatísticos da população paroquial. A autora destacou que esses documentos, produzidos pelos párocos, tinham valor civil e religioso e podiam ser utilizados por indivíduos negros livres e libertos, para comprovarem sua condição legal caso fossem confundidos com escravos. Além disso, caso o senhor de algum escravo estivesse envolvido em demanda jurídica de posse do escravo, conforme vimos, poderia solicitar um documento ao Vigário - um atestado ou assento de batismo - para provar que era o proprietário do escravo fugido.

No caso do processo de comprovação da posse do escravo Virgínio, Joaquim Barbosa da Silva conseguiu, através das testemunhas e do atestado emitido pelo Vigário, provar que era seu dono, já que, depois do julgamento, teve permissão, após o pagamento das custas do período em que o cativo esteve recolhido à cadeia, de conduzi-lo ao lugar de sua residência.<sup>233</sup>

---

<sup>233</sup> Requerimento para soltura de escravo, APPB, cx.028, 1850.

No que se refere à custa, esta tinha que ser paga pelo senhor para poder retirar o escravo da cadeia. E caso o escravo fosse capturado por um capitão do campo<sup>234</sup>, também só poderia ser retirado da cadeia depois que o serviço prestado fosse pago, ou seja, depois do pagamento da recompensa. Conforme o regulamento para cadeias do interior da província da Paraíba, caso fosse detido qualquer escravo a requerimento de seu senhor ou procurador, e por motivos aceitos pela autoridade que o mandou deter, a despesa com alimentos e curativos ficaria por conta do mesmo senhor. Cabia ao carcereiro o direito de ajustar e receber a importância despendida no momento da soltura.

Cabe acrescentar que quando um preso escravo fosse despronunciado ou absolvido pelo júri, o carcereiro só deveria entregá-lo ao seu senhor mediante documento que comprovasse ter sido paga à Fazenda Provincial as despesas de alimentação e curativos, este último se o cativo estivesse doente. Caso não fosse comprovado o pagamento destas despesas, a ordem de soltura ou alvará deveria ser impugnada, ou seja, o cativo permaneceria recolhido na cadeia até o pagamento das custas.<sup>235</sup>

Em agosto de 1880 ocorreu, em Campina Grande, um exemplo claro dessa imposição dos regulamentos que deveriam ser seguidos nas cadeias do interior da província. Francisco José da Silva Gaspar, autorizado pelo Presidente do Tribunal do Passo de Campina Grande, o senhor José Tavares da Cunha Mello, aplicou no escravo José os remédios necessários para curar os ferimentos que o mesmo havia sofrido no ato da prisão. Todavia, mesmo com estes cuidados o cativo veio a óbito na cadeia. A despesa com os ferimentos do cativo foi avaliada em dezoito mil réis, que deveria ser levada a pessoa que se apresentasse como habilitador, ou seja, o proprietário de José.<sup>236</sup>

Desta forma, podem ter ocorrido alguns casos na Paraíba de certos senhores não terem ido à procura de seus cativos na cadeia, visto que após as despesas com a captura e manutenção da prisão, a exemplo de gastos com curativos, poderia ser mais vantajoso para eles simplesmente esquecê-los, deixando-os assim para serem arrematados em leilão. Mesmo assim, em outros momentos poderia ser, ou não, vantajoso o senhor pagar a recompensa pela captura de seu cativo fugido, visto que foram muitos os anúncios de fuga de escravos com problemas de saúde, a citar a escrava Maria, que ao fugir estava muito magra, em razão de ter estado doente de um paranico no dedo da mão direita, e que se achava ainda inchado no

<sup>234</sup> Expressão utilizada na documentação para se referir ao capitão do mato.

<sup>235</sup> O Regulamento para cadeias do interior da província da Paraíba está disponível no acervo documental do APPB, cx.50, 1868.

<sup>236</sup> Correspondência do Presidente do Tribunal do Passo de Campina Grande ao Presidente de província da Paraíba, o senhor Luís Antunes da Silva Nunes. APPB, cx. 063, 1880.



momento da fuga. Por outro lado, para Márcia Amantino (2007), este aspecto poderia não remeter à lógica econômica, mas a uma lógica social de controle da escravaria, pois a captura dos fugitivos serviria de exemplo aos demais.

É importante destacar que algumas cadeias da província, durante o período estudado, se encontravam em situação precária. Para ilustrar bem essa assertiva temos a notícia, referente à cadeia pública da capital, divulgada no jornal *O Tempo*. Segundo a *gazetilha*, em dias de agosto de 1865 o escravo Januário, do negociante Manoel Marques Camacho, estava passando pelo cano das latrinas da cadeia pública e caiu em um dos *sumidouros*, causados por um desmoronamento dias antes, ficando atolado em material fecal. O escravo, aos gritos, foi salvo e retirado por algumas pessoas *em o estado mais deplorável*. O redator pediu, então, que este fato não se repetisse e que servisse para que o senhor Vice-presidente da província determinasse os reparos precisos nesse caso.<sup>237</sup>

Outro exemplo, ainda com relação à cadeia da capital, ocorre em meados de 1868. Conforme consta no jornal *O Publicador*, a cadeia pública achava-se até o dia 27 de julho de 1868, com 144 presos. Porém, segundo a notícia, este número era superior a capacidade do edifício, o que fazia com que esta aglomeração de presos prejudicasse a regularidade do serviço, como também a higiene e saúde daqueles *infelizes*, que entravam com boa saúde e saíam doentes.<sup>238</sup>

Porém não eram apenas as cadeias que se encontravam em estado precário, o próprio corpo policial em si não dispunha de treinamento e equipamentos necessários para o bom funcionamento de seu trabalho. Desta forma, não foram raras as situações que envolveram presos e guardas. Dentro desse contexto podemos citar um levante de presos que ocorreu na cadeia pública da Capital. Em fevereiro de 1865, o preto Francisco que se achava condenado a morte na cadeia, insultou o comandante da guarda e receberia como castigo quatro dúzias de palmatoadas. Porém, no momento do castigo, outros escravos que também estavam presos foram em defesa de Francisco, o que gerou um sério conflito, que acabou com a morte dos escravos Ildefonso, Félix e Thomaz, além do guarda nacional Manoel dos Prazeres. Na mesma ocasião foram feridos os escravos José, Joaquim, Raymundo Feliciano e os soldados de linha Luiz Fernandes Duarte e Telesphoro Pereira da Silva, além de quatro guardas

---

<sup>237</sup> Jornal *O Tempo*, 21 de agosto de 1865- IHGP.

<sup>238</sup> *O Publicador*, 16 de setembro de 1868- ADBN.

nacionais. Porém, mesmo com todas estas mortes e feridos, não foi registrada nenhuma fuga de presos.<sup>239</sup>

Destaca-se ainda que, era corriqueiro aparecer nos jornais denúncias sobre o *estado de desmoralização* da polícia, que poderia ser atribuída, por exemplo, a nomeação de um liberto para o lugar de inspetor de quarteirão de uma das ruas da capital.<sup>240</sup> Isto sugere que na instituição de polícia existia uma considerável diversidade étnica e cultural, visto que aceitava indivíduos de origem não portuguesa e que muitas vezes poderiam ser descendentes de escravos, libertos, ou, ainda, escravos que haviam fugido e procurado no abrigo da farda um meio de permanecer em liberdade. Um exemplo claro desse aspecto é o caso do escravo Benedicto, de propriedade do senhor Pascoal Vieira Lopes, que para entrar no serviço policial, como soldado, deu nome de José Romualdo da Silva. Ao mudar de nome, o mesmo passava a ser “livre” e outra pessoa, ou seja, não era mais o cativo Benedicto. Porém, o mesmo foi descoberto, confessando sua condição jurídica e o nome de seu senhor, levando-o a ter baixa em sua função de soldado em meados de março de 1864.<sup>241</sup>

Outro ponto a ser destacado, refere-se ao fato de que a mesma polícia que perseguia e capturava escravos que haviam fugido, em outros momentos intimava senhores a prestarem esclarecimentos sobre excesso de castigos impostos aos seus cativos, interferindo assim nas relações entre ambos. Esta situação ocorreu com o senhor da escrava Maria. Fugida do tronco após ser castigada, a cativa apresentou-se ao senhor Major José Vicente, delegado de polícia da Capital, em estado *deplorável*, achando-se toda cortada de chicote e com seu vestido em farrapos. Para averiguar os fatos, o delegado de polícia mandou intimar o senhor da mesma escrava para apresentar-se para prestar os devidos esclarecimentos sobre o fato.<sup>242</sup>

Desta forma, como demonstrado, as forças policiais da Paraíba, muitas vezes, não foram suficientes para cumprir todas as exigências da população, pois mesmo controlando e dirigindo o comportamento das pessoas, sobretudo cativos, não foram poucas as denúncias feitas nos jornais nesse período. E mais, os proprietários de escravos, além de contar com a ação do corpo policial para recuperar sua mão de obra evadida, recorreram também aos capitães de campo e outros indivíduos, oferecendo para esse serviço gratificações e recompensas.

---

<sup>239</sup> Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba, em exposição no dia 2 de julho de 1865, pelo presidente Odorico de Moura.

<sup>240</sup> *O Tempo*, 26 de junho de 1865, IHGP.

<sup>241</sup> *Jornal O Publicador*, publicado em 31 de março de 1864- ADBN.

<sup>242</sup> *Diário da Parahyba*, 24 de janeiro de 1885, IHGP.

### 4.3.1 Gratificações e recompensas

Nos anúncios de fuga era corriqueiro os senhores de escravos oferecerem alguma recompensa ou gratificação à pessoa que capturasse o cativo que havia fugido. Estes valores variavam de acordo com: a década; com o número de escravos que haviam fugido; o valor do cativo; ou, ainda, a distância e lugar para onde poderiam ter seguido em sua fuga. Ou seja, quanto mais longe e mais difícil o acesso, mais alto seria o valor cobrado pelo serviço. Este valor da recompensa poderia variar também de acordo com o tempo que o escravo estivesse evadido. Quanto maior o tempo de fuga, maior era o valor que os senhores estavam dispostos a pagar.

De acordo com Martha Rebelatto (2007) essa estratégia de dificuldade de captura, pode ter sido utilizada pelas autoridades para motivar o capitão de mato, já que os escravos poderiam resistir com violência diante da possibilidade de voltar ao cativeiro. Os valores oferecidos na captura do evadido, geralmente, vinham em vinhetas, que visavam chamar a atenção das pessoas que trabalhavam neste tipo de serviço, a citar os capitães do campo. Em outros momentos o valor ou a promessa de gratificação poderia vir na parte final dos anúncios, a qual, assim como as outras, estavam dirigidas a todo indivíduo que lesse o anúncio, e levasse notícias ou mesmo o cativo fugido ao seu dono ou lugar mencionado no anúncio.

Convém lembrar que não foram apenas os capitães do campo que se inseriram nesse sistema de captura de escravos evadidos. Pedestres e autoridades policiais também trabalhavam nessa mesma função. E mais, além desses, existiam ainda indivíduos dispostos a conseguir algum dinheiro pegando escravos fujões, o que nos demonstra que a procura por estes tornou-se uma verdadeira profissão. Em nossas pesquisas verificamos que grande parte dos anúncios de fuga informava apenas que o indivíduo que conseguisse capturar o escravo fugido seria recompensado pelos seus serviços, ou receberia uma gratificação. Dentro desse contexto alguns informavam que *paga-se bem* e que seria *generosamente recompensado* pelo serviço.

O menor valor oferecido como recompensa nos anúncios de fuga foi vinte mil réis. Trata-se da gratificação oferecida por Elias Luiz de França pela captura de seu escravo Joaquim, que havia fugido em novembro de 1866.<sup>243</sup> O que mais nos chama atenção neste caso é o fato do anúncio ser publicado meses depois da fuga, maio de 1867, o que demonstra

---

<sup>243</sup> Jornal *O Publicador*, publicado em 10 de maio de 1867- ADBN.

que, em alguns casos, mesmo com o passar do tempo, proprietários não aumentavam o valor da recompensa. Diferente desse caso, tivemos a recompensa oferecida pelo senhor Severino Ferreira Marinho a quem conseguisse levar o seu cativo Manoel à sua Fazenda de Cacimba, localizada em Lagoa Grande do Paó. Nesse fato, a recompensa oferecida seria de cinquenta a cem mil réis, o que nos revela que os valores poderiam sofrer variações, pois, além dessa informação, o anúncio relatou que esta seria dada conforme a distância onde fosse capturado o cativo Manoel.<sup>244</sup>

Tivemos, ainda, senhores que ofereceram como gratificação o valor de cem mil réis, a exemplo de João Antonio Fernandes de Carvalho, em setembro de 1865. Para chamar atenção de todas as pessoas interessadas em capturar seu escravo Domingos, que estava foragido havia mais de quarentas dias, o referido senhor colocou o valor da recompensa em destaque no anúncio, ou seja, na vinheta. Além disso, assim, como muitos senhores, o mesmo rogou às autoridades policiais e capitães de campo a captura de seu cativo, que deveria ser entregue no engenho Bom Fim ou na tipografia.<sup>245</sup> É importante lembrar que ao passar das décadas, pudemos perceber que estes valores continuavam variando de acordo com a situação e tempo de cada fuga.

Na década seguinte, encontramos um anúncio que oferecia como recompensa o valor de quatrocentos mil réis, trata-se da fuga de três escravos. O preto Elias, o pardo Paulo e o mulato Antonio fugiram, supostamente, da casa comercial Mello & Cmp<sup>a</sup>, que trabalhava comercializando mão de obra cativa. No caso dos cativos Elias e Antonio, o anúncio nos informa que eram seus proprietários o senhor José [ilegível] e João Jeronimo de Souza, respectivamente. Porém, o mesmo anúncio pedia que, quando capturados, os escravos deveriam ser levados à mesma casa comercial citada acima, o que demonstra que estes, no momento da fuga, estariam naquele lugar para serem negociados.<sup>246</sup> Com relação ao valor oferecido no anúncio, este seria em razão de tratar-se da fuga de três cativos, o que revela que quanto maior o número de cativos evadidos maior seria a gratificação.

Entretanto, percebemos em nossa documentação que o valor oferecido como recompensa poderia ser ainda maior que este oferecido na captura de três escravos que haviam fugido. O maior valor oferecido nos anúncios de fuga foi de quinhentos mil réis, trata-se da recompensa pela captura do cativo Manoel, em março de 1868. Mas o que este escravo teria em especial para o valor pela sua captura ser tão alto em comparado com as outras

<sup>244</sup> *Jornal da Parahyba*, publicado em 05 de novembro de 1864- FCJAA.

<sup>245</sup> *Jornal O Publicador*, publicado em 07 de setembro de 1865- ADBN.

<sup>246</sup> *Jornal O Liberal Parahybano*, publicado em 08 de julho de 1879- ADCCHLA.

recompensas oferecidas? Primeiramente, seu senhor, Fabrício Gomes Pedrosa, rogou a todas as autoridades que recomendassem aos senhores recrutadores que não embarcassem seu cativo como recruta ou voluntário, provavelmente, para guerra do Paraguai. Segundo, que o dito cativo teria fugido do porto de Guarapes, província do Rio Grande do Norte, em direção à Paraíba no início de fevereiro do mesmo ano.<sup>247</sup>

Desta forma, acreditamos que em razão das supostas dificuldades em apreender o cativo evadido, o valor da recompensa foi superior aos demais publicados. Todavia, encontramos, ainda, alguns senhores que ofereceram trezentos, duzentos mil réis à pessoa que apreendesse seu cativo evadido, o que nos demonstra mais uma vez que não existia um valor fixo a ser pago na prestação deste tipo de serviço. Nesse contexto podemos citar o exemplo do senhor João Finizola, que ofereceu como gratificação duzentos mil réis pela captura de seu cativo João, que teria fugido da cidade de Mamanguape, em fevereiro de 1882. O anúncio também nos informa que o referido cativo teria pertencido à senhora Delfina de Jesus do Espírito Santo, que residia na cidade de Cajazeiras, sertão da Paraíba, o que nos indica que, provavelmente, o mesmo poderia ter seguido este caminho.

Sendo assim, como o escravo poderia ser apreendido no sertão da Paraíba e posteriormente levado a casa de seu senhor, localizada na região litorânea, acreditamos que um dos fatores para o valor oferecido na gratificação foi a distância em que o escravo poderia ter seguido em sua fuga. Outro fator poderia ser a idade do escravo, 16 para 17 anos e o ano da evasão, 1882.<sup>248</sup> Então, como todos os meios de adquirir cativos estavam legalmente reprimidos, ter um cativo em idade produtiva naquele momento poderia, ainda, ser um negócio lucrativo, o que justificaria os duzentos mil réis oferecidos.

Finalmente, encontramos casos de senhores que ofereciam para pagar, além da recompensa, as despesas que por ventura a pessoa tivesse na captura do cativo evadido. Para ilustrar essa assertiva temos o caso do senhor Trajano Gomes da Costa, que residia na capital da província. Segundo o anúncio, sua cativa, Luzia, achava-se fugida desde o início de abril de 1867 e, supostamente, teria procurado a casa de seu primeiro senhor, Francisco Antonio de Lima, em Riachão do Bacamarte. Dando sequência, o referido senhor relatou que a pessoa que a trouxesse à sua casa, na Rua das Flores, seria recompensada e teria todas as despesas na captura pagas.<sup>249</sup>

<sup>247</sup> Jornal *O Publicador*, publicado em 13 de março de 1868- ADBN.

<sup>248</sup> Jornal *da Parahyba*, publicado em 26 de agosto de 1882- IHGP.

<sup>249</sup> Jornal *O Publicador*, publicado em 27 de abril de 1867- ADBN.

Todavia, concordamos com Raphael Neves (2009) de que as narrativas de anúncios de fuga publicadas nos jornais não revelam apenas imagens de escravos, suas estratégias de fuga, ou ainda, as gratificações e recompensas oferecidas para os indivíduos que conseguissem capturá-los. Elas também demonstram o convívio de escravos com a sociedade escravista; o cotidiano do relacionamento entre senhores e escravos; além de, suas recriações culturais e momentos de lazer.

#### **4.4- Lazer, conversas e cantorias.**

Vimos que mesmo com a polícia regulamentando através dos códigos de posturas os espaços, horários e hábitos da população, não foram poucos os cativos que conseguiram burlar as normas e conseguir alguns momentos de autonomia e lazer distantes de seus senhores. Para Mairton Celestino (2008), ao abrir o jornal no século XIX, o leitor tinha um instrumento que lhe servia para zombar e entreter-se com os fatos que aconteciam rotineiramente na cidade. Alguns desses fatos envolviam escravos.

Na cidade da Parahyba do Norte, aconteciam diversas manifestações da cultura negra, da qual podemos destacar os sambas, batuques, além de idas aos entrudos.<sup>250</sup> Dentro desse contexto destacamos, ainda, outras atividades lúdicas praticadas por homens e mulheres escravas em seus dias e horários livres, a citar: as bebedeiras e a utilização de instrumentos musicais. Nessas manifestações de lazer, podemos perceber que os cativos compartilhavam fragmentos de liberdade que lhes era possível ainda dentro do sistema escravista.<sup>251</sup>

Um dos locais que era ponto de encontro de escravos e libertos eram as tabernas. Lugar de jogos, regado de bebidas alcoólicas, muitas vezes poderia ser também um lugar de briga, desavenças e furtos. Conforme notícia publicada no jornal *O Governista Parahybano*, no início de julho de 1850, ocorreu um furto na taberna do português Joaquim Gonçalves Alves, localizada na capital da província. Foram interrogados, sobre o dito furto, Manoel, escravo da viúva de José Antonio Golzio, e Lourenço, escravo de Victorino Pereira Maia. Terminado os interrogatórios foi acusado pelo furto o escravo Manoel, visto que o mesmo não soube explicar a origem da nota de quinhentos mil réis por ele dada ou trocada com preta

<sup>250</sup> Sobre este aspecto consultar o estudo de Rocha (2011, p.10).

<sup>251</sup> Sobre este aspecto ver a obra de Carvalho (2002), capítulo 11 em que trata da reescravização e malhas de solidariedade.

Margarida, da qual a notícia não informa a origem. Finalmente, pediu-se ao Chefe de polícia que continuasse a proceder com a prudência que o caracterizava tão *melandroso negócio* e que tomasse as cautelas que achasse convenientes.<sup>252</sup>

Outro local, que aparecia nas notícias ou anúncios de jornais que poderia ser ponto de prováveis encontros de escravos e libertos seria a *ermida* da cadeia velha. Segundo um anúncio, para o bem da moral pedia-se às autoridades competentes que lançassem suas vistas para um *corrilho* de negras quitandeiras que não respeitavam as famílias que por perto moravam, como as que ali transitavam. O mesmo relatou que das *helenas*, que largavam as palavras mais obscenas, a principal era uma *santarrona* a quem chamavam de *quenga rachada*, que por motivações amorosas estava brigando com o ex-praça policial de nome Balduino. Assim como o que aconteceu na taberna, rogava-se aos senhores fiscais que as removessem daquele lugar, e a polícia que lhes dessem um lugar distinto na *casa relumbante*.<sup>253</sup>

Então, como percebemos, a polícia era requisitada, geralmente, para controlar e dirigir o comportamento das pessoas, sobretudo de escravos. Na maior parte do tempo, esse sistema policial foi empregado, conforme Thomas Holloway (1997), na repressão de comportamentos que incluíam: vadiagem; mendicância; violação do toque de recolher; desacato à autoridade; desordem em geral; embriaguez pública; além de furtos e prováveis casos de prostituição que iam contra a tranquilidade pública da cidade. Para o autor, a meta da polícia era reprimir e subjugar, mantendo um nível aceitável de ordem que possibilitasse o funcionamento da cidade, mas sendo este de acordo com o interesse da classe que elaborou as regras para serem cumpridas.

Convém destacar que nos anúncios de fuga é possível perceber fragmentos de momentos de lazer que os escravos possuíam mesmo estando em cativeiro. Durante o mês de dezembro de 1860, fugiu da cidade de Souza, do senhor Militão de Souza Vidéris, o escravo crioulo Manoel. Segundo informações o cativo era cortês, muito *paxola* e fumava cigarros que quase sempre os trazia por trás da orelha. Além disso, o referido cativo gostava de sambas ou baianos, e quando cantava intitulava-se de Gavião.<sup>254</sup> Nesse mesmo contexto temos o cativo José, que havia fugido do engenho Prata, comarca de Independência, atual Guarabira. O referido escravo, além de bebedor de aguardente, era tocador de viola.<sup>255</sup>

<sup>252</sup> Jornal *O Governista Parahybano*, publicado em 13 de julho de 1850- ADCCHLA.

<sup>253</sup> Jornal *O Publicador*, publicado em 14 de dezembro de 1864- ADBN.

<sup>254</sup> Jornal *O Imparcial*, publicado em 22 de fevereiro de 1862- IHGP.

<sup>255</sup> *Jornal da Parahyba*, publicado em 04 de agosto de 1883- IHGP.

O mulato Antonio, era outro escravo que havia fugido e, em alguns momentos, gostava de cantar. No anúncio de sua fuga consta que o mesmo ausentou-se do engenho Reis, freguesia de Santa Rita, no dia 14 de agosto de 1865. Dando sequência às informações, o anúncio relatou que o cativo era muito *cigarrista* e risonho, gostava de tomar tabaco, além de ser cheio de lérias e esperto para andar com gado e cavalos.<sup>256</sup> Outro cativo, que havia fugido e gostava de andar a cavalo e conduzir gados, era Domingos. Conforme seu senhor, João Antonio Fernandes de Carvalho, proprietário do engenho Bom Fim, seu cativo além de gostar das atividades citadas, era bem falante e cantador.<sup>257</sup>

Existiram, ainda, cativos que gostavam de beber, falar, rir e tomar tabaco, a exemplo do escravo *imberbe* Manoel, que pertencia ao senhor Firmino Epifanio de Mello,<sup>258</sup> ou do cabra Cândido, que fugiu do engenho Jardim, propriedade de Felinto Florentino da Rocha, que era falador, *risão* e tomador de tabaco.<sup>259</sup> Há o caso do escravo fugido Antonio, conhecido como carrapato, que além de *prosista*, era amante de bebidas espirituosas.<sup>260</sup> Também *prosista* era o escravo fugido Antonio. Seu senhor, Claudino do Rego Barros, ao descrevê-lo no anúncio de fuga, relatou que o dito cativo era oficial de carpinteiro e possuía a idade de 50 anos para mais. O mesmo acrescentou que seu cativo era *prosista* principalmente quando bebia.<sup>261</sup>

Entretanto, na maior parte do tempo, o sistema policial era empregado na repressão desses tipos de comportamentos que envolviam escravos, os quais não eram aceitáveis para os padrões de ordem e tranquilidade pública da população. Porém, mesmo com os limites impostos pela ordem policial, vimos que não foram poucos os cativos que conseguiram momentos de autonomia em cativeiro ou distantes de seus senhores, como também conquistaram sua liberdade por meio da fuga, mesmo que neste último caso pudesse ser uma liberdade temporária. Nesse aspecto podemos citar o caso do escravo Marcelino que permaneceu fugido durante meses na capital da província da Paraíba e foi apreendido pelas autoridades policiais.

<sup>256</sup> Jornal *O Publicador*, publicado em 24 de agosto de 1865- ADBN.

<sup>257</sup> Jornal *O Publicador*, publicado em 07 de setembro de 1865- ADBN.

<sup>258</sup> Jornal *A Regeneração*, publicado em 25 de janeiro de 1862- IHGP.

<sup>259</sup> Jornal *da Parahyba*, publicado em 23 de novembro de 1881- IHGP.

<sup>260</sup> Jornal *O Liberal Parahybano*, publicado em 01 de maio de 1883- ADCCHLA.

<sup>261</sup> Jornal *O Publicador*, publicado em 25 de janeiro de 1869- ADBN.



#### 4.5 Um estudo de caso: Marcelino - um escravo fugitivo das autoridades

Existiam nos jornais espaços destinados a notícias policiais, as quais, muitas vezes, constavam crimes praticados por escravos e contra escravos. Um dessas notícias refere-se à fuga do escravo Marcelino, que pertencia ao senhor Joaquim Gomes da Silveira.<sup>262</sup>

Esse estudo de caso é interessante de ser discutido, pois, durante meses foram noticiadas, no jornal *O Tempo* (1865), diversas situações que envolviam o dito escravo, em que podemos observar o seu comportamento para permanecer em liberdade, a atuação das autoridades no processo de sua captura, além de punições impostas aos escravos em algumas situações em que cometiam crimes. Entretanto, antes de compreender essas situações que envolviam o escravo Marcelino, é preciso conhecer o suposto motivo de sua fuga.

Vejamos na íntegra:

FERIMENTOS: Há cerca de 45 dias o escravo Marcelino, do engenho Gargaú, esfaqueou a seu parceiro Francisco, depois do que fugio para subtrahir-se à acção da justiça.

Consta-nos que o criminoso anda nesta cidade, onde tem sido visto por diversas vezes na rua da Matinha com soldados do corpo de polícia que o acoutão.

Dizem-nos também que ameaça tentar contra seu antigo senhor José Luiz Pereira Lima, morador no Engenho da Graça, perto desta cidade.

Chamammos em tempo a atenção da polícia para este assumpto que deve ser tomado em toda a consideração, visto que além de envolver um crime já praticado a até hoje sem a devida punição, põe em risco a existência de um cidadão considerado.

O Sr. Chefe de polícia que se mostra tão diligente com futilidades, não pode e nem deve perder de vista este attentado.

Cumpra que seus agentes fação alguma cousa de seriamente util (*O Tempo*, 08/05/1865, IHGP).

Como podemos observar o que motivou, provavelmente, a fuga do escravo Marcelino, do engenho Gargaú, foi o fato deste ter esfaqueado seu “parceiro” Francisco, já que sua atitude poderia resultar-lhe em punição por partes das autoridades, assim como de seu senhor que poderia castigá-lo. Outro motivo que poderia ter o levado a fugir, seria o fato de sua venda pelo seu antigo senhor, Luiz Pereira Lima, já que, provavelmente, resultou em desarranjos familiares e de parentesco espiritual, assim como conquistas já adquiridas no antigo cativo, como, por exemplo, alguma terra para plantar em determinado dia da

---

<sup>262</sup> Jornal *O Tempo* (1865)- IHGP.

semana.<sup>263</sup> Isto demonstraria que “o escravo ‘em fuga’ não escapa somente de seu senhor ou da labuta, elide os problemas de sua vida cotidiana, foge de um meio de vida, da falta de enraizamento no grupo de escravos e no conjunto da sociedade” (MATTOSO, 2001, p.153).

Segundo a notícia, Marcelino estaria “nesta cidade”, referindo-se à cidade da Parahyba do Norte<sup>264</sup>, onde teria sido visto diversas vezes na rua da Matinha<sup>265</sup> com soldados do corpo de polícia que o acoutavam. Para Heloísa Souza Ferreira (2012), o sucesso da maioria dos empreendimentos de fuga foram resultados da solidariedade da população local que o acoitou ou ajudou na fuga, que sugeriu ou então que viu a evasão, mas não contou. No caso do evadido Marcelino, este deveria ter contado com a ajuda de terceiros para permanecer em “liberdade” e longe de seu senhor, já que conforme informações dessa notícia ele já estaria foragido há aproximadamente 45 dias. No entanto, essa mesma notícia nos demonstra, também, que da mesma maneira que teriam pessoas dispostas a ajudar o escravo em sua fuga, existiram pessoas que denunciavam estes atos, ou, caso contrário, não saberíamos que lugares ele frequentava e que pessoas contava.

Cabe destacar que a notícia ainda informou que Marcelino ameaçava tentar contra seu antigo senhor José Pereira Lima, morador no engenho da Graça, que se localizava próximo a capital da província, o que deveria ser visto pela polícia, segundo a notícia, com toda consideração, já que além de envolver um crime, o esfaqueamento de Francisco, poderia pôr em risco a vida de um *cidadão considerado*.<sup>266</sup>

Em julho de 1865, o escravo Marcelino voltou a ser notícia no jornal *O Tempo*:

Polícia- Apesar das diligências/ de que nos deu notícia a chronica, esborduou à um parceiro/ da polícia, continua o escravo Marcelino a homislar-se nos subúrbios da capital. Os agentes encarregados da captura desse criminoso tem se portado, segundo nos informarão, desastradamente. Faz-se muito barulho, sem proveito algum. Ainda ultimamente, depois da diligência de que nos deu notícia a chronica, esborduou à um seu parceiro, por suspeitar que fora ele quem denunciará o lugar, onde estava acoutado, no Riacho. A propósito deste negócio remetem-nos o seguinte.

<sup>263</sup> Para João José Reis e Eduardo Silva (1989) existia uma resistência silenciosa por parte dos escravos, que brigavam e conseguiam obter dos senhores o direito a um pedaço de terra para sua subsistência e até vender algum excedente da produção. Segundo os mesmos, trata-se da “brecha camponesa”, que poderia interessar aos senhores como fator de redução dos custos de manutenção ou, ainda, como estratégia de controle social.

<sup>264</sup> Atual João Pessoa, capital da Paraíba.

<sup>265</sup> Atualmente, começa na Rua da República e termina no Matadouro Público da cidade de João Pessoa. Sobre os aspectos urbanos da capital da província da Paraíba durante a segunda metade do século XIX, consultar RODRIGUES (1962) Segundo a pesquisadora Solange Pereira da Rocha (2009), esta rua era uma dos espaços de lazer de mulheres e homens negros, na qual corriam festas e desavenças entre os que ali circulavam.

<sup>266</sup> Jornal *O Tempo*, publicado em 08 de maio de 1865- AHGP.

<<As diligências que sido encarregadas da captura do escravo Marcelino, longe de trazerem preso esse criminoso, voltão carregados de milhos e cannas, que encontrarão nos roçados por onde passam.

<<Ainda a pouco, no dia dezenove do corrente, presenciemos semelhante facto, que muito depõe contra a moralidade não só dos que a praticão, como de quem o consente.

<<Pedimos as autoridades competentes que ponhão termo à tal abuso e escândalo>> (*O Tempo*, 24 de julho de 1865- IHGP).

Mais uma vez podemos observar que, conforme a notícia, Marcelino estava contando com a ajuda de acoitadores para permanecer foragido, o que estaria dando certo em sua empreitada, já que haviam se passado mais de dois meses para publicação dessa última.<sup>267</sup> No entanto, mesmo com a ajuda dessas pessoas da comunidade local, Marcelino foi denunciado, supostamente, por seu *parceiro*. Este último acabou, então, *esborduado* pelo foragido, em razão da suspeita de ter sido o informante do lugar onde estava acoutado, no Riacho.

Com relação a atuação da polícia na captura e apreensão do escravo evadido, a notícia nos relata que apesar das diligências empregadas, Marcelino continuava a *homisiar-se* nos subúrbios da cidade da Parahyba do Norte. E mais, acrescenta que os responsáveis pela captura do *criminoso* portaram-se desastrosamente, já que além da não captura, voltavam carregados de milhos e canas que encontravam nos roçados por onde passavam. Finalmente, o cronista desta notícia pediu às autoridades competentes a captura do escravo, que pusessem termo a tal atitude, ou seja, que se comportassem da maneira esperada e cumprissem com suas obrigações.

Cabe destacar que não foi apenas no caso de Marcelino que as autoridades policiais se comportaram dessa maneira. Diversas vezes eram publicadas notícias nos jornais que denunciavam a atuação da polícia diante de suas obrigações. Vejamos:

Ronda: As patrulhas, que andão rondando esta cidade, teem-se portado inconvenientemente, desacatando as pêssoas qualificadas e deixando a paz os peraltas e vadios conhecidos. Esperamos que enérgicas ordens as levem à melhor conducta ( *A Opinião*, 10 de junho de 1877- IHGP).

Como podemos perceber as patrulhas eram alvo de denúncias nos jornais devido a portarem-se inconvenientemente diante de algumas pessoas *qualificadas* e deixarem em *paz* os vadios conhecidos. Será, então, que poderíamos dizer que as autoridades estavam deixando

---

<sup>267</sup> Para Marcus Carvalho (1998), em regra geram, os acoitamentos aconteciam por interesse do acoitador que ganhava um trabalhador sem ter que pagar por ele o preço do mercado. Todavia, o mesmo autor enfatizou que o aspecto mais significativo dessa situação é a participação do escravo no processo, que saía da casa de seu dono para se estabelecer em outra residência.

em *paz* Marcelino ao não capturá-lo mesmo sabendo os lugares que frequentava? Ou poderíamos afirmar que a não apreensão de Marcelino deve-se ao fato das precárias condições de manutenção das patrulhas e autoridades policiais? Ou ainda poderíamos constatar, através das notícias publicadas, que seria um pouco de cada situação, já que, conforme demonstrado, as forças policiais não eram suficientes para cumprir a exigência da “comunidade” de capturar Marcelino?

Porém, algumas medidas eram tomadas, na cidade da Parahyba do Norte, pelas autoridades com a intenção de evitar que escravos fugissem, conforme podemos observar nesta declaração da polícia publicada no jornal:

Pela subdelegacia do 1º districto desta capital se faz publico que de ordem do Ilm. Sr. Dr. Chefe de polícia é prohibido a todo e qualquer escravo vagar ao depois de 9 horas da noite, salvo os que forem à mandado de seus senhores, trazendo um bilhete.

Subdelegacia de polícia do 1º districto da capital da Parahyba, em 25 de agosto de 1864.

O subdelegado do 1º districto

João Pinto Monteiro e Silva (*O Publicador*, 27 de agosto de 1864- ADBN).

A partir dessa declaração é possível perceber que algumas medidas foram tomadas no controle da circulação de escravos nas ruas da capital. Francisco Vidal Filho (1975) comentou que a cidade era vigiada à noite por patrulhas rondantes e, ainda, outra montada. Segundo o autor, às nove horas da noite os sinos das Igrejas de São Bento, São Francisco e do Carmo davam o sinal de recolher e silêncio, ocasião esta em que fechavam as casas de comércio, com exceção das boticas.<sup>268</sup> Dando sequência, o referido autor ressaltou a respeito do indivíduo negro que se este

andasse nas ruas depois do toque de recolher, sem “bilhete” do seu senhor, seria logo preso e não readquiriria a liberdade sem levar pelo menos duas dúzias de bolos. Constituía uma delícia para o sargento, quase sempre preto ou mestiço, rachar as mãos dos seus desamparados irmãos de sangue (FILHO, 1975, p.91).

Isto nos demonstra que a legislação na Paraíba aparecia como controladora e regulamentadora das ações e práticas cotidianas dos cativos, pois, ao mesmo tempo em que impedia legalmente o escravo de ir e vir a qualquer lugar e hora, o punia por qualquer excesso

---

<sup>268</sup> Nome utilizado na época para farmácia.

em caso de flagrante.<sup>269</sup> Conforme Lima (2002), essas “palmatoadas” eram punições aplicadas apenas aos infratores cativos, uma vez que os indivíduos livres envolvidos em infrações, quando comprovado que não possuíam “ofício”, eram destinados aos serviços do Exército. Todavia, mesmo com essas medidas, não foram poucos os escravos que possuíam certa modalidade na capital da província, conseguindo fugir e permanecer distantes de seus senhores. Prova disso foi o fato, como vimos há pouco, de Marcelino ter permanecido foragido e vivendo em liberdade durante meses, sem as autoridades terem o capturado. Desta forma concordamos com Isabel Reis (1999) de que poder viver em liberdade para o escravo significava fazer, em tese, o que bem quisesse e entendesse de sua vida, além de ter o pleno direito de ir e vir. Durante todo o período em que esteve fugido, Marcelino viveu, assim, momentos de autonomia, colocando-se de modo ativo em relação ao domínio de seu senhor, utilizando-se da fuga como um instrumento de poder contra o regime escravista.

No entanto, como a liberdade do escravo que havia fugido estava sempre por um fio<sup>270</sup>, Marcelino acabou sendo finalmente capturado e apreendido em meados do mês de outubro de 1865, como podemos verificar:

Prisão: Finalmente acha-se preso o escravo Marcelino que tanto tempo illudio as diligências policiaes.

À 23 teve lugar esta prisão nas proximidades do mercado, para onde viose obrigado a fugir o mesmo Marcelino, perseguido por uma força que havia sido mandada em sua procura e com a qual luctou por muito tempo.

Infelizmente esta prisão não realisou-se sem desgraça: foi gravemente ferido um soldado da escolta que talvez não sobreviva, e mais, levemente um paisano.

Marcelino sendo levado á polícia fingio-se de morto por algum tempo, talvez com a esperança de evadir-se de novo; mas vendo-se amarrado, e sem recursos poz-se imediatamente de pé, e seguiu para a cadeia com a maior arrogância e desenvoltura.

Dous ferimentos graves, senão um assassinato, pesão sobre este criminoso (*O Tempo*, 26 de outubro de 1865- IHGP).

Marcelino acabou preso pelas forças policiais, nas proximidades do mercado, em 23 de agosto de 1865, ou seja, mais de seis meses após sua fuga. Porém, a prisão do evadido não foi tão fácil. Segundo a notícia, o *criminoso* foi perseguido pelas forças policiais que haviam sido destinadas para sua apreensão, o que resultou em dois feridos, um soldado, que poderia

<sup>269</sup> Thomas Holloway (1997), em seu estudo sobre a polícia no Rio de Janeiro, salientou que as energias do sistema policial não só eram empregadas na repressão de comportamentos como, por exemplo, vadiagem e violação do toque de recolher. Segundo o mesmo autor, a força policial que combatia esses tipos de comportamento da população, também lidava com crimes, roubos, homicídios e ofensas correlatas.

<sup>270</sup> Expressão utilizada por Marcus Carvalho (1998).

não sobreviver, e um paisano. Mas, podemos observar que Marcelino ao ser preso fingiu-se de morto. Estaria ele também ferido? Provavelmente, sim. E mais, estando ele preso seguiu para cadeia com a maior arrogância e desenvoltura, na qual aguardaria pelo seu julgamento pelos crimes de ferimentos graves cometidos contra seu *parceiro* Francisco e, agora, contra o soldado, que conforme consta poderia ser por assassinato.<sup>271</sup>

Um fato importante que merece ser aqui destacado é que ao ser preso Marcelino tentou fingir-se de morto, sendo talvez esse ato uma estratégia para evadir-se novamente. Se foi estratégia, essa fracassou, pois logo vendo-se amarrado e sem recursos, levantou-se e seguiu para cadeia. A última informação que dispomos, através de nosso levantamento nos jornais, consta no jornal *O Tempo* do mês de dezembro, trata-se de seu julgamento:

Tribunal do jury-

[...]

Dia 15: - Entrou em julgamento o réo escravo Marcelino, escravo do comendador Joaquim Gomes da Silveira, acusado por crime de ferimentos graves, tendo por advogado o Sr. Dr. Lindolpho José Correia das Neves. A acção foi julgada perempta pelo Sr. Dr. Juiz de direito interino. O acusado por parte da justiça foi o Sr. Advogado José Lucas de Souza Rangel.

- Foi submetido o mesmo réo á segundo julgamento, por crime igual, tendo por advogado o mesmo Sr. Dr. Lindolpho.

Foi condenado no máximo da pena do art. 205 do cod. Criminal, a qual foi comutada pelo juiz de direito com 200 açoites. O promotor ad hoc deste processo foi o Sr. Ernesto Adolpho de Vasconcelos Chaves, estudante do 5º anno da faculdade de direito (*O Tempo*, 18 de dezembro de 1865- IHGP).

Conforme o relato do cronista, podemos ter uma ideia das relações de poder da sociedade escravista. Marcelino foi a julgamento, no dia 15 de dezembro de 1865, acusado por crime de ferimentos graves cometidos contra duas pessoas. Foram dois julgamentos, os quais tiveram como advogado do réu o Sr. Dr. Lindolpho José Correia das Neves<sup>272</sup>, e como parte da justiça de acusação o Sr. advogado José Lucas de Souza Rangel e o promotor Sr. Ernesto Adolpho Vasconcelos Chaves, respectivamente. Segundo Lima (2002), o advogado do réu, contratado pelo proprietário do cativo para defendê-lo, era um dos mais ilustres e renomados da província da Paraíba, o que possibilitou ao mesmo reaver sua mão de obra após o julgamento.

<sup>271</sup> A fuga não era considerada crime, sendo o escravo muitas vezes perseguido e apreendido a pedido de seu dono. No caso de Marcelino, este estava sendo perseguido pelas autoridades, sobretudo, por ter ferido Francisco.

<sup>272</sup> Lindolpho José Correia das Neves era padre. Formado bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas na universidade de Direito, em Olinda, estado de Pernambuco, era do Partido Conservador, pelo qual foi eleito deputado á Assembleia Geral até 1868, no momento em que esta foi dissolvida. Para saber mais sobre este aspecto ver: LIMA (2002, p.141).

Como podemos ver, Marcelino recebeu a condenação máxima prevista no Art. 205 do Código Criminal, oito anos de prisão, além de multa, que acabaram sendo substituídas, pelo juiz, por duzentos açoites.<sup>273</sup> Isso seria porque, para o proprietário do réu, Joaquim Gomes da Silveira, era preferível que seu escravo recebesse a pena de açoites, ao invés da reclusão de oito anos, já que, esta última, o impediria de lucrar com os trabalhos realizados pelo seu cativo. Todavia, dois anos após o julgamento e, conseqüentemente, sua punição, Marcelino reapareceu nas páginas policiais.

Com relação a esta última notícia, não tivemos acesso ao documento, o que nos impossibilita de mostrá-lo na íntegra como os outros. Sabemos desse fato em razão de outra pesquisadora da Paraíba, Solange Pereira da Rocha, ter analisado também esse caso. Segundo a pesquisadora, em 10 de fevereiro de 1867, Marcelino foi preso novamente. Porém, desta vez o motivo que o levou para prisão foi o fato de andar à noite na rua, sem um bilhete de seu senhor, após o horário do toque de recolher. Nesta ocasião a punição imposta a Marcelino foi diferente da que levou anteriormente quando julgado. Dias depois de sua prisão, o seu senhor, Joaquim Gomes da Silveira, o mesmo de dois anos atrás, ordenou que ele fosse posto em liberdade, mas não sem antes receber um castigo com palmatoadas nas mãos e ter o cabelo raspado.<sup>274</sup> Isto se deve ao fato da polícia ser responsável apenas pelos “casos ocorridos entre os civis, ou seja, cabia a ela capturar o escravo foragido, mas quem determinava o castigo ou a justiça sobre ele era seu proprietário” (SCHWARCZ, 1987, p.157).

Então, podemos concluir, através dessa experiência do cativo Marcelino, que alguns escravos para manterem-se fugidos acionavam uma rede de solidariedades, que muitas vezes poderia resultar em longos períodos em liberdade e autonomia distantes de seus senhores. Assim, a fuga poderia ser utilizada como um instrumento de poder contra o sistema escravista, o qual negava a simples atitude do escravo de ir e vir em determinados horários sem autorização do senhor. Além disso, podemos perceber, também, o quanto era precária as condições das forças policiais na cidade da Parahyba do Norte, naquele momento, pois mesmo sabendo os lugares frequentados pelo escravo evadido, a polícia apenas conseguiu capturá-lo meses depois do crime praticado. Finalmente, constatamos que essa experiência de Marcelino é o retrato de situações vividas por diversos homens e mulheres que foram

---

<sup>273</sup> O artigo citado trata do crime de ferimentos graves e ofensas físicas cometidas contra algum indivíduo. A pena máxima prevista para este crime era de oito anos de reclusão e a cobrança de uma multa. Para mais informações sobre este caso ver: ROCHA (2009, p.96).

<sup>274</sup> Estes dados foram extraídos da obra da pesquisadora Solange Pereira da Rocha (2009). Segundo consta na mesma, estas últimas informações sobre o escravo Marcelino foram pesquisadas em correspondências entre Autoridades Policiais, ou seja, não estavam nos jornais que pesquisamos o que justifica a ausência do documento neste estudo.

escravizados, pois, caso contrário, os jornais paraibanos, que circularam em meados do século XIX, não estariam repletos de anúncios de escravos fugidos com senhores solicitando a captura destes pelas autoridades policiais e capitães do campo.<sup>275</sup>

---

<sup>275</sup> Em nossas pesquisas foram encontrados aproximadamente 130 anúncios de fugas de escravos (sem contar os repetidos).



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início da pesquisa, o objetivo era analisar os anúncios de fuga de escravos contidos nos periódicos paraibanos que circularam nas últimas décadas da escravidão. Porém, antes de compreender esse aspecto, foi necessário investigar os outros anúncios relacionados à escravos. Assim, as colocações discutidas através dos anúncios de aluguel, venda, compra, leilão, avisos e de fuga de escravos, presentes nesses periódicos, embora não nos tenha revelado números totais da comercialização dos escravos e de suas práticas de evasões, foram um retrato do sistema escravista paraibano. Por meio da documentação utilizada, foi possível compreender situações do cotidiano dos cativos, experiências familiares em cativeiro, condições físicas e de saúde dos escravos fugidos, além de reflexos de sua resistência ao cativeiro.

Certamente, os anúncios comerciais de escravos nos possibilitaram perceber que esses não se limitaram a informar dados relativos ao trabalho que seria realizado pelos cativos. Eles nos revelaram aspectos da imagem que os proprietários possuíam acerca de sua mão de obra, a exemplo dos anúncios de venda, ou, buscavam adquirir, no caso dos anúncios de compra e aluguel de cativos, repleto, na maioria das vezes, de adjetivos. Esses anúncios nos permitiram identificar que possuir algum trabalho especializado não bastava para tornar a mão de obra cativa valorizada, era necessário que essa fosse portadora de práticas comportamentais baseadas nos valores de fidelidade e obediência da classe dominante. Ou seja, vimos que, aos olhos dos proprietários, o trabalhador cativo deveria ter além de uma especialidade que lhe oferecesse lucro, possuir *bons costumes*, que significavam, sobretudo, em uma série de ausências por parte do escravo, a citar, *não possui vícios*.

Por sua vez, os anúncios de leilões de escravos nos apresentaram diversas situações que levaram escravos e famílias escravas a serem arrematadas em leilões judiciais. As informações apresentadas nessa documentação demonstraram que, em alguns casos, esses leilões aconteceram por circunstâncias desfavoráveis e dívidas dos senhores de escravos, cuja mão de obra acabou penhorada e, conseqüentemente, perdida por completo. Em outros, no entanto, ocorreram para arcar com as despesas de inventários ou divisão de heranças. Vimos, ainda, escravos “fujões” que quando capturados e recolhidos na cadeia, omitiram os nomes de seus senhores e acabaram arrematados em leilões públicos. Porém, os dados contidos nos anúncios de leilões foram muito além de mostrar as razões que levaram esses cativos a serem comercializados.

Eles nos revelaram as mudanças econômicas e políticas que foram ocorrendo nos últimos anos da escravidão, a exemplo da forma e do preço em que eram comercializados os cativos nos leilões, e da imposição do decreto 1.625, de 15 de setembro de 1869, em que ficou proibido separar casais e o filho do pai ou da mãe, referente aos que tinham até 15 anos. Com relação a este decreto, vimos que com Lei 2.040, de 1871, a idade dos filhos que não poderiam ser separados de seus pais diminuiu de 15 anos para 12 anos, o que resultou na venda de jovens escravos.

No que se refere aos anúncios de fuga de escravos analisados, eles nos indicaram que não era possível discutir as condições físicas e de saúde dos cativos sem falar nas doenças e práticas de curar. A partir das informações sobre suas condições físicas e de saúde presente nesses anúncios pudemos identificar as doenças que mais atingiram os cativos que fugiram e relacioná-las à condição de vida a eles impostas. Com base nos dados esboçados, verificamos que a saúde, a doença, a cura e as condições físicas dos escravos portaram significados complexos, que ultrapassaram a dimensão biológica do cativo, porquanto as condições de cativeiro, como: moradia, vestimentas, alimentação e condições de trabalho, foram determinantes para o desenvolvimento de doenças e o agravamento de problemas de saúde. Desta forma, apesar de os anúncios de escravos nos terem fornecido apenas indícios de suas condições físicas e de saúde, foi possível chegar a algumas conclusões e hipóteses a respeito das condições em que viveram na Paraíba no período estudado, assim como das medidas de controle do espaço social, em que vivia a população em geral, para criar melhores condições de higiene e, conseqüentemente, de saúde, “acabando” com os males que poderiam, provavelmente, ser a causa das doenças.

Acrescentamos ainda que, por meio dos anúncios de fuga, identificamos um perfil geral dos escravos que foram noticiados nos jornais. Nesse contexto ressaltamos características a respeito das décadas em que mais foram noticiadas as fugas, a idade que geralmente fugiram os escravos, e se eram homens ou mulheres cativas que mais praticavam esse ato. Identificamos, ainda, que as fugas foram predominantemente ações individuais e que ocorram principalmente entre crioulos, isto é, cativos que haviam nascido no Brasil. E mais, percebemos que existiram situações e possibilidades do trabalhador escravo constituir família, uma vez que não foram poucos os anúncios de fuga que indicaram que os cativos fugidos teriam ido à busca de antigos laços familiares ou teriam fugido com um dos seus.

A recuperação de parte dessas histórias de fugas, noticiadas através de anúncios de jornais, nos permitiu apresentar que os escravos agiram de acordo com estratégias e racionalidades próprias, e que seus movimentos de fugas foram firmemente vinculados às

suas experiências históricas e à forma como pensaram e agiram diante do sistema escravista, pois essas “práticas mais abertas de resistência por parte dos negros eram a única maneira de eles se firmarem como pessoas humanas, como sujeitos de sua própria história” (CHALHOUB, 1990, p.250). No momento que o senhor afirmou, por meio do anúncio, que o escravo levou roupas em sua fuga, trocou supostamente de nome e levou seus instrumentos de trabalho, entre outras informações, deu-nos indícios das variadas e complexas estratégias de sobrevivência e resistência elaboradas pelos escravos ao fugirem, uma vez que o ato da fuga não consistia apenas no simples fato de fugir para um determinado lugar, mas de buscar meios de permanecer escondidos de seus senhores, das autoridades policiais e de qualquer outro possível capturador. Ou seja, a liberdade estava sempre por um fio.

Finalmente, verificamos que mesmo com a implantação do controle social, através de códigos de posturas, que visavam limitar espaços, horários e hábitos da população, sobretudo, escrava, não foram poucos os cativos que conseguiram burlar as normas e conquistar momentos de autonomia e lazer distantes de seus senhores. As ações dos cativos não ficaram limitadas ao mundo de trabalho, eles souberam aproveitar-se muito bem de situações em cativeiro, e conseguiram em alguns momentos a “liberdade”, a qual poderia não significar, para uns, a fuga propriamente dita, mas sim, conquistas diárias, a exemplo do ir e vir dos escravos ganhadores, da constituição de laços familiares e de parentesco espiritual, além, da permissão, por parte dos senhores, de praticarem aspectos de sua cultura.

## FONTES

Inventários do Barão e da Baronesa de Marau. In: RAMOS, Adauto. *Inventários do Barão e da Baronesa de Marau*. Paraíba: Sal e Terra Editora, 2010.

FUNDAÇÃO CASA JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA/ FCJAA- João Pessoa/PB

*Fontes impressas: jornais*

*Jornal da Parahyba* - 1864, 1873, 1876, 1877 e 1879

*Commercial Parahybano* - 1860

*O publicador* - 1862

ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA PARAÍBA (IHGP)

*Fontes impressas: jornais*

*A Regeneração* - 1861 e 1862

*A Imprensa* - 1858

*A Opinião* - 1877

*A Parahyba* - 1880

*A União Liberal* - 1879

*Areiense* - 1888

*Diário da Parahyba* - 1885

*Gazetta do Governo da Parahyba do Norte* - 1826

*Jornal da Parahyba* - 1881, 1882 e 1883, 1886, 1887, 1888

*O Imparcial* - 1861

*O Despertador* - 1869

*O Tempo* - 1865

*O Emancipador* - 1883

*O Arauto Parahybano* - 1888

*O Publicador* - 1884, 1885

ARQUIVO PÚBLICO DA PARAÍBA (APPB)

*Fontes manuscritas*

RECIBOS avulsos de impostos e venda de escravos (1856-1864)

REQUERIMENTO de soltura de escravo (1850)

RELATÓRIO da Provedoria da Saúde (1858)

OFÍCIO da Secretaria de Polícia da Paraíba (1858- 1862)

OFÍCIO da Subdelegacia de Alagoa Nova (1865)

OFÍCIO da Coletoria de rendas de Bananeiras (1867)

CORRESPONDÊNCIA entre autoridades policiais da Paraíba (1858)

PROJETO da Assembleia Legislativa da Paraíba (1860)

TABELA demonstrativa das rendas da Paraíba (1864)

### Fontes na internet

JORNAIS da segunda metade do Século XIX (1850-1888). Disponível em: [www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo.html](http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo.html)

- *O Conservador* -1881
- *O Despertador* -1866,1874
- *O Tempo* -1865
- *O Governista Parahybano* -1850

- *O Reformista* -1850
- *O Liberal Parahybano* -1879, 1880, 1883
- *Argos Parahybano* -1853,1854
- *Diário da Parahyba* -1862,1885
- *Jornal da Parahyba* -1875

RELATÓRIOS de presidente de província da Paraíba (RPPPB). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>

- Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba pelo Presidente da província, o Coronel José Vicente de Amorim Bezerra, em 02 de agosto de 1850.
- Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba pelo Presidente da província, Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, em 02 de agosto de 1851.
- Fala recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Paraíba pelo Presidente da província, Antonio da Costa Pinto Silva, em 05 de agosto de 1856.
- Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba pelo Presidente da província, Ambrozio Leitão da Cunha, em 02 de agosto de 1859.
- Relatório com que o Sr. Barão de Mamanguape recebeu do Sr. Dr. Luiz Antonio de Silva Nunes, a administração da província da Paraíba, em 17 de março de 1861.
- Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba pelo Presidente da província, Francisco d'Araújo Lima, em 31 de maio de 1862.
- Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba pelo Sr. Dr. Francisco d'Araújo Lima, em 1863.
- Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba pelo Presidente da província, Sinval Odorico de Moura, em 01 de outubro de 1864.
- Fala dirigida à Assembleia Legislativa da província da Paraíba pelo Sr. Vice-presidente da província, José Evaristo da Cruz Gouvêa, em 16 de outubro de 1871.
- Fala dirigida à Assembleia Legislativa da província da Paraíba pelo Sr. Vice-presidente da província, José Evaristo da Cruz Gouvêa, em 07 de junho de 1872.
- Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba pelo Presidente da província, Gama e Mello, em 21 de maio de 1882.
- Relatório com que o Sr. Dr. José Ayres do Nascimento abriu a Assembleia Legislativa da Paraíba, em 01 de agosto de 1884.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Wellington. *A velha Paraíba nas páginas de jornais*. João Pessoa: A União, 1999.
- AGRA DO Ó, Alarcon. Relatos de males: notas acerca dos modos de adoecer na Paraíba Imperial. In: *A Paraíba no Império e na República: estudos de História Social e Cultural*. 3. ed. Campina Grande: EDUFCG, 2006.
- ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- ALMEIDA, Maurílio Augusto de. Cidade da Paraíba, 1859- “Um pequeno aglomerado urbano. IN: AGUIAR, Wellington; OCTÁVIO, José (orgs.). *Uma cidade de quatro séculos: evolução e roteiro*. João Pessoa: Ed. Governo do Estado da Paraíba, 1985.
- ALMEIDA, Horácio de. *História da Paraíba*. v.2. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.
- ALVES, Naiara Ferraz Bandeira. *Irmãos de cor e de fé: irmandades negras na Parahyba do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História), UFPB. João Pessoa, 2006.
- AMANTINO, Márcia. As condições físicas e de saúde dos escravos fugitivos anunciados no Jornal do Commercio (RJ) em 1850. In: *Revista História, Ciência, Saúde- Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1377-1399, out. dez 2007. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/hcsm/v14n4/14.pdf](http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v14n4/14.pdf). Acesso em: 06 de novembro de 2011.
- ARAÚJO, Fátima. *História e ideologia da imprensa na Paraíba*. João Pessoa: Edição ilustrada, 1983.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. Cultura Histórica: Territórios e temporalidades historiográficas. In: *Saeculum- Revista de História*, ano 13, n.16. João Pessoa: Departamento de História/ Programa de Pós-graduação em História/UFPB, jan/jun. 2007.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BARBOSA, Keith. Saúde e escravidão: aspectos da experiência negra entre Brasil e Angola na primeira metade dos dezenove. In: *Anais do XIII Encontro de História ANPUH-Rio*. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/2008.1212975485-Arquivo-Artigo-ANPUH-RIO-KeithBarbosa.pdf>. Acesso em: 06 de junho de 2012.
- BARBOSA, E. R. *Viagem fantástica ao Brasil de 1800: os escravos*. São Paulo: Paulus, 1999.

BARBOSA, Marialva Carlos. Escravos letrados: uma página (quase) esquecida. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação IE- compor*, Brasília, v. 12, n. 1, jan./abr. de 2009. Disponível em: [www.e-compos.org.br](http://www.e-compos.org.br). Acesso em 27 de abril de 2013.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. Jornalismo e literatura no século XIX paraibano: Uma história. Disponível em: [www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/estudos/Jornalismo-e-literatura-no-seculo-XIX-uma-historia.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/estudos/Jornalismo-e-literatura-no-seculo-XIX-uma-historia.pdf). Acesso em 24 de abril de 2013.

BARROS, José D'Assunção. *A construção social da cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. Rumores e rebeliões: estratégias de resistência escrava no Recife, 1817-1848. *Revista Tempo*, v.3, n.6, dezembro de 1998, p. 1-15. Disponível em: [www.historia.uff.br/tempo/artigos-dossie/art6-5.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos-dossie/art6-5.pdf) Acesso em 06 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. *Liberdade: Rotinas e Rupturas do Escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

\_\_\_\_\_. De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850. In: *Revista Afro-Ásia*, n. 29/30, 2003, p. 41-78. Disponível em: [www.afroasia.ufba-n29-30-p41.pdf](http://www.afroasia.ufba-n29-30-p41.pdf). Acesso em: 19 de abril de 2012.

CAVALCANTE, Archimedes. Aspectos urbanísticos na Independência. IN: AGUIAR, Wellington; OCTÁVIO, José (orgs.). *Uma cidade de quarto séculos: evolução e roteiro*. João Pessoa: Ed. Governo do Estado da Paraíba, 1985.

CELESTINO, Mairton. Burlar as normas, zombar da ordem: polícia, escravos e subversão urbana na província do Piauí, 1870-1888. In: *Revista de História e Estudos Culturais Fênix*. n. 3, v.5, Jul./Ago./Set. de 2008. Disponível em: [www.revistafenix.pro.br/PDF16/ARTIGO-11-MAIRTON-CELESTINO-FENIX-JUL-AGO-SET-2008.pdf](http://www.revistafenix.pro.br/PDF16/ARTIGO-11-MAIRTON-CELESTINO-FENIX-JUL-AGO-SET-2008.pdf). Acesso em: 15 de ago. de 2012.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. Costumes senhoriais: escravização ilegal e precarização da liberdade no Brasil império. In: *Trabalhadores na cidade: o cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2009.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 3.ed. São Paulo: Nacional, 1989.

DALMONTE, Edson Fernando. Gilberto Freyre e a Nova História. O gilete press na recriação do jornalismo: do espectador ao carapuceiro.com.br. In: *Diálogos possíveis*. v.3, 2003, p.47-56. Disponível em: <http://www.faculdadesocial.edu.br/dialogospossiveis/artigos/3/03.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2012.

DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: a epidemia do cólera na Bahia em 1855-1856*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2003.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. As artes de curar nos tempos do cólera: Recife, 1856. In: CHALHOUB, Sidney (org.). *Artes e Ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 359-380

FALCI, Miridan Britto; ALMEIDA, Ana Maria Leal. *Saúde, doenças e morte dos escravos: vassouras, século XIX*. Relatório final (projeto de pesquisa). Universidade Severino Sombra. Vassouras. Fev./2004. Disponível em: [historia-demografia.triford.com/bhds35/relatmirid.pdf](http://historia-demografia.triford.com/bhds35/relatmirid.pdf). Acesso em: 30 de ago. de 2012.

FERRARI, Ana Josefina. Memória e descrição: uma análise do funcionamento discursivo, descrição em anúncios de fuga de escravos. In: *Revista Línguas & Letras*. v.1, n.20, 1 semestre de 2010. Disponível em: [e-revista.unioste.br/index.php/linguaseletras/article/view/3782](http://revista.unioste.br/index.php/linguaseletras/article/view/3782). Acesso em: 26 de jun. de 2012.

\_\_\_\_\_. *A voz do dono: uma análise das descrições feitas nos anúncios de jornal dos escravos fugidos*: Editora Pontes, 2010.

FERREIRA, Heloísa Souza. Dando voz aos anúncios: os escravos nos registros de jornais capixabas (1849-1888). In: *Revista de História Temporalidades- UFMG*. v. 2, Agosto/dezembro de 2010. Disponível em: [www.fafich.ufmg.br/temporalidades/pdfs/4p67.pdf](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/pdfs/4p67.pdf). Acesso em: 11 de nov. de 2012.

\_\_\_\_\_. *Ardis da sedução e estratégias de liberdade: escravos e senhores nos anúncios de jornais do Espírito Santo (1849-1888)*. Dissertação (Mestrado em História), 278 fls. Universidade Federal do Espírito Santo, 2012.

FERREIRA, Luzilá Gonçalves. Um capítulo à parte: amas de leite escravas. In: *Suave Amazonas: mulheres e abolição da escravatura no Nordeste*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. As doenças dos escravos: um campo de estudo para a História das ciências da saúde. In: *Uma história brasileira das doenças*. NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de; MARQUES, Rita de Cássia (orgs.). Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.



FILHO, Francisco Vidal. "Nossa capital em 1850". IN: AGUIAR, Wellington; OCTÁVIO, José (orgs.). *Uma cidade de quarto séculos: evolução e roteiro*. João Pessoa: Ed. Governo do Estado da Paraíba, 1985.

FREITAS, Octávio. *Doenças africanas no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do Século XIX*. Recife: Imprensa Universitária, 1963.

\_\_\_\_\_. *Seleção para jovens*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

\_\_\_\_\_. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Ed.49. São Paulo: Global, 2004 [1ª ed. 1933].

\_\_\_\_\_. *Sobrado e Mucambos*. Rio de Janeiro: Record, 1990 [1ª ed. 1936].

GALLIZA, Diana Soares de. *O declínio da escravidão na Paraíba 1850-1888*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1979.

GEBARA, Ademir. Escravos: fugas e fugas. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.6, n.12, p.89-100. Mar/Ago., 1986. Disponível em: [www.apuh.org/arquivo/download?ID-ARQUIVO=3629](http://www.apuh.org/arquivo/download?ID-ARQUIVO=3629). Acesso em: 06 de jun. de 2012.

GELAPE, Vinícius Paulo. Escravos e forros nas artes de curar: potencialidades de estudos a partir de inventários post-mortem. In: *Anais do II Congresso Internacional de História da UFG*. Jataí, 2011. Disponível em: [www.congressohistoriajatai.org/anais2011/link59.pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2011/link59.pdf). Acesso em: 10 de maio de 2013.

GONTIÊS, Bernard. Maconha: uma perspectiva histórica, farmacológica e antropológica. In: *Revista de Humanidades*. v.4, n.7, fev./mar. de 2003. Disponível em: [www.cerescaico.ufm.br/mneme/pdf/mneme07/005-p.pdf](http://www.cerescaico.ufm.br/mneme/pdf/mneme07/005-p.pdf). Acesso em: 27 de jun. de 2012.

GOMES, Flávio dos Santos. Uma tradição rebelde: notas sobre os quilombos na Capitania do Rio de Janeiro (1625-1818). In: *Revista Afro-Ásia*, n.17, 1996. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/edicao.php?idi=ing&codEd=70&>. Acesso em: 06 de jun. de 2012.

\_\_\_\_\_. *Experiências atlânticas: ensaios e pesquisas sobre a escravidão e pós-emancipação no Brasil*. Passo Fundo: UPF, 2003.

\_\_\_\_\_. *Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do Século XIX*. São Paulo: Alameda, 2006.

\_\_\_\_\_. Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista. In: *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 1, 1996, p.67-93. Disponível em: [www.historia.uff.br/tempo/artigos-livres/artg105.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos-livres/artg105.pdf). Acesso em: 09 de maio de 2013.

GORENDER, Jacob. *Brasil em preto e branco: o passado escravista que não passou*. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. In: *Revista Afro-Ásia*, n.27, 2002, 121-160. Disponível em: [www.afroasia.ufba.br/edicao.php?codEd=34](http://www.afroasia.ufba.br/edicao.php?codEd=34). Acesso em: 06 de jun. de 2012.

HARTOG, François. *O Século XIV e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

HOLANDA, A. K. P. Estratégias publicitárias do anúncio de escravo no jornal do Recife. *Mercatus Digital*, Recife, 19, jul. 2010. Disponível em: <http://mercatus.escolademarketing.com.br/index.php/revista/article/view/3>. Acesso: 06 de jun. de 2012.

\_\_\_\_\_. *O léxico dos anúncios de escravos nos jornais do Recife do Século XIX (1853-1855)*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

JARDIM, Vicente Gomes. Monografia da cidade da Parahyba do Norte. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. v.2. João Pessoa: Imprensa Oficial- Parahyba, 1910.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KOSTER, Henry. Uma radiografia de Henry Koster. IN: AGUIAR, Wellington; OCTÁVIO, José (orgs.). *Uma cidade de quarto séculos: evolução e roteiro*. João Pessoa: Ed. Governo do Estado da Paraíba, 1985.

KRAAY, Hendrik. “O abrigo da farda”: o Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1881. *Revista Afro-Ásia*. 17. ed. 1996. Disponível em: [www.afroasia.ufba.br/edicao.php?codEd=70](http://www.afroasia.ufba.br/edicao.php?codEd=70). Acesso em: 26 de jun. de 2012.

LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Arquivo Nacional, 2003.

LIMA, Izabella Cristina Amorim de Lucena. Uma análise comparativa entre anúncios de jornais paraibanos dos Séculos XIX e XXI. *Revista Polidisciplinar eletrônica da Faculdade*

de Guairacá, v.2, n.1, 2010, p. 31-42. Disponível em: [www.revistavoos.com.br/seer/index.php/voos/article/viewArticle/87](http://www.revistavoos.com.br/seer/index.php/voos/article/viewArticle/87) Acesso em 06 jun. 2012.

LIMA, Jeansley. “*Fatos da escravidão*”: trabalhadores escravizados, libertos e livres na estrutura ocupacional do Rio de Janeiro (1850-1888). Dissertação (Mestrado em História). UnB. Brasília, 2007.

LIMA, Luciano Mendonça de. *Cativos da “Rainha da Borborema”*: uma história social da escravidão em Campina Grande- Século XIX. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. *Liberdade interditada, liberdade reavida*: escravos e libertos na Paraíba escravista (Século XIX). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2010.

\_\_\_\_\_. *Crime e castigo*: a criminalidade escrava na Paraíba (1850-1888). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2002.

LOBO, Lília Ferreira. Corpo cativo e corpo assujeitado: as marcas da deficiência. In: *Os infames da história*: pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. *Alimentação, saúde e doenças em Goiás no Século XIX*. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista, Franca, 2004.

MAESTRI, Mário. *O escravismo no Brasil*. São Paulo: Atual, 1994.

MAESTRI, Mário; CARBONI, Florence (orgs.). *A linguagem escravizada*: língua, história, poder e luta de classes. São Paulo: Expressão popular, 2003.

MAIA, Doralice Sátyro. Ordem, higiene e embelezamento na Cidade Alta e na Cidade Baixa: a modernização da cidade da Parahyba- Brasil. In: *Revista Convergência Crítica*. v.1, n.1. Jan./ Jun. 2012. Disponível em: [www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/convergenciacritica/index](http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/convergenciacritica/index). Acesso em: 29 de maio de 2012.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

MATTOS, Marcelo Badaró. Recuando no tempo e avançando na análise: novas questões para os estudos sobre a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: *Faces do trabalho*: escravizados e livres. Marcela Goldmarcher/ Marcelo Badaró Mattos/ Paulo Cruz Terra (orgs.). Niterói: Editora da UFF, 2010.

MATTOS, Hebe Maria de. *Das cores do silêncio*: os significados da liberdade no Sudeste Escravista, Brasil, Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte agrário e o império: 1871-1889*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MOREL, Marco. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: PP&A, 2003.

MOTT, José Flávio; VALENTIN, Agnaldo. A estabilidade das famílias em um plantel de escravos em Apiaí (SP). In: *Revista Afro-Ásia*, n. 27, 2002, 161-192. Disponível em: <http://redalyc.uaemix.mx>. Acesso em: 7 de jun. de 2012.

MOTT, Luiz. O escravo nos anúncios de jornal de Sergipe. In: *Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Águas de São Pedro SP, 1986. Disponível em: [www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1986/T86V01A01.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1986/T86V01A01.pdf). Acesso em: 11 de nov. de 2011.

NASCIMENTO, Dilene; CARVALHO, Diana (orgs.). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

NEVES, Raphael. *Experiências capturadas: a fuga de escravos no Rio de Janeiro*. Relatório final de pesquisa, UFRJ, 2008/2009: Fundação Biblioteca Nacional.

NICOLAU, Roseane. Estudos de apedidos em jornais paraibanos do Século XIX sob a ótica da enunciação. In: *Revista Temática*. n.4, abril de 2010. Disponível em: [www.insite.pro.br](http://www.insite.pro.br). Acesso em: 11 de nov. de 2011.

OLIVEIRA, Oscar Castro. Os sepultamentos do passado. IN: AGUIAR, Wellington; OCTÁVIO, José (orgs.). *Uma cidade de quarto séculos: evolução e roteiro*. João Pessoa: Ed. Governo do Estado da Paraíba, 1985.

PIMENTA, Tânia Salgado. Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX. In: CHALHOUB, Sidney (org.). *Artes e Ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p.307-323.

PORTO, Ângela. Fontes e debates em torno da saúde do escravo no Brasil do Século XIX. *Revista Latino Americana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, v.11, n.4, p.726-734, dezembro, 2008. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-47142008000500002&script=sci-abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-47142008000500002&script=sci-abstract&tlng=pt). Acesso em: 06 de jun. de 2012.

\_\_\_\_\_. Fontes para a História da Saúde dos escravos no Brasil. In: *Anais do IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba, 2009. Disponível em: <http://www.endnot.com/eninfo.asp>. Acesso em 11 de nov. de 2011.

REBELATTO, Martha. Fugas e quilombos na Ilha de Santa Catarina, século XIX. In: *Revista Afro-Ásia*, n.36, 2007, p.81-110. Disponível em: [www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia36-pp081-110-Rebelatto.pdf](http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia36-pp081-110-Rebelatto.pdf). Acesso em: 13 de ago. de 2012.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do Século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001.

\_\_\_\_\_. Família, Terreiros e irmandades. In: *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: CEAO/Fundação Palmares, 2006, p.94-114.

\_\_\_\_\_. “Uma negra que fugiu, e consta que já tem dous filhos”: fuga e família entre escravos na Bahia. In: *Revista Afro-Ásia*, n.23, 1999, p.27-46. Disponível em: [redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=77002302](http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=77002302). Acesso em: 14 de ago. de 2012.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. São Paulo. Editora UNESP, 2009.

\_\_\_\_\_. Famílias negras na Cidade da Parahyba Imperial: o caso dos pardos libertos e livres. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. Jul. 2011. São Paulo. Disponível em: [www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300647263-ARQUIVO-ANPUH2011SolangePereiradaRocha.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300647263-ARQUIVO-ANPUH2011SolangePereiradaRocha.pdf). Acesso em: 30 de ago. de 2012.

RODRIGUES, Walfredo. *Roteiro sentimental de uma cidade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1962.

RUSSEL, A. J. R. Wood. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Trad. Maria Beatriz Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SÁ, Nirvana Lígia Albino de. *A cidade no despertar da era higienista: a cidade da Parahyba e o movimento higienista (1854-1912)*. Dissertação (Mestrado em Geografia). 154f. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

SÁ, Ariane Norma de Menezes. *Escravos, livres e insurgentes: Parahyba (1850-1888)*. João Pessoa: Ed. Universitária, 2005.

SANTOS, Laura Carvalho dos. Práticas de curar e Terapeutas populares em Salvador no início do século XIX. In: *Anais do III Encontro Estadual de História: Poder, Cultura e Diversidade*, Salvador- BA, 2007. Disponível em: [www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh-III/laura-carvalho.pdf](http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh-III/laura-carvalho.pdf). Acesso em: 09 de maio de 2013.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do Século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. *Negro na Rua: a nova face da escravidão*. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. *Aprender com perfeição e sem coação: uma escola para meninos pretos e pardos na Corte*. Brasília: Editora Plano, 2000.

SILVA, Anderson Líryo. Saúde bucal dos escravos da Sé de Salvador Bahia, século XIX. In: *Revista de Estudos Afro-americanos*. v.1, n.1, Jan./Jun. 2011. Disponível em: [revistauniverso.edu.br/4revistaafroamericanas4/article/viewArticle/454](http://revistauniverso.edu.br/4revistaafroamericanas4/article/viewArticle/454). Acesso em: 15 de ago. de 2012.

SILVA, Anderson Líryo da; CARVALHO, Diana Maul de; SOUZA, Sheila Mendonça de. Saúde dentária dos escravos em Salvador, Bahia. In: *Uma história brasileira das doenças*. Diana Maul de Carvalho/ Dilene Raimundo do Nascimento (orgs.). Brasília: Paralelo 15, 2004.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres da; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. A doença revelando a história. Uma historiografia das doenças. In: *Uma história brasileira das doenças*. Diana Maul de Carvalho/ Dilene Raimundo do Nascimento (orgs.). Brasília: Paralelo 15, 2004.

TERRA, Paulo Cruz. Hierarquização e segmentação: carregadores, cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1824-1870). In: *Faces do trabalho: escravizados e livres*. Marcela Goldmarcher/ Marcelo Badaró Mattos/ Paulo Cruz Terra (orgs.). Niterói: Editora da UFF, 2010.

WEHLING, Arno. Historiografia e epistemologia histórica. In: *A história escrita: história da historiografia*. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2009.

VENÂNCIO, Renato; CASASCA, Marina. Jornais mineiros do Século XIX: um projeto de digitalização. *Revista eletrônica Cadernos de História*, Ano II, n.01, março de 2007. Disponível em: [www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria](http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria) Acesso em: 24 de abr. de 2012.

VILLAR, Aécio de Aquino. O século XIX e a cidade. IN: AGUIAR, Wellington; OCTÁVIO, José (orgs.). *Uma cidade de quarto séculos: evolução e roteiro*. João Pessoa: Ed. Governo do Estado da Paraíba, 1985.

XAVIER, Regina. Dos males e suas curas: práticas médicas na Campinas oitocentista. In: CHALHOUB, Sidney (org.). *Artes e Ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p.335-343.

ZANETT, Valéria. *Calabouço urbano: escravos e libertos em Porto Alegre (1840-1860)*. Passo Fundo: UPF, 2002.

## ANEXO 1

Diz Luiz Gomes Ferreira, que estando da posse e domínio dos escravos Pedro Angola de mediana estatura e refeito, de vinte e cinco e vinte oito annos de idade, Maria Angola, e mulher do dito escravo, a qual estava pejada, e Joanna, também Angola, de estatura baixa, ao quaes escravos faziam parte da propriedade do suplicante: Sucede que no dia quinze do corrente junho por noite desapareceram de caza, e tendo o suplicante indagado por elles, sabe por via de pessoas fededígmias que se acham acoutados em caza de Joze Venancio Pimento de Carvalho que habita no Bairro do Recife, e por isto requer a V.S. que serpa servindo a mandar passar mandada para dous Officiais deste júízo hirem a caza do supplicado, e darem as buscas necessárias abrindo as portas e vasilhas que estiverem fechadas e tomando jutramento as pessoas da caza, e as mais que necessário for, a fim de se descobrirem os ditos escravos, e logo que os encontrem, os aprehendão, e os conduzão e entreguem ao suplicante lavrando os termos necessários para conservação do direito do suplicante- Pede a V.S. Snr. Daitor Dezembargador, Ouvidor, e Carregador da Comarca que seja servido mandar passar o mandado na forma requerida, e dar commissão para o juramento, distribuída, esta, sendo igualmente apreendidas as duas crias que os sobreditos escravos conduzirão- E Receberá- Mercé. Desp. Passe mandado, e o mais como requerer. Recife, dezenove de junho de mil oito cento e vinte seis- Crespo- A. Araujo- Crespo. (*Gazetta do Governo da Paraíba do Norte*, 29/08/1826, IHGP).